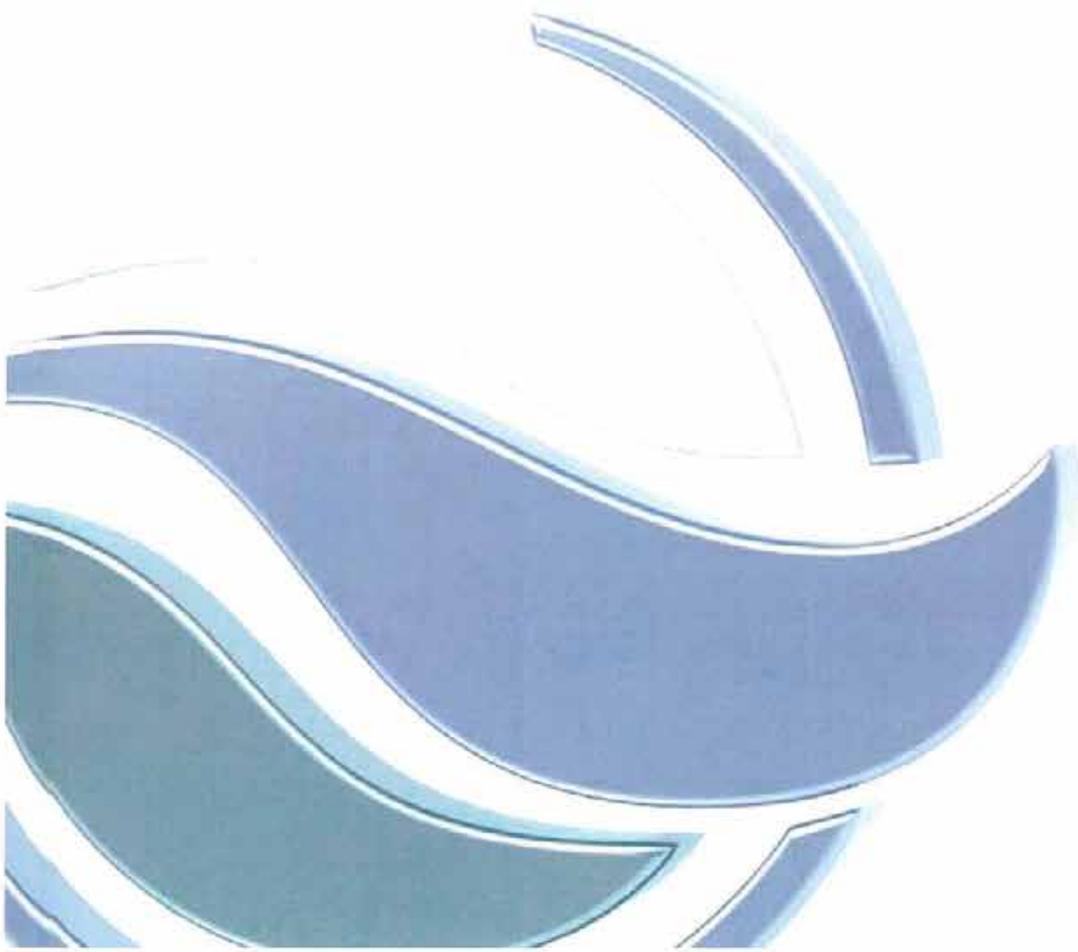


Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and initials 'R/A' below it.

Águas do Tejo Atlântico
Grupo Águas de Portugal
Relatório e Contas
2020



Handwritten signature in blue ink, consisting of several stylized, overlapping characters.

Índice

Mensagem da Presidente.....	5
A EMPRESA.....	
Quem somos.....	9
Missão, Visão e Valores.....	9
Descrição, Atividade e Presença.....	9
Cadeia de Valor.....	10
Estrutura Acionista, Estrutura Organizacional e Órgãos Sociais.....	11
Síntese de indicadores.....	14
Reconhecimento, Prémios e Certificações.....	15
Destaques do Ano/ Principais Acontecimentos.....	15
O NEGÓCIO.....	19
Enquadramento.....	23
A Envolvente.....	23
O Setor.....	28
A Regulação.....	31
Negócio.....	34
Introdução.....	34
Saneamento em Alta.....	34
Outros Negócios.....	35
Sustentabilidade.....	36
Enquadramento.....	36
Stakeholders / Partes Interessadas.....	37
Sistema de Controlo Interno e Controlo de Risco.....	38
Atividade Operacional.....	42
Capital Humano.....	73
Financeira.....	77
Investigação, Desenvolvimento e Inovação.....	89
Eventos Posteriores ao Fecho.....	92
Cumprimento das Orientações Legais.....	93
Relatório dos Administradores não executivos sobre o desempenho dos Administradores executivos.....	109
Perspetivas futuras.....	111
Considerações finais.....	112
Proposta de aplicação de resultados.....	113
Anexo ao relatório.....	114
AS CONTAS.....	115
Demonstrações financeiras do exercício de 2020.....	117
Certificação Legal de Contas.....	183
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal.....	185

A. S.
A. S.
A. S.
A. S.
A. S.

15/12
15/12
15/12
15/12
15/12

Mensagem da Presidente

Caros Acionistas, Clientes, Parceiros e Trabalhadores,

2020 foi um ano de mudanças.

O Mundo mudou. A pandemia da COVID-19 transformou o modelo de sociedade tal como o conhecíamos, exigindo a articulação de esforços para combater a enorme crise sanitária, económica e social com que nos deparamos. Colocou as empresas perante um conjunto de desafios, que, até então, com o normal funcionamento da sociedade, eram praticamente inexistentes ou impercetíveis, tais como atrasos ou interrupção no fornecimento de matérias-primas e de equipamentos e, conseqüentemente, atrasos na execução de empreitadas, aumentos de custos operacionais para fazer face às necessidades de reorganização, carências de recursos humanos por razões de saúde e segurança de funcionários.

Mudou a forma como trabalhamos. Mudou a forma de nos relacionarmos e de interagirmos. Surgiram alterações consideráveis nos modelos de trabalho, tendo o teletrabalho assumido um papel central, substituindo as modalidades mais tradicionais de trabalho, acelerando os processos de digitalização das empresas e obrigando a repensar a forma de trabalhar no futuro.

Mudou a Administração da Águas do Tejo Atlântico. Este Conselho de Administração foi nomeado em 23 de junho de 2020 e tem sido um desafio diário gerir a empresa nas atuais circunstâncias.

Mas há um elemento que permanece, apesar de todas as mudanças. Esse elemento de permanente ligação são as nossas pessoas, os trabalhadores da Águas do Tejo Atlântico que, com o seu empenho e profissionalismo, garantem diariamente a prestação de um serviço essencial à população, contribuindo para melhorar o ambiente e a saúde pública.

Foi graças a eles que a Águas do Tejo Atlântico conseguiu alcançar os bons resultados, apesar das circunstâncias. Em 2020, a AdTA apurou um desvio de recuperação de gastos superavitário de 10,8 milhões de euros e consolidou uma recuperação acelerada do défice tarifário acumulado (-93%) desde que iniciou a atividade em 2017.

O volume tratado de águas residuais nas Fábricas de Água da Águas do Tejo Atlântico foi de cerca de 194 milhões de metros cúbicos, com um cumprimento da licença de descarga de 99,6%.

Executámos cerca de 17,5 milhões de euros de investimento. Adjudicámos empreitadas no valor de 13,4 milhões de euros, consignámos 9,0 milhões de euros e fizemos a receção provisória de 4,9 milhões de euros. De realçar a inauguração da empreitada de Reabilitação da Fábrica de Água de Beírolas, e a inauguração e entrada em funcionamento do Centro de Educação Ambiental da Águas do Tejo Atlântico inserida nesta Fábrica de Água, destinado às atividades de informação e desenvolvimento sustentável das populações dos municípios servidos por este sistema e todos os interessados na temática da água.

Fizemos uma reestruturação orgânica da empresa, com vista a melhorar o *workflow* e dar resposta às necessidades das diversas áreas e a respetiva articulação, seguindo um modelo organizativo baseado no ciclo de vida dos ativos.

Formulámos um Plano de Reforço de Segurança que contempla um conjunto abrangente de medidas de proteção e segurança dos trabalhadores e das instalações, que inclui a realização de auditorias/inspeções e vistorias dos equipamentos, a substituição de equipamentos, a melhoria das condições de resposta em caso de emergência, reforço de procedimentos e de comunicação, entre outros.

Apostámos na melhoria dos processos e procedimentos de gestão e exploração das infraestruturas e sistemas, designadamente, na manutenção preventiva e preditiva, de modo a induzir uma melhoria na eficiência, reduzindo significativamente o risco de falha de equipamentos.

Mantivemos a certificação do sistema de gestão, nas vertentes de Qualidade (NP EN ISO 9001) e Ambiente (NP EN ISO 14001) à totalidade das instalações e efetuámos a transição para os novos referenciais normativos de Segurança e Saúde no Trabalho (NP ISO 45001) e Energia (NP EN ISO 50001), com alargamento do âmbito na primeira, abrangendo agora 76% das instalações.

Prosseguimos a transição para a norma NP EN ISO 50001:2018 relativamente ao Sistema de Gestão de Energia, mantendo-se a certificação em 10 instalações (Fábricas de Água da Guia, Alcântara, Frielas, Nazaré, Aloverca, Atouguia da Baleia, Carregado, Vila Franca de Xira e Torres Vedras e Estação Elevatória 3 de Alcântara).

E continuaremos a trabalhar, com as prioridades bem definidas, para consolidar a nossa missão e fazer um caminho rumo a um futuro cada vez mais sustentável, circular e inovador.

As pessoas estão no centro das nossas prioridades. Temos como objetivo valorizar os nossos trabalhadores, garantindo-lhes condições de proteção e segurança, qualificando-os através de formação e partilha de experiências e melhorando a organização e articulação internas.

Com as pessoas apostaremos na melhoria do serviço público, através de uma gestão mais eficiente dos nossos ativos e de medidas que contribuam para o cumprimento ainda mais efetivo das licenças de descarga.

Com os olhos postos no futuro, aprofundaremos o conceito das Fábricas de Águas, explorando todo o seu potencial de indústria circular, reaproveitando os resíduos provenientes das nossas estações de tratamento e reintroduzindo-os no ciclo produtivo, seja através da produção de água para reutilização, seja através do aproveitamento de lamas para valorização agrícola ou para produção de energia (tal como o biogás), melhorando o desempenho energético das nossas instalações.

E, finalmente, utilizaremos todo o potencial de inovação para melhorar e simplificar processos e procedimentos internos, sejam eles administrativos ou operacionais.

Durante o ano de 2020, a Águas do Tejo Atlântico, S.A., obteve reconhecimento e prémios pelo desenvolvimento de iniciativas e projetos associados à sua atividade e estratégia sustentável. Queremos continuar a trabalhar para termos esse reconhecimento de forma permanente.

Não quero terminar sem enaltecer a colaboração dos municípios, acionistas e outros *stakeholders*, que foi e é fundamental para o trabalho desenvolvido pela Águas do Tejo Atlântico, pelo que, em nome da empresa, apresento aqui os nossos agradecimentos.

Termino reforçando o profundo agradecimento e reconhecimento a todos os colaboradores pelo profissionalismo, pelo empenho, pelo espírito de missão e pelo verdadeiro sentido de serviço público, fundamentais para os resultados obtidos pela Águas do Tejo Atlântico, contribuindo positivamente para a sustentabilidade empresarial e para a qualidade de um serviço que diariamente prestamos aos nossos clientes, com importantes reflexos na saúde pública e no ambiente. Aliás, o ano de 2020 serviu também para colocar esta atividade na #LinhadaFrente como serviço essencial e indispensável.

Acredito no futuro. Um futuro cada vez mais inclusivo, dedicado ao Planeta e à sua sustentabilidade, promovendo uma mudança na forma de estar e de trabalhar e estou certa que a Águas do Tejo Atlântico vai estar na primeira linha desta nova ordem.

Ana Sofia Silveira

S. B.
M.
H.
S.
A.
L.

Relatório de Gestão A Empresa

13.9.
19.10.2020
A
M

Quem somos

Missão, Visão e Valores

A Águas do Tejo Atlântico, S.A. (adiante também designada sociedade ou AdTA), é uma sociedade do setor empresarial do Estado que integra o Grupo Águas de Portugal (AdP).

A sociedade tem por missão explorar e gerir o sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, garantindo a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de águas, no sentido da proteção da saúde pública, do bem-estar das populações, da acessibilidade aos serviços públicos, da proteção do ambiente e da sustentabilidade económica e financeira do setor, num quadro de equidade e estabilidade tarifária, contribuindo ainda para o desenvolvimento regional e o ordenamento do território, bem como para alcançar as metas previstas nos planos e nos programas nacionais e as obrigações decorrentes do normativo comunitário.

A AdTA pretende ser reconhecida, nacional e internacionalmente, como uma empresa de referência no setor da água em Portugal, pela qualidade do serviço prestado, inovação, competência, eficiência, sustentabilidade e criação de valor, num quadro de respeito pelas exigências legais aplicáveis e outros compromissos voluntariamente assumidos pela empresa, trabalhando diariamente para:

- Assegurar a prestação de um serviço sustentável e inovador, focalizado no cliente e nas demais partes interessadas, respeitando a envolvente, a comunidade, o ambiente e promovendo a colaboração e a partilha de informação e de conhecimento;
- Gerir os ativos físicos, permitindo otimizar a relação entre os riscos, os custos e o desempenho, numa perspetiva integrada do seu ciclo de vida, e assegurando que os mesmos cumprem o seu propósito, gerando valor;
- Executar o investimento necessário na prossecução da nossa missão, implementando abordagens para a otimização global da gestão dos sistemas de saneamento de águas residuais;
- Orientar a conceção do sistema para a economia circular, garantindo uma maior eficiência no uso de recursos, nomeadamente através da aposta nas energias renováveis e na promoção de outras práticas de otimização energética das instalações, na reutilização da água residual tratada e na procura de novas soluções para as lamas do processo;
- Estabelecer contratos de fornecimento de bens e serviços com fornecedores que partilham dos nossos princípios e ética empresarial;
- Garantir que os trabalhadores encontram todos os dias um local de trabalho seguro e saudável, integrando os aspetos da Segurança e Saúde no Trabalho na gestão dos nossos negócios, para que todas as atividades sejam consideradas sob a perspetiva da prevenção dos riscos;
- Conferir responsabilidade e motivação aos trabalhadores para um desempenho de elevado nível, envolvendo-os através da consulta e da participação, fomentando o trabalho em equipa, e promovendo a formação contínua;
- Estabelecer uma cultura de melhoria contínua que consolida a gestão dos processos e promove a eficiência dos respetivos desempenho e modelo de gestão.

A atividade da AdTA pauta-se pelo respeito integral dos valores consignados pelo Grupo Águas de Portugal, indicados no quadro abaixo.

Valores éticos do Grupo AdP e princípios de atuação

O Grupo AdP tem como valores centrais:

- Espírito de Servir
- Excelência
- Integridade
- Responsabilidade
- Rigor

E rege-se pelos seguintes princípios:

- Respeito e proteção dos direitos humanos
- Respeito pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras
- Luta contra a corrupção
- Erradicação de todas as formas de exploração
- Erradicação de todas as práticas discriminatórias
- Responsabilidade na defesa e proteção do meio ambiente
- Contribuição para o desenvolvimento sustentável

Descrição, Atividade e Presença

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., foi constituída em 24 de março de 2017, pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, tendo-lhe sido atribuída a exploração e a gestão, em regime de exclusivo, do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

O referido sistema multimunicipal, gerido e explorado pela AdTA, integra os antigos Sistemas Multimunicipais existentes à data da sua fusão no sistema multimunicipal de abastecimento de Águas e de Saneamento de Lisboa e Vale do Tejo que a seguir se identificam:

- Sistema multimunicipal de saneamento da Costa do Estoril, criado pelo Decreto-Lei n.º 142/1995, de 14 de junho, e gerido pela então SANEST, S.A.;
- Sistema multimunicipal de saneamento do Tejo e Trancão, criado pelo Decreto-Lei n.º 288-A/2001, de 10 de novembro, e gerido pela então SIMTEJO, S.A.;
- Componente de saneamento do Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Oeste, criado pelo Decreto-Lei n.º 305-A/2000, de 24 de novembro, e gerido pela então Águas do Oeste, S.A. (AdO).

A constituição da Águas do Tejo Atlântico, S.A., decorre da cisão do anterior Sistema Multimunicipal de Saneamento de Lisboa e Vale do Tejo e da sociedade que o geria, a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., criada pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, cuja gestão se encontrava delegada na Empresa Pública das Águas Livres, S.A. (EPAL).

O Sistema da atual sociedade integra como utilizadores de saneamento de águas residuais 23 municípios, a saber:

- Alcobaça;
- Alenquer;
- Amadora;
- Arruda dos Vinhos;
- Azambuja;
- Bombarral;
- Cadaval;
- Caldas da Rainha;
- Cascais;
- Lisboa;
- Loures;
- Lourinhã;
- Mafra;
- Nazaré;
- Óbidos;
- Odivelas;
- Oeiras;
- Peniche;
- Rio Maior;
- Sintra;
- Sobral de Monte Agraço;
- Torres Vedras;
- Vila Franca de Xira.



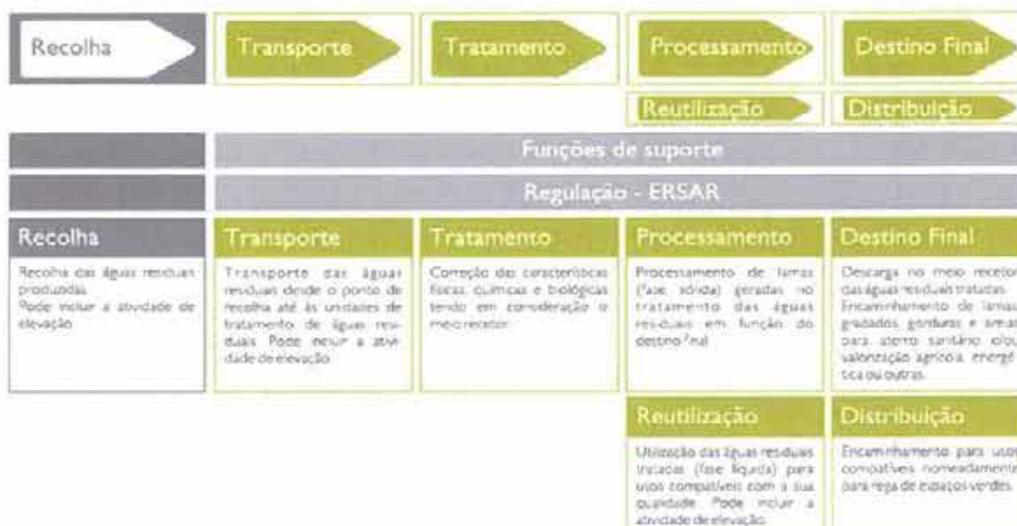
O Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, diploma de constituição da Águas do Tejo Atlântico, S.A., por cisão da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. (AdLVT), entrou em vigor no dia 3 de abril de 2017, tendo a EPAL, por gestão delegada da AdLVT, assegurado a exploração e gestão do sistema por conta da AdTA até ao dia 30 de junho de 2017, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 61.º do referido diploma e em conjugação com o respetivo Contrato de Concessão.

Cadeia de Valor

A empresa atua numa extensa cadeia de valor que agrega um conjunto interdependente de competências, que contribui para a criação de valor do capital acionista, no cumprimento de elevados parâmetros de desempenho exigidos.

Na representação gráfica que se apresenta de seguida expõe-se a visão sistémica da cadeia de valor do negócio, com especificação das atividades de operação desenvolvidas.

Operação - Saneamento



Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature and several initials.

Estrutura Acionista, Estrutura Organizacional e Órgãos Sociais

Estrutura acionista

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., é uma sociedade anónima de capitais públicos com um Capital Social de 113 527 680 euros, integralmente realizado.

Em 2017, o Município de Lisboa exerceu o direito de preferência na aquisição das ações que haviam sido alienadas à AdTA pelo Município de Cascais (3.586.998 ações de categoria A, e 350.000 da categoria B, ao valor nominal de 1 euro cada ação), passando a deter uma participação de 18,38 % do capital social.

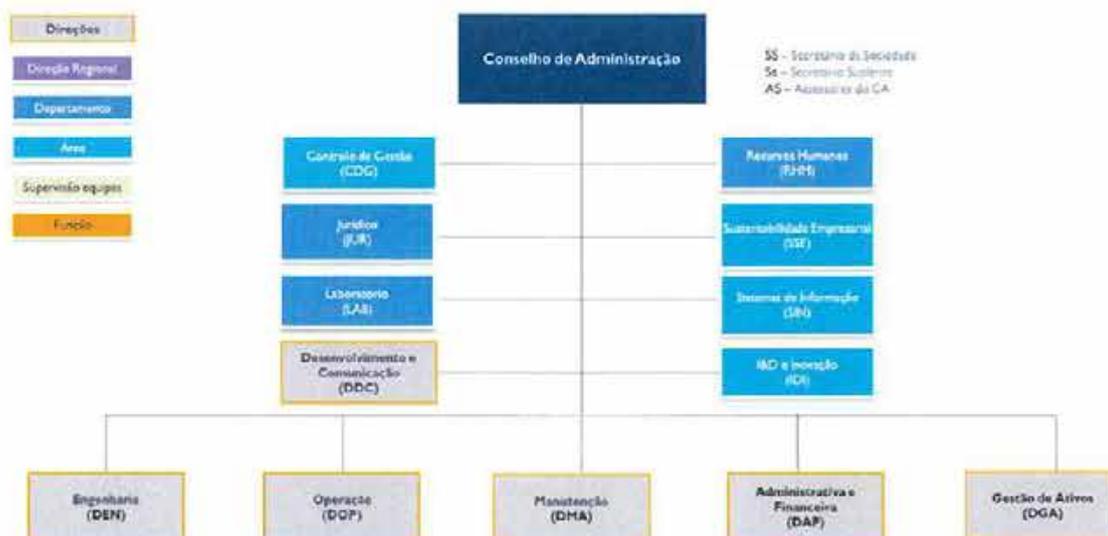
Com esta aquisição em 2018, o capital social registou uma redução das ações próprias de 6.458.431 para 2.521.433 ações.

No final do exercício o Capital Social da AdTA estava repartido da seguinte forma:

Accionistas	N.º de Ações Subscritas por Categoria		N.º Total de Ações Subscritas	Total de Capital Social Subscrito e Realizado	% Total de Capital Social Subscrito
	Categoria A	Categoria B			
AdP - Águas de Portugal SGPS, S. A.	57 538 912	-	57 538 912	57 538 912 €	50,68%
Comunidade Intermunicipal do Oeste	2 921	-	2 921	2 921 €	0,00%
Alcobaga	899 856	-	899 856	899 856 €	0,79%
Alenquer	384 003	-	384 003	384 003 €	0,34%
Amadora	6 108 431	350 000	6 458 431	6 458 431 €	5,69%
Armada dos Vinhos	55 542	-	55 542	55 542 €	0,05%
Azambuja	346 735	-	346 735	346 735 €	0,31%
Bombarral	107 998	-	107 998	107 998 €	0,10%
Cadaval	123 253	-	123 253	123 253 €	0,11%
Caldas da Rainha	614 244	-	614 244	614 244 €	0,54%
Leboa	20 516 618	350 000	20 866 618	20 866 618 €	18,38%
Loures	8 284 708	-	8 284 708	8 284 708 €	7,30%
Lourinhã	302 165	-	302 165	302 165 €	0,27%
Nazaré	273 724	-	273 724	273 724 €	0,24%
Óbidos	131 237	-	131 237	131 237 €	0,12%
Odivelas	2 521 433	-	2 521 433	2 521 433 €	2,22%
Oeiras	3 586 998	350 000	3 936 998	3 936 998 €	3,47%
Peniche	386 004	-	386 004	386 004 €	0,34%
Rio Maior	183 768	-	183 768	183 768 €	0,16%
Sintra	3 586 998	350 000	3 936 998	3 936 998 €	3,47%
Sobral de Monte Agraço	57 438	-	57 438	57 438 €	0,05%
Torres Vedras	711 623	-	711 623	711 623 €	0,63%
Vila Franca de Xira	2 881 638	-	2 881 638	2 881 638 €	2,54%
Ações próprias da sociedade	2 521 433	-	2 521 433	2 521 433 €	2,22%
TOTAL	112 127 680	1 400 000	113 527 680	113 527 680 €	100,00%

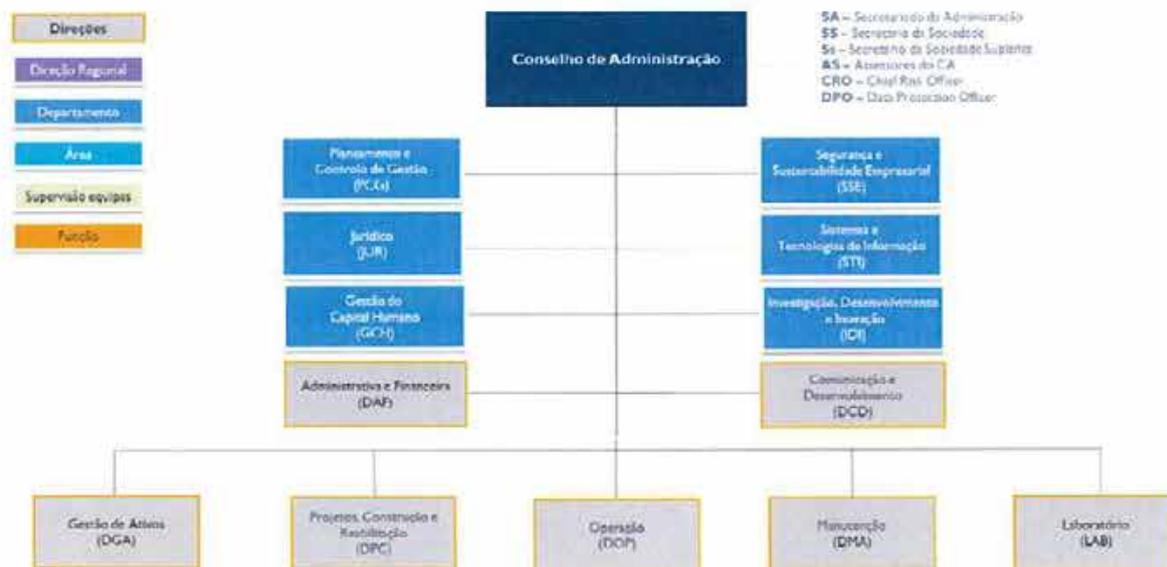
Estrutura organizacional

Até ao dia 11 de outubro de 2020, para o desenvolvimento da sua atividade, os recursos da AdTA estavam organizados de acordo com o seguinte organograma:



S. J.
[Handwritten signatures]

Com a entrada do Conselho de Administração em 23 de junho de 2020, os novos órgãos de administração da empresa aprovaram um organograma que entrou em vigor no dia 12 de outubro de 2020, e que visou sobretudo clarificar as atribuições de cada Direção e Departamento, arrumando as direções operacionais de acordo com o ciclo de vida dos ativos, conforme se apresenta de seguida.



Órgãos sociais

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente | Presidente da Câmara Municipal da Sintra, Dr. Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca

Vice-presidente | Dr. Paulo Manuel Marques Fernandes

Secretária | Dr.ª Ana Cristina Rebelo Pereira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente Executivo | Dra. Ana Sofia Pereira da Silveira

Vice-Presidente Executivo | Eng.º Hugo Filipe Xambre Bento Pereira

Vogal Executivo | Eng.ª Ana Margarida Linares Luís

Vogal Não Executivo | Eng.ª Simone Ferreira Pio

Vogal Não Executivo | Dra. Sónia Raquel Conchinha Pacifico

Vogal Não Executivo | Eng.º José Manuel da Costa Baptista Alves

Vogal Não Executivo | Dr. Armando Jorge Paulino Domingos

CONSELHO FISCAL

Presidente | Dr. Armando José de Sousa Resende

Vogal Efetivo | Dra. Catarina Alexandra Carvalho Fins

Vogal Efetivo | Dr. Carlos Manuel Antunes Bernardes

Vogal Suplente | Dra. Patrícia Isabel Sousa Caldinha

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

SROC | PricewaterhouseCoopers & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

ROC Efetivo | Dr. João Rui Fernandes Ramos | Dr. José Alves Bizarro Duarte

ROC Suplente | Dr. Carlos José Figueiredo Rodrigues

COMISSÃO DE VENCIMENTOS

Presidente | Dra. Carla da Conceição Afonso Correia

Vogal Efetivo | AdP Águas de Portugal, SGPS, S.A.

Carteira de Participações e Sucursais

No final do exercício de 2020, a Águas do Tejo Atlântico, S.A., não detinha participações sociais em nenhuma sociedade, nem dispunha de qualquer sucursal.

Síntese de indicadores

Indicadores financeiros	unidade	2018	2019	2020
Volume de negócios	MEur	82,3	83,2	83,5
Resultado operacional	MEur	14,4	12,8	11,3
EBITDA Ajustado ¹	MEur	43,6	41,5	38,2
Resultado líquido	MEur	5,5	4,3	3,7
Resultado líquido sem DRG	MEur	15,6	14,0	11,8
OPEX ² (CMVMC + FSE + Pessoal)	MEur	38,5	41,5	44,7
PRC (OPEX ² / Volume de negócios)	%	47%	50%	54%
PRC (OPEX ² / Volume de negócios) sem impacto COVID19	%	-	-	52%
Endividamento bruto	MEur	231,2	222,2	212,2
Endividamento líquido	MEur	139,9	126,6	116,0
Dívida bruta de clientes	MEur	17,9	12,2	10,9
Dívida líquida de clientes	MEur	17,9	12,2	10,9
Infraestruturas operacionais brutas (DUI bruto)	MEur	856,0	877,6	894,7
Infraestruturas operacionais líquidas (DUI líquido)	MEur	452,8	447,2	441,6
Investimento do ano	MEur	9,2	16,2	17,4
Ativo total	MEur	650,7	629,1	610,5
Passivo total	MEur	533,4	513,2	494,9
Capital próprio	MEur	117,2	115,9	115,6

¹ Resultado Operacional + Amortizações + Perdas por Imparidade - Subsídios ao Investimento - Desvio Recuperação de Custos.

² OPEX de 2020 deduzido de subsídios à exploração.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'AS', 'JL', 'HP', and 'B'.

Indicadores de atividade	unidade	2018	2019	2020
Efluente faturado	Mm ³	182,9	182,2	181,8
Efluente tratado ¹	Mm ³	194,2	185,1	193,6
Efluente recolhido	Mm ³	198,2	189,1	197,4
Municípios servidos	nº	23	23	23
Municípios abrangidos	nº	23	23	23
População servida	Mhab	2,3	2,3	2,3
Número de colaboradores no final do ano	nº	363	369	370

¹ Efluente tratado, efluente transportado e água reutilizável.

Infraestruturas	unidade	2018	2019	2020
Número de ETAR	nº	103	103	103
Número de Estações Elevatórias	nº	268	268	271
Emissários Submarinos	nº	5	5	5
Rede de coletores	Km	1 093	1 100	1 109

Reconhecimento, Prémios e Certificações

Durante o ano de 2020, a Águas do Tejo Atlântico, S.A., obteve reconhecimento e prémio pelo desenvolvimento de iniciativas e projetos associados à sua atividade e estratégia sustentável:

- **Menção Honrosa no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável ODS 12 - Produção e Consumo Sustentáveis**, atribuída pela APEE – Associação Portuguesa de Ética Empresarial. Este concurso distingue a implementação de políticas e planos de boa governação nas empresas dos setores público e privado, com ou sem fins lucrativos, que tenham como objetivo as boas práticas em responsabilidade social e sustentabilidade;
- **Grande Prémio APCE – Associação Portuguesa de Comunicação de Empresa** na categoria “Surpreenda-nos”. A sociedade venceu o prémio APCE na categoria “Surpreenda-nos” como o projeto VIRA (Virar Conceitos e Mentalidades), numa “competição que conta com agências de comunicação de empresas que integram o PSI 20 e multinacionais de vários setores de atividade”;
- **Finalista do Prémio APCE** na edição “Especial COVID-19”. A empresa foi finalista da Edição Especial COVID-19 do Grande Prémio APCE 2020, com a candidatura “Já perguntaste o que acontece quando carregas neste botão?” na categoria Campanha Externa e com a candidatura “Pela saúde pública e ambiente #estamosaqui”.

No que se refere à certificação do sistema de gestão, a AdTA manteve o âmbito nas vertentes de Qualidade (NP EN ISO 9001) e Ambiente (NP EN ISO 14001) para a totalidade das instalações e efetuou a transição para os novos referenciais normativos de Segurança e Saúde no Trabalho (NP ISO 45001) e Energia (NP EN ISO 50001).

Destaques do Ano/ Principais Acontecimentos

O ano de 2020 foi um ano absolutamente atípico e excecional, marcado por eventos imprevistos, decorrente sobretudo da situação epidemiológica do vírus SARS-CoV-2, caracterizada por um conjunto de restrições e constrangimentos que implicaram alterações e reajustamentos à organização de trabalho, com impacto significativo na atividade diária da Águas do Tejo Atlântico, S.A..

De entre as medidas excecionais e temporárias decretadas no âmbito da pandemia COVID-19, a implementação do regime de teletrabalho obrigatório, para todas as atividades compatíveis com esta modalidade de trabalho, e a manutenção das equipas no terreno em horários desfasados para garantir a prestação do serviço essencial à população, foram certamente os fatores que mais efeito tiveram para a Águas do Tejo Atlântico, S.A.. Foi feito um esforço de reorganização dos meios humanos e técnicos sem precedentes, tendo sido necessário o recurso à prestação de trabalho temporário para colmatar algumas falhas de recursos humanos estruturais e pontuais para fazer face ao isolamento de pessoas em situação de risco, em isolamento profilático e infetadas por força da COVID-19.

A pandemia atrasou também a execução do plano de investimentos, muito por força da incapacidade dos empreiteiros de disponibilizar mão-de-obra, equipamentos e matérias-primas que são essenciais para a execução dos trabalhos, o que tem determinado vários pedidos de prorrogação de execução de obra.

No entanto, é de referir que a sociedade manteve sempre a prestação do serviço público de tratamento de águas residuais sem quaisquer interrupções, com uma equipa unida e motivada, cumprindo as regras da Direção Geral de Saúde e garantindo a proteção do ambiente e da saúde pública e o bem-estar social.

Por deliberação da Assembleia Geral de acionistas realizada em 23 de junho de 2020, entrou em funções para o mandato de 2020-2022 o novo Conselho de Administração da Águas do Tejo Atlântico, S.A., composto por sete membros, dos quais três têm funções executivas. Na sequência da nomeação do novo Conselho de Administração, foi concluída uma reestruturação orgânica em outubro de 2020 que visou sobretudo clarificar as atribuições de cada unidade orgânica, reorganizando-as de acordo com o ciclo de vida dos ativos, garantindo uma maior fluidez dos processos e evitando lacunas e/ou sobreposições entre áreas, e criando algumas unidades de suporte para as áreas operacionais que necessitam de gerir informação e ter apoio à contratação pública. A empresa passou a contar com cinco direções operacionais e duas de suporte, seis departamentos, órgãos de *staff* e funções de assessoria e de apoio à Administração. Em 2021, o processo será consolidado e desenvolvido com a revisão do Manual de Funções e do descritivo funcional.

O final do ano de 2020 ficou também marcado pelo acidente trágico ocorrido na fase líquida da Fábrica de Água da Guia, em Cascais, no dia 28 de novembro, do qual resultou a morte de um trabalhador, que implicou a imediata definição e adoção de um Plano de Reforço de Segurança para todas as instalações da AdTA, que teve impacto em 2020 no funcionamento da empresa e nos seus trabalhadores e que vai marcar a atuação da sociedade durante o ano de 2021.

O Plano de Reforço de Segurança contempla um conjunto abrangente de medidas de reforço de proteção e segurança dos trabalhadores e das instalações, que passa pelas seguintes componentes: (i) organizacional; (ii) de auditorias/inspeções e vistorias; (iii) de melhoria das condições físicas de segurança das instalações e dos equipamentos; (iv) de melhoria das condições de resposta em caso de emergência; (v) de sinalização e segurança; (vi) de procedimentação de segurança; (vii) de formação e melhoria das competências; e (viii) de melhoria da informação e da comunicação.

Apesar dos diversos constrangimentos, a sociedade empenhou-se em melhorar processos e procedimentos de gestão e exploração das infraestruturas e sistemas, apostando fortemente na manutenção preventiva e preditiva, de modo a induzir uma redução significativa dos riscos de falha dos diversos órgãos e equipamentos.

Apesar das circunstâncias acima descritas que marcaram o ano de 2020, a AdTA apresenta uma situação económico-financeira estável. Mesmo com o incremento de gastos provocado por diversas circunstâncias inadiáveis, a sociedade alcançou um EBITDA ajustado de 38 milhões de euros e consolidou uma significativa recuperação do défice tarifário acumulado (-93%) desde que iniciou a atividade em 2017, por cisão da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.. Em 2020 apurou um desvio de recuperação de gastos superavitário de 10,8 milhões de euros, valor sujeito à apreciação da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) no âmbito da avaliação da eficiência produtiva determinada para o ano.

O volume tratado de águas residuais nas Fábricas de Água da AdTA foi de cerca de 194 milhões de metros cúbicos, com um cumprimento da licença de descarga em 99,6%.

No que respeita a infraestruturas entraram em funcionamento:

- Três estações elevatórias: - Macarta, Pena Seca e Atral-Cipan, localizadas nos municípios de Nazaré, Lourinhã e Vila Franca de Xira, respetivamente;
- Dois emissários – Pena Seca e Pena Seca A no Município da Lourinhã;
- Uma conduta elevatória – Pena Seca no Município da Lourinhã.

Durante o ano foram adjudicadas empreitadas no valor global de 13,4 milhões de euros, consignadas 9,0 milhões de euros e efetuadas receções provisórias no total de 4,9 milhões de euros.

Foram candidatas a comparticipação do Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR) as empreitadas: (i) da Linha de Tratamento para Reutilização de Beirolas, que já se encontra aprovada; e (ii) da Central Hidropressora e Circuitos Hidráulicos em Alcântara que também já se encontra aprovada. Os investimentos ascendem a um total de 1,3 milhões de euros, prevendo-se a obtenção de uma comparticipação do programa a 70%.

Foi inaugurada a "nova" Fábrica de Água de Beirolas e o Centro de Educação Ambiental. A empreitada de beneficiação da Fábrica de Água de Beirolas que contou com um investimento de 5,3 milhões de euros e que vai beneficiar uma população de aproximadamente 214 mil habitantes-equivalentes dos municípios de Lisboa e Loures, descarrega o efluente tratado na bacia do Tejo e tem capacidade para tratar um caudal médio de 54 500 m³/dia. O Centro de Educação Ambiental é um projeto de educação desenvolvido com o objetivo de proporcionar à população atividades, informação e formação no domínio do desenvolvimento sustentável. É um espaço de conhecimento e de consciencialização da importância da água como recurso a ser protegido e valorizado e da inovação gerada pela economia circular nas Fábricas de Água. Teve um investimento de 0,1 milhões de euros e uma comparticipação de 70% do Fundo Ambiental.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'J.S.' and 'HP'.

Dando cumprimento ao compromisso assumido, enquanto garante da melhoria contínua, a AdTA manteve, durante o ano de 2020, a certificação do seu sistema de gestão nos referenciais normativos NP EN ISO 9001 (Qualidade) e NP EN ISO 14001 (Ambiente), tendo sido promovido o alargamento do âmbito, no que respeita à Segurança e Saúde no Trabalho, a mais 35 subsistemas - perfazendo um total de 76% das instalações - num compromisso de melhoria contínua para com a salvaguarda das condições de segurança e saúde dos seus trabalhadores.), com a transição para o novo referencial normativo NP ISO 45001 nesta vertente.

Foi também promovida a transição para a norma NP EN ISO 50001:2018 relativamente ao Sistema de Gestão de Energia, mantendo-se a certificação em 10 instalações (Fábricas de Água da Guia, Alcântara, Frielas, Nazaré, Alverca, Atouguia da Baleia, Carregado, Vila Franca de Xira e Torres Vedras e Estação Elevatória 3 de Alcântara). No âmbito da certificação estão incluídas as instalações mais representativas em termos de consumo (60 % do consumo de energia da AdTA).

Iniciou-se o processo de certificação para o Sistema de Gestão de Ativos, conforme a norma NP ISO 55001 (Gestão de Ativos) com a realização da auditoria de 1.ª fase, no final do ano de 2020. A certificação permitirá que a gestão dos ativos seja efetuada, garantindo o equilíbrio entre custo, risco e desempenho ao longo do seu ciclo de vida, enquanto apoio fundamental à tomada de decisão nos investimentos e em prol da melhoria contínua.

Foram iniciados os trabalhos para desenvolvimento da Plataforma de Segurança e Sustentabilidade Empresarial, uma aplicação informática que permitirá organizar as várias vertentes e atividades no âmbito do Sistema de Responsabilidade Empresarial e cuja entrada em funcionamento se prevê para o início do ano de 2021.

Em 2020, realizou-se a 4.ª edição do "Caminho da Inovação 2020 Online", evento dedicado à inovação do setor da água que pretende debater o futuro da água, partilhar conhecimento e apresentar *case-studies* inovadores. O tema central da edição deste ano foi a "Sustentabilidade da água", e contou com painéis e sessões *Webinar* sobre "Cidades Sustentáveis", "Águas residuais em tempo de pandemia" e economia circular "eCircular".

No âmbito de candidaturas a novos projetos de investigação, desenvolvimento e inovação, durante o ano de 2020, foram submetidas nove candidaturas a programas de financiamento: quatro ao programa H2020; três ao programa P2020; uma ao programa EEA *Grants*; e uma ao programa LIFE. Destaque para a aprovação de três relativas à incidência do vírus SARS-CoV-2 em águas residuais, abrangendo a deteção, a quantificação e a modelação de SARS-CoV-2 em águas residuais como ferramenta de alerta precoce para a disseminação do vírus na comunidade (COVIDTECT); o desenvolvimento de plataformas para deteção e monitorização em águas do Coronavírus (Eco2Covid); e a avaliação dos impactos de SARS-CoV-2 no ciclo urbano da água e dos efeitos a jusante em Saúde Pública (SARS Control).

Handwritten signature and initials in blue ink, including a stylized signature and the initials "H.P." and "A.P.".

S.A.
D. H. P.
A.
V.

Relatório de Gestão O Negócio

S.2.
A
B
C
D
E

Linhas estratégicas

Orientações Estratégicas e Missão

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., é uma sociedade do setor empresarial do Estado, que integra o Grupo Águas de Portugal.

A sociedade tem por missão explorar e gerir o sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, garantindo a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de águas, no sentido da proteção da saúde pública, do bem-estar das populações, da acessibilidade aos serviços públicos, da proteção do ambiente e da sustentabilidade económica e financeira do setor, num quadro de equidade e estabilidade tarifária, contribuindo ainda para o desenvolvimento regional e o ordenamento do território, bem como para alcançar as metas previstas nos planos e nos programas nacionais e as obrigações decorrentes do normativo comunitário.

Os valores fundamentais da sociedade assentam na sustentabilidade dos recursos naturais e na preservação da água, enquanto recurso estratégico essencial à vida, no equilíbrio e na melhoria da qualidade ambiental, na equidade no acesso aos serviços básicos e na melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Os objetivos da sociedade são determinados pelas políticas públicas para o setor empresarial do Estado e, em particular, para o setor de atividade das empresas do Grupo AdP.

As orientações estratégicas são definidas nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, e através de orientações específicas emanadas por despachos ministeriais e deliberações dos acionistas, as quais devem ser vertidas nos planos estratégicos das empresas.

Assim, de acordo com o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, compete ao Ministério das Finanças, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, a definição de orientações para a elaboração dos planos de atividades e orçamento para cada ano de atividade, bem como o controlo da evolução dos níveis e condições de endividamento, nos termos do artigo 29.º do referido Regime.

Conforme também resulta do referido Regime, compete ao Ministério do Ambiente e da Ação Climática, enquanto ministério setorial, designadamente:

- Definir e comunicar a política sectorial a prosseguir;
- Emitir as orientações específicas de cariz sectorial aplicáveis a cada empresa;
- Definir os objetivos a alcançar pelas empresas públicas no exercício da atividade operacional;
- Definir o serviço público a prestar pelas empresas e promover as diligências necessárias para a respetiva contratualização.

Deveres e responsabilidades da Administração

No exercício das suas funções, o Conselho de Administração da Águas do Tejo Atlântico, S.A., terá em conta o previsto na legislação em vigor, designadamente no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, que, relativamente ao exercício de funções executivas, prevê as seguintes obrigações:

- Cumprir os objetivos da sociedade definidos em assembleia geral ou, quando existam, em contratos de gestão;
- Assegurar a concretização das orientações definidas, nos termos da lei e do contrato de gestão, e a realização da estratégia da empresa;
- Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da sociedade em todas as suas componentes;
- Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da sociedade;
- Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à sociedade, bem como a sua confidencialidade;
- Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advenha de tais factos ou documentos;
- Assegurar o tratamento equitativo dos acionistas.

Os membros do Conselho de Administração devem ainda promover a elaboração de propostas de ações que se revelem apropriadas para o desenvolvimento da sociedade e, conseqüentemente, do setor e do Grupo AdP.

Os gestores públicos que integram o Conselho de Administração da Águas do Tejo Atlântico, S.A., estão sujeitos às normas de ética aceites no setor de atividade e ao cumprimento das boas práticas de governação societária e de gestão empresarial, designadamente em matéria de transparência, prevenção da corrupção, padrões de ética e conduta, responsabilidade social, política de recursos humanos, promoção da igualdade, prevenção de conflitos de interesse e respeito pela concorrência e agentes do mercado.

Orientações Estratégicas

Os objetivos do Grupo AdP são determinados pelas políticas governamentais para o setor, através de orientações vertidas nos planos estratégicos aplicáveis às suas áreas de atuação, de orientações gerais emanadas através de despacho ministerial e por orientações específicas dos acionistas. Nos termos do regime jurídico do sector empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista por via indireta, define as orientações estratégicas.

O Conselho de Administração da AdP, SGPS, em funções a 31 de dezembro de 2020 foi eleito, para o mandato 2020-2022, a 4 de maio de 2020, em pleno Estado de Emergência, decorrente do atual contexto de Pandemia COVID-19. Até à presente data, não foram fixadas as orientações estratégicas, os objetivos e os indicadores de gestão e as respetivas metas quantificáveis para o mandato 2020-2022, devendo a avaliação dos indicadores de gestão de 2020 do Conselho de Administração da AdTA ser efetuada de forma qualitativa, na Assembleia Geral de aprovação de contas, onde também deverão ser aprovados os objetivos e os indicadores de gestão para o presente mandato.

Sem prejuízo do exposto, o Conselho de Administração atuou em 2020 em conformidade com as determinações legais vigentes e com as orientações de atuação que lhe foram transmitidas pelo titular da função acionista e pela Tutela Setorial e Financeira, designadamente e sem esgotar, através do desenvolvimento de contributos e de medidas para a alavancagem da economia nacional no contexto particular e difícil de pandemia, com enfoque na qualidade de serviço, na resiliência do sistema, na neutralidade energética e carbónica, na economia circular, na inovação e na solidariedade com os parceiros acionistas, assegurando igualmente o cumprimento da sua missão (reforçada pelo Despacho n.º 3547-A/2020, de 23 de março), através da prestação contínua e ininterrupta de um serviço público de excelência, essencial para a salvaguarda do ambiente e da saúde pública.

Acresce que o Conselho de Administração da AdP SGPS lançou no 2.º semestre de 2020 o desafio a todos os gestores e trabalhadores do Grupo Águas de Portugal para a construção de um Quadro Estratégico de Compromisso que visou estabelecer um rumo mobilizador e que permitiu consolidar uma visão partilhada e afirmativa.

Nessa medida, foram definidas as linhas gerais de orientação estratégica para todas as empresas do Grupo AdP, repartidas em 3 eixos fundamentais, que englobam 12 desafios estratégicos, materializados num programa de atuação para o triénio 2020-2022, conforme figura que se apresenta de seguida.

EIXO I CULTURA DE GRUPO FOCO: PESSOAS E ORGANIZAÇÃO

Ajustar a organização à maturidade das empresas e dos processos de negócio, estabilizando em definitivo o código genético do Grupo, alicerçado num clima de respeito, transparência e confiança.

Organização e funcionamento

Valorização do Capital Humano "NÓS AdP"

Conhecimento

Simbiose com a comunidade

EIXO II EXCELÊNCIA DE SERVIÇO FOCO: CLIENTE PARCEIRO MUNICIPAL

Salvaguardar ao nível do desempenho operacional, os mais elevados padrões de exigência na qualidade, segurança e grau de satisfação dos clientes.

Resiliência das infraestruturas

Eficiência das operações

Qualidade de serviço

Sustentabilidade económica

EIXO III UTILIDADE SOCIAL FOCO: AMBIENTE E SOCIEDADE

Impulsionar a dinâmica coletiva de resposta aos grandes desafios da sustentabilidade e proteção do ambiente.

Eficiência estrutural

Economia circular

Inovação 360º

Negócio e cooperação internacional

Enquadramento

A Envoltente

Contexto macroeconómico¹

A pandemia COVID-19 afetou profundamente a atividade económica em 2020, em Portugal e no resto do mundo. As medidas de contenção da crise de saúde pública e a atitude de precaução dos agentes económicos determinaram uma queda sem precedentes do PIB na primeira metade do ano. As projeções apresentadas assumem que as restrições serão gradualmente retiradas a partir do primeiro trimestre de 2021, embora a atividade fique condicionada até ao início de 2022, altura em que uma solução médica eficaz estará plenamente implementada. A ação das políticas monetárias, orçamentais e prudenciais foi decisiva na mitigação da crise e continuará a desempenhar um papel fundamental na dinâmica de recuperação.

Global

Após a queda de 9,4% no primeiro semestre de 2020 face ao final de 2019, a atividade económica mundial recuperou durante os meses de verão. No terceiro trimestre, o PIB mundial cresceu acima do esperado (7,3% em cadeia). O ressurgimento do número de casos de COVID-19, em particular nas economias avançadas, conduziu à reintrodução de medidas de contenção, condicionando a atividade nos setores mais afetados e a confiança dos agentes económicos.

Este exercício de projeção assume que as medidas de contenção serão mantidas ou restauradas até ao fim do primeiro trimestre de 2021 e aliviadas de forma gradual posteriormente. Não obstante esta evolução, enquanto não existir uma solução médica plenamente implementada – no início de 2022 – o vírus continuará a condicionar o comportamento dos agentes económicos e a atividade.

As hipóteses para o enquadramento externo da projeção traduzem uma recuperação gradual da economia mundial. Após uma queda de 3,5% em 2020, o PIB mundial cresce 5,6% em 2021 e 3,7% em média nos dois anos seguintes.

O comércio mundial diminuiu 9,5% em 2020 e cresce 7,1% em 2021 e 4,0 % em média nos dois anos seguintes. A recuperação do comércio deverá ser condicionada pelos fluxos internacionais de turismo e de transportes, e por uma reorganização das cadeias de produção globais. A procura externa dirigida a Portugal diminuiu 12,6% em 2020 e cresce 7,1% em 2021 e 4,7% em média no período 2022-23. Assume-se que, a partir de 2021, o comércio entre a UE e o Reino Unido passará a reger-se segundo as condições da Cláusula da Nação mais favorecida estabelecida no âmbito da Organização Mundial do Comércio, o que implica maiores barreiras ao comércio entre as duas regiões e contribui para a revisão em baixa da procura externa dirigida a Portugal.

Zona do Euro

Após uma queda de 15,0% no primeiro semestre de 2020, o produto interno bruto (PIB) real da área do euro recuperou 12,5% no terceiro trimestre, o que representa um aumento significativamente mais forte do que o avançado nas projeções de setembro de 2020 elaboradas por especialistas do BCE. Contudo, espera-se que a recente intensificação das medidas de contenção em resposta a um forte ressurgimento das infeções por coronavírus (COVID-19) nos vários países resulte numa nova descida da atividade no quarto trimestre. A atividade deverá também ser fraca no primeiro trimestre de 2021. Não obstante este revés no curto prazo, notícias positivas sobre o desenvolvimento de vacinas conferem maior confiança ao pressuposto de uma resolução gradual da crise sanitária ao longo de 2021 e em inícios de 2022. Tal, a par do apoio substancial proporcionado pela política monetária e pelas políticas orçamentais – em parte devido ao pacote do instrumento de recuperação da União Europeia (UE) designado "Next Generation EU" (NGEU) – e da subida em curso da procura externa, deverá permitir uma retoma firme no decurso de 2021, com o PIB real a regressar ao nível anterior à crise até meados de 2022. Por conseguinte, apesar de as perspetivas a curto prazo se terem deteriorado, a trajetória do PIB da área do euro a partir de 2022 deverá ser globalmente semelhante à indicada nas projeções de setembro de 2020 elaboradas por especialistas do BCE. Na área do euro, a atividade económica caiu 7,3% em 2020 e aumenta 3,9% em 2021 e cerca de 3%, em média, em 2022-23. O ritmo esperado da recuperação económica é diferenciado entre países, refletindo, entre outros fatores, o peso na estrutura produtiva dos setores mais afetados pelo distanciamento social e o alcance e duração da resposta de política económica.

No que se refere à inflação, os efeitos de base em sentido ascendente associados à queda anterior dos preços do petróleo e ao impacto em sentido ascendente decorrente da inversão da redução da taxa do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) na Alemanha, implicam

¹ Fonte: FMI *World Economic Outlook*; *European Commission Economic Outlook*; Boletim económico do Banco Portugal; Projeções Macroeconómicas do Banco Central Europeu; Eurostat e INE.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature and some initials.

uma subida da inflação global em 2021. A inflação medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) excluindo preços dos produtos energéticos e dos produtos alimentares deverá apresentar uma recuperação muito mais fraca em 2021, visto que os efeitos desinflationistas generalizados resultantes da fraqueza da procura, especialmente nos setores dos serviços, dominam as pressões em alta sobre os custos decorrentes das restrições do lado da oferta. No médio prazo, a inflação global deverá subir de forma gradual, refletindo sobretudo um ligeiro aumento do contributo da inflação medida pelo IHPC excluindo preços dos produtos energéticos e dos produtos alimentares, que, no entanto, se considera que permanecerá bastante fraca, situando-se em 1,2%, em 2023. De um modo geral, a projeção de referência indica uma subida da inflação medida pelo IHPC de 0,2% em 2020 para 1,0% em 2021 e, posteriormente, uma nova subida gradual para 1,1% em 2022 e 1,4% em 2023. Em comparação com as projeções de setembro de 2020 elaboradas por especialistas do BCE, a inflação medida pelo IHPC foi revista em baixa para 2020 e 2022, devido aos dados mais fracos que têm vindo a ser disponibilizados para a inflação medida pelo IHPC excluindo preços dos produtos energéticos e dos produtos alimentares e a uma reavaliação em baixa das pressões inflacionistas desde as projeções anteriores, no contexto de uma margem disponível abundante, mas em diminuição, nos mercados de bens e de trabalho.

Tendo em conta a persistente incerteza significativa quanto à evolução da pandemia, às potenciais soluções médicas (incluindo a distribuição e a adesão às vacinas) e à dimensão das marcas deixadas na economia, foram novamente preparados dois cenários alternativos. O cenário moderado considera uma contenção mais bem-sucedida do vírus, uma rápida disponibilização de vacinas e marcas limitadas deixadas na economia. Neste cenário, o PIB real recuperaria 6,0% no próximo ano, atingindo os níveis anteriores à crise já no final de 2021, e a inflação subiria para 1,5% em 2023. Em contraste, o cenário grave, com uma resolução tardia da crise sanitária e perdas substanciais e permanentes de potencial económico, implicaria um aumento marginal em 2021 do PIB real, que, em 2023, ainda se situaria cerca de 2% abaixo dos níveis registados antes da crise, sendo a inflação apenas de 0,8% nesse ano.

Portugal

De acordo com as previsões do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Banco de Portugal, os principais indicadores económicos para 2020 são os seguintes:

	Estimativa 2020	Ano 2019
Taxa crescimento Produto Interno Bruto	-8,1%	2,2%
Taxa crescimento Consumo Privado	-6,8%	2,3%
Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor	-0,2%	0,3%
Taxa de desemprego	7,2%	6,3%
Taxa de juro OT 10 Anos	0,41%	0,75%

Neste enquadramento, projeta-se uma queda do PIB de 8,1% em 2020, seguida de um crescimento de 3,9% em 2021, 4,5% em 2022 e 2,4% em 2023. A atividade retorna o nível pré-pandemia no final de 2022. A recuperação da atividade traduz-se numa melhoria no mercado de trabalho, perspetivando-se um aumento do emprego e uma redução da taxa de desemprego a partir de meados do próximo ano.

No primeiro semestre de 2020, a atividade diminuiu 17,3%, em termos acumulados, face ao final de 2019. No terceiro trimestre, após o gradual levantamento das medidas de contenção, assistiu-se a uma recuperação rápida e acentuada da atividade, com um crescimento do PIB de 13,3% face ao trimestre anterior. Esta recuperação, superior à antecipada, beneficiou da realização de despesa adiada durante o período de confinamento e da recuperação da generalidade das atividades produtivas. A trajetória de recuperação foi invertida no quarto trimestre com a implementação de novas medidas de contenção em Portugal e nos principais parceiros comerciais. A projeção aponta para uma queda da atividade no quarto trimestre de 1,8% face ao trimestre anterior. A pandemia tem um impacto assimétrico na atividade económica, sendo mais negativo nos setores mais afetados pelas medidas de distanciamento social. Esta heterogeneidade é também visível quando se comparam empresas com dinâmicas de crescimento distintas antes da pandemia.

A inflação apresenta um aumento gradual e contido ao longo do horizonte de projeção, atingindo 1,1% em 2023, num quadro de prevalência de subutilização dos recursos produtivos e de manutenção das expectativas de inflação em níveis baixos.

Em 2020, a economia portuguesa apresenta necessidades líquidas de financiamento face ao exterior. A deterioração da balança corrente e de capital decorre da evolução da balança de bens e serviços e, em particular, da redução do excedente dos serviços relacionados com o turismo. De 2021 a 2023, a balança corrente e de capital volta a apresentar um saldo positivo refletindo a melhoria da balança de bens e serviços e o aumento da entrada de fundos europeus, em particular do *Next Generation EU* (NGEU).

Tomando como referência as projeções mais recentes do Eurosistema, a economia portuguesa cresce acima da área do euro no período 2022-23, o que traduz uma retoma do processo gradual de convergência real. Neste período as exportações portuguesas deverão crescer acima das da área do euro.

Handwritten notes and signatures in blue ink at the top right of the page.

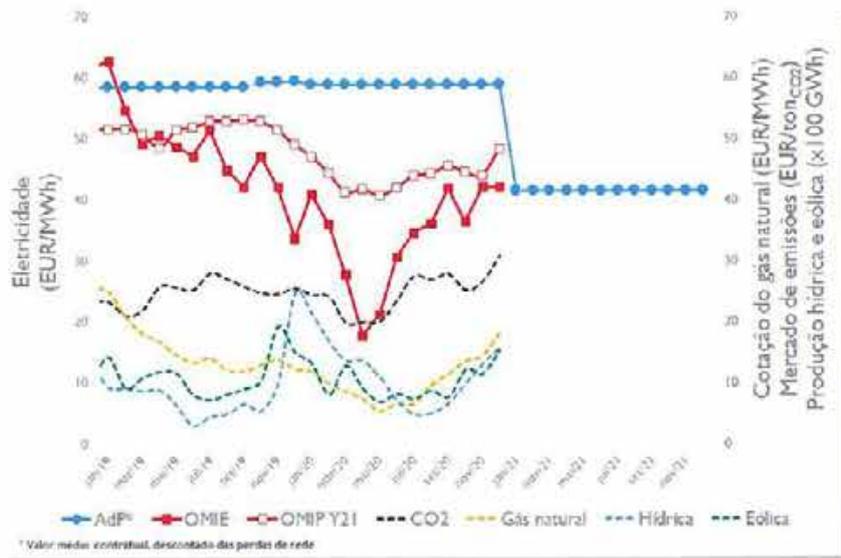
As perspetivas para a economia portuguesa estão rodeadas de uma incerteza elevada associada à evolução da pandemia e à implementação no curto prazo de uma solução médica eficaz em larga escala. A resposta dos agentes económicos às medidas de proteção da saúde pública e o impacto das medidas de apoio também acarretam incertezas.

No que respeita às taxas de juro, o Banco Central Europeu prevê a manutenção de taxas diretoras negativas até 2023 e a manutenção da média ponderada das taxas de rendibilidade nominais das obrigações de dívida pública a dez anos, entre -0,1% e 0,1% (2020-2023).

A Energia no Grupo AdP – Preços e Consumos

No ano de 2020 a cotação média da eletricidade em Portugal no mercado grossista ibérico (OMIE), atingiu 33,99 €/MWh (foi de 47,87 €/MWh em 2019).

Esta descida face a 2019 resulta fundamentalmente do impacto da pandemia COVID-19 nos mercados elétricos, em resultado da forte redução da economia e, por consequência, dos consumos energéticos.



A figura anterior traduz a evolução do preço da energia nos mercados Ibéricos nos anos de 2019 e 2020.

Analisando pelas componentes que influenciam o preço da energia destaca-se o aumento da produção hídrica em 38% e a redução do preço do gás natural em 34%, sendo que a cotação média do CO₂ em termos anuais não sofreu grande variação.

Esta redução da cotação da eletricidade no mercado ibérico foi acompanhada nos mercados diários europeus, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

Variação da cotação média da energia elétrica (mercado diário)	2020/ 2019
Portugal	-29%
Alemanha	-19%
França	-18%

A variação dos preços da energia elétrica no mercado de futuros (OMIP), para fornecimento em 2021, teve um ritmo inverso, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

Variação da cotação média da energia elétrica (mercado de futuros)	2020/ 2019
Portugal	-15%
Alemanha	-16%
França	-11%

No ano de 2020, a produção de energia elétrica em Portugal foi de 49.342 GWh (+1,2% do que em 2019), enquanto o consumo nacional se situou em 48.813 GWh, inferior em 3,0% face a 2019, sendo o mais baixo consumo da década (fica 6,8% abaixo do máximo registado em 2010).

Esse consumo foi satisfeito em 55% com produção de origem renovável, superior aos 49% verificados em 2019. A produção térmica (45%) apresentou um crescimento de 5% no gás natural e de 5% na cogeração (face a 2019), sendo de realçar que a produção com base em carvão reduziu-se em 58%, sendo de apenas 4% a sua importância no consumo de 2020. O saldo com o exterior foi importador em 3% do consumo (em 2019 o saldo importador foi de 7%). Em termos meteorológicos, a temperatura média de 2020 foi 0,5° C inferior a 2019, o que terá aumentado as necessidades de consumo por aquecimento, enquanto o índice de produtividade hidroelétrica aumentou de 0,81 em 2019 para 0,97 em 2020, com impacto na produção hídrica que aumentou em 38% entre os dois anos.

No preço da eletricidade para os consumidores (no caso as empresas do Grupo AdP) tem impacto relevante a fixação das Tarifas de Acesso a Redes (TAR) pela ERSE, na qualidade de entidade reguladora, onde, a par dos custos de operação das redes, são incluídos os custos de política energética, ambiental ou de interesse económico geral (CIEG), nomeadamente, a recuperação do défice tarifário e as convergências tarifárias regionais.

No ano de 2020 verificou-se de novo a subida das TAR, que correspondeu a +2,15% face a 2019. Essa tendência mantém-se para 2021, uma vez que as TAR tomam a subir, embora apenas nos fornecimentos em baixa tensão (+6,2%).

Com base nos dados de faturação (quase finais), os consumos elétricos do Grupo AdP reduziram muito ligeiramente entre 2020 e 2019, cifrando-se neste ano em 746,0 GWh (-0,2% do que em 2019).

Destes, 721,6 GWh foram consumidos a partir da rede elétrica (RESP), que corresponde a -0,4% do que em 2019 e 24,4 GWh a partir de autoconsumo gerado a partir de fontes endógenas e renováveis (+3,5% do que em 2019). Este valor de 721,6 GWh resulta do fornecimento dos comercializadores de 718,6 GWh e do fornecimento pela REN de 3,0 GWh no âmbito do projeto piloto de Reserva de Regulação.

Destaque para a produção própria de energia, seja para injeção na rede elétrica seja para autoconsumo. Os dados de 2020 apontam para uma produção de quase 35,7 GWh/ano (+8,5%), dos quais 11,3 GWh (+14,5% do que em 2019) foram para venda à RESP.

Na produção de energia elétrica, o destaque vai para o biogás, que em 2020 foi responsável pela produção de 31,3 GWh/ano (+1,7 GWh/ano e +5,9% do que em 2019) e para o solar fotovoltaico com 4,4 GWh/ano (+0,9 GWh/ano e +2,1% do que em 2019).

Em termos de autossuficiência energética, o Grupo AdP atingiu cerca de 4,8% do seu consumo total de energia (foi de 4,4% em 2019). Em termos gerais, o saldo com a RESP do Grupo AdP em 2020 foi de 710,3 GWh, que representa uma variação de -0,6% do que em 2019, em que o saldo foi de 714,3 GWh.

Em termos de emissões de CO₂, a produção própria de energia possibilitou uma redução de 9.143 toneladas, o que representa uma redução de -496 ton face a 2019 (-5,7%).

A fatura com a energia elétrica, com todos os encargos, atingiu em 2020 os 75,2 milhões de euros (+0,9% do que em 2019), que corresponde a cerca de +0,7 milhões de euros face aos gastos registados no ano anterior, resultado conjugado da redução do consumo (-0,2%), com o aumento do preço médio de compra de energia (cerca de +0,1%) e o aumento do valor médio das TAR (+3,0%).

Em termos de custos de energia para as empresas do Grupo AdP, o valor médio global em 2020 foi cerca de 104,3 €/MWh (103,0 €/MWh em 2019), correspondendo a um aumento médio de +1,3% face a 2019, representando o custo de aquisição de energia 60% (versus 61% em 2019).

Contudo, os valores médios de aquisição de energia nos mercados foram de 62,57 €/MWh e 62,49 €/MWh, para 2020 e 2019, respetivamente (+0,1%). O diferencial para mais resulta da aplicação das TAR e de outros impostos e taxas legalmente aplicáveis.

Em termos nacionais e relativamente a 2020, o Grupo AdP é um dos cinco maiores consumidores de energia do país (representando 1,5% do consumo total de energia elétrica a partir da RESP, tendo sido de 1,4% em 2019), e o maior em termos de pontos de ligação à rede.

Em termos do segmento Estado, o Grupo AdP é o maior consumidor público nacional, quer em pontos de ligação quer em consumo de energia elétrica.

O Grupo AdP tinha, a 31 de dezembro de 2020, 6.453 pontos de ligação à RESP (9 em Alta Tensão, 1.005 em Média Tensão, 374 em Baixa Tensão Especial e 5.065 em Baixa Tensão Normal), o que representa um crescimento de 6,15% face a 2019 (+374 novos pontos de ligação). Refira-se que, dos pontos de ligação à rede, apenas 6.188 registaram consumos durante o ano de 2020, representando 95,89% ativos.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'AdP' and other illegible marks.

O Grupo AdP celebrou para 2021 e 2022 um contrato de fornecimento de eletricidade em AT, MT e BTE com uma redução média de 30% face ao contrato em vigor em 2020, tirando partido da forte descida das cotações dos mercados elétricos ocorrida em março de 2020. Já nos fornecimentos em BTN, o contrato em vigor abrange o período anual de 2021 e 2022, estando em curso o lançamento de um procedimento de consulta de mercado em resultado do surgimento de uma oportunidade que pode ser vantajosa.

Estima-se que para o ano de 2021, o valor médio deverá situar-se em torno dos 87,00 €/MWh (versus 104,3 €/MWh em 2020 e 103,0 €/MWh em 2019), o que representa uma importante redução face aos preços unitários praticados nos dois anos imediatamente anteriores, fortemente influenciado pela descida do preço médio de compra de energia no mercado, e em resultado da estratégia que se vem seguindo no processo de compra.

Os valores estimados para 2021 tiveram como base a atual estrutura de consumos das empresas do Grupo AdP, pelo que eventuais alterações no perfil terão efeitos no preço médio da energia por empresa e no Grupo.

Sem embargo, é ainda possível incrementar uma maior redução de gastos através de uma gestão eficiente da energia, envolvendo a otimização dos níveis de tensão, a redução das potências contratadas, a eliminação da energia reativa e o ajustamento do perfil de consumo de energia da rede em função dos períodos tarifários e ciclos de funcionamento,

Em 2019, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, I de julho de 2019, foi aprovado o Roteiro para Neutralidade Carbónica (RCM 2050), que estabelece como objetivo a redução de emissões de GEE para Portugal entre 85% e 90% até 2050, face a 2005, e a compensação das restantes emissões através do uso do solo e florestas, a alcançar através de uma trajetória de redução de emissões entre 45% e 55% até 2030, e entre 65% e 75% até 2040, em relação a 2005.

Aquela RCM estabelece, ainda, um conjunto de vetores de descarbonização e linhas de atuação para uma sociedade neutra em carbono, como se indica no ponto anterior relativo à estratégia nacional para a energia para 2030, que devem ser tidos em consideração na definição de qualquer estratégia relacionada com a energia.

Nesse sentido, merece destaque a aprovação e a apresentação pública do Projeto de Neutralidade Energética do Grupo AdP (e, por consequência, a neutralidade carbónica), com base em deliberação da Comissão Executiva da AdP SGPS, que tem como princípios:

- A neutralidade energética a atingir não se limita à energia elétrica consumida nas instalações operacionais, mas toda a energia elétrica consumida em todas as instalações (operacionais e não operacionais, quer seja ativos regulados ou não regulados), no país e no estrangeiro, bem como a energia elétrica consumida nas atividades da responsabilidade das empresas do Grupo fora de Portugal;
- Os objetivos passam, em primeiro lugar, pela redução do consumo de energia, aproveitando a oportunidade para promover a utilização de soluções mais eficientes aproveitando o ciclo de renovação de ativos que se aproxima em muitas infraestruturas;
- As fontes de produção de energia renovável baseiam-se num mix, considerando sistemas baseados em solar fotovoltaica, principalmente solar (solo e flutuante), eólica, hídrica e cogeração a biogás através da maximização da sua produção;
- O projeto teve em conta a maximização do escoamento de produção para autoconsumo (evitando ao máximo a utilização da rede), privilegiando soluções de autossustentabilidade energética e a permuta de energia entre infraestruturas e entre empresas, por via da Comunidade de Energia Renovável que se pretende construir;
- As ações constantes do Projeto foram pré-dimensionadas e orçamentadas, por empresa e em agregado, determinadas a TIR, o VAL e demais parâmetros pertinentes, bem como o cronograma previsional de execução, considerando, como prioritários, os projetos com potência mais elevada, com maior nível de autoconsumo e com as TIR mais elevadas.

Foram considerados os valores de redução de emissões de CO₂ que este projeto proporciona, bem como o valor, em euros, dessa redução para Portugal, apesar de não terem sido tidos na avaliação económica dos mesmos.

O Projeto de Neutralidade Energética permitiu ainda aprofundar matérias como a coesão territorial e de solidariedade energética, tirando partido da estratégia que o Grupo AdP persegue - está no seu ADN - e que consiste numa das suas principais missões.

Sendo o consumo de energia elétrica indissociável da atividade das empresas do Grupo AdP, constitui uma parcela substancial nos custos das entidades gestoras de abastecimento de água e/ ou de saneamento de águas residuais, com um peso muito significativo no FSE e com uma repercussão direta nas tarifas praticadas nos serviços de água e saneamento.

Assim, com a implementação deste Projeto, as empresas do Grupo AdP, para além da redução dos seus consumos, da diminuição da dependência dos operadores do setor energético e do aumento da resiliência do sistema, passarão a controlar de forma mais direta o preço da energia elétrica, sem embargo dos efeitos que as alterações legislativas, nacionais e comunitárias, poderão induzir no preço final da energia elétrica e sobre as quais não se torna possível perspetivar o seu efeito direto.

Justifica-se, ainda, que se destaque o facto de este importante projeto de desenvolvimento, que teve início em janeiro de 2020, constituir uma ferramenta relevante para o Grupo AdP e para Portugal, que através de uma importante redução dos consumos energéticos e de

um aumento da produção própria de energia, contribuirá decisivamente para que o Grupo atinja em 2030 a meta de redução de 50% das emissões de GEE medidas em 2010 com que se comprometeu com as Nações Unidas, por via da *United Nations Global Compact* - subscrito a 6 de novembro de 2019 -, e o país alcance os objetivos ambiciosos de neutralidade carbónica em 2050 constantes do Roteiro para a Neutralidade Carbónica.

O Setor

O setor a nível mundial²

“A água é um direito humano. Ninguém deve ter esse acesso negado”

António Guterres, secretário-geral das Nações Unidas.

“Alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e justos para todos, melhorar a qualidade da água e reduzir para metade a proporção de águas residuais não tratadas reduzindo substancialmente o número de pessoas afetadas pela escassez de água. Um propósito que simboliza precisamente a mensagem da Agenda 2030: não deixar ninguém para trás”

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6 (ODS)

O acesso a água potável e ao saneamento adequado é um direito humano básico e constitui-se como fator fundamental na obtenção de bons resultados em áreas de desenvolvimento como agricultura, energia, capacidade de adaptação a desastres, saúde humana, meio ambiente e, ultimamente, crescimento económico. Em muitos países, o crescimento económico e demográfico e a consequente urbanização aumentaram a procura de água, enquanto a oferta permaneceu inalterada ou diminuiu devido, fundamentalmente, às mudanças climáticas.

Apesar de, nos últimos 25 anos, o número de pessoas no mundo sem acesso a uma fonte melhorada de abastecimento de água tenha sido reduzido para metade, em 2015, pouco mais de um quarto da população nos países considerados pobres teve acesso a melhores serviços de saneamento.

Mesmo nas regiões em desenvolvimento e desenvolvidas, onde existe acessibilidade, os serviços são caracterizados por má gestão, financiamento desadequado e baixos níveis de investimento. Poucas empresas no setor a nível mundial cobrem o nível de custos operacionais necessário e apenas algumas conseguem fazer face ao serviço da dívida contraída.

À escala mundial, é necessário melhorar a gestão dos recursos, facilitar o acesso universal a água e saneamento, e otimizar o uso dos recursos hídricos. Urge criar resiliência através de sistemas que possam resistir melhor aos eventos climáticos extremos e, ao mesmo tempo, abordar a fragilidade existente em países com escassez de água.

Paralelamente, as incertezas provocadas pela política económica e pelas alterações climáticas exponenciam os desafios que se colocam nesta matéria.

Foi neste âmbito que o *World Bank Water Global Practice* constituiu o novo Plano Estratégico lançado pelo Banco Mundial em 2019 na prossecução da meta do ODS6 (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável para a Água) baseado na: i) sustentabilidade dos recursos hídricos, ii) acessibilidade e iii) resiliência dos sistemas.

² Fonte: <http://www.worldbank.org>; <http://oecdobserver.org>; <https://fwa-network.org/>; <https://unric.org/pt/>

Handwritten notes and signatures in blue ink at the top right of the page.

E reconhece que a gestão sustentável da água não inclui apenas o acesso à água potável e serviços de saneamento adequados, mas também envolve abordar a questão num contexto mais amplo, incorporando questões como a qualidade da água e do esgoto, a gestão, a escassez e o uso eficiente da água, a gestão dos recursos hídricos e a proteção e a restauração dos ecossistemas relacionados.

Como referido, os desafios existentes neste setor não se limitam aos países em desenvolvimento. O fenómeno das alterações climáticas é planetário. Como exemplo, Melbourne, na Austrália, enfrentou recentemente uma contaminação no seu sistema de abastecimento de água, causado por uma tempestade.

Dois destes desafios são objetivamente a necessidade de reduzir o consumo de água e, simultaneamente, diminuir o grau de poluição das águas residuais. A questão é: como?

É comumente aceite que a resolução passa não só pela tecnologia, mas também (e sobretudo) pelas pessoas e processos. O setor de água é, desde há muito, conhecido por ser "rico em dados", mas "pobre em informações". Parte da explicação está no facto das necessidades não terem sido total e adequadamente definidas. O esforço nesta matéria será o compromisso das partes interessadas, no sentido de descobrir que tipo de informação é necessária e quais são os dados que irão satisfazer as necessidades dessas mesmas partes. Após essa definição, devem seguir-se os processos de análise (de lacunas) para que se considere a função de instrumentação.

Como fonte de dados, a instrumentação constitui-se como um pilar para a construção de uma futura "indústria de água transformada digital". Efetivamente, isto permitirá usar os dados e convertê-los em informação, consciência situacional, visão comercial e operacional. Com isto feito, o setor, a indústria e as empresas gestoras estarão mais aptas a atender os clientes e a proteger o meio ambiente.

Instalando a instrumentação e utilizando-a de forma adequada, ou seja, obtendo os dados corretos e deles extraíndo a informação necessária, estão criadas as condições para assegurar uma correta operação e manutenção do sistema. E, em última instância, uma gestão com base em dados fidedignos não comprometerá as visões táticas e estratégicas.

A mensagem que se pretende passar e que as organizações mundiais subscrevem é que se o setor deseja alcançar a transformação digital, temos que acertar o básico.

O abastecimento e o saneamento em Portugal³

Os serviços de abastecimento de água e de saneamento das águas residuais são de uma enorme relevância no desenvolvimento de um País. Quer do ponto de vista da saúde pública, quer do ponto de vista da sustentabilidade ambiental.

Em Portugal, o setor caracteriza-se pela existência de um grande número de intervenientes: ao nível da administração, a entidade reguladora e as entidades da Administração Central, e na gestão dos sistemas incluem-se os municípios, as associações de municípios, as empresas municipais e intermunicipais, as empresas públicas (nomeadamente as concessionárias), as empresas privadas concessionárias e as empresas privadas prestadoras de serviços de gestão.

O setor das águas é de capital-intensivo e com períodos longos de recuperação do investimento. Com efeito, o elevado investimento necessário numa fase inicial, apenas permite o respetivo retorno, através da suavização das tarifas praticadas, ao longo do período de vida útil das infraestruturas. É, portanto, um facto que, a redução dos períodos de retorno dos investimentos, implicaria o aumento das receitas anuais, o que traria impactos significativos nas tarifas a praticar aos utilizadores finais.

Em Portugal, o grau de maturidade do setor garante a cada vez maior disponibilidade destes serviços em todo o território, acompanhada da melhoria da qualidade a preços acessíveis para as populações.

Panorama Nacional

Abastecimento de Água	Saneamento de Águas Residuais
<ul style="list-style-type: none">▪ 9,7 milhões de habitantes servidos▪ 96% de alojamentos servidos▪ 189 litros: consumo médio diário de água por habitante▪ Tarifa média ponderada: 0,5293€/m³▪ Indicador de água Segura em Portugal Continental (alta) 99,60%	<ul style="list-style-type: none">▪ 8,6 milhões de habitantes servidos com drenagem▪ 85% de alojamentos servidos▪ 8,5 milhões de habitante servidos com tratamento▪ 84% de alojamentos servidos com tratamento▪ 1,3 milhões de m³ de águas residuais tratadas diariamente▪ Tarifa média ponderada: 0,5316€/m³

Dados RASARP 2020 – ERSAR

³ Fonte: <http://www.ersar.pt/pt>; <https://www.apambiente.pt>; Diário da República, 1.ª série

S. A.
B
C
D
E
F
G
H
I
J
K
L
M
N
O
P
Q
R
S
T
U
V
W
X
Y
Z

Manteve-se em execução o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para Portugal continental, no período 2014 – 2020: PENSAAR 2020 – Uma Nova Estratégia para o Setor de Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais. Este Plano Estratégico representa o instrumento estratégico para o setor em Portugal. Promove, junto das populações, o acesso a um serviço público de água e saneamento de qualidade, adequado às necessidades, com custos socialmente aceitáveis, no quadro legal comunitário e nacional, e no enquadramento da política europeia em inovação para o setor.

Os modelos de gestão e de organização dos serviços de abastecimento de água, saneamento de águas residuais encontram-se previstos em diplomas legais que se elencam e que consagram os regimes jurídicos da gestão e exploração dos sistemas de base municipal, multimunicipal e de parceria entre o Estado e as autarquias locais:

- Decreto-Lei n.º 319/94, de 24 de dezembro, com a redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto: estabelece o regime jurídico da construção, exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação e tratamento de água para consumo público, quando atribuídos por concessão, e aprova as respetivas bases;
- Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro, com a redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto: consagra o regime jurídico da concessão da exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de recolha, tratamento e rejeição de efluentes;
- Lei n.º 88-A/97, de 25 de julho, com a redação dada pela Lei n.º 35/2013, de 11 de junho: regula o acesso da iniciativa económica privada a determinadas atividades económicas;
- Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril: estabelece o regime das parcerias entre o Estado e as autarquias locais para a exploração e gestão de sistemas municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos;
- Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, com a última redação dada pela Lei n.º 12/2014, de 6 de março: estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos;
- Portaria n.º 34/2011, de 13 de janeiro: estabelece o conteúdo mínimo do regulamento de serviço relativo à prestação dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos aos utilizadores;
- Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, com a última redação dada pelo Decreto-Lei n.º 72/2016 de 4 de novembro: define o regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos;
- Despacho n.º 4385/2015, de 30 de abril: aprovou a estratégia para o abastecimento de água e o saneamento de águas residuais, para Portugal continental no período 2014-2020, designada por "PENSAAR 2020 – Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais";
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho: aprova o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050, A Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2017, de 7 de junho, criou a Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca (Comissão Permanente da Seca), que vem desenvolvendo os respetivos trabalhos com vista à antecipação dos efeitos da escassez de água e à construção de pistas de solução de resiliência para lhe fazer face.

O Grupo AdP

O Grupo AdP é o principal grupo empresarial português com atividade nos domínios do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais. Detido maioritariamente pelo Estado, constitui-se como instrumento empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nestes domínios do setor do ambiente, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e a proteção dos valores ambientais.

O Grupo atua em todas as fases do ciclo urbano da água, desde a captação, o tratamento, o transporte e distribuição de água para consumo público, à recolha, transporte, tratamento e rejeição de águas usadas, urbanas e industriais, incluindo a sua reciclagem e reutilização. Através das suas empresas, tem uma presença alargada no território continental, prestando serviços a cerca de 80% da população portuguesa.

No âmbito do PENSAAR 2020 e do programa do XXI Governo Constitucional, foi efetuada a reestruturação do setor das águas, que passou pela reversão das agregações dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais existentes, criadas ao abrigo dos Decretos-Leis n.ºs 92/2015, 93/2015 e 94/2015, de 29 de maio. Assim, nos termos dos Decretos-Leis n.ºs 16/2017 de 1 de fevereiro e 34/2017 de 24 de março, o Grupo Águas de Portugal passou a integrar quatro novas sociedades gestoras de sistemas multimunicipais de água e de saneamento de águas residuais, incluindo a Águas do Tejo Atlântico, S.A.

A 31 de dezembro de 2020, o Grupo AdP era constituído por 19 empresas, das quais 13 entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais.

O Grupo AdP trabalha em estreita colaboração com os municípios na construção de soluções de agregação de operações em baixa, aplicando o seu *know-how* no sentido promover soluções mais eficientes e com preços mais justos de abastecimento e saneamento às populações, destacando-se o início da atividade operacional da empresa Águas do Alto Minho, em 1 de janeiro de 2020, que constitui uma parceria entre o Estado Português e os Municípios Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira.

Em 2020, ano marcado pela Pandemia COVID-19, o Grupo preparou-se, quer no âmbito dos Planos de Contingência para o COVID-19, quer nos planos operacionais e de emergência para gerir os riscos e as contingências inerentes a este tipo de situação, de forma a garantir o abastecimento de água e o tratamento das águas residuais de forma segura e fiável.

Em todas as empresas foi desenvolvido e implementado um Plano de Contingência no âmbito da infeção pelo novo coronavírus COVID-19, elaborado de acordo com a Orientação n.º 006/2020, de 26 de fevereiro, da Direção Geral da Saúde, que integra medidas excecionais de gestão de risco para garantir a segurança e a fiabilidade dos serviços de abastecimento de água e tratamento de águas residuais.

A gestão da energia constitui uma das prioridades estratégicas do Grupo AdP no quadro da promoção de níveis de eficiência que garantam a ecoeficiência e a sustentabilidade das suas operações de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, promovendo ainda uma redução de encargos associados. Assim, aprovou o Programa de Neutralidade Energética que visa reduzir os consumos energéticos e aumentar fortemente a produção própria de energia 100% renovável, permitindo atingir a neutralidade energética em 2030. Com este programa, o Grupo posiciona-se como o primeiro grupo de dimensão internacional a atingir a neutralidade energética em todas as suas atividades nacionais e internacionais a nível mundial.

No âmbito da implementação das medidas e ações estabelecidas no Plano de Eficiência e de Produção de Energia (PEPE) do Grupo AdP, tem-se efetivado a redução da potência contratada mínima nas infraestruturas das empresas participadas, resultando numa redução significativa na fatura da energia elétrica consumida.

No âmbito do Despacho n.º 63212/2019, de 10 de julho, dos Ministros do Ambiente e da Transição Energética e da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, a AdP Serviços assumiu-se como entidade concessionária da exploração e gestão do novo sistema integrado de tratamento e valorização dos efluentes agropecuários e agroindustriais, através de cessão da posição contratual, em que se substitui à AdP Energias. Mantém como responsabilidade a realização dos estudos técnicos e económico-financeiros necessários à criação de um novo serviço público destinado ao tratamento e à valorização destes efluentes.

Dando continuidade às políticas de eficiência ambiental, e na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 119/2019, de 21 de agosto, o Grupo AdP encetou um conjunto de iniciativas no sentido de dar cumprimento à estratégia definida em matéria de reutilização.

O desenvolvimento das suas capacidades e competências no mercado nacional permitiu a expansão internacional do Grupo AdP, atuando como montra das vantagens competitivas que Portugal detém no setor do ambiente e desenvolvendo projetos de assistência técnica e parceria em diferentes países.

O Grupo reafirmou o seu empenho na transição para uma economia de baixo carbono com a subscrição do compromisso “*Business Ambition for 1.5°C*” da *United Nations Global Compact*, que visa reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e contribuir para a sustentabilidade do planeta.

Destaque ainda para o facto da Águas de Portugal integrar a rede “*Leading Utilities of the World*”, onde se juntam as empresas do setor que se distinguem mundialmente pelo seu elevado desempenho e capacidade de inovação, e estar, pela primeira vez, representada no *board da Water Europe*, plataforma europeia dedicada à promoção e divulgação de projetos de investigação, desenvolvimento e inovação no setor da água.

O Grupo é também membro do *User Board* do CLIM2POWER, projeto de investigação que estabelece uma ponte entre o conhecimento científico complexo baseado em modelos, traduzindo dados climáticos em informação de suporte à gestão operacional de centrais de geração de energia.

A Regulação

Enquadramento Regulatório

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP prestam serviços no setor das águas, através das atividades de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais, que podem incluir para além dos efluentes domésticos, efluentes

industriais ou pluviais. Este setor é regulado e está sujeito à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) nos termos definidos na Lei n.º 10/2014, de 6 de março, no que diz respeito à regulação económica, regulação da qualidade de serviço, da interface com o utilizador, exercendo ainda a ERSAR a atribuição de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano.

No que diz respeito à regulação ambiental, as entidades gestoras estão ainda sujeitas à intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

Os serviços prestados assentam nos princípios da defesa do interesse público, do caráter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva, que pressupõe a adequada recuperação dos gastos associados à provisão dos serviços, e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos sectoriais nacionais.

As entidades gestoras que integram o Grupo AdP atuam de acordo com vários modelos de gestão (concessionada ou delegada) e nos segmentos "alta" (EPAL; sistemas multimunicipais (SMM), AdSA e parceria Estado-Autarquias) e "baixa" (EPAL, AdSA e parceria Estado-Autarquias) da cadeia de valor do setor das águas.

Regulação Económica

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP estão sujeitas à regulação económica por parte da ERSAR e regem-se igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como de acordo com os respetivos contratos de concessão, de parceria e de gestão. Estes contratos dispõem quanto às obrigações mínimas do serviço público, ao plano de investimentos, às regras de cálculo tarifário e à remuneração contratual.

A intervenção da ERSAR em matéria económica junto destas entidades gestoras encontra-se delimitada, consoante se trate de uma entidade gestora de um sistema de titularidade estatal (EPAL, SMM e AdSA), para quem a ERSAR fixa as tarifas e os rendimentos tarifários, quando aplicáveis, e para os sistemas de titularidade municipal (parceria Estado-Autarquias), para quem a ERSAR verifica a conformidade das tarifas e dos tarifários com as disposições contratuais e verifica a conformidade com o regulamento tarifário, quando este existir. Para todas as entidades supervisiona os demais aspetos económicos e financeiros.

A Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, trouxe alterações aos estatutos da entidade reguladora em matéria tarifária, aguardando-se a respetiva regulamentação durante o 1.º trimestre de 2021.

Nos SMM, para além da fixação de tarifas e rendimentos tarifários, quando aplicável, a ERSAR define cenários de eficiência produtiva e aprova o valor dos desvios de recuperação de gastos (DRG) que as entidades gestoras dos sistemas multimunicipais registam nas respetivas contas do exercício.

Em 2020 procedeu, conjuntamente com a ERSAR, à reconciliação dos saldos dos DRG acumulados registados no balanço dos SMM, tendo-se concluído que os valores se encontravam corretos.

O Grupo AdP manteve em 2020 a sua representação nos dois órgãos de consulta específicos (Conselho Consultivo e Conselho Tarifário) constituídos, nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

Durante 2020, o Grupo AdP manteve sua participação no âmbito das consultas públicas promovidas pela ERSAR, bem como em diversos trabalhos desenvolvidos por esta entidade com impactos materiais no desenvolvimento das atividades e na definição das tarifas e cenários de eficiência operacional e financeira. Destaca-se, a este propósito a participação na consulta pública relativa à proposta de Regulamento da Qualidade do Serviço, em novembro de 2020.

Sistema Multimunicipal da Águas do Tejo Atlântico

A Entidade Gestora AdTA, pertencente ao universo do Grupo AdP, é um sistema multimunicipal, que exerce, através de Contrato de Concessão celebrado com o Estado, a atividade de saneamento de águas residuais em "alta".

As tarifas e os rendimentos tarifários em "alta" praticados pela sociedade são fixados pela ERSAR, sendo calculados com base nos encargos eficientes aceites por esta entidade.

Para a AdTA as tarifas e os rendimentos tarifários encontram-se estabelecidos para o primeiro período tarifário no decreto-lei de constituição e no respetivo Contrato de Concessão. Neste período, a ERSAR valida a atualização das tarifas e dos rendimentos tarifários com base na taxa de inflação (IHPC).

Nos termos do Contrato de Concessão, são considerados encargos a recuperar por via tarifária os gastos operacionais eficientes, incluindo as amortizações de investimento líquidas de subsídios, os gastos financeiros, líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a remuneração acionista. São ainda considerados encargos tarifários a quota-parte de recuperação dos Desvios de Recuperação de Gastos (DRG), quando aplicável.

Com o processo de agregação dos sistemas, em 2015, foi criado um mecanismo de corredor tarifário, a Componente Tarifária Acrescida (CTA), que veio a ser reforçado nos processos de cisão ocorridos em 2017. Estes mecanismos estão atualmente estabelecidos entre os sistemas do litoral e do interior, para ambos os serviços. A CTA do primeiro período tarifário ficou estatuída via diplomas de constituição dos sistemas beneficiários, sendo a sua atualização monitorizada pela ERSAR.

As tarifas, os rendimentos tarifários e a CTA aplicados na faturação durante o ano de 2020 pela Águas do Tejo Atlântico, S.A., foram objeto de análise e de emissão de parecer por parte da ERSAR em 2019.

O Contrato de Concessão determina que a rendibilidade dos capitais próprios, a recuperar por via tarifária, resulta da remuneração do capital social e da reserva legal a uma taxa equivalente às OT (Obrigações do Tesouro) a dez anos acrescida de uma margem de 3 %, e da remuneração acionista em dívida, a uma taxa equivalente às OT a 10 anos.

Em 2020, a taxa de juro média diária das OT a 10 anos cifrou-se em 0,41%.

O decreto-lei de constituição e respetivo Contrato de Concessão da Águas do Tejo Atlântico, S.A., estabelece a metodologia de registo e de recuperação dos DRG, estabelecendo um período máximo de geração de DRG até 10 anos e um período máximo de reintegração deste saldo (ativos ou passivos) até 25 anos. De acordo com esta metodologia em 2041, o saldo dos DRG registado nas contas da AdTA estará recuperado.

Por via do Contrato de Concessão, a ERSAR detém o poder de aprovar o valor de DRG a registar nas contas anuais da sociedade, tendo por base um cenário de eficiência produtiva estabelecido de acordo com critérios previamente definidos. Este facto confere à ERSAR o poder de estabelecer os gastos que podem ser recuperados por via tarifária, podendo estes ser distintos dos efetivamente incorridos.

Tendo por base o DRG bruto, validado pela ERSAR, em 2020, verificaram-se 0.2 milhões de euros de encargos não aceites por aquela entidade reguladora.

Em 31 de dezembro de 2020 estavam registados na posição financeira da sociedade, cerca de 2,9 milhões de euros de DRG de natureza deficitária, decorrente da atividade da Águas do Tejo Atlântico, S.A..

Regulação da Qualidade do Serviço

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço.

A intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço resulta de uma avaliação que é aferida anualmente através de um conjunto de indicadores e em que os resultados desta avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP). O volume I do RASARP com os resultados do sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado pelas entidades gestoras, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2019, foi disponibilizado pela ERSAR já no decurso de janeiro de 2021.

A informação individual da avaliação da qualidade do serviço realizada pela ERSAR é disponibilizada no sítio da internet da AdTA.

Negócio

Introdução

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., é uma empresa multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais, que resulta da cisão, em 2017, da empresa multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A..

O sistema multimunicipal compreende a exploração e a gestão dos serviços de saneamento de águas residuais de 23 Municípios: Alcobaça, Alenquer, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Cascais, Lisboa, Loures, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Odéivelas, Oeiras, Peniche, Rio Maior, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira, provenientes dos extintos sistemas multimunicipais da SANEST, SIMTEJO e Águas do Oeste, que foram agregados no sistema multimunicipal da Águas de Lisboa e Vale do Tejo em 2015. A população residente abrangida pelo sistema em 2020 foi de 2,3 milhões de habitantes.

Handwritten notes:
D. L.
194 milhões de m³
de água residual tratada
Parte é reutilizada para diversos usos, como rega e irrigação.

Saneamento em Alta

A exploração e a gestão do sistema inclui o projeto, a construção, a extensão, a conservação, a reparação, a renovação, a manutenção e a melhoria das obras e das infraestruturas e a aquisição dos equipamentos e das instalações necessárias para o desenvolvimento da sua atividade.

No esquema apresentam-se os grandes números associados à dimensão da Empresa no que respeita a infraestruturas, a produtos e a subprodutos da sua atividade de exploração em 2020:



A atividade da concessão compreende, em regime de exclusivo, a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos, de efluentes que resultem da mistura de efluentes industriais ou pluviais, designados por efluentes urbanos e a receção de efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas (que cumpram a regulamentação aplicável).

O objeto da concessão compreende ainda:

- A conceção, a construção, a instalação, a aquisição, ou outros meios previstos para a afetação e a extensão (nos termos do projeto global constante do Anexo I ao Contrato de Concessão) das infraestruturas e instalações necessárias à recolha, ao tratamento e à rejeição dos efluentes domésticos e urbanos canalizados pelos utilizadores e à receção dos efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, e os respetivos tratamento e rejeição, incluindo coletores, estações elevatórias e estações de tratamento de águas residuais;
- A aquisição ou outro meio previsto para a afetação, a instalação e a extensão de todos os equipamentos necessários à recolha, ao tratamento e à rejeição de efluentes domésticos e urbanos canalizados pelos utilizadores e à receção dos afluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, e os respetivos tratamento e rejeição;
- A conservação, a reparação, a renovação, a manutenção, a adaptação e a melhoria das infraestruturas, instalações e equipamentos previstos nas alíneas anteriores, que se revelem necessárias ao bom desempenho do serviço público e de acordo com as exigências técnicas e com os parâmetros sanitários exigíveis;
- O controlo dos parâmetros sanitários dos efluentes tratados, bem como da qualidade da água dos meios recetores em que os mesmos sejam descarregados.

A Empresa tem como objetivo de longo prazo, até ao final da concessão, a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos e urbanos, de forma regular, contínua e eficiente, estimando-se abranger cerca de 2,4 milhões de habitantes.

O sistema pode ser alargado a outros municípios, por iniciativa destes, mediante reconhecimento de interesse público devidamente fundamentado em despacho do membro do Governo responsável pela área do ambiente e da ação climática, sob proposta da sociedade e ouvidos os municípios utilizadores do sistema.

Outros Negócios

Nos termos do Contrato de Concessão da AdTA, a sociedade pode ainda desenvolver outras atividades de negócio:

- Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, explorar e gerir sistemas municipais de abastecimento de água e de saneamento, mediante a celebração de contratos de parceria entre o Estado e os Municípios;
- Nos termos previstos na lei e designadamente nos n.ºs 2 e 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 72/2016, de 4 de novembro, exercer outras atividades para além das previstas, que sejam consideradas acessórias ou complementares daquelas.

Sustentabilidade

Enquadramento

A Sustentabilidade no Grupo AdP é parte integrante da estratégia de gestão, porquanto sustenta a sua atuação num compromisso com a melhoria do capital natural e humano e em benefício das populações atuais e das gerações futuras.

As atividades de abastecimento de água e de tratamento e valorização de águas residuais são fundamentais para o desenvolvimento sustentável e a qualidade dos nossos serviços, ao longo do tempo, está alicerçada nas nossas preocupações éticas, sociais, laborais económicas e ambientais.

2020 foi um ano conturbado e muito marcado pela Pandemia. Neste contexto de incerteza, prosseguimos o nosso caminho adaptando os processos internos por forma a não comprometer o respeito dos princípios da universalidade, da qualidade e da eficiência do serviço. Mas a AdTA levou a cabo o seu compromisso de prestar **serviços críticos e essenciais de uma forma ininterrupta com o empenho e espírito de missão, dos nossos trabalhadores** que, na linha da frente, garantem a continuidade das operações. **"Nunca parámos"**. Caiu sobre nós uma acrescida responsabilidade pois os nossos serviços são o garante da saúde pública.

A sociedade implementou um Plano de Contingência, de forma a garantir uma resposta eficaz na minimização do impacto de potenciais riscos para a saúde dos nossos trabalhadores, bem como para a continuidade das nossas atividades. Reajustámos a operação, garantimos a segurança e saúde dos nossos trabalhadores tanto das estruturas operacionais como as dos que podiam exercer as suas funções em trabalho remoto. Readaptámo-nos para garantir que as suas águas residuais fossem tratadas.

A AdTA, enquanto empresa pertencente ao universo AdP, desenvolve uma gestão sustentável dos recursos, de forma a promover uma operação mais eficiente, que garanta uma melhor qualidade do serviço prestado, e antecipando os novos desafios, em especial os decorrentes das alterações climáticas.

Estratégia de Sustentabilidade 2017/2020

O Grupo AdP definiu a sua estratégia baseada no conceito de simbioses. Acreditamos que a sustentabilidade se consegue criando simbioses com os acionistas e clientes, com os colaboradores, com as demais partes interessadas e com o ambiente, com quem tem uma relação de estreita interdependência.



Simbiose é uma relação mutuamente vantajosa entre dois ou mais organismos vivos de espécies diferentes. Na relação simbiótica, os organismos agem ativamente em conjunto para provelto mútuo.

SIMBIOSE COM AMBIENTE

Gerimos o ciclo urbano da água em equilíbrio com os ciclos da natureza

Compromissos:

- Conservar e valorizar as massas de água
- Minimizar a produção de resíduos e valorizar os subprodutos
- Conservar a biodiversidade e promover os serviços de ecossistemas
- Apostar na Investigação e Desenvolvimento

Contribuímos para o combate às alterações climáticas

Compromisso:

- Garantir a ecoeficiência do Grupo

SIMBIOSE COM OS ACIONISTAS E CLIENTES

Garantimos a prossecução das políticas setoriais consolidando um Grupo empresarial de referência no setor do ambiente

Compromissos:

- Garantir a sustentabilidade económico-financeira do Grupo, criando valor para os acionistas e demais partes interessadas
- Garantir a credibilidade, transparência e rigor do modelo de gestão do Grupo
- Contribuir para o desenvolvimento de uma economia local responsável

Prestamos um serviço público de excelência, com impacto direto na melhoria da qualidade de vida

Compromissos:

- Garantir a acessibilidade aos serviços de água e saneamento, assegurando justiça social e qualidade de vida das populações
- Garantir a eficiência, fiabilidade e a qualidade do serviço e segurança do produto
- Personalizar, simplificar e inovar na relação com o cliente, com base numa maior proximidade

SIMBIOSE COM OS COLABORADORES

Valorizamos a relação com os colaboradores, garantindo o crescente *know-how* do Grupo

Compromissos:

- Investir no desenvolvimento dos colaboradores
- Garantir a igualdade de oportunidades
- Garantir a segurança e saúde no trabalho
- Promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal
- Garantir uma comunicação interna transversal e eficaz

SIMBIOSE COM A COMUNIDADE

Promovemos a aproximação crescente à comunidade

Compromissos:

- Promover a utilização sustentável dos serviços essenciais de água e saneamento
- Adotar um papel ativo no envolvimento com a população para as questões sociais
- Partilhar o conhecimento através de projetos de cooperação, capacitação e apoio técnico
- Investir na relação e na partilha de valores na cadeia de fornecimento

Em 2020 a AdTA manteve a sua estratégia de sustentabilidade em concordância com o preconizado pelo Grupo AdP e na prossecução da sua missão, privilegiando a qualidade do serviço prestado, a inovação, a competência, a eficiência e criação de valor, num quadro de respeito pelas exigências legais aplicáveis e outros compromissos voluntariamente assumidos pela empresa. Nesta sequência foi efetuado o alargamento do âmbito da certificação em SST e iniciado o processo de certificação da Gestão de Ativos.

Stakeholders / Partes Interessadas

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., está consciente das suas responsabilidades enquanto empresa prestadora de um serviço de interesse público que interage com vários parceiros, os quais, direta ou indiretamente, constituem partes interessadas no desempenho da sua atividade.

Por *stakeholder* entende-se uma pessoa ou grupo que podem afetar e/ou são afetados pelos resultados estratégicos obtidos e que têm reivindicações aplicáveis, respeitantes ao desempenho da empresa.

A envolvência dos *stakeholders* na atividade da AdTA (e do Grupo AdP) passa por um exercício de partilha e transparência da empresa na sua relação com a sociedade e, em particular, com as entidades que têm impacto ou são impactadas pelas empresas do Grupo.

A AdTA (e o Grupo AdP) identificou como principais *stakeholders* os seguintes grupos:



S. J.
 M.
 J. P. S.
 A.
 h

Através dos diversos serviços, a sociedade pretende manter um adequado relacionamento institucional e informativo com o universo dos *Stakeholders* acima descritos.

Os diversos serviços atuam como interlocutores entre a Comissão Executiva e os *Stakeholders*, garantindo um envolvimento e uma comunicação profissional e constante com estes, sendo responsáveis pela celeridade, credibilidade e robustez de toda a informação disponível.

Para tal, são desenvolvidos esforços e estabelecidas competências que garantem o fluxo de comunicação constante com todas as entidades interessadas, disponibilizando toda a informação necessária e observando todas as disposições formais, legais e regulamentares aplicáveis. Só assim se torna possível dar resposta às solicitações de informação que lhe são dirigidas.

A responsabilidade da AdTA neste âmbito é acrescida e particularmente sensível pelo facto de prestar serviços de carácter público, constituindo o seu *core business* uma contribuição decisiva para o desenvolvimento sustentável do país.

Deveres especiais de prestação da informação

A AdTA cumpre todas as obrigações legais, estatutárias e contratuais em matéria de divulgação de informação, de acordo com o princípio da transparência, e assegura o cumprimento dos deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de *Stakeholders*.

Sistema de Controlo Interno e Controlo de Risco

"Controlo Interno é um processo efetuado pelo Conselho de Administração, gestão e outro pessoal de uma entidade, projetado para fornecer garantia razoável em relação ao alcance de objetivos relacionados a operações, relatórios e conformidade." COSO 2013

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., e, em particular, o seu Conselho de Administração dedicam atenção a temáticas como o controlo interno, a gestão dos riscos, a fraude, a transparência da informação e a fiabilidade do relato financeiro.

Sendo estas preocupações transversais ao Grupo AdP, no qual a AdTA se inclui, e por forma a possibilitar a existência de uma sistematização e adequada visibilidade do controlo interno existente nas empresas foi dada continuidade em 2020 à implementação do Sistema de Controlo Interno (SCI) transversal ao Grupo, assente no CUBO do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), por se considerar como um modelo adaptável à estrutura das empresas, por ser flexível para toda a entidade e para qualquer uma das suas unidades ou atividades de negócio e fiável na resposta que confere aos desafios existentes.

Este modelo permite uma correlação direta entre os objetivos que a organização tenta atingir representados em três categorias (Operação, Reporte e Conformidade), e cinco componentes (Ambiente de Controlo, Avaliação dos Riscos, Atividades de Controlo, Informação e Comunicação e Monitorização de Atividades), que representam o que é necessário para concretizar os objetivos, na estrutura existente na empresa, conforme é visível abaixo.



AdP
AdP
AdP
AdP

Ambiente de Controlo

- Estabelece o carácter da organização, influenciando a perceção de controlo do seu pessoal;
- É a base de todos os outros componentes de controlo interno, providenciando disciplina e estrutura dos restantes elementos do SCI.

Avaliação dos Riscos

- Riscos de fontes externas e internas;
- Condição prévia: definição de objetivos ligados a níveis diferentes da entidade e internamente consistentes;
- Identificação e análise dos riscos relevantes para o alcance dos objetivos;
- Base para a gestão dos riscos.

Atividades de Controlo

- Políticas e procedimentos que ajudam a assegurar: i) as respostas aos riscos, visando o alcance dos objetivos da entidade; ii) o cumprimento das diretivas da entidade;
- Ocorrem por toda a organização, a todos os níveis e em todas as funções;
- Atividades desenhadas para impedir ou reduzir o impacto adverso dos riscos.

Informação e comunicação

- Informação relevante identificada, capturada e comunicada com qualidade, para garantir o tratamento e a troca de dados relevantes, num prazo e de uma forma que permitam o desempenho eficaz e tempestivo da gestão e controlo da atividade e dos riscos da empresa;
- Os sistemas de informação são fonte de informação que concorre para a gestão e controlo do negócio.

Monitorização de Atividades

- Avaliação da qualidade de desempenho do SCI ao longo do tempo.
- Assegurar a adequação e eficácia do SCI de forma contínua;
- Garantir a identificação tempestiva de eventuais deficiências ou de oportunidades de melhorias, visando a melhoria contínua.

No âmbito do projeto, em 2020 foi concluído o mapeamento dos 13 processos prioritários e identificados os eventos de riscos, os riscos e controlos implementados na sua mitigação, em duas empresas piloto. Com base nessa informação, foi iniciado o trabalho de mapeamento desses processos nas restantes empresas do Grupo, incluindo na AdTA, tendo sido definido um cronograma temporal para a sua concretização, cuja conclusão se encontra prevista para o final do 3.º trimestre de 2021. Este trabalho contempla o necessário ajuste à realidade dos riscos e controlos implementados na empresa.

Paralelamente foi elaborado o relatório de definição das métricas a utilizar futuramente na avaliação anual do SCI, bem como a versão base do Manual de Controlo Interno do Grupo, o qual apenas estará concluído, quando se encontrar finalizado o mapeamento de todos os processos identificados como críticos no âmbito do Sistema de Controlo Interno.

No seguimento encontra-se prevista a conclusão da avaliação preliminar sobre o controlo interno efetuada na empresa e o início do mapeamento dos restantes processos, identificados como críticos no âmbito do Modelo de Controlo Interno do Grupo AdP, novamente com recurso a duas empresas piloto.

Concluída a implementação do modelo, a avaliação das métricas estabelecidas, conjugada com os resultados dos testes aos controlos (nomeadamente os testes chave) obtidos através das auditorias de controlo interno a realizar anualmente, permitirão a obtenção de informação que possibilitará aferir se as cinco componentes do controlo interno se encontram a operar de forma integrada, para proporcionar um nível de segurança razoável à Administração da AdTA sobre o desempenho do SCI.

Será promovida a sensibilização e formação sobre o controlo interno, visando assegurar uma monitorização permanente dos controlos implementados, por parte da empresa e nomeadamente dos responsáveis dos processos de negócio.

As alterações acima indicadas obrigarão ainda à revisão e ajuste do modelo de gestão de risco em vigor no Grupo AdP e na AdTA, permitindo ao seu Conselho de Administração um maior enfoque da sua monitorização e análise nos riscos críticos identificados, inerentes à atividade e que resultam da sua operação diária.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the name 'AdP' and other illegible scribbles.

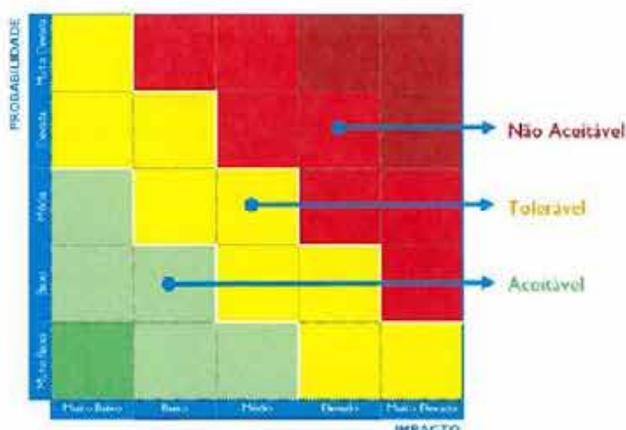
A existência de um modelo de gestão do risco empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco na empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa, a reduzir o risco de perda dos seus investimentos e ativos, e ajudar a garantir a fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com as leis e regulamentação.

A adequabilidade do SCI encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável, ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

O modelo de gestão do risco empresarial presentemente implementado no Grupo AdP, também definido de acordo com a metodologia COSO, apresenta os riscos organizados segundo uma estrutura de classes e categorias definidas, conforme se observa em baixo:



A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do SCI instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:



A avaliação dos riscos na perspetiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputacional;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

[Handwritten signatures and initials]

A Auditoria Interna e Controlo de Risco é da responsabilidade da Direção de Auditoria da AdP SGPS que tem por missão, a identificação dos riscos inerentes aos negócios do Grupo AdP, a caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e a realização de testes de conformidade, para avaliar os resultados e de auditorias internas às empresas participadas em posição maioritária.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, tem reforçada a sua independência perante as administrações das empresas auditadas e está dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

No âmbito do processo de gestão do risco empresarial, os riscos relacionados com as classes governação, estratégia e planeamento, conformidade e reporte são tratados e monitorizados pela AdTA, sendo periodicamente apreciados pela AdP SGPS, na qualidade de acionista maioritário. A abordagem dos riscos da classe operacional e infraestrutura, além de ser assegurada pela AdTA e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável, são elaborados, aprovados e adotados Planos de Tratamento do Risco como medida de mitigação, nos quais se identificam as ações corretivas a desenvolver, a estratégia de tratamento que estas consubstanciam (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), a periodicidade de tratamento associada e o responsável e respetivo plano de implementação. Consoante a duração do período de tratamento definido, poderão ser definidas datas de monitorização e os respetivos responsáveis, sendo o impacto das ações desenvolvidas aferido na avaliação subsequente efetuada.

Considerando que a realização de uma adequada avaliação do risco pressupõe a existência de maturação na implementação dos processos de negócio, e um adequado nível de conhecimento dos mesmos bem como dos riscos associados (a conjugar com a implementação do modelo de controlo interno da AdP), entendeu-se, pelo facto de a AdTA ser uma empresa ainda jovem e não se encontrar neste nível de maturidade, não proceder à avaliação do risco no decurso do ano de 2020.

Atividade Operacional

Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes

Em termos operacionais a Águas do Tejo Atlântico, S.A., é constituída por 14 Centros Operacionais (CO), divididos em duas zonas geográficas de acordo com o sistema multimunicipal, a zona Sul (TA Sul), e a zona Norte (TA Norte).

No final de 2020, o conjunto de infraestruturas operadas pela AdTA incluía 103 Fábricas de Água em funcionamento (70 na TA Norte e 33 na TA Sul), 271 estações elevatórias (174 na TA Norte e 97 na TA Sul), 891,04 km de emissários e interceptores (471,66 km na TA Norte e 419,38 km na TA Sul) e, 229,92 km de condutas elevatórias (153,46km na TA Norte e 76,46 km na TA Sul).

Quadro 1-Descrição do Sistema Tejo Atlântico

Direção Regional	Centro operacional	Fábricas de Água (Quant.)	Estações Elevatórias (Quant.)	Emissários e Interceptores (km)	Condutas Elevatórias (km)	Capacidade total das FA (m)	População equivalente de dimensionamento (e.p.)
SUL	ALC	1	11	19,74	5,10	66 230 345	756 000
SUL	ALV	1	7	12,94	6,25	10 109 770	153 878
SUL	BEI	1	8	13,86	3,34	24 913 440	213 500
SUL	CES	1	9	155,45	20,27	126 144 000	920 000
SUL	CHE	1	5	2,51	2,64	19 162 500	205 000
SUL	FRI	2	6	115,70	5,21	31 841 140	715 000
SUL	MAF	15	34	57,92	17,52	8 332 585	136 177
SUL	SJT	1	0	5,83	0,00	5 840 000	130 000
SUL	VFX	10	17	35,43	16,13	10 410 823	149 230
NORTE	ANZ	6	12	34,81	15,86	9 370 750	143 603
NORTE	ARS	34	30	99,41	21,99	1 908 585	97 371
NORTE	BCO	12	30	81,52	29,78	2 089 990	49 840
NORTE	LPE	10	31	97,85	20,70	5 162 560	83 600
NORTE	TVD	8	71	158,07	65,13	8 435 786	169 476
Total		103	271	891,04	229,92	327 737 454	3 881 696

NOTA: ALC- Alcântara; ALV- Alverca; BEI- Beiroas; CES – Costa do Estoril; CHE- Chelas; FRI – Frielas; MAF- Mafra; SJT- São João da Talha; VFX-Vila Franca de Xira; ANZ- Alcobaca/Nazaré; ARS- Alenquer/Arruda dos Vinhos/Azambuja/Rio Maior/Sobral Monte Agraço; BCO-Bombarral/Cadaval/Óbidos; LPE- Lourinhã/Peniche; TVD – Torres Vedras.

No ano de 2020, entraram em funcionamento três Estações Elevatórias, dois Emissários e uma Conduta Elevatória.

Quadro 2-Descrição das novas infraestruturas

Direção Regional	Centro operacional	Subsistema	Município	Infraestrutura	Entrada em funcionamento	Emissários e Interceptores (km)
Norte	ANZ	Nazaré	Nazaré	EE Macarta	Jan/20	-
Norte	LPE	Paço	Lourinhã	EE Pena Seca	Dez/20	-
Sul	VFX	Vila Franca Xira	Vila Franca Xira	EE Atral-Cipan	Mar/20	-
Norte	LPE	Paço	Lourinhã	Conduta Elevatória Pena Seca	Dez/20	0,623
Norte	LPE	Paço	Lourinhã	Emissário Pena Seca	Dez/20	0,143
Norte	LPE	Paço	Lourinhã	Emissário Pena Seca A	Dez/20	0,027
Total						0,793

Quadro 3-Principais dados operacionais do Sistema Tejo Atlântico

Direção Regional	Centro operacional	Volume tratado m ³ /ano	Energia Consumida kWh/ano	Energia Produzida kWh/ano	Lamas Ton/ano	Água+ m ³ /ano
SUL	ALC	46 351 280	20 274 943	-	45 345	448 722
SUL	ALV	6 228 884	4 130 329	-	7 238	141 524
SUL	BEI	14 373 202	6 497 942	1 465 774	9 268	107 038
SUL	CES	59 406 342	16 364 954	11 191 797	25 139	200 014
SUL	CHE	12 965 491	5 334 658	1 819 920	8 964	767 502
SUL	FRI	21 759 842	10 853 543	385 866	13 078	564 744
SUL	MAF	4 971 794	4 094 612	-	6 534	94 242
SUL	SJT	3 740 189	3 294 565	907 460	5 250	-
SUL	VFX	3 157 857	1 781 266	440 882	2 545	14 850
NORTE	VFX II	1 561 941	1 199 704	-	1 858	27 846
NORTE	ANZ	3 692 489	2 783 251	-	5 240	28 613
NORTE	ARS	4 466 134	3 064 657	-	4 522	46 986
NORTE	BCO	2 512 059	2 432 819	-	2 223	11 733
NORTE	LPE	3 105 507	2 351 543	-	2 682	17 407
NORTE	TVD	5 292 051	4 830 001	-	8 142	112 637
Total		193 585 062	89 288 788	16 211 699	148 027	2 583 858

O volume tratado de águas residuais foi de 194 milhões de metros cúbicos, atingindo os 59% da capacidade total de todos os subsistemas, com um cumprimento da licença de descarga em 99,6%.

No processo de tratamento das Fábricas de Água foram geradas 148 027 toneladas de lamas, que devidamente acondicionadas, foram aplicadas como fertilizantes orgânicos na agricultura.

O volume de Água+ (Água para Reutilização) produzida para uso interno e uso externo foi 2,6 milhões de metros cúbicos, que corresponde a cerca de 1,3% do volume total de águas residuais tratadas.

A energia necessária para o transporte e tratamento de águas residuais em alta foi de 89 288 788 kWh.

A energia produzida a partir do Biogás, gerado no processo de tratamento de lamas, por digestão anaeróbia foi de 16 211 699 kWh, o que corresponde a uma taxa de cobertura global de 37% do consumo de energia elétrica nas Fábricas de Água, considerando a energia consumida nas instalações de tratamento onde a energia é produzida.

Nos quadros 4 e 5 apresentam-se a comparação, nos anos 2020, 2019 e 2018, dos principais dados e indicadores operacionais.

Quadro 4-Comparação dos principais dados operacionais do Sistema Tejo Atlântico

	Unidade	2018	2019	2020	% 20/19
Água residual tratada	m ³	194 236 891	185 062 475	193 585 062	5%
Água residual não tratada	m ³	1 620 629	1 651 592	1 460 872	-12%
Consumo de energia total	kWh	92 206 887	87 390 526	89 288 788	2%
Consumo de energia FA	kWh	77 841 785	74 359 269	75 680 867	2%
Consumo de energia EE	kWh	14 749 479	13 031 257	13 607 921	4%
Consumo de reagentes	Ton	9 823	10 354	11 836	14%
Consumo de Água Potável	m ³	131 842	165 885	181 004	9%
Consumo de Água +	m ³	2 765 963	2 364 806	2 300 696	-3%
Valorização de Lamas	Ton	164 692	162 551	148 027	-9%
Produção de areias e gradados	Ton	7 072	5 796	6 490	12%
Produção de Água +	m ³	3 149 923	2 685 403	2 583 858	-1%
Produção de Energia	kWh	17 727 719	16 197 448	16 211 699	0%
Qualidade das águas residuais	%	96,6	99,6	99,6	0,0 p.p.

Quadro 5-Comparação dos principais indicadores operacionais do Sistema Tejo Atlântico

	Unidade	2018	2019	2020	% 20/19
Energia total/Volume tratado	kWh/m ³	0,475	0,472	0,461	-2%
Energia FA/Volume tratado	kWh/m ³	0,401	0,402	0,391	-3%
Reagentes/Volume tratado	g/m ³	50,572	55,949	61,139	9%
Água Potável/Volume tratado	m ³ /m ³	0,001	0,001	0,001	4%
Água +/Volume tratado	m ³ /m ³	0,014	0,013	0,012	-7%
Lamas/Volume tratado	kg/m ³	0,848	0,878	0,765	-13%
Areia e gradados/Volume tratado	kg/m ³	0,036	0,031	0,034	7%

[Handwritten signatures and initials in the top right corner of the page.]

A adaptação da AdTA à nova realidade imposta pela pandemia revelou-se um desafio constante, para reorganizar as equipas no terreno, que estão na linha da frente. Em condições normais, a sociedade já se depara com a escassez de recursos humanos escasso para fazer face às necessidades diárias da atividade. Com a condição extraordinária da pandemia, a situação agravou-se exponencialmente, acentuando essa escassez, pela necessidade de reorganização das equipas.

Com base no Plano de Contingência da sociedade foram implementadas medidas de desfasamento de horários e escalonamento mediante reserva de técnicos operativos fora do local de trabalho, para garantir a prontidão em caso de necessidade de compensar ausências forçadas, por contacto ou infeção pelo vírus. Os espaços comuns foram reorganizados e alvo de desinfecções regulares. As viaturas de serviço operacionais tiveram de ser reafectadas, uma vez que eram partilhadas por diversas equipas, e também objeto de desinfecções periódicas. Foram definidas hierarquias de etapas de tratamento em cada Centro Operacional para serem desativadas, caso as circunstâncias o exigissem, prolongando o mais possível o tratamento das águas residuais. O Plano de Contingência abrangeu ainda os fornecedores e prestadores de serviços considerados críticos, tais como os referentes ao fornecimento de reagentes e ao transporte de resíduos (incluindo lamas).

Para fazer face às limitações de mão-de-obra provocadas pela adoção do Plano de Contingência desenvolveu-se um processo de recrutamento intensivo de operadores em regime de trabalho temporário para todos os Centros Operacionais e Equipa de Gestão de Redes, por forma a criar condições de disponibilidade permanente de mão-de-obra, criando equipas em espelho, sempre que possível, e garantindo horários desfasados.

Esta "gestão de crise", implementada a partir da segunda quinzena de março de 2020, manteve-se durante todo o ano de 2020, mormente a melhoria da situação pandémica ocorrida no verão. No final do ano de 2020, assistiu-se a um agravamento mais pronunciado da pandemia, obrigando a manter todas as restrições de contacto e de trabalho em equipa.

A empresa laborou de forma contínua e ininterrupta, tendo sido possível manter o nível de serviço devido à dedicação e ao profissionalismo dos trabalhadores da AdTA, em particular dos que permanecem na linha da frente, adaptando-se a sucessivas alterações impostas pela necessidade de minimizar o risco de contágio, aprendendo todos os dias a lidar com esta nova realidade, mas também daqueles que desempenham as suas funções em trabalho.

Paralelamente, foi mantido o foco na melhoria e na sistematização contínua da informação que, após a implementação da base de dados da operação, no início de 2019 e do NAVIA da AdTA no início de 2020, permitiu desmaterializar e uniformizar processos e instrumentos da atividade, tornando uma toda a área da concessão.

No ano de 2020, as fragilidades resultantes do estado de conservação das infraestruturas e as avarias sucessivas, a escassez de recursos humanos, as descargas industriais em algumas Fábricas de Água acentuadas pelo efeito da pandemia, e a emissão de novas licenças de descarga pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) com parâmetros mais restritivos, condicionaram o cumprimento das licenças de descarga. Ainda assim, a AdTA conseguiu alcançar um grau de cumprimento das licenças de descarga na ordem dos 99,6%.

De salientar que o final do ano de 2020 ficou marcado pelo acidente ocorrido na Fábrica de Água da Guia, que teve consequências anímicas significativas e que implicou que a AdTA tivesse de recentrar as suas prioridades e de determinar a implementação de um conjunto de medidas de identificação e de priorização ao nível da reparação dos equipamentos, da adoção de medidas adicionais de proteção e segurança dos trabalhadores, da formação e qualificação dos trabalhadores, de organização interna, de adoção de procedimentos internos e de melhoria da comunicação e articulação entre áreas.

Água residual

Em 2020, o volume tratado de águas residuais foi de 193 585 062 metros cúbicos, o que corresponde a uma média diária de 530 370 m³/dia e representa um acréscimo de 5% face ao valor de 2019.

AS
AS
AS
h

O volume de água residual tratada na TA Norte foi de 20 630 181 m³ e na TA Sul de 172 954 881 m³, que corresponde a 11% e 89% do volume total de água residual tratada.

Na Figura 1 é apresentada a evolução mensal do volume de água residual tratada durante o ano de 2020, distribuído pela TA Norte e TA Sul.

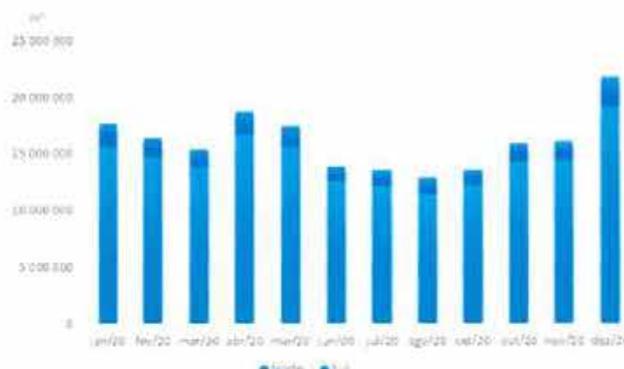


Fig.1 - Evolução mensal do volume de água residual tratada por TA

Em 2020, o volume de água residual não tratada foi de 1 460 872 m³, que corresponde a 0,75% do volume de água residual tratada, na AdTA e representa uma redução de 12% face ao valor de 2019. O volume de água residual não tratada corresponde à água residual rejeitada por interrupção do serviço devido a avarias, falhas de energia, entupimentos e colapsos.

Principais dados operacionais

Energia

Em 2020, a energia total consumida foi de 89 288 788 kWh que corresponde a uma média diária de 244 627 kWh, e representa um acréscimo de 2% face ao valor de 2019. No entanto, como o volume tratado aumentou 5% face a 2019, registou-se uma diminuição do consumo específico de energia, em 2020 face a 2019, em cerca de 2%.

A energia necessária para o tratamento de águas residuais foi de 75 680 867 kWh (85%) e a energia para o transporte e elevação foi de 13 607 921 kWh (15%).

A energia total consumida na TA Norte foi de 16 661 975 kWh e na TA Sul de 72 626 812 kWh, que corresponde a 19% e 81% da energia total consumida.

Na Figura 2 é apresentada a evolução mensal da energia consumida durante o ano de 2020, distribuída pela TA Norte e TA Sul.

Em 2020, a energia produzida a partir do Biogás gerado no processo de tratamento de lamas por digestão anaeróbia foi de 16 211 699 kWh, que corresponde a uma produção média diária de 44 416 kWh/dia e representa um valor equivalente ao de 2019.

Destaca-se o acréscimo de produção, face a 2019, nas FA de Beirolas, Chelas e Guia. O decréscimo na FA de Frielas é devido a avaria dos grupos de cogeração.

Na Figura 3 é apresentada a evolução mensal da energia produzida durante o ano de 2020, distribuída por Fábrica de Água.

St. J.
Ag
for
for
for

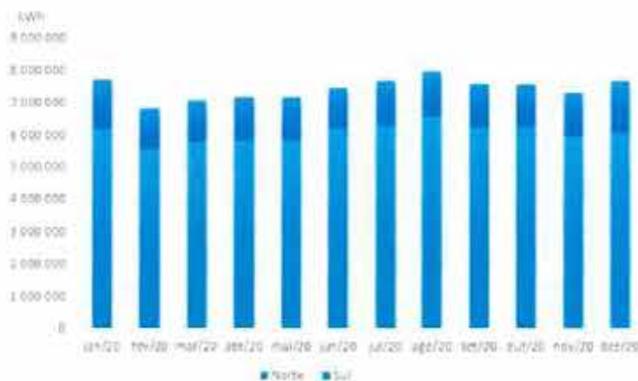


Fig2 - Evolução mensal do volume da energia consumida por TA

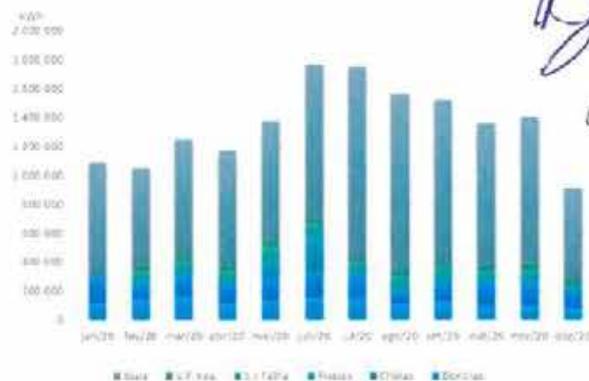


Fig3 - Evolução mensal do volume da energia produzida por FA

Reagentes

Em 2020, o consumo de reagentes foi de 11 429 Ton, que corresponde a um consumo médio diário de 32 Ton/dia, e representa um aumento de 10% face ao valor de 2019.

O consumo de reagentes na TA Norte foi de 407 Ton e na TA Sul de 11 022 Ton, que corresponde a 3% e 97% do consumo de reagentes.

Na Figura 4 é apresentada a evolução mensal do consumo de reagentes durante o ano de 2020, distribuído pela TA Norte e TA Sul.

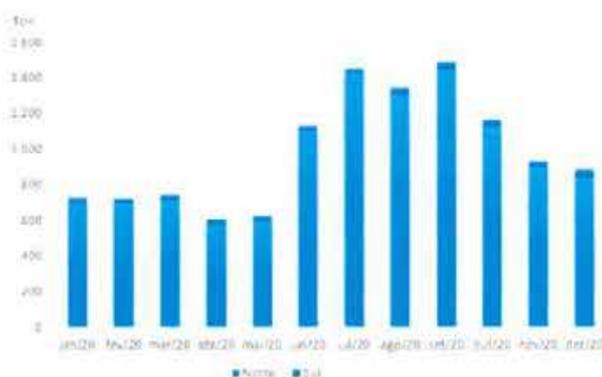


Fig4 - Evolução mensal do consumo de reagentes por TA

Água

Em 2020, o consumo de água potável foi de 181 004 m³, que corresponde a um consumo médio diário de 496 m³/dia, e representa um aumento de 9% face ao valor de 2019.

O acréscimo no mês de janeiro foi devido a uma intervenção necessária, durante 15 dias, nos tanques de arejamento dedicados à produção de Água+ na FA da Guia.

O consumo de água potável na TA Norte foi de 46 556 m³ e na TA Sul de 134 448 m³, que corresponde a 26% e 74% do consumo total de água potável, respetivamente.

Na Figura 5 é apresentada a evolução mensal do consumo de água potável durante o ano de 2020, distribuído pela TA Norte e TA Sul.

S. D.
M. J. S.
J. P.
A.
M.

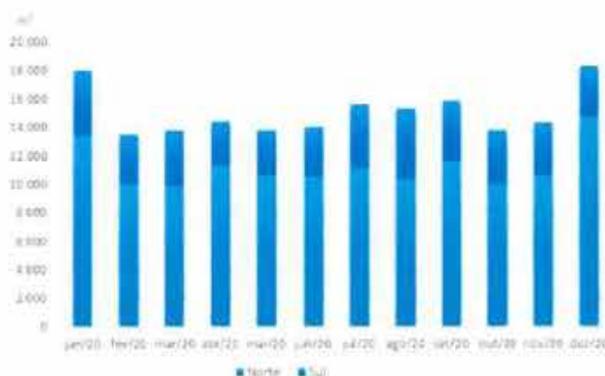


Fig 5 – Evolução mensal do consumo de água potável por TA

Lamas

Em 2020, a valorização de lamas foi de 148 027 Ton, que corresponde a uma média diária de 405 Ton/dia, e representa uma redução de 9% face ao valor de 2019.

A valorização de lamas na TA Norte foi de 24 667 Ton e na TA Sul de 123 360 Ton, que corresponde a 17% e 83% da valorização de lamas, respetivamente.

Na Figura 6 é apresentada a evolução mensal da valorização de lamas durante o ano de 2020, distribuído pela TA Norte e TA Sul.



Fig 6 – Evolução mensal da valorização de lamas por TA

Areias e gradados

Em 2020, a produção de areias e gradados foi de 6 490 Ton, que corresponde a uma produção média diária de 18 Ton/dia, e representa um acréscimo de 12% face ao valor de 2019.

A produção de areias e gradados na TA Norte foi de 1 488 Ton e na TA Sul de 5 003 Ton, que corresponde a 23% e 77 % da produção de areias e gradados, respetivamente.

Na Figura 7 é apresentada a evolução mensal da produção total de areias e gradados durante o ano de 2020, distribuído pela TA Norte e TA Sul, respetivamente.

Handwritten notes:
 S. S.
 10/10/20
 10/10/20
 10/10/20
 10/10/20

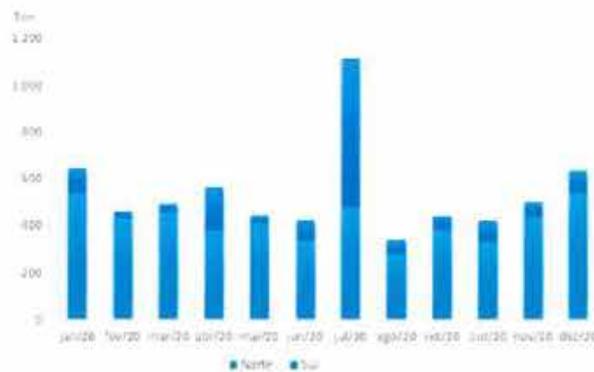


Fig 7 - Evolução mensal da produção de areias e gradados por TA

Água+

Em 2020, a produção de Água+ foi de 2 583 858 m³, que corresponde a uma produção média diária de 7 079 m³/dia, e representa uma redução de 4% face ao valor de 2019. A produção de Água+ na TA Norte foi de 245 222 m³ e na TA Sul de 2 338 636 m³, que corresponde a 9% e 91 % da produção de Água+.

Em 2020, a utilização interna de Água+ foi de 2 055 474 m³, que corresponde a uma utilização média diária de 6 303 m³/dia, e representa uma redução de 3% face ao valor de 2019. A utilização interna de Água+ na TA Norte foi de 245 222 m³ e na TA Sul de 1 810 252 m³, que corresponde a 10% e 90 % da utilização interna de Água+.

Na Figura 8 é apresentada a evolução mensal da utilização de água+ durante o ano de 2020, distribuído pela TA Norte e TA Sul.

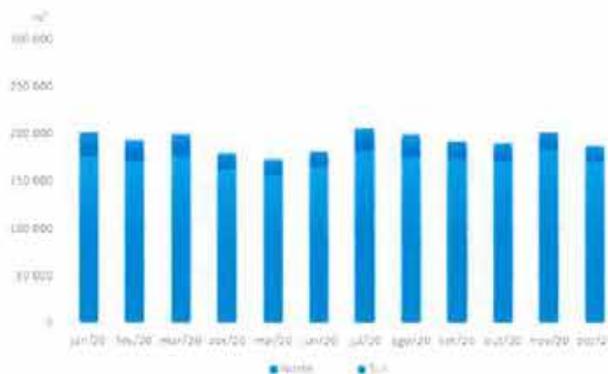


Fig 8 - Evolução mensal da utilização de água+ por TA

Controlo Analítico

Na atividade durante o ano de 2020 destaca-se:

- A manutenção da operacionalidade em regime presencial e remoto em contexto de plano de contingência COVID-19, incluindo a realização dos respetivos ciclos de auditorias de acreditação e certificação;
- A reorganização estrutural do Laboratório (LAB) com a constituição de uma Direção, duas Áreas, uma Supervisão e outras funções estruturais;
- A valorização dos recursos humanos associados às funções chave do Laboratório;
- A integração plena da unidade de Santa Cruz na Direção de Laboratório (LAB) e o reforço da equipa;
- A manutenção de acreditação com apresentação do pedido de extensão de acreditação para o sistema de robotização no parâmetro CBO5;
- A preparação do sistema de gestão da qualidade para a acreditação flexível intermédia com pedido de atribuição desta valência apresentado ao IPAC.

Estes processos foram da maior importância para o Laboratório, em especial a reorganização estrutural que traduziu a clara identificação do papel de LAB enquanto setor operacional. O novo modelo vai ao encontro do nível de competências e de responsabilidades que está associado ao controlo analítico, representando acima de tudo uma organização e uma clarificação das atividades e funções essenciais associadas.

Na otimização de recursos procedeu-se à conclusão dos processos de contratação com vista à renovação do parque de equipamentos e à realização de obras de remodelação parcial na unidade de Beirolas. Foram ainda identificadas necessidades de remodelação e intervenção na unidade de Frielas com a preparação de uma área técnica de cromatografia e na unidade de Santa Cruz com a adaptação do espaço existente no edifício de exploração para reorganização da área laboratorial.

A manutenção de equipas qualificadas em quantidade e qualidade de recursos foi um dos grandes desafios dos anos anteriores que se manteve em 2020, em especial em contexto de pandemia, durante o qual foi necessário reorganizar equipas e trabalho. Esta realidade obrigou a um acréscimo significativo de ensaios por parâmetro, no intuito de garantir a competência necessária na realização dos mesmos por parte da equipa técnica, sendo que este volume de trabalho não é contabilizado no número de ensaios anuais.

Com as adaptações necessárias, em regime misto remoto e presencial, realizaram-se as auditorias internas e externas de acreditação com resultados claramente positivos, estando ainda a decorrer o processo de transição para a nova versão da norma ISO 17025, cujo prazo de transição foi prolongado pela ILAC e pelo IPAC até abril de 2021, devido às contingências decorrentes do ano pandémico.

No âmbito de novos desenvolvimentos assinala-se a conclusão dos ensaios de implementação do sistema de robotização para CBO5, tendo sido apresentado pedido de extensão de acreditação em novembro passado.

Foi colocada em operação a base dados de gestão de stocks de laboratório, para as equipas de LAB Sul, precedida de uma formação por via remota.

Iniciaram-se os trabalhos de expansão da base de dados INLABLIMS Aqua para a unidade de Santa Cruz, com a configuração de todos os Centros Operacionais (CO) da zona Norte e a configuração dos fluxos de trabalho da unidade de Santa Cruz, para ensaios de arranque, para três CO selecionados como teste.

No que concerne à realização de trabalhos específicos destacam-se:

Internamente:

- Enquadrados no contexto dos objetivos da empresa, os trabalhos já acima mencionados;
- A otimização do controlo analítico com a reorganização de distribuição dos ensaios de azoto e fósforo entre as duas unidades do laboratório (LAB Sul e LAB Norte);
- A melhoria das condições de limpeza de material e instalações da unidade de Santa Cruz com a contratação de um serviço externo específico para o efeito;
- A remodelação dos balneários femininos para a equipa de LAB.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Externamente:

- O acompanhamento de um estágio curricular e um estágio do IEFEP na unidade de Santa Cruz;
- Continuidade de representação nas comissões técnicas/sectoriais da Relacre:
 - ✓ GT3-Arnostragem
 - ✓ GT5 – Metrologia Química, CTR04 – Metrologia
 - ✓ GT8- Microbiologia
 - ✓ Comissão Sectorial de Águas (como elemento de co-coordenação)

Atividade analítica interna

O controlo analítico integra 29 Fábricas da Água da Zona Sul e 73 Fábricas de Água da Zona Norte. O controlo legal e operacional do sistema de saneamento de Lisboa Sul é efetuado quase na totalidade nos Laboratórios de Beirolos e de Frielas, sendo que os restantes programas de controlo dos subsistemas de saneamento são efetuados com recurso à contratação de laboratórios acreditados para o efeito. Esta situação deve-se ao facto do Laboratório não dispor de meios humanos e materiais para a realização da totalidade das determinações definidas, designadamente para os programas PRTR (*Pollutant Release Transfer Register*) e PGL (Plano Geral de Lamas). Em 2020 foi assegurada a receção, a gestão e a análise de 29.091 amostras, tendo sido garantidos no total 79.119 ensaios, dos quais 77.319 foram realizados internamente com a seguinte distribuição pelos laboratórios:

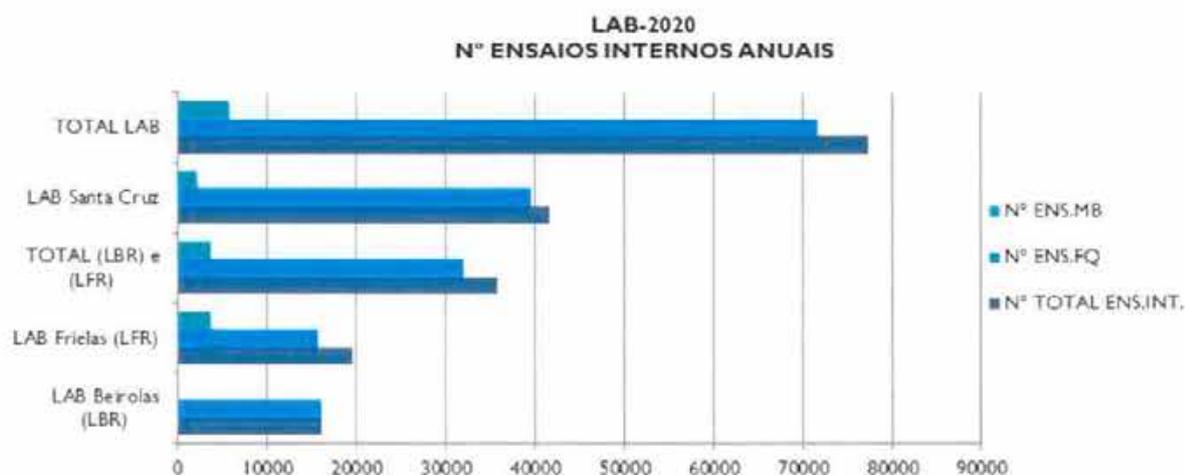


Gráfico 1-Número de ensaios anuais por unidade LAB/Área Técnica (FQ ou MB)
 Legenda (MB-microbiologia; FQ-físico-química)

Salienta-se que o número de ensaios internos globais de autocontrolo registou um decréscimo de 5,2% em relação a 2019, reflexo da redução de autocontrolo analítico durante a primeira fase da pandemia, de março a julho de 2020. Não obstante, o controlo operacional da Zona Norte, registou um acréscimo global de ensaios da ordem dos 10% no ano 2020, fruto da revisão de numerosas licenças de descarga, nas quais as frequências e os parâmetros de reporte legal aumentaram, obrigando a um acréscimo dos planos de controlo de qualidade operacional, aumento este que seria mais expressivo se não tivesse ocorrido a redução analítica no primeiro semestre.

A percentagem de aumento mais expressiva deu-se no Centro Operacional (CO) de Torres Vedras, com 38,5% de incremento de ensaios.

Fruto da redução de controlo analítico acionada na primeira fase do ano, decorrente do plano de contingência COVID-19, a Sul, todos os CO e restantes serviços, sofreram reduções, tendo-se registado uma redução de 18% no volume de ensaios. A exceção é feita para o CO da Guia que registou um acréscimo de 12%.

Durante o ano de 2020 e decorrente da necessidade de organizar equipas em espelho não foi possível manter a área de análise microscópica em atividade. Esta circunstância acentua a necessidade da existência de recursos humanos específicos alocados a este setor, que permita o seu regular funcionamento. Apesar do funcionamento residual e mais pontual, foi possível iniciar a monitorização microscópica de lamas ativadas para alguns CO da zona Sul.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature at the top and several initials and marks on the right side of the page.

Salienta-se ainda a realização de ensaios /procedimentos alocados ao controlo de qualidade interno, que não são contabilizados nestes quantitativos e que representam em especial para os ensaios no âmbito da acreditação, cerca de mais 30% sobre os efetivamente contabilizados.

Na atividade analítica salienta-se a relevância da integração da unidade laboratorial de Santa Cruz, representando esta em 2020 cerca de 53,9%, do trabalho analítico assegurado, sendo que todo este contributo analítico é executado fora do âmbito da acreditação. O estado de acreditação dos ensaios está expresso no gráfico.

ESTADO DE ACREDITAÇÃO DOS ENSAIOS (%)

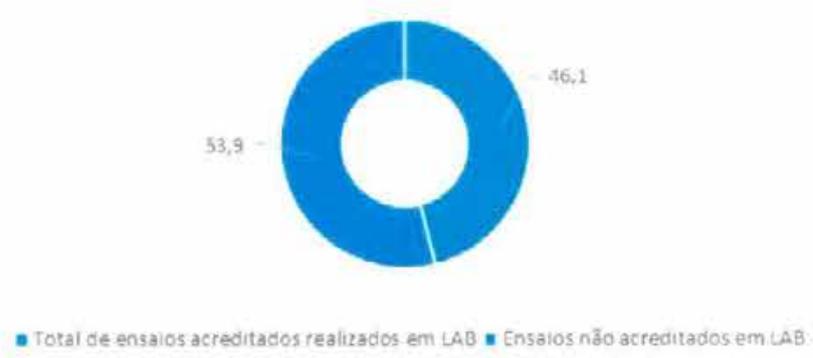


Gráfico 2- Estado de Acreditação dos ensaios/ uni LAB (% total dos ensaios internos)

Atividade analítica com recurso a contratação externa

No que concerne ao controlo analítico assegurado a partir das unidades acreditadas, assinala-se que o recurso a contratação externa para ensaios na matriz água e lamas representou 5,9% do total de trabalho analítico e sofreu um aumento de 26% em relação ao período homólogo.

**LAB ACREDITADO-2020
Nº ENSAIOS CONTRATADOS**

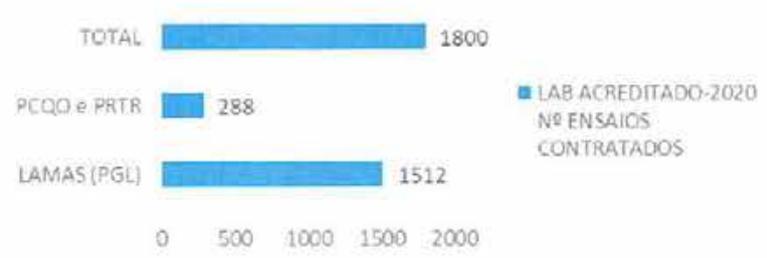


Gráfico 3 - Número de ensaios anuais contratados externamente por tipo de plano analítico (Zona Sul)

Os quantitativos analíticos associados ao controlo legal das instalações da Zona Norte, bem como o controlo associado à monitorização dos meios recetores, foi da responsabilidade da Direção de Operação, sendo que o laboratório externo acreditado assegurou no ano de 2020 a realização de cerca de 40.695 ensaios, cujo número de análises e respetivo peso relativo se encontra dividido no quadro 2, por Plano de Controlo Analítico, de acordo com o contratado ao laboratório externo acreditado. Regista-se um aumento expressivo dos ensaios ao nível dos efluentes brutos (de 23% para 29%) e efluentes tratados (de 41% para 57%), decorrentes das exigências das novas licenças de descarga.

Este aumento é coerente com o perfil evolutivo também verificado ao nível dos ensaios internos para efeitos de controlo de processo.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Planos de Controlo Analítico	Nº. análises / Plano	Peso relativo por Plano no Total (%)
Afluentes Brutos	11 644	29%
Descargas das FA	23 028	57%
Lamas	2 539	6%
Monitorização dos Meios Recetores	2 982	7%
Águas Residuais Não Urbanas	502	1%
TOTAL	40 695	100%

Quadro 1 - Quantitativos de ensaios contratados externamente por categoria (Zona Norte)

O número total de ensaios (internos e contratados), para as matrizes água residual e lamas, por Centro Operacional da zona Sul e outros estão identificados no gráfico.



Gráfico 4- Número de ensaio anuais, internos e externos por Clientes Internos (Zona Sul e outros, nas unidades LAB acreditadas)

O número total de ensaios internos para as matrizes água residual e lamas, por Centro Operacional da zona Norte estão identificados no Gráfico 5.

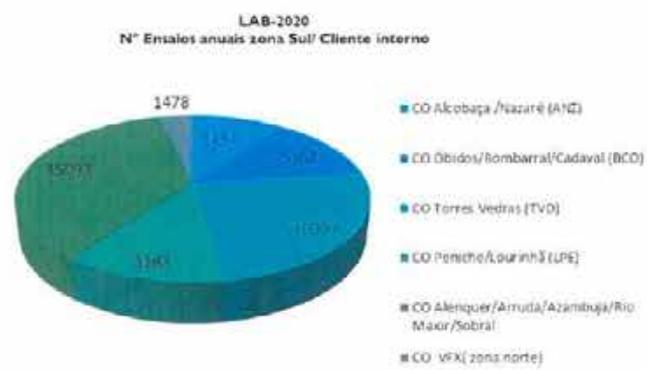


Gráfico 5- Número de ensaio internos por Clientes Internos de LAB (Zona Norte na unidade LAB de processo)

O Laboratório assegurou ainda a componente analítica em estudos e projetos de inovação conduzidos em parceria com a áreas interna de investigação, de desenvolvimento e de inovação, e a área de operação, salientando o projeto Covidetec, realizado sob a coordenação da AdP SGPS, e com a participação de outros parceiros do Grupo.

O projeto Covidetec destaca-se pela importância do desenvolvimento de um sistema de alerta precoce para o surgimento ou decaimento de surtos na população cujo planeamento, arranque e operacionalização foi particularmente exigente por ter ocorrido em plena 1ª fase da pandemia.

[Handwritten signatures and initials]

Atividade em contexto pandémico

Merece um especial enquadramento a atividade desenvolvida em contexto pandémico, salientando-se no âmbito dos planos de contingência estabelecidos, a manutenção da atividade operacional em regime presencial, com a formação de equipas em espelho nas três unidades laboratoriais, até final da primeira quinzena de julho e com as equipas completas em regime regular desde 2ª quinzena de julho até dezembro.

Fases do plano de contingência	Programas analíticos
1ª fase 2ª quinzena de março a abril	Monitorização prevista para todas as amostras de Efluente tratado, incluindo reutilizações, tratamento biológico e desidratação em regime semanal. Afluentes nas FA em que é obrigatório o seu reporte legal de acordo com a periodicidade requerida nas licenças de descarga.
2ª fase 1ª quinzena maio	Manutenção dos programas da 1ª fase acrescido dos afluentes de todas as FA em regime semanal ou quinzenal.
3ª fase 2ª quinzena de maio a 1ª quinzena de julho	Manutenção dos programas da 1ª fase e 2ª fase acrescidos da introdução da monitorização de algumas fases intermédias (decantação primária ou equivalente) em regime semanal.
4ª fase 2ª quinzena de julho a dezembro	Retoma dos programas analíticos de controlo de processo e reporte legal na sua totalidade.

Quadro 2- adaptação dos programas de controlo analítico em contexto de pandemia

Foram asseguradas todas as obrigações de reporte legal, incluindo os programas PRTR (Registo de Emissões e Transferências de Poluentes) e PGL (Plano de Gestão de Lamas).

A adaptação dos programas de controlo analítico durante o 1º semestre foram já anteriormente explicadas quanto ao impacto na atividade analítica da Direção de Laboratórios.

O contexto de pandemia trouxe à atividade do Laboratório riscos que se encontram elencados na matriz de riscos e oportunidades de LAB, como riscos gerais relacionados com a pandemia de COVID-19:

- Ausência de colaboradores, motivada por quarentena ou isolamento profilático;
- Incumprimentos dos objetivos de qualificação do pessoal;
- Inexistência de stocks de EPI/fardamentos adequados;
- Falhas no fornecimento de reagentes/padrões/meios de cultura/materiais diversos por limitação de circulação de pessoas e bens;
- Falhas no fornecimento de serviços, nomeadamente, calibração e manutenção de equipamentos, formação, auditorias, contratação externa de ensaios;
- Incumprimento dos Planos de Controlo da Qualidade por falhas de recursos humanos e materiais;
- Incumprimento do Plano EIL relativo a ensaios interlaboratoriais que contam com a participação de vários laboratórios acreditados desconhecidos entre si para analisarem o desempenho de cada um através da análise de vários parâmetros em amostras cegas.

Apesar dos riscos e dos constrangimentos associados, o Laboratório manteve o funcionamento, enfrentando o desafio de gestão e de operacionalização de meios e de equipas, para que tal pudesse acontecer. Salienta-se, por isso, a necessidade de manter uma estrutura de recursos humanos que permita nestas circunstâncias o funcionamento de equipas em espelho e a qualificação de pessoal de forma suficientemente abrangente para garantir o necessário grau de redundância.

Conceção e Construção de Infraestruturas

Em 2020, a atividade de Estudos e Projetos, não deixando de ser marcada pela pandemia de COVID-19, traduziu-se em concretizações importantes do ponto de vista do prosseguimento de estudos e projetos assentes nos seguintes vetores:

- Melhoria estrutural, funcional e operacional relativa a infraestruturas existentes;
- Aumento da cobertura de sistemas de drenagem e incremento do desempenho global relativos a novas infraestruturas.

Os contratos geridos orçaram em 2,8M€, nos domínios dos estudos e projetos de engenharia, bem como dos serviços associados de topografia e cadastro, reconhecimento geotécnico e constituição de servidões e expropriações.

Destacam-se como trabalhos mais relevantes os seguintes estudos e projetos:

- No domínio da avaliação de performance de infraestruturas relevantes - inspeção subaquática e caracterização dos emissários submarinos AdTA (Nazaré, São Martinho do Porto, Foz do Arelho e Ribeira d'Ilhas, Laje, Barcarena, Jamor e Ribeira das Naus);
- No domínio da melhoria operacional das instalações AdTA - equipamento para receção de limpa fossas - Ericeira e Alverca; sistema elevatório Carcavelos-Sassociros; sistema elevatório A-da-Perra;
- No domínio da infraestruturização – emissário final FA Dois Portos; sistemas elevatórios Vale da Borra (Torres Vedras) Azambujeira (Rio Maior), A-da-Perra (Mafra);
- No domínio da reabilitação de infraestruturas - emissário das Marianas (Costa do Estoril), descarga de Emergência da Falésia (Costa do Estoril), emissário final FA Beírolas, emissário de Monsanto, Miraflores;
- No domínio da requalificação ambiental da envolvente - estudo de melhoria das condições de drenagem urbana associadas à Praia de Carcavelos, estudos de erradicação de descargas (Costa do Estoril – Amoreira, Marianas, Sassociros);
- No domínio da infraestruturização tendo em conta a presença de aflúências indevidas - avaliação do comportamento hidráulico da zona baixa do subsistema de Alcântara, no contexto do PGDL; ensaio em modelo hidráulico reduzido da Bacia Antipoluição de Monsanto e obras acessórias; coletor Travessa Horta Navia (margem esquerda Caneiro Alcântara) e infraestruturas associadas; estudos e projetos controlo caudais pluviais Frielas - sistema afluente à EE Fanhões e eixo Lousa; idem sistema Costa do Estoril.

O ano 2020 revelou-se atípico no que diz respeito à realização de investimentos devido aos constrangimentos associados à pandemia de COVID-19. Embora no primeiro trimestre a situação pouco se tivesse sentido, no segundo trimestre já se notou de forma expressiva, tendo-se atenuado um pouco no terceiro trimestre, mas voltando a agravar-se vincadamente no quarto trimestre.

Na área de projetos a pandemia trouxe dificuldades acrescidas logo na componente da recolha de dados de base, ao condicionar os reconhecimentos de campo, a visita a instalações existentes, os estudos de implantação de infraestruturas, os levantamentos topográficos e cadastrais, as prospeções geológico-geotécnicas, em suma, todas as tarefas que requerem a movimentação de equipas de trabalho no terreno.

Mas também nos trabalhos de gabinete se sentiram dificuldades na discussão por via telemática das componentes essenciais dos projetos, particularmente, peças desenhadas, esquemas de dimensionamento e mapas de medições devido à sua dimensão e especificidade, o que levou a maior demora na obtenção de esclarecimentos e consequentemente dos resultados pretendidos.

No decurso dos procedimentos para contratação de empreitadas verificaram-se várias dilações de prazos para apresentação das propostas, decorrentes de solicitações de interessados por motivo de dificuldade na obtenção de preços e de condições de fornecimento de materiais e equipamentos oriundos do estrangeiro.

Verificaram-se também, devido ao incremento dos preços de mercado no setor da construção, concursos de empreitada que não receberam quaisquer propostas, nomeadamente:

- Beneficiação da Segurança e Acessibilidades nas Estações Elevatórias de Alcântara (primeiro concurso deserto e no segundo verificou-se a exclusão de todas as propostas);
- Construção de By-Pass ao Poço de Grossos (FA Alcântara) e Reabilitação do Circuito Hidráulico (Falésia – Costa do Estoril) (relançado e em curso);
- Benefeitorias da Fábrica de Água da Ericeira, EE Pedra de Ouro II e EE Santa Cruz III (em análise para relançamento);
- Receção de limpa fossas – Ericeira e Alverca (em análise para relançamento);
- Instalação de Sistema de Bombagem em Linha de Moledo e Feteira (relançado e em curso).

Estes constrangimentos obrigaram a rever as estimativas orçamentais e ao relançamento dos procedimentos, motivando como tal um desvio significativo na data de consignação. O referido incremento nos preços de mercado também é evidenciado na fase de orçamentação dos projetos em desenvolvimento, verificando-se em diversos processos a necessidade de pedido de autorização de reforço do investimento junto do Concedente, para a concretização dos investimentos previstos no Contrato de Concessão.

Na construção nova e de reabilitação o efeito da pandemia de COVID-19 também trouxe progressivamente dificuldades, tendo-se verificado constrangimentos por indisponibilidade de pessoal devido a impedimentos de deslocação e de acesso a alojamento e alimentação, bem como de movimentação nos locais das obras e nos acessos às frentes de trabalho, e também constrangimentos à produção e transporte de elementos a incorporar nas obras, com particular destaque para o fornecimento e aprovisionamento de materiais e equipamentos provenientes do estrangeiro.

Todos estes fatores conjugados impactaram no rendimento da execução dos trabalhos e traduziram-se em atrasos expressivos na finalização das obras, tendo sido concluídas as seguintes empreitadas:

- Execução dos Emissários Gravíticos e Sistemas Elevatórios do Subsistema da Ericeira Fase II (Sistema Elevatório S. Lourenço);
- Reabilitação do emissário da Castelhana, no troço entre a Autoestrada A5 e o Intercetor (Cx. CS0160.00 a CS1020.00);
- Reparações de Construção Civil em Infraestruturas Existentes;
- Remodelação do sistema de extração de lamas das pontes dos decantadores secundários na Fábrica da Água de Frielas - P1 a P4 – PEPE;
- Melhoria de Condições de Segurança nas Infraestruturas da Área de Concessão;
- Construção de Espaços de Armazenamento, Arquivo e Parque Exterior da Fábrica de Água de Alcântara;
- Pavimentações na Área de Concessão da AdTA;
- Reativação da Lagoa de Maturação da Fábrica de Água da Maceira;
- Substituição de caixas de visita em troço do Intercetor de Ribamar.

Atualmente, parte significativa das infraestruturas operacionais da AdTA já atingiram o horizonte de vida útil técnica e, conseqüentemente, apresentam um significativo grau de deterioração no que respeita à componente de equipamentos, instalações elétricas e de construção civil. Neste contexto deu-se continuidade à realização de estudos e preparação de processos de concurso de empreitadas para investimento de reabilitação/ substituição/ renovação, sendo de destacar as principais obras concretizadas no ano:

Principais empreitadas de 2020	mEur
Beneficiação da Fábrica de Água de Beírolas - Fase I	2 713
Remodelação do Sistema de Aneamento e do Espessamento de Lamas da Fábrica da Água de São João Talha	1 732
Sistema de Saneamento de Maxial e Alcobentre (processo judicial Proc. 1211/12.1 BERLA)-(ver nota 20)	1 232
Execução de Reparações Gerais de Construção Civil – 2021	794
Reabilitação de Descarregadores dos Subsistemas de Alcântara e Chelas- Fase I	686
Execução dos Emissários Gravíticos e Sistemas Elevatórios do Subsistema da Ericeira Fase II (Sistema Elevatório S. Lourenço)	672
Reparações Gerais e Melhorias de Segurança em Infraestruturas Existentes	628
Beneficiação do Aproveitamento de Biogás das Fábricas de Água de Beírolas, Frielas e S. João da Talha – PEPE	582
Remodelação do Sistema de Extração de Lamas das Pontes dos Decantadores Secundários na Fábrica da Água de Frielas - P1 a P4 – PEPE	537
Reparação e Substituição de Equipamentos nas FA de Ericeira, Encarnação e Torres Vedras	420
Substituição de Equipamento no Subsistema da Costa do Estoril	282
Execução dos Sistemas Elevatórios de Torre Penhalva e Casal de Além	272
Sistema de Tratamento Complementar para Reciclagem de Águas Residuais da Fábrica de Água de Beírolas	248
Beneficiação do Sistema de Desinfecção por UV da Fábrica de Água de Alcântara	244
Beneficiação e Ampliação do Subsistema de Barnil	242
Linha de Investigação e Desenvolvimento de Reutilização da Fábrica de Água de Alcântara	219
Construção dos Sistemas Elevatórios de Moledo, Feteira, Reguengo Pequeno e Pena Seca	201
Fornecimento e Montagem de Grupo de Cogeração na Fábrica de Água de Frielas – PEPE	186
Fornecimento e Montagem de Sistema de Difusão de Ar do Tipo "Bolha Fina" para as Fábrica de Água de Chelas e Frielas -Fase II	168
Construção da Estação Elevatória de Ribaldeira	154
Reparações em Pavimentos na Área de Concessão	146
Instalação de Sistema de Bombagem em Linha de Moledo e Feteira	126
Construção de Espaços de Armazenamento, Arquivo e Parque Exterior da Fábrica de Água de Alcântara	124
Emissário Quinta das Pretas - Fase II e Fase III	123
Pavimentações na Área de Concessão da Águas do Tejo Atlântico	121
	12 860

S. A.
R. J.
H. J.
A.
V.

De entre as diversas obras a decorrer destacam-se:

Empreitada de Beneficiação e Ampliação do Subsistema do Barril

- Empreiteiro: Sade – *Compagnie Générale de Travaux d'Hydraulique*
- Valor de Adjudicação: 965.011,39 €
- Prazo de execução: 365 dias
- Data da Consignação: 01/07/2020

A obra consiste na construção de 4 Estações Elevatórias (EE de Charneca, EE do Barril Sul, EE do Barril Oeste e EE de Casais de Areia), 2048 m de condutas elevatórias e cerca de 1700m de condutas gravíticas. Abrange a Freguesia da Encarnação, nomeadamente os lugares de Azenha dos Tanceiros, Barril, Casais da Areia, Casal da Breguiã, Casal da Forcada, Casal das Azenhas, Casal dos Paixões e Charneca, sendo a população servida de 2.981 habitantes.



Empreitada de Conceção-Construção da Remodelação do Sistema de Arejamento e do Espessamento de Lamas da Fábrica de Água de São João da Talha

- Empreiteiro: Consórcio GR4PT/ Domoinal – Engenharia
- Valor de Adjudicação: 2.290.000,00 €
- Prazo de execução: 300 dias
- Data da Consignação: 18/12/2019

A obra contempla a remodelação do sistema de arejamento e da configuração do funcionamento dos reatores arejados e o reforço da etapa de espessamento de lamas com a instalação equipamento mecânico que permite o aumento da concentração de sólidos e possibilita a maior formação de biogás para produção de energia elétrica.



Empreitada de Conceção-Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de São João da Talha – Fase I

- Empreiteiro: Consórcio DST – Domingos da Silva Teixeira / DTE – Instalações Especiais
- Valor de Adjudicação: 2.231.456,08 €
- Prazo de execução: 455 dias
- Data da Consignação: 20/07/2020

A obra tem previstas diversas intervenções de reabilitação de construção civil, nomeadamente na elevação inicial, desarenação, desengorduramento, homogeneização, espessamento de lamas, caixa de alimentação dos digestores, tanque de lamas digeridas, circuito de escorrências, edifício de exploração e sala de quadros.

Também estão incluídas intervenções nos equipamentos metalomecânicos e eletromecânicos nas zonas da elevação inicial, tratamento físico-químico, espessamento de lamas, linha de biogás, desidratação de lamas e decantação secundária. A estes trabalhos encontram-se associados diversos trabalhos de instalações elétricas, automação e supervisão.

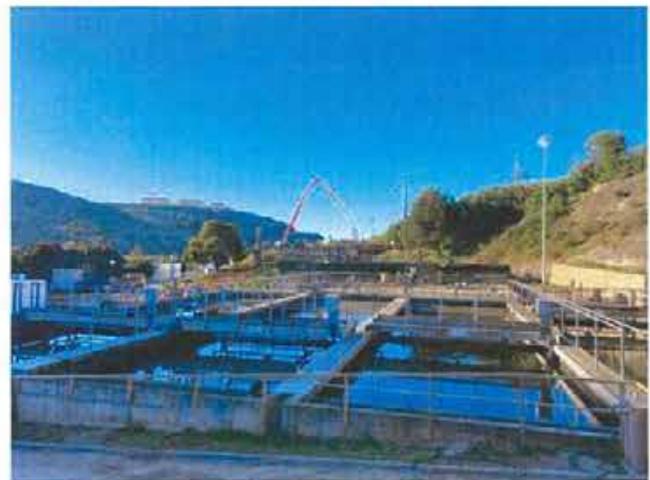


Empreitada de Execução dos Sistemas Elevatórios de Torre Penalva e Casal de Além

- Empreiteiro: Submerci
- Valor de Adjudicação: 419.628,08 €
- Prazo de Execução: 270 dias
- Data de Consignação: 18 de maio de 2020

Substituição dos tamisadores da Fábrica de Água de Torres Vedras e Encarnação, incluindo a retirada dos existentes e a respetiva adaptação de funcionamento aos equipamentos novos.

Foi ainda contemplada a adaptação do canal da obra de entrada da Fábrica de Água da Ericeira, de forma a substituir o equipamento existente mantendo a mesma em funcionamento, incluindo a substituição de algumas bombas, nomeadamente de lamas em excesso e de recirculação. Inclui ainda a montagem de um sistema de flotação e todos os respetivos trabalhos acessórios. População servida: 91.482 habitantes equivalentes.



S.S.
A
W
F
A

Empreitada de Substituição de Equipamento no Subsistema da Costa do Estoril

- Empreiteiro: Sotecnogão
- Valor de Adjudicação: € 467.300,00
- Prazo de Execução: 210 dias
- Data de Consignação: 22 de julho 2020

As intervenções compreendem a substituição de equipamento na Fábrica de Água da Guia e em seis estações elevatórias do Subsistema da Costa do Estoril, nomeadamente: comportas, grupos eletrobomba, geradores de emergência, um compressor, sobrepressores e atuadores de válvulas, incluindo a adaptação das instalações existentes e os trabalhos assessorios. População servida: 903.069 habitantes equivalentes.



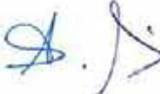
No contexto de envolvimento e parcerias com os Municípios salientam-se os seguintes investimentos previstos no Contrato de Concessão e que serão realizados pelos respetivos Municípios, ao abrigo da celebração de acordos:

- Alcântara - ligação a Amadora/ Benfica - Fase I e Fase II -Bacia de Antipoluição (9,1 milhões de euros; em fase de concurso) - intervenção integrada na Empreitada Execução dos Túneis de Drenagem da Cidade de Lisboa e Intervenções Associadas;
- Emissário Quinta das Pretas - Fase II e Fase III (660 mil de euros; em curso) – intervenção integrada na Empreitada de Regularização Fluvial e Controlo de Cheias da Ribeira do Prior Velho.

Para o ano de 2021 destacam-se os principais investimentos já em curso ou em preparação:

- Beneficiação da Fábrica de Água de São João da Talha - Fase I (em curso);
- Remodelação do sistema de arejamento e do espessamento de lamas da Fábrica de Água de São João Talha (em curso);
- Beneficiação e Ampliação do Subsistema de Barril (em curso);
- Fornecimento e Montagem de Sistema de Arejamento para a Fábrica de Água de Beirolas – PEPE (em concurso);
- Beneficiação do Aproveitamento de Biogás das Fábricas de Água de Beirolas, Frielas e S. João da Talha – PEPE (em curso);
- Fornecimento e Montagem de Grupo de Cogeração na Fábrica de Água de Frielas – PEPE (em curso);
- Construção de *By-Pass* ao Poço de Grossos (FA Alcântara) e Reabilitação do Circuito Hidráulico (Falésia – Costa do Estoril) (em curso);
- Beneficiação da Fábrica de Água de Chelas – Fase I (contrato);
- Execução do Emissário de Montemor (Frielas) - Troços II e IV (contrato);
- Sistema de Telegestão da AdTA – 1ª Fase (em concurso);
- Remodelação da Fábrica de Água de Arruda dos Vinhos (em concurso);
- Reabilitação Estrutural do Emissário de Barcarena - Fase I (em concurso);
- Fornecimento e Montagem de Substituição de Equipamentos Eletromecânicos da zona Norte da AdTA (em concurso);
- Reabilitação do Intercetor da Asseiceira do Subsistema da Póvoa da Galega (em concurso);

- Remodelação do Emissário de Monsanto no Troço do Parque Urbano de Miraflores (em concurso);
- Fornecimento e instalação de Centrais Fotovoltaicas nas Fábricas de Água de Alcântara e Beirolas (em concurso);
- Reparação de Vedações de Recintos de Fábrica de Água e EE (em concurso);
- Substituição de Coberturas de Fibrocimento nas Fábricas de Água de Beirolas, Bucelas e Fervença e na EE de Fonte da Pipa (em concurso);
- Beneficiação da Fábrica de Água de Santa Cruz (em preparação);
- Construção da Fábrica de Água do Carvalho (em preparação);
- Remodelação da Fábrica de Água da Ericeira (em preparação);
- Coletores da margem esquerda do Caneiro de Alcântara - Travessa da Horta Navia (em preparação);
- Reabilitação do Emissário de Descarga da Fábrica de Água de Beirolas (em preparação);
- Execução de Reparações Gerais de Construção Civil – 2021/2023 (em preparação);
- Fornecimento e Instalação de Centrais Fotovoltaicas-Projeto Solar III (em preparação);
- Construção da Unidade de Hidrólise de Lamas na Fábrica de Água de Frielas (em preparação);
- Secagens Solares de Lamas de Frielas e de Torres Vedras (em preparação);
- Reabilitação de Quadros Elétricos em EE - zona Sul (em preparação);
- Execução de Estação Elevatória e Conduto Elevatória de Azambujeira (em preparação);
- Benfeitorias da Fábrica de Água da Ericeira, Execução da EE Pedra do Ouro II e EE de Santa Cruz III (em preparação);
- Reabilitação e Automatização da Desodorização nas Fábricas de Água de Alcântara e Guia (em preparação);
- Reparações de Tanques e Poços em várias Fábrica de Água e EE (em preparação);
- Substituição e Benfeitorias em Equipamentos na área de Concessão (em preparação);
- Remodelação da Desodorização da Fase Sólida da Fábrica de Água de Beirolas (em preparação).







Manutenção de Equipamentos e Infraestruturas

A AdTA tem vindo a apostar fortemente na manutenção preventiva e preditiva, de modo a reduzir significativamente os riscos de falha dos diferentes órgãos e equipamentos e a baixar o número e frequência das ações de manutenção corretiva, suprimindo insuficiências de manutenção de anos anteriores. Apesar de ser uma empresa jovem, a "herança" de algumas infraestruturas com um estado avançado de deterioração e as necessidades operacionais diárias levaram a um incremento substancial desta atividade.

A recuperação dos défices de manutenção nestes quatro anos de AdTA tem-se revelado difícil e morosa devido à necessidade de subcontratar serviços de manutenção, por falta de meios internos, pois os prestadores têm dificuldade em contratar no mercado técnicos especializados com competências e experiência adequadas aos requisitos específicos da atividade de saneamento, havendo por isso lacunas em especialidades tais como: eletricista, mecânico e instrumentista.

Este é o caminho que a empresa está a trilhar para atingir o serviço de excelência a que se propõe e a que a zona geográfica em que atua exige. Contudo, as limitações orçamentais que abrangem o acesso ao reforço de meios humanos e ao incremento dos gastos potenciam o risco de falhas com todas as consequências nefastas que isso acarreta para a saúde pública, para o meio ambiente e para a economia das regiões servidas, bem como para a imagem da AdTA como empresa prestadora de um serviço público essencial.

O acréscimo significativo de dificuldades com a aquisição de bens e serviços devido à atualização do Código de Contratação Pública refletiu-se na execução da manutenção em anos anteriores, mas desde finais de 2018 foram adjudicados cerca de 21 milhões de euros em contratos de manutenção cujo impacto se faz sentir em crescendo desde 2019, notando-se uma evolução positiva no sentido da melhoria efetiva dos equipamentos e infraestruturas.

Na atividade de manutenção de equipamentos e infraestruturas de 2020 foram rececionados 7 514 pedidos de intervenção, o que representa uma média de cerca de 21 pedidos por dia, traduzindo-se no crescimento de 24% para o período homólogo. Como efeito, a execução das ordens de trabalho (OT's) geradas cresceu 127% face ao homólogo, salientando-se que 61% foram de caráter preventivo.

O 2020 foi, no entanto, um ano de desafios para a equipa de manutenção, tendo sido necessário implementar medidas como o desfasamento físico dos trabalhadores pelas instalações, o desfasamento de horários de trabalhadores de uma mesma instalação e a afetação de trabalhadores (por exemplo em regime de prevenção) a instalações específicas, tudo com o objetivo de evitar contacto entre equipas.

De notar que as medidas foram aplicadas quer aos meios internos, quer aos meios externos, tendo contribuído para isso a colaboração dos diferentes prestadores de serviço. Com exceção de pequenos períodos em que alguns (poucos) trabalhadores estiveram em regime de isolamento profilático, pode-se afirmar que o impacto da COVID-19 não foi muito significativo na disponibilidade dos meios humanos.

No que respeita ao fornecimento de bens e serviços foram registadas dificuldades pontuais: Nos bens, o principal impacto foi o fecho de algumas unidades industriais em alguns dos países fornecedores, o que originou alguns atrasos ainda que pontuais na disponibilização de materiais. As dificuldades em termos de prestação de serviços foram também pontuais e, essencialmente sentidas com fornecedores com sede em localidades distantes e que necessitavam de recorrer a alojamento na área da empresa, o que não foi possível em alguns períodos do ano.

Em termos organizacionais ocorreram alterações que se consideram significativas e que vieram promover otimizações que sentirão a curto prazo. De notar que foram implementadas todas as propostas já definidas no final de 2019 e que passaram por:

- Reorganização do Departamento de Manutenção Eletromecânica com criação de dois Departamentos de Manutenção Eletromecânica (Norte e Sul) e criação de um novo Departamento de Otimização e Métodos;
- Admissão de um Coordenador de Departamento para a Eletromecânica Sul (abril 2020);
- Admissão de um Responsável de Área para o Centro Operacional de Alcântara (março de 2020) e alocação do anterior responsável por essa área ao Departamento de Otimização e Métodos (Supervisão de Manutenção Preventiva);
- Criação de uma Supervisão de Armazém, tendo em conta a sua importância estratégica para a manutenção.

As entradas dos recursos humanos anteriormente referidas aconteceram em pleno confinamento COVID-19, ou seja, longe das condições ideais, mas foram fundamentais para estabilizar a equipa de gestão da manutenção, em particular, completando funções que desde o início estavam deficitárias de recursos. As admissões permitiram libertar recursos para o Departamento de Otimização e Métodos e assim iniciar os trabalhos de desenvolvimento da componente de Manutenção Preventiva (e aplicar de forma mais consistente o projeto de implementação da metodologia RCM - *Reliability Centered Maintenance*).

De notar que, apesar das admissões registadas, a atividade de manutenção continua muito deficitária de meios humanos, o que pode comprometer o cabal cumprimento das atribuições da Direção de Manutenção, sendo essas lacunas particularmente evidentes no Departamento de Otimização e Métodos e no Armazém.

[Handwritten initials and marks]

Os trabalhos de implementação da metodologia RCM - *Reliability Centered Maintenance* iniciaram-se pela criação de um piloto em parte da Fábrica de Água de Alcântara (linha de lamas), instalação incluída no âmbito da certificação em Gestão de Ativos, sendo que se espera no início de 2021, poder iniciar a sua implementação no terreno.

Uma vez que o trabalho anteriormente referido é longo, e não permitirá, num primeiro instante, estar alargado à totalidade das instalações da empresa, reforçou-se em 2020 a implementação de planos de manutenção preventiva sistemáticos, na zona Sul e na zona Norte, situação que se manterá e alargará ao longo de 2021.

De forma a assegurar a disponibilidade de bens e serviços para execução dos trabalhos de manutenção, foi desenvolvido um programa intensivo de implementação de procedimentos de contratação. Apesar de grande parte das necessidades estar contratada, existe um Plano de Compras para implementar (novos contrato e renovação de contratos existentes) para os quais não existem meios suficientes e que poderão condicionar a disponibilidade de bens e serviços.

Os contratos mais relevantes na atividade são relativos à manutenção das duas zonas distintas do sistema, designadamente:

- O contrato de prestação de serviços de manutenção da zona Sul, que manteve o desempenho anteriormente verificado, ou seja, com a qualidade média dos meios afetos ao contrato satisfatória, mas com a equipa sujeita a mudanças regulares (algumas promovidas pela AdTA tendo em conta o mau desempenho dos trabalhadores), o que provoca sempre alguma instabilidade e leva a que a equipa nunca esteja completa, situação potenciada pela dificuldade em recrutar meios. O prestador de serviços tem vindo a compensar estas lacunas disponibilizando meios para outras atividades fundamentais, como é o caso em que foram afetados dois engenheiros ao trabalho da Manutenção Preventiva do Departamento de Otimização e Métodos. No início de 2021 será lançado procedimento para substituir este contrato, prevendo o Caderno de Encargos uma adaptação dos meios de forma a poder ser implementando o resultado do trabalho do projeto de Manutenção aseada em RCM, bem como disposições que simultaneamente facilitarão e exigirão uma prestação mais robusta;
- O contrato de prestação de serviços de manutenção da zona Norte, iniciado em março de 2020 que registou uma melhoria muito significativa face à prestação anterior. Os meios disponibilizados apresentam um desempenho bastante satisfatório estando de acordo com os valores contratualizados. Com a reorganização dos centros operacionais foram transferidas instalações entre o Sul e o Norte, sendo por isso necessário proceder a ajustes no contrato de forma a torná-lo equilibrado face ao aumento da área de cobertura.

Tal como objetivado em finais de 2019, promoveu-se a otimização da ferramenta Aquaman com a implementação de um novo *workflow* destinado a assegurar que o curso da OT é compatível com a execução dos trabalhos no terreno e facilitar a articulação com a Operação (que passa a ser alertada automaticamente pelo Aquaman quando os trabalhos são concluídos no terreno e a OT é passada para um novo estado EQ-DISP). Também foi disponibilizado o Aquaman em modo mobilidade, podendo ser acedido diretamente do telemóvel, de forma a facilitar o registo, em tempo útil, da informação relevante para as OT's. Com estas medidas pretende-se facilitar o registo dos elementos para que a informação existente numa dada OT corresponda, efetivamente, ao estado da OT, o que vai permitir a determinação de indicadores de desempenho efetivos.

Como previsto e por ser estratégico em termos de manutenção, tem-se vindo a trabalhar na utilização crescente do armazém para disponibilizar em tempo adequado os bens e artigos necessários aos trabalhos a desenvolver. A codificação sistemática dos bens e o correspondente armazenamento tem vindo a ser alargada para dar resposta a um aspeto premente na atividade, pois decorre da multiplicidade de contratos de aquisição geridos.

Na manutenção de construção civil estiveram em curso, essencialmente, 4 empreitadas e 2 prestações de serviços. Com estas contratações procedeu-se à beneficiação de instalações e infraestruturas por forma a repor ou melhorar a condição física e funcional das mesmas. Estas empreitadas e prestações de serviço procederam igualmente à reposição e melhoria de condições de segurança tanto na vertente de *security* como de *safety*.

Empreitada de melhorias de condições de segurança e reparações em infraestruturas

A tipologia dos trabalhos totalizou 211 intervenções no ano, abrangendo a seguinte diversidade:

- 40% das OT's serviram maioritariamente para reabilitar pontualmente coletores e condutas, nomeadamente por reparação de caixas de visita, substituição de troços de redes, de tampas, bem como a reposição ou criação de acessos às infraestruturas. Em 2 trabalhos foi necessário proceder à substituição de troços com dezenas de metros;
- 20% compreenderam trabalhos de manutenção ligeira de redes de água potável ou água+, pequeno diâmetro, quer no interior como no exterior de edifícios;
- 20% compreenderam trabalhos de beneficiação de edifícios nomeadamente por substituição pontual ou integral de impermeabilizações de coberturas, beneficiação e ou substituição de caixilharias e tratamento de fachadas;
- 20% foram beneficiações de vãos, serralharias em geral, tampas e outros elementos.

Empreitada de melhoria de condições de segurança nas infraestruturas da área de concessão

Na vertente de *security*, esta empreitada esteve principalmente focada na criação ou reposição do confinamento de resintos, por exemplo por substituição de vedações e por instalação de portões;

Na vertente *safety*, melhorou a condição física e instalou novos componentes que procuram essencialmente evitar o risco de queda em altura ou melhorar a condição de trabalho de operação. Como exemplos temos a intervenção em poços de Estações Elevatórias (EE's), ou órgãos com substituição e reforço de passadiços, aplicação de gradis, de escadas e patamares de acesso, bem como fornecimento de acessórios de apoio à descida entre outros pequenos trabalhos. Esta empreitada, concluída em fevereiro de 2020, totalizou 257 trabalhos, e teve maior intervenção nos subsistemas da zona Norte.

Prestação de serviços de manutenção corrente de edifícios de Fábrica de Água e EE – por Lotes I e II

Realizaram-se trabalhos que englobam manutenções correntes de pequena monta desde a substituição de uma torneira à afinação de portas. Foram igualmente executados variadíssimos trabalhos de metalomecânica com influência direta em melhorias de segurança.

Empreitada de reparações de construção civil em infraestruturas existentes

A presente empreitada procedeu a beneficiações da rede de drenagem gravítica e em pressão. Refiram-se os trabalhos em Mafra (Paz), Fonte Boa dos Nabos e Vila Nova de São Pedro da Cadeira. Teve igualmente interferência e beneficiou órgãos e vãos (PRFV e aço), e guarda corpos. Fez trabalhos gerais de beneficiação de construção civil em matérias como pinturas, impermeabilizações, rebocos, construção de caixas, serralharias entre outros. Esta empreitada, concluída em novembro de 2020, totalizou 398 trabalhos.

Empreitada de Reparções Gerais de Construção Civil – 2021

Empreitada atualmente em curso. No final de 2020 tinha processadas aproximadamente 390 Ordens de Trabalho, sendo que 210 estão executadas. Refira-se que aproximadamente 100 destas OT's transitaram da empreitada TA_042. A atividade desta empreitada é semelhante às anteriores. Executa intervenções diversas em redes de drenagem, beneficiações de edifícios, reparação de tubagens de compressão e metalomecânica geral.

Gestão de Ativos

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., contribuiu para o plano de neutralidade energética do grupo AdP, que visa atingir a neutralidade no ano de 2030.

A sociedade vai concretizar este programa através do aumento da produção de energia a partir de recursos disponíveis nas suas instalações, como o biogás das Estações de Tratamento das Águas Residuais (ETAR), mas também de energia eólica, hídrica e solar fotovoltaico, num mix energético integrado que visará a maximização do autoconsumo.

Neste sentido está prevista a instalação de centrais fotovoltaicas, centrais hidroelétricas, uma hidrólise térmica, atualização dos atuais equipamentos de produção de energia, entre outras, com uma potência total de 23 MW, estimando-se uma produção de cerca de 62 GWh/ano de energia 100% renovável.

No que respeita às medidas de eficiência energética, é objetivo da AdTA reduzir 12 GWh/ano nas suas atividades, correspondendo a uma diminuição de 13% face ao consumo atual. O investimento estimado para as ações de eficiência energética ronda os 7 milhões de euros.

Procedeu-se ao acompanhamento da entrada em funcionamento da Fase I da Fábrica de Água de Beirolas, cuja obra foi oficialmente concluída em 2020 e que integra a beneficiação dos coletores de chegada à instalação, a construção de *by-pass* aos órgãos da obra de entrada, uma etapa de retenção de grossos, aumento da capacidade de remoção de areias e gorduras, reconstrução do edifício da obra de entrada, uma nova linha para tratamento de caudais de tempo húmido, doseamento de reagentes na decantação primária existente, aumento da capacidade de elevação de caudais para o tratamento biológico, aumento da capacidade de desidratação de lamas, e aumento da cobertura e capacidade do sistema de desodorização.

Acompanhou-se a execução da Empreitada de Conceção Construção do Sistema de Tratamento Complementar para Reciclagem de Águas Residuais da FA de Beirolas e da Empreitada de Conceção-Construção da Beneficiação do Aproveitamento de Biogás das Fábricas de Água de Beirolas, Frielas e S. João da Talha.

Lançou-se o concurso público para a "Empreitada de Conceção-Construção da Remodelação da Fábrica de Água de Arruda dos Vinhos", com o preço base de 1.900.000€, que tem como objetivo dotar a instalação de capacidade para assegurar o cumprimento da legislação ambiental nacional e comunitária em matéria de qualidade da água a rejeitar em meio hídrico, em face do seu atual subdimensionamento para os caudais afluentes, e de maior robustez e resiliência.

No domínio da Água para Reutilização procedeu-se à elaboração dos Projetos de Execução da Rede de Água Reutilizada:

- Troço Túnel da Bela Flor;
- Troço Av. de Ceuta;

Iniciou-se a Elaboração do Plano Estratégico de Amadora, Loures e Odivelas

Procedeu-se à elaboração:

- Projeto de Execução da Central Hidropressora de Alcântara e Circuitos Hidráulicos Internos;
- Projeto de Execução da Estação Sobrepressora de Campolide;
- Projeto de Execução do Reservatório de Água Reutilizada do Parque Eduardo VII;
- Projeto de Execução do Reservatório de Água Reutilizada da Cidade Universitária;
- Projeto de Execução da Rede de Água Reutilizada:
 - o Troço Túnel Bela Flor – Estação de Campolide;
 - o Troço Praça de Espanha – Cidade Universitária;
 - o Troço Rua de Campolide – Parque Eduardo VII;
 - o Troço Chelas – Parque Vale da Montanha.

Executou-se a empreitada de Conceção-Construção da Linha de Investigação e Desenvolvimento de Reutilização da Fábrica de Água de Alcântara.

Foram candidados a comparticipação do Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR) os investimentos: na Linha de Tratamento para Reutilização de Beirolas (aprovada) e na Central Hidropressora e Circuitos Hidráulicos em Alcântara (em análise).

Foi dada continuidade ao Plano de Ação para a Reutilização na AdTA (AdP).

No que diz respeito ao Sistemas de Informação Geográfica (SIG), finalizou-se a prestação de serviços em curso (2020) para carregamento de cadastro proveniente de informação de telas finais disponíveis.

Deu-se início à prestação de serviços para levantamento topográfico e cadastral, incluindo limpeza e inspeção vídeo para 25 km de rede de emissários/interceptores. O objetivo desta prestação de serviços é aumentar a fiabilidade da informação cadastral sob responsabilidade da AdTA, assim como, o conhecimento da condição infraestrutural das mesmas com base num plano de inspeções periódicas de CCTV.

Também em 2020 foi implementada a nova plataforma de Sistemas de Informação Geográfica para disponibilização e gestão da informação geográfica de toda a empresa através do Software ArcGIS.

No que respeita à Gestão de Ativos e Avaliação de Risco e tendo por base os investimentos previstos no Contrato de Concessão e as restantes necessidades de investimento nas infraestruturas da AdTA deu-se continuidade à elaboração do Plano Anual de Investimentos (Mapa de Empreitadas) e da restante informação de investimentos que é integrada no PAO anual (Plano de Atividades e Orçamento), bem como à análise e controlo da execução física e financeira mensal das atividades previstas no Plano de Investimentos.

Foram assegurados nos prazos legais os reportes externos relacionados com o ponto de situação das atividades previstas no Plano de Investimentos, designadamente o relatório semestral de avanço das obras enviado ao ERSAR e o Relatório de Progresso do Projeto AdP V para o Banco Europeu de Investimento (BEI).

Para continuar a inventariação dos ativos da AdTA foi lançado concurso que permitirá a uniformização e completamento da informação existente de inventário dos ativos operacionais da Empresa, a par com a sua caracterização e etiquetagem. Neste procedimento está prevista a inventariação de cerca de 50 estações elevatórias e 12 Fábrica de Água das zonas Sul e Norte.

Devido à pandemia de COVID-19 que trouxe condicionantes no acesso às instalações devido à necessidade de garantir o desfasamento de contacto entre equipas/pessoas, promovendo o distanciamento social, não foi possível adjudicar e iniciar o referido trabalho. Em 2021 prevê-se iniciar no terreno a prestação de serviços, para que em 2022 a Empresa possa ter informação técnica atualizada dos ativos que integram todas as suas infraestruturas operacionais.

Foi realizada de forma sistemática a criação dos ativos operacionais no sistema SAP-PM e recolhida e registada a informação técnica e financeira associada, atividade a manter regularmente em 2021.

Tendo por objetivo o desenvolvimento e consolidação do Sistema de Gestão de Ativos, e em particular a implementação e certificação pela norma ISO 55001 – Sistema de Gestão de Ativos foi elaborado o Plano Estratégico da Gestão de Ativos (*Strategic Asset Management Plan - SAMP*), cuja aprovação se prevê realizar no primeiro trimestre de 2021.

Em termos de certificação do Sistema de Gestão de Ativos, e tendo em conta a dimensão e complexidade das infraestruturas optou-se por fazê-lo de forma faseada. O âmbito da primeira fase inclui 3 subsistemas – Alcântara, Costa do Estoril e Santa Cruz/Silveira, que representam aproximadamente 47% da capacidade total de tratamento de águas residuais, abrangendo as zonas Sul e Norte e abarcando dimensões e tipologias de infraestruturas diferentes.

Em novembro de 2020 foi realizada a auditoria interna e a primeira fase da auditoria externa, tendo em vista a certificação do Sistema de Gestão de Ativos, de acordo com a norma ISO 55001. Prevê-se realizar a 2ª fase da auditoria externa, necessária à obtenção da certificação, no primeiro semestre de 2021.

Atualmente, parte significativa das infraestruturas operacionais da AdTA já atingiram o horizonte de vida útil técnica e consequentemente apresentam significativo grau de deterioração no que respeita à componente de equipamentos, instalações elétricas e de construção civil, neste contexto deu-se continuidade à realização de estudos e preparação de processos de concurso de empreitadas para investimento de reabilitação/substituição/ renovação necessários, sendo de destacar os seguintes:

- Concurso para Empreitada de fornecimento e instalação de centrais fotovoltaicas nas FA de Alcântara e de Beirolas;
- Concurso para Empreitada de “Sistema de Telegestão da AdTA – 1ª fase;
- Adjudicação da Empreitada de fornecimento e montagem de iluminação LED nas Fábricas de Água de Alcântara, Guia, Beirolas e Frielas;
- Adjudicação da Empreitada de fornecimento e montagem de sistemas de gestão de energia nas Fábricas de Água de Alcântara, Frielas, Carregado, Vila Franca de Xira, Atouguia da Baleia, Nazaré e Torres Vedras;
- Adjudicação e início da empreitada de fornecimento e montagem de variadores de velocidade no âmbito da ISO 50001;
- Concurso para a Empreitada de Substituição de Equipamentos Eletromecânicos da zona Norte da AdTA;

- Processo de ligação da FA da Guia à rede elétrica para venda de energia da central térmica a biogás;
- Estudo de diversas medidas de otimização energética;
- Gestão do Sistema de Consumidores Intensivos de Energia e do decreto-lei 68-A;
- Gestão do sistema de gestão de energia, segundo o referencial normativo ISO 50001 e transição de 10 instalações para a versão ISO 50001:2018.



O acompanhamento permanente do desempenho operacional da rede de drenagem da AdTA tem procurado minimizar as entradas indesejadas de caudais pluviais, infiltração, maré e industriais, a erradicação de descargas bem como identificar e propor ações de melhoria. De igual modo faz-se o acompanhamento permanente do sistema de medição de caudal para faturação dos volumes aos municípios.

Entre março e junho de 2020, e tendo em conta a situação de pandemia vivida a componente operacional foi reduzida ao essencial mantendo-se apenas as atividades estritamente necessárias ao sistema de medição de caudal para faturação. A partir de junho e com as equipas reduzidas e com a devida segurança foram retomados os trabalhos para o controlo de aflúncias indevidas e para a medição de caudal.

Não foram efetuadas campanhas de monitorização de condutividade na rede, devido à situação de pandemia, contudo deu-se continuidade ao acompanhamento da sua monitorização nas Fábricas de Água.

Deu-se continuidade às bolsas de horas para controlo de caudais indevidos lançadas em 2019 com uma estreita relação com os municípios de Alenquer, Odivelas, Loures e Torres Vedras, os quais têm sido parceiros nestes projetos.

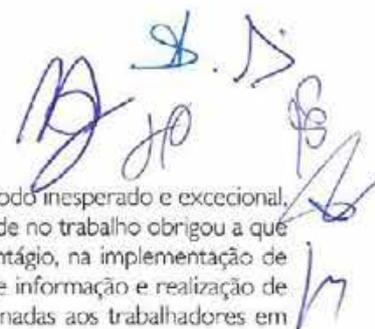
Iniciou-se em 2020 a fase final da elaboração de projetos de execução para o controlo de caudais pluviais na bacia Caneças-Ramada-Odivelas.

Deu-se continuidade aos serviços de manutenção do sistema de medição de caudal para faturação, por forma a atingir a recuperação operacional deste sistema. Procedeu-se ao lançamento do concurso e respetiva adjudicação da prestação de serviços dos medidores de caudal das Fábricas de Água na zona Sul.

Em 2020 foram analisados cerca de 85 processos de pedidos de ligação, incluindo descargas de águas industriais e estiveram ativos cerca de 70 processos de interferências com infraestruturas da AdTA.

Com a reestruturação orgânica efetuada em outubro de 2020 e a inerente revisão do manual de funções, a Direção de Gestão de Ativos passará, em 2021, a focar-se no "core" da sua função, passando algumas das atividades que detinha sob sua responsabilidade, designadamente o acompanhamento e lançamento de empreitadas de reabilitação de infraestruturas, para outras unidades orgânicas da empresa. Assim, perspetiva-se que em 2021 haja: (i) uma consolidação da atividade de cadastro, concluindo-se a inventariação dos ativos da empresa - que ativos temos? onde estão?; (ii) um reforço e manutenção das áreas associadas à eficiência operacional, como é o caso das aflúncias indevidas, da gestão de energia, da produção de Água para Reutilização, do tratamento de lamas para valorização e da otimização de processos – como otimizar a geração de valor?; e (iii) um maior enfoque no Planeamento de Ativos, nomeadamente a nível da priorização de investimentos com base em análises de risco – cruzando a probabilidade com a consequência da falha dos ativos –, procurando o equilíbrio entre risco, custo e desempenho.

Segurança e Sustentabilidade Empresarial



O ano de 2020 ficou marcado pelo surto pandémico provocado pela COVID-19, que se apresentou de modo inesperado e excepcional, e cujo impacto negativo nas condições de trabalho no geral, e particular no que respeita à segurança e saúde no trabalho obrigou a que se concentrassem esforços na identificação de trabalhadores/situações face ao aumento do risco de contágio, na implementação de medidas de prevenção, contenção e mitigação atrasando a propagação o mais possível, e na divulgação de informação e realização de campanhas de sensibilização dedicadas, quer destinadas aos trabalhadores da #linhadafrente, quer destinadas aos trabalhadores em trabalho remoto.

De referir que o acidente ocorrido na Fábrica de Água da Guia também veio colocar em perspetiva as prioridades da segurança e sustentabilidade empresarial, tendo o ano de 2020 finalizado com a certeza de que a segurança e proteção dos trabalhadores e das instalações terá de ser uma prioridade incontornável para o ano de 2021.

Num contexto de pandemia, fomos confrontados com a necessidade de adotar medidas restritas para minimizar potenciais consequências adversas, traduzidas no Plano de Contingência específico delineado, designadamente e para além da reorganização das equipas operacionais, o reforço da higiene e limpeza dos locais de trabalho e zonas sociais, a aquisição e distribuição massiva de máscaras, luvas e desinfetantes, o estabelecimento de regras de conduta e distanciamento social, de utilização dos espaços comuns, garantindo desta forma a continuidade do negócio e a segurança dos trabalhadores.

A pandemia trouxe também várias limitações e adiamentos: diminuição na presença no terreno e dos controlos operacionais, do n.º de monitorizações ambientais e de segurança e a suspensão de várias formações fundamentalmente de carácter prático. Alguns contratos de prestação de serviços de continuidade foram pontualmente suspensos. Verificaram-se alguns constrangimentos, nomeadamente na execução do contrato de fornecimento de Equipamento de Proteção Individual (EPI), com a falha em entregas de equipamentos essenciais para a nossa atividade, mas simultaneamente necessários no combate à pandemia – máscaras e filtros, luvas e fatos descartáveis.

Não obstante o cenário pandémico, manteve-se o empenho no trabalho efetuado sob circunstâncias especialmente adversas e, numa perspetiva da melhoria contínua, com a manutenção da certificação do Sistema de Responsabilidade Empresarial (SRE) nas vertentes de qualidade (NP EN ISO 9001), ambiente (NP EN ISO 14001), segurança e saúde no trabalho (NP ISO 45001) e energia (NP EN ISO 5001) enquanto fundamentais numa lógica de transparência e credibilidade. A empresa foi sujeita a exercícios de auditoria interna, por entidade externa, e auditoria externa, pela entidade certificadora SGS Portugal, ao seu sistema de gestão, realizadas em parte e pela primeira vez em modo remoto, cujas não conformidades e oportunidades de melhoria registadas são resumidas no quadro seguinte.

Auditorias realizadas ao Sistema de Responsabilidade Empresarial e constatações registadas, no ano de 2020

Tipo de auditoria Data	Não Conformidades registadas	Oportunidades de melhoria registadas	TOTAL
Auditoria interna nas vertentes de QAS Março	22	22	44
Auditoria externa nas vertentes de QAS Abril e Junho	4	9	13
Auditoria interna na vertentes de E Setembro	2	22	24
Auditoria externa na vertentes de E Outubro	0	8	8
Auditoria interna na vertentes de At Novembro	4	9	13
Auditoria externa (auditoria de concessão 1.ª fase) na vertentes de At Novembro	6	-	6
TOTAL	38	70	108

Em 2020, e no âmbito da segurança e sustentabilidade empresarial destacamos:

- A manutenção do âmbito total no que respeita à certificação nos referenciais normativos de qualidade e ambiente;
- A transição para os novos referenciais normativos NP EN ISO 50001:2018 (Energia) e NP ISO 45001:2018 (Segurança e Saúde no Trabalho);
- O alargamento do âmbito da certificação no que respeita à segurança e saúde no trabalho a mais 35 subsistemas, representando 76% de infraestruturas, com a perspetiva de alargamento à totalidade das infraestruturas no ano de 2021;
- A manutenção da fronteira a 10 infraestruturas, no que respeita à certificação no referencial normativo da gestão de energia, mantendo no âmbito da certificação as instalações mais representativas em termos de consumo (60% do consumo total de energia da AdTA), incluindo as Fábrica de Água de Alcântara e da Guia;
- A dinamização da implementação e arranque do processo de certificação pelo referencial normativo NP ISO 55001 (Gestão de Ativos), com auditoria de concessão de 1.ª fase realizada no final de 2020;

Handwritten initials and signatures in blue ink, including 'A.S.D.' and 'S.P.'.

- A realização de exercícios de auditoria externa de conformidade legal nas Fábricas de Água de Alcântara, Alenquer, Frielas, Guia e Nazaré, tendo sido adiado para o início de 2021 exercício semelhante nas Fábricas de Água da Charneca, Ericeira e Mafra;
- O arranque das monitorizações ambientais e de segurança, com destaque para a monitorização de ruído ambiente, emissões gasosas, exposição a campos eletromagnéticos, qualidade do ar, agentes químicos e agentes biológicos tendo sido elaborado o plano de prevenção e controlo de Legionela nas instalações da Guia e de Alcântara;
- A colaboração e participação ativa dos representantes dos trabalhadores em matéria de segurança e saúde trabalho, destacando-se a participação na auditoria externa de certificação, garantindo o seu comprometimento e envolvimento;
- A dinamização de várias atividades de prevenção e de proteção contra riscos profissionais, com destaque para o risco dos trabalhos em espaços confinados e/ou em altura muitas vezes com possibilidade de exposição a gases, ex. sulfídrico, e dos trabalhos em zonas com atmosferas potencialmente explosivas, de modo a cumprir todos os requisitos legais e normativos aplicáveis garantindo condições de trabalho seguras a todos trabalhadores e subcontratados;
- A recuperação de parte dos sistemas de videovigilância CCTV;
- Deu-se continuidade à adoção de boas práticas no campo da igualdade de género e oportunidade e da conciliação da vida pessoal e profissional.

Foi desenvolvido um conjunto de iniciativas, envolvendo várias unidades orgânicas, destacando-se como mais relevantes:

- Programa "Mental Health PRO": "ZOOM Alcatifa" e "Mindfulness";
- Comemoração do Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho;
- Comemoração do Dia Mundial da Alimentação, com concurso "Receitas Saudáveis" e Webinar "Marmitas Saudáveis";
- Webinar "Boa postura em casa";
- Comemoração da Semana Europeia da Segurança e Saúde no Trabalho com 2 sessões do Webinar de ergonomia no trabalho, distribuição do "Pocketbook Ergonomia", sessões de ergonomia dedicadas a postos de trabalho operacionais e sessões de fisioterapia online.

Apesar de todas as vicissitudes o exercício de 2021 trará dificuldades e desafios cada vez mais exigentes e a incerteza marcará os próximos meses, talvez anos, face ao quadro pandémico que atravessamos causado pelo surto da COVID-19. Neste contexto, com previsíveis impactos socioeconómicos de enorme dimensão, impactantes na saúde e na segurança dos cidadãos, numa dimensão global e com impacto à escala empresarial, o grande desafio é a disseminação dos comportamentos seguros e a perfeita perceção dos riscos relevantes com que nos confrontamos no exercício desta atividade, como os associados aos trabalhos em altura e/ou em espaços confinados, à exposição a gases e a agentes biológicos, entre tantos outros, não ignorando os riscos emergentes, de natureza psicossocial.

Comunicação e Educação Ambiental

Comunicação interna

No início do ano, a comunicação estava pensada no sentido de reforçar o espírito de equipa e otimização dos conteúdos e canais de comunicação interna, procurando novas formas de transmitir informação e de chegar aos destinatários de modo mais eficaz.

Para isso, a Águas do Tejo Atlântico, S.A., conta com um portal interno, uma newsletter digital, o e-mail, cartazes, vídeos dedicados e este ano criou uma conta interna de *Facebook*.

A chegada da pandemia à Europa e a Portugal no início de março obrigou ao reajustamento dos programas e à forma de comunicar que passou a ser quase exclusivamente digital, traduzindo-se numa oportunidade que serviu para potenciar a divulgação da importância do trabalho core da Empresa, com destaque para as equipas de trabalho no terreno através da criação da *#EstamosAqui*.



Como referido, a empresa criou conta interna de *Facebook*, onde passou a ser possível partilhar o dia-a-dia dos que estavam na *#LinhadaFrente* e dos que, remotamente, cumpriam as suas funções mantendo a empresa a funcionar com elevado nível de resposta.

A implementação das orientações da DGS sobre as medidas de proteção da pandemia foi articulada entre as diversas unidades orgânicas da empresa e alvo de campanhas internas de divulgação dos comportamentos a adotar, no sentido de preservar a saúde e segurança de todos os trabalhadores, e em especial dos trabalhadores da *#LinhadaFrente* e das respetivas famílias.

Desenvolveram-se também peças de comunicação para apoiar algumas atividades para realizar em casa, envolvendo as famílias, quer ao nível do *well being*, quer ao nível do estudo.

Tratando-se de um ano atípico, o habitual encontro de quadros para balanço foi ajustado para um formato digital, desafio digital dezembro+ através de um concurso de caracterização do perfil dos colegas e uma adaptação do calendário do advento, iniciativas que permitiram o relacionamento virtual entre os quase 400 trabalhadores da sociedade.

Como vem acontecendo regularmente, foi distribuído um cabaz solidário com produtos das regiões de todas as participadas da Águas de Portugal a todos os trabalhadores e foram atribuídas lembranças aos filhos dos trabalhadores dos 0 aos 12 anos.

A AdTA aderiu uma vez mais ao envio dos postais de Natal eletrónicos, plataforma de responsabilidade social do Grupo Águas de Portugal que tem como objetivo a atribuição de bolsas de estudo.

Comunicação externa

2020 foi um ano em que a comunicação se adaptou à abordagem de matérias de saúde pública, pese embora o facto da atividade de saneamento não ser tão visível como a de outros serviços essenciais, apenas por uma questão de perceção.

A situação vivida em 2020 permitiu colocar também na agenda, a atividade da Águas do Tejo Atlântico, S.A., como serviço essencial, quer para a saúde pública, quer para o ambiente. Neste enquadramento a AdTA colocou na *#LinhadaFrente* todos aqueles que ao longo do ano, garantiram ininterruptamente as melhores condições de prestação do serviço a mais de 2 milhões de pessoas em 23 municípios, através da produção de suportes informativos, nomeadamente, a produção de um filme disponível no canal *Youtube*.

As redes sociais continuam o caminho de crescimento e afirmação, em todas as plataformas, *Instagram, LinkedIn, Facebook, Youtube*, designadamente através de campanhas como foi o caso do "Já perguntaste o que acontece quando carregas neste botão?".

Ainda sobre o tema, destaque para a campanha com a mesma assinatura que esteve na rede de mupis e tomis, em 55 pontos da cidade de Lisboa.

Por ocasião do Dia Mundial do Saneamento, comemorado em novembro, de salientar que a campanha "Já perguntaste o que acontece quando carregas neste botão?" foi adaptada para um sinalizador de portas e inserido em todos os jornais *Expresso*, distribuídos e vendidos nos 23 municípios servidos pelo sistema.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'A. S.', 'JP', and 'h'.

O Caminho da Inovação 2020 realizou-se em formato digital, mantendo a sua génese ao abordar a componente de inovação no setor da água, dividida em vários painéis sobre economia circular, ambiente e experiência prática da reutilização na produção de artigos ou mesmo da sua aplicação na agricultura, "visitando" vários casos de estudo em Portugal, Turquia, Estados Unidos da América e Espanha.

Ainda no que se respeita à comunicação externa, referir a participação da AdTA no *Planetiers*, maior evento mundial de sustentabilidade que se realizou em Lisboa, no mês de outubro e que contou com uma boa participação de oradores da empresa em diversos painéis temáticos.

A Revista Tejo Atlântico e a *newsletter* são dois canais fundamentais na comunicação com os *stakeholders* que contaram nas suas edições, com a participação de vários especialistas de reconhecido mérito nos temas abordados nos vários cadernos temáticos.

Educação ambiental



A educação e sensibilização ambiental são uma componente importante na estratégia de comunicação da AdTA, tentando conquistar os diversos públicos para a adoção de boas práticas a nível ambiental.

No último trimestre de 2020, a Águas do Tejo Atlântico, S.A., inaugurou o Centro de Educação Ambiental que tem como objetivo ser um ponto central de formação e partilha, facilitando a gestão das atividades de educação ambiental com o envolvimento das comunidades dos 23 municípios servidos pelo sistema multimunicipal de saneamento, bem como outros interessados nos temas da água e da economia circular.

Face à situação invulgar vivida em 2020, foi necessário alterar muitas das visitas programadas, mas ainda assim foi possível realizar 43 visitas gerais que contaram com a presença de 820 participantes. Neste contexto, realizaram-se 23 sessões com a população escolar, das quais 14 foram por videoconferência, envolvendo mais de 650 alunos de municípios servidos pelo Sistema gerido pela AdTA.

Alinhando as ações de rua com a campanha informativa "Já perguntou o que acontece quando carrega neste botão?", realizaram-se várias ações nas praias que contemplaram as praias de ribeira D'Ilhas, Foz do Lizandro, S. Lourenço Mirante e Areia Branca. Todas estas ações foram desenvolvidas em parceria com os respetivos municípios.

O envolvimento com a sociedade e *stakeholders*, permitiu fortalecer a proximidade e, nesse âmbito, destacamos os protocolos celebrados com o Pavilhão do Conhecimento – Ciência Viva, no âmbito da exposição sobre a Água e do desenvolvimento de um módulo interativo para o Centro de Educação Ambiental, com a Direção-Geral de Política do Mar, referente ao projeto Escola Azul, com a ABAE e as Eco-Escolas no projeto "O Mar Começa aqui, o Mar começa em ti", o GEOTA, no que concerne ao Coastwatch e a PRIO, para colocação de um Oleão, para fins de educação ambiental, junto ao Centro de Educação Ambiental.

Foi dada continuidade ao projeto Peixes Nativos, celebrado com o ISPA, envolvendo os sete municípios aderentes e 12 escolas, e ao Projeto Rios, tendo a ASPEA como mecenas.

Frota

A frota da empresa é composta por 143 viaturas, tendo ocorrido no ano de 2020 somente a substituição de 1 viatura de serviço (a diesel), em resultado do concurso público lançado no ano anterior.

A situação de pandemia obrigou ao adiamento do processo de substituição e contratação de novas viaturas em 2020, o que acarretou constrangimentos na gestão operacional da frota, pois as medidas introduzidas para mitigar o risco de contágio entre trabalhadores/equipas que utilizam viaturas operacionais partilhadas levou à necessidade de dispor de mais viaturas para assegurar a manutenção do serviço.

Para ultrapassar esta circunstância e colmatar as necessidades operacionais procedeu-se à contratação de serviços de aluguer de curta duração.

Em maio de 2020 arrancou a prestação de serviço para desinfeção de viaturas operacionais utilizadas por mais do que um colaborador, para assegurar as condições desejáveis à não propagação de vírus entre os trabalhadores.

A certificação energética da frota da Águas do Tejo Atlântico, S.A., obtida em outubro de 2019, na Classe B, foi prolongada até ao final do 1.º trimestre de 2021, também devido à pandemia da COVID-19. A AdP Energias, em nome do conjunto das empresas participadas, propôs e foi aceite pela ADENE a prorrogação do prazo para a renovação dos certificados energéticos da frota, e, por consequência, também o prazo de validade dos certificados energéticos.

Certificados provisórios emitidos pela ADENE:



Também em 2020 e apesar de todos os constrangimentos foram instituídos alguns procedimentos com vista à melhoria e celeridade dos processos da Gestão de Frota:

- Carregamento de toda a Frota Operacional no SAP PM;
- Implementação da metodologia para a Validação dos Gastos com Combustíveis, Portagens e Estacionamento.

Impacto e Medidas Adotadas devido à COVID-19

S. A.
AdP

A situação que vivemos desde março de 2020 obrigou a tomar decisões complexas que alteraram rotinas e modelos de atuação, com a exigência profunda de segurança e responsabilidade.

Pelo setor de atividade em que a AdTA se insere, o serviço prestado é essencial e constitui uma parte ativa para enfrentar o combate global à pandemia, sendo imperiosa a continuidade da sua operação.

Com um constrangimento operacional já estrutural, no que respeita ao reduzido número de trabalhadores nas áreas de operação e manutenção, a empresa implementou formas alternativas de gestão que permitissem cumprir a sua missão e o Contrato de Concessão, destacando:

- Colocámos as equipas de operação a funcionar em regime de rotatividade, com desfasamento de turnos e com equipas de prevenção de prontidão, de modo a assegurar o tratamento de águas residuais diariamente com a qualidade exigida e a garantir a continuidade do serviço. Esta medida de gestão implicou a realização de horas de trabalho suplementar adicionais comparativamente com o ano anterior e de contratação de trabalho temporário para garantir as equipas em espelho;
- Adequámos todas as equipas de direções/departamentos operacionais (manutenção, engenharia, laboratório, sustentabilidade), mantendo-as em regime de rotatividade, e para as áreas de suporte adotámos o regime de teletrabalho;
- Mantivemos cerca de 40% dos trabalhadores no ativo na "linha da frente" e 20% em reserva de prontidão;
- Assegurámos com os fornecedores, e através de aquisições complementares, as necessidades de stocks de reagentes e equipamentos necessários para os próximos meses e capacidade para os adquirir em continuidade;
- Reforçámos a aquisição, a dotação e a utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), e intensificámos a comunicação interna e o acompanhamento e a formação pela equipa de Segurança e Saúde no Trabalho (SST), assegurando as necessidades de EPI's e materiais essenciais ao trabalho em segurança para vários meses;
- Realizámos um esforço de adequação dos equipamentos informáticos, de forma a munir todos os colaboradores dos meios necessários para trabalharem remotamente, alcançando 40% da força de trabalho;
- Aumentámos os instrumentos necessários para trabalhar remotamente, assim como a capacidade de disponibilização de Internet/wi-fi e meios de acesso aos servidores centrais (VPN), realizando um esforço de contratação e aquisição a este nível para suprir as necessidades de uma crescente utilização e produção digital na empresa e pelos trabalhadores deslocalizados;
- Implementámos novas (e ampliadas) rotinas de limpeza e de desinfeção e contratámos equipas especializadas, nomeadamente para a realização de desinfeções extraordinárias sempre que exista necessidade ou suspeita de agentes contaminantes;
- Criámos vias de apoio físico e psicológico nas plataformas internas da empresa e do Grupo AdP para que os trabalhadores possam manter o equilíbrio pessoal e familiar;
- Foram tomadas decisões relativas à gestão de recursos humanos como a antecipação do pagamento do subsídio de férias aos trabalhadores (normalmente processado em maio e que em 2020 foi processado em abril), de forma a permitir fazer face a impactos com custos inesperados provocados pela pandemia;
- Em cumprimento da orientação do Grupo AdP, foram concedidas 2 horas de trabalho suplementar adicionais aos trabalhadores que, por necessidade da empresa, tiveram de desempenhar as suas funções em regime presencial nas Fábricas de Água, para cumprirem as regras de proteção individual, incluindo o equipamento de proteção individual e as desinfeções, antes de iniciarem e depois de terminarem as suas funções.

Os gastos diretos incorridos com as medidas implementadas para fazer face à situação de pandemia ascenderam a 1,2 milhões de euros, dos quais:

- 39% associados às medidas relativas a recursos humanos, sendo mais representativos os gastos com equipamento de proteção e segurança, e os gastos com trabalho suplementar;
- 60% associados à limpeza e desinfeção das instalações, trabalho temporário, aos equipamentos para assegurar os meios para os trabalhadores que desempenharam as suas funções em teletrabalho, entre outros.

Conhecendo as orientações de regresso à normalidade das atividades das empresas, do País e do Grupo AdP, a AdTA manteve até 15 de setembro o funcionamento organizacional, dando preferência ao trabalho remoto e à organização de equipas (horários e turnos), de forma a salvaguardar a segurança e saúde no contexto social e assegurar o padrão do serviço.

A 15 de setembro, o Governo deliberou que todas as regiões de Portugal ficassem em estado de contingência devido à pandemia de COVID-19, seguindo a medida já em vigor na região de Lisboa e Vale do Tejo, e estabelecendo regras e medidas adicionais como forma

preventiva à propagação do vírus face início do ano letivo com o regresso dos alunos às aulas e a retoma do trabalho presencial de muitas empresas.

Nesse contexto, a 16 de setembro iniciou-se de forma gradual o regresso dos trabalhadores da Águas do Tejo Atlântico, S.A., que se encontravam em trabalho remoto, garantindo-se a representação de cada uma das estruturas da empresa (Direções, Departamentos e Áreas), permitindo-se a realização de horários desfasados/ flexíveis aos trabalhadores que tivessem de recorrer ao uso de transportes públicos, (em alinhamento com as recomendações da Direção Geral da Saúde - DGS, da Autoridade para as condições de Trabalho - ACT e do Grupo AdP), cabendo a cada chefia a gestão das suas equipas.

Contudo, em meados de outubro, devido ao agravar das circunstâncias da pandemia na área Metropolitana de Lisboa, a Comissão Executiva da AdTA deliberou o regresso ao trabalho remoto para todas as funções compatíveis com essa modalidade, tendo ficado suspensa a retoma da atividade presencial, de modo a garantir a proteção e a segurança dos trabalhadores até que a crise pandémica estabilizasse na região geográfica de atuação, facto que não se verificou até final do ano em relato.

Em 2020, a sociedade manteve o serviço dentro dos constrangimentos de pandemia, sem interrupções e com uma equipa unida e motivada, cumprindo as regras sociais e de trabalho impostas, para salvaguarda de todos os que nos rodeiam.

Sendo a nossa atividade de importância vital para a saúde e bem-estar das populações, assim como para o bom ambiente da região que servimos, em 2021 continuaremos a cumprir o nosso dever com responsabilidade.

Capital Humano

No final do ano de 2020 a AdTA tinha 370 trabalhadores, tendo-se verificado um incremento de um trabalhador face a 2019.

Headcount	2018	2019	2020	Variação 2020/2019
N.º Total de Trabalhadores	363	369	370	1*

* A variação verificada deve-se ao facto de ter sido celebrado um acordo de cedência ocasional com a AdP-Águas de Portugal SGI'S, SA, em 2017, mas que, por lapso, nunca foi considerado para efeitos de *headcount* na AdTA. Assim, não se trata de um efetivo aumento de pessoal, mas da correção de um trabalhador que deveria ter sido contabilizado desde 2017 no *headcount* da Águas do Tejo Atlântico, S.A.

A distribuição dos trabalhadores pelas unidades orgânicas da empresa é a seguinte:

Direção/ Departamento/ Área	N.º Trab. 2018	%	N.º Trab. 2019	%	N.º Trab. 2020	%
Dir. de Operação	214	58,95%	216	58,54%	214	57,84%
Dir. de Manutenção	45	12,40%	47	12,74%	48	12,97%
Dir. de Comunicação e Desenvolvimento	5	1,38%	5	1,36%	5	1,35%
Dir. de Projetos, Construção e Reabilitação	19	5,23%	19	5,15%	17	4,59%
Dir. de Gestão de Ativos	19	5,23%	20	5,42%	20	5,41%
Dir. Administrativa e Financeira	20	5,51%	18	4,88%	18	4,86%
Dep. Jurídico	3	0,83%	3	0,81%	2	0,54%
Dir. Laboratório	14	3,86%	14	3,79%	17	4,59%
Dep. Gestão de Capital Humano	4	1,10%	6	1,63%	6	1,62%
Dep. Planeamento e Controlo de Gestão	3	0,83%	3	0,81%	3	0,81%
Dep. Investigação, Desenvolvimento e Inovação	3	0,83%	3	0,81%	4	1,08%
Dep. Sistemas e Tecnologias de Informação	3	0,83%	4	1,08%	4	1,08%
Dep. Segurança e Sustentabilidade Empresarial	6	1,65%	7	1,90%	7	1,89%
Assessores	1	0,28%	1	0,27%	2	0,54%
Secretariado	4	1,10%	3	0,81%	3	0,81%
Total	363	100%	369	100%	370	100,00%

Desses 370 trabalhadores, 6 não fazem parte dos quadros de pessoal da empresa, sendo trabalhadores que se encontram cedidos à AdTA por outras empresas do Grupo AdP.

Efetivos	N.º Trab. 2018	%	N.º Trab. 2019	%	N.º Trab. 2020	%
Quadro	360	99,17%	366	99,19%	364	98,38%
Cedências	3	0,83%	3	0,81%	6	1,62%
Total	363	100%	369	100%	370	100,00%

No ano de 2020, verificaram-se 16 entradas e 15 saídas, das quais:

- 4 para substituição de saídas ocorridas em 2018;
- 8 para substituição de saídas ocorridas em 2020; e
- 3 ao abrigo das 10 contratações aprovadas no Plano de Atividades e Orçamento (PAO) de 2018, pelo Despacho n.º 61/SEAMB/2019;
- 1 para correção da cedência intragrupo que não estava reconhecida desde 2017 referida no parágrafo anterior.

Salienta-se que a morosidade na aprovação do PAO de 2018 condicionou a concretização das admissões previstas no ano levando à transição para 2019. Dessas 10 admissões aprovadas a AdTA concretizou 7 em 2019 e as restantes 3 em 2020.

No que respeita às saídas no total de 15 trabalhadores, 2 foram por cedência e 13 por iniciativa do trabalhador (reforma e falecimento).

Nos termos do disposto no artigo 157.º do decreto-lei de execução orçamental estão autorizadas as contratações destinadas ao recrutamento para substituição, para a mesma função, de trabalhadores que cessem o vínculo de emprego por causa não imputável à entidade empregadora e desempenhem tarefas correspondentes a necessidades permanentes, se a remuneração dos trabalhadores a contratar corresponder à base da carreira profissional prevista em instrumento de regulamentação coletiva de trabalho ou em regulamento interno, desde que: a) O plano de atividades e orçamento esteja aprovado; ou b) O plano de atividades e orçamento tenha

Handwritten signature and initials in blue ink.

sido submetido até 31 de março e não tenha sido objeto de pronúncia pelo membro do Governo responsável pela área das finanças até 30 de junho ou, sendo submetido após 31 de março, não seja objeto de pronúncia pelo membro do Governo responsável pela área das finanças no prazo de 120 dias.

Movimentos ocorridos	2018			2019			2020
	Total	Cedências	Outros	Total	Cedências	Outros	Total
Entradas	12	1	19	20	2	14	16
Saídas	12	0	14	14	2	13	15
Total	0	1	5	6	0	1	1

Quanto ao género não existem alterações significativas a registar relativamente aos anos anteriores.

	Ativos 2018	%	Ativos 2019	%	Ativos 2020	%
Mulheres	101	27,82%	105	28,46%	104	28,11%
Homens	262	72,18%	264	71,54%	266	71,89%
Total	363	100%	369	100%	370	100,00%

A antiguidade média dos trabalhadores registou alguma variação no ano 2020.

Antiguidade	N.º Trab. 2018	%	N.º Trab. 2019	%	N.º Trab. 2020	%
antiguidade < 2 anos	16	4,41%	23	6,23%	31	8,38%
antiguidade 2 a 5 anos	20	5,51%	17	4,61%	34	9,19%
antiguidade 6 a 10 anos	79	21,76%	43	11,65%	32	8,65%
antiguidade 11 a 20 anos	172	47,38%	203	55,01%	195	52,70%
antiguidade > 20 anos	76	20,94%	83	22,49%	78	21,08%
Total	363	100%	369	100%	370	100,00%

A idade média dos trabalhadores no final do ano 2020 subiu para os 47 anos.

Estrutura Etária	N.º Trab. 2018	%	N.º Trab. 2019	%	N.º Trab. 2020	%
idade < 25	1	0,28%	1	0,27%	0	0,00%
idade 25-34	30	8,26%	28	7,59%	29	7,84%
idade 35-44	154	42,42%	147	39,84%	135	36,49%
idade 45-54	114	31,40%	122	33,06%	128	34,59%
idade > 55	64	17,63%	71	19,24%	78	21,08%
Total	363	100%	369	100%	370	100,00%

Quanto ao nível profissional registaram-se alterações significativas, aos níveis de Dirigentes e Quadros Superior em consequência da nova estrutura organizativa.

É ainda de salientar que no final do ano 2020, cerca de 46,5% dos seus trabalhadores são Profissionais Qualificados e cerca de 22% são Quadros Superiores.

Nível Profissional	N.º Trab. 2018	%	N.º Trab. 2019	%	N.º Trab. 2020	%
Dirigentes	19	5,23%	19	5,15%	28	7,57%
Quadros Superiores	82	22,59%	97	26,29%	81	21,89%
Quadros Médios	4	1,10%	7	1,90%	-	-
Quadros intermédios (incluindo mestres e chefes de equipa)	5	1,38%	5	1,36%	23	6,22%
Profissionais altamente qualificados	5	1,38%	6	1,63%	66	17,84%
Profissionais qualificados	206	56,75%	196	53,12%	172	46,49%
Profissionais semiquificados	13	3,58%	12	3,25%	-	-
Profissionais não qualificados	29	7,99%	27	7,32%	-	-
Total	363	100%	369	100%	370	100,00%

Verifica-se uma tendência decrescente no número de trabalhadores com o Ensino Básico.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including initials 'AB', 'JP', and 'R'.

Habilitações	N.º Trab. 2018	%	N.º Trab. 2019	%	N.º Trab. 2020	%
Ensino Básico	147	40,50%	145	39,30%	138	37,30%
Ensino Secundário	96	26,45%	97	26,29%	106	28,65%
Ensino Superior	120	33,06%	127	34,42%	126	34,05%
Total	363	100%	369	100%	370	100,00%

A valorização dos recursos humanos tem constituído uma prioridade elevada das políticas da Empresa, assumindo a formação um papel nuclear na melhoria dos níveis de qualificação dos seus ativos, como forma de motivação e valorização do seu desempenho profissional. No entanto, as horas de formação desde a data da criação da AdTA está aquém do objetivo, pelo que a AdTA terá de reforçar o Plano de Formação para os próximos anos para compensar os anos anteriores.

No ano de 2020 em particular, e apesar do esforço, verificou-se um decréscimo do número de horas de formação em 8%, tendo sido abrangidos cerca de 44,3% dos trabalhadores ativos em comparação com 81% no ano anterior. Este decréscimo ficou a dever-se essencialmente aos efeitos da pandemia, pela impossibilidade de realização de algumas ações de formação em regime presencial.

Formação profissional	2018	2019	2020
N.º Horas de formação	5 366,30	6 078,36	5 590,75
N.º Ações de formação	74	77	114
N.º Formandos	196	299	164
Total de Trabalhadores	363	369	370

Em 2020 registou-se um decréscimo na taxa de absentismo de 2,34%, comparativamente com os últimos 2 anos.

Absentismo	2018	2019	2020
Horas Absentismo	53 373	56 723	51 710
Taxa de Absentismo	17,16%	2,58%	2,34%

Cerca de 19% das ausências verificadas no ano 2020 foram devido a acidentes de trabalho, num total de 33 acidentes de trabalho, com uma média de 135 dias de incapacidade temporária absoluta por cada acidente. Tanto o número total de acidentes, como os dias perdidos por motivo de baixa por acidente de trabalho diminuíram face aos anos anteriores, pese embora o ano de 2020 tenha registado um acidente mortal.

Acidentes de trabalho	2018			2019			2020		
	N.º Sinistros	N.º dias baixa	N.º méd dias baixa	N.º Sinistros	N.º dias baixa	N.º méd dias baixa	N.º Sinistros	N.º dias baixa	N.º méd dias baixa
Sinistros encerrados	27	1 822	68	25	1 355	55	23	1 132	49
Sinistros encerrados sem baixa	10	0	0	14	0	0	1	0	0
Sinistros em curso (com baixa)	0	0	0	2	241	121	1	56	56
Total	37	1 822	68	41	1 596	39	33	1 218	57

Relativamente à frequência dos acidentes de trabalho, tanto a taxa de frequência da globalidade dos acidentes de trabalho como a taxa de frequência dos acidentes de trabalho com baixa, diminuíram face aos anos 2018 e 2019.

Indicadores de segurança	2018	2019	2020
Tf: Tx frequência da globalidade dos acidentes de trabalho	62,08	68,68	53,95
Tf: Tx frequência dos acidentes de trabalho com baixa	45,30	41,88	37,60

Relativamente à Medicina do Trabalho pode evidenciar-se que no ano 2020 deu-se continuidade à recuperação dos Exames Periódicos em défice nos anos anteriores, e procurou-se abranger todos os trabalhadores que estavam expostos a maiores riscos biológicos. Na consulta de Medicina do Trabalho Periódica, foram realizados os exames complementares: análises clínicas (sangue e urina), ECG, Audiograma e Rastreio Visual.

M. S. S. J. P. B.
A. B.
H.

Medicina do Trabalho	N.º Trab. 2018	%	N.º Trab. 2019	%	N.º Trab. 2020	%
Exames Admissão	12	3,31%	16	5,44%	19	11,88%
Exames Periódicos	273	75,21%	200	68,03%	77	48,13%
Exames Ocasionais	78	21,49%	78	26,53%	64	40,00%
Total de Exames	363	100,00%	294	100,00%	160	100,00%

No ano 2020 não foi possível levar a efeito a campanha de vacinação contra a gripe, por não terem sido disponibilizadas vacinas.

Prevenção Gripe Sazonal	N.º Trab. 2018	%	N.º Trab. 2019	%	N.º Trab. 2020	%
Vacinas inoculadas	114	31,40%	107	29,00%	0	0,00%
Total de trabalhadores	363		369		370	

Para além da Medicina do Trabalho, as consultas de Medicina Curativa disponibilizadas pela empresa, que consistem em consultas de clínica geral, tendo por objetivo a resolução de problemas súbitos, prescrição de receitas e aconselhamento médico sobre boas práticas de saúde, tiveram uma diminuição face aos anos anteriores. Apenas 21,35% dos trabalhadores realizaram este tipo de consultas em 2020.

Medicina Curativa	N.º Trab. 2018	%	N.º Trab. 2019	%	N.º Trab. 2020	%
Consultas	117	32,23%	172	31,71%	79	21,35%
Total de Trabalhadores	363		369		370	

Financeira

A análise financeira que se apresenta procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial alcançada pela Águas do Tejo Atlântico, S.A., no ano de 2020, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do exercício e as respetivas notas anexas.

A sociedade considera os DRG como uma componente das demonstrações financeiras da empresa, de acordo com o Decreto-Lei n.º 94/2015. Aplica o disposto no IFRIC 12 – Serviços de construção, no que concerne ao rédito e gastos da construção. O rédito reconhecido concorre para a formação dos Rendimentos Operacionais enquanto os gastos, no mesmo valor, por não haver margem na construção, uma vez que a atividade é subcontratada a entidades especializadas externas para as quais é transferido o risco e o retorno, concorre para Gastos Operacionais, não havendo por isso impacto no resultado do exercício.

O impacto com a transição para o IFRS 16 incide essencialmente sobre os contratos que, até 31 de dezembro de 2018, eram contabilizados como locação operacional no âmbito do IAS 17 – contratos de aluguer de viaturas e prestação de serviços com manutenção, seguros e impostos. Adicionalmente, em 2020 as licenças de *software* passaram a estar relevadas como ativos sob direito de uso, no âmbito da aplicação da IFRS 16.

Principais Indicadores	Unidade	2018	2019	2020	Variação 2019	
Volume de negócios ¹ (VN)	M€ur	82,3	83,2	83,5	0,3	0,3%
Volume de Efluente Faturado	Mm ³	182,9	182,2	181,8	-0,4	-0,2%
Tarifa Média Saneamento	Eur	0,4497	0,4565	0,4590	0,0025	0,5%
Desvio de recuperação de gastos do ano	M€ur	-14,1	-13,1	-10,8	2,3	-17,4%
Resultado Líquido do Exercício	M€ur	5,5	4,3	3,7	-0,6	-13,6%
Resultado líquido sem desvio	M€ur	15,6	14,0	11,8	-2,2	-15,7%
OPEX ² (GO)	M€ur	38,5	41,5	44,7	3,2	7,7%
Resultado operacional (RO)	M€ur	14,4	12,8	11,3	-1,5	-11,6%
EBITDA ajustado ³	M€ur	43,6	41,5	38,2	-3,3	-7,9%
PRC (GO/VN) ⁴	%	47%	50%	52%	2 p.p.	4,3%
Gastos financeiros	M€ur	-8,2	-7,9	-6,5	1,4	-17,7%
Resultado financeiro	M€ur	-7,1	-7,0	-6,0	1,0	-14,2%
Endividamento	M€ur	231,2	222,2	212,2	-10,0	-4,5%
Net Debt - Endividamento Líquido	M€ur	139,9	126,6	116,0	-10,6	-8,3%
Net Debt to EBITDA ajustado	n.º	3,2	3,1	3,0	0,0	-1,6%
Ativo Total	M€ur	650,7	629,1	610,5	-18,6	-2,9%
Capital Próprio	M€ur	117,2	115,9	115,6	-0,3	-0,3%
Passivo Total	M€ur	533,4	513,2	494,9	-18,3	-3,6%
PMP	dias	58	48	40	-8,0	-16,7%
PMR	dias	61	51	51	0,0	0,0%

¹ Vendas e prestação de serviços.

² OPEX de 2020 deduzido dos subsídios à exploração.

³ RO + amortizações+provisões+perdas por imparidades e reversões-desvio de recuperação de gastos-subsídios ao investimento-rédito/gastos construção.

⁴ GO inclui custo das vendas, fomentos e serviços externos e gastos com pessoal deduzidos dos gastos com a COVID.

Análise dos Resultados

O resultado líquido de 2020 no valor de 3,7 milhões de euros corresponde à remuneração garantida do capital acionista apurada com base na variação média da taxa OT no ano (0,41%), acrescida do prémio de risco (3,00%), e deduzida da correção efetuada pelo Regulador, em sede de aprovação da eficiência produtiva de 2019, ao DRG de 2019, no valor de 0,2 milhões de euros.

De acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão, a Águas do Tejo Atlântico, S.A., deve submeter anualmente à aprovação do Regulador o DRG gerado pelas operações, apurado de acordo com o cenário de eficiência produtiva que foi previamente estabelecido pela ERSAR, mediante a definição de métricas de evolução específicas.

Handwritten notes and signatures in the top right corner of the page.

Resultado Líquido	Unidade	2018	2019	2020	Variação 20/19	
Rendimentos ¹	MEur	97,8	104,0	105,8	1,7	1,7%
Desvio de Recuperação de Gastos	MEur	-14,1	-13,1	-10,8	2,3	-17,4%
Gastos ²	MEur	-76,4	-85,2	-89,7	-4,5	5,2%
Imposto (corrente e diferido)	MEur	-1,8	-1,5	-1,5	0,0	0,0%
Remuneração acionista	MEur	5,5	4,3	3,9	-0,4	-8,9%
Ajuste ao desvio de recuperação de gastos	MEur	0,0	0,0	-0,2	-0,2	-
Resultado Líquido	MEur	5,5	4,3	3,7	-0,6	-13,6%

¹ Subsídios à exploração retirados em 2020

² Subsídios à exploração deduzidos em 2020

O decréscimo que se tem verificado na remuneração acionista e, por conseguinte, no resultado líquido, decorre da redução significativa da taxa das OT a 10 anos, cuja taxa média em 2018 foi de 1,84%, em 2019 de 0,75%, e em 2020 de 0,41%.

A diferença entre o resultado líquido gerado pelas operações e o valor a que a AdTA tem direito em termos contratuais corresponde ao DRG, acrescido do reconhecimento dos respetivos impostos diferidos e das correções no âmbito da eficiência produtiva.

Em 2020 o resultado líquido gerado pelas operações foi de 11,8 milhões de euros, o que permitiu obter um DRG superavitário no valor de 10,8 milhões de euros. A situação ainda que positiva regista um decréscimo na evolução provocado pelo aumento dos gastos no ano.



Os rendimentos totais em 2020 ascenderam a 95,0 milhões de euros, tendo aumentado 4% para o período homólogo (+4,0 milhões de euros).

Rendimentos Totais	Unidade	2018	2019	2020	Variação 20/19	
Volume de negócios (VN)	MEur	82,3	83,2	83,5	0,3	0,3%
Subsídios ao Investimento	MEur	4,8	4,7	4,7	0,0	0,0%
Rend. Construção Ativos Concessionados	MEur	9,1	14,7	17,1	2,4	16,6%
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais ¹	MEur	0,5	0,5	0,1	-0,4	-83,1%
Juros e Rendimentos Similares	MEur	1,1	0,9	0,4	0,5	56,0%
Rendimentos	MEur	97,8	104,0	105,8	1,7	1,7%
Desvio de recuperação de gastos (anual)	MEur	-14,1	-13,1	-10,8	2,3	-17,4%
Rendimentos Totais	MEur	83,7	91,0	95,0	4,0	4,4%

¹ Subsídios à exploração retirados em 2020

O Volume de Negócios compreende a prestação de serviços a utilizadores municipais e a utilizadores diretos. A AdTA tem faturação da prestação de serviços por rendimentos tarifários, donde resulta a ausência de impactos por variação nas quantidades. As vendas efetuadas a clientes diretos têm pouca expressão no total do Volume de Negócios, pelo que as ligeiras variações de quantidades não são representativas nem denotaram variação associada ao efeito da pandemia COVID-19. O Volume de Negócios representa 87% da formação do total de rendimentos.

A sociedade aplica o disposto no IFRIC 12 no que respeita ao rédito e gastos da construção. O rédito reconhecido concorre para a formação dos Rendimentos Operacionais enquanto os gastos, no mesmo valor, por não haver margem na construção uma vez que a atividade é subcontratada a entidades especializadas externas para as quais é transferido o risco e o retorno, concorre para os Gastos

ADP
 J. S. S.
 J. P. S.

Operacionais, não havendo por isso impacto no resultado do exercício. O valor é determinado pelo montante de investimento em ativo intangível realizado no período.

Gastos Totais	Unidade	2018	2019	2020	Variação 20/19	
CMVMC	MEur	2,8	3,1	3,3	0,2	5,4%
Gastos Construção Ativos Concessionados	MEur	9,1	14,7	17,1	2,4	16,6%
Fornecimentos e Serviços Externos ¹	MEur	25,6	27,5	30,1	2,6	9,5%
Gastos com Pessoal ¹	MEur	10,1	10,8	11,3	0,5	4,2%
Provisões	MEur	0,0	0,0	0,9	0,9	-
Depreciações e amortizações	MEur	19,9	20,3	19,9	0,1	2,2%
Outros Gastos Operacionais	MEur	0,7	0,8	0,7	0,1	-10,3%
Juros e Gastos Similares	MEur	8,2	7,9	6,4	-1,5	-19,0%
Gastos Totais	MEur	76,1	85,2	89,7	4,6	5,3%

¹ Gastos de 2020 deduzidos de subsídios à exploração

Estrutura de Gastos

Na composição da estrutura de gastos da AdTA os gastos mais significativos são os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), que representam 34% dos gastos totais, as amortizações que abrangem 22% e os gastos com pessoal que ascendem a 13% dos gastos totais.

Estrutura de Gastos
(%)



O **Custo das Vendas (CMVMC)** refere-se essencialmente a reagentes, tendo ascendido a 3,3 milhões de euros em 2020, o que representa um aumento de 5% face a 2019.

O aumento dos gastos é explicado pelo aumento do consumo e dos preços unitários dos reagentes químicos. Na parte do consumo verificou-se a necessidade de dar cumprimento ao maior grau de exigência dos parâmetros legais estabelecidos pela APA, exigindo a utilização de reagentes específicos para garantir o cumprimento das descargas no meio receptor, em conformidade com as licenças de descarga, bem como à deterioração da qualidade do efluente recebido para tratamento, necessitando de utilização de maior quantidade de reagentes.

No que respeita ao preço, o aumento do custo unitário deve-se a fatores de mercado, que fizeram crescer os gastos.

Custo Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (CMVMC)	Unidade	2018	2019	2020	Variação 20/19	
Reagentes	MEur	2,8	3,1	3,3	0,2	5,4%
Total de CMVMC	MEur	2,8	3,1	3,3	0,2	5,4%

Os FSE's ascenderam a 30,1 milhões de euros, representando os trabalhos especializados, no valor de 10,0 milhões de euros a rubrica com maior peso, com cerca de 33%, seguida da rubrica de gastos com energia que representam cerca de 27% do total. A variação de 2,6 milhões de euros em relação ao período homólogo resulta maioritariamente do aumento do preço com o tratamento de lamas, o que originou inclusivamente uma queixa do Grupo AdP à Autoridade da Concorrência, e dos gastos com conservação e reparação, sobretudo pelo esforço de recuperação do défice de manutenção e conservação de infraestruturas, com ênfase na manutenção preventiva e preditiva.

Adicionalmente, em outros FSE's, verificou-se um aumento dos gastos com desinfeção e limpeza das instalações e com trabalho temporário, face ao período homólogo, decorrente da COVID-19. O aumento do trabalho temporário justificou-se pela necessidade de reorganização de equipas, constituição de equipas em espelho e desfasadas, para garantir distanciamento e cumprir as orientações emitidas pelo Governo e pela DGS, o que não seria possível com recurso exclusivamente a meios internos, uma vez que a empresa tem

uma carência estrutural de recursos humanos em geral, e na área operacional em particular, aguardando-se a aprovação orçamental de novas admissões constantes do Plano de Atividades e Orçamento para 2021.

Os gastos com FSE's estão deduzidos dos gastos em fornecimentos e serviços com projetos de I&D e inovação participados, e reconhecidos como subsídios à exploração em 2020.

Fornecimentos e Serviços Externos	Unidade	2018	2019	2020	Variação 20/19	
Energia	MEur	9,3	9,1	8,2	-0,9	-9,6%
Conservação e Reparação	MEur	5,1	5,8	7,4	1,7	28,7%
Trabalhos Especializados	MEur	8,3	10,4	10,0	-0,4	-3,7%
Outros FSE	MEur	2,8	2,3	4,7	2,4	104,3%
Subsídios à Exploração	MEur	0,0	0,0	0,2	-0,20	-
Total de Fornecimentos e Serviços Externos	MEur	25,6	27,5	30,1	2,60	9,5%

Os gastos com pessoal registaram um incremento de 4% face ao período homólogo em que o principal fator foram as medidas que se mostraram necessárias implementar para fazer face à pandemia da COVID-19.

Sem o efeito extraordinário da COVID-19, os gastos com pessoal têm uma diminuição de 0,5% face ao período homólogo.

Os gastos com pessoal estão capitalizados em 1,0 M€ pelos serviços internos das áreas técnicas associadas à realização de investimentos e deduzidos das horas/homem afetas a projetos de I&D e inovação participados, e reconhecidas como subsídios à exploração em 2020.

Gastos com Pessoal	Unidade	2018	2019	2020	Variação 20/19	
Remunerações - Órgãos Sociais	MEur	0,31	0,31	0,35	0,04	13,2%
Remunerações - Pessoal	MEur	9,81	10,47	10,87	0,40	3,8%
Seguros	MEur	0,18	0,09	0,13	0,03	36,7%
Ação Social e Assistência Médica	MEur	0,47	0,61	0,53	-0,08	-13,3%
Proteção e Segurança	MEur	0,04	0,07	0,32	0,25	385,9%
Fardamento	MEur	0,02	0,14	0,18	0,04	27,0%
Formação	MEur	0,09	0,11	0,15	0,05	43,7%
Outros Gastos	MEur	0,03	0,04	0,07	0,03	65,9%
Subsídios à Exploração	MEur	0,00	0,00	-0,30	-0,30	-
Capitalizações	MEur	-0,86	-1,00	-1,01	-0,01	0,6%
Total de Gastos com Pessoal	MEur	0,03	10,84	11,30	0,45	4,2%

O cash-cost por unidade média de efluente tratado apresenta em 2020 uma evolução desfavorável face a 2019, passando de 22,43 centísimos de euro por m³ para 23,09 centísimos de euro por m³, perfazendo um incremento de 3%. Contudo, o incremento não decorre apenas do aumento de gastos, pois o volume de efluente tratado tem para o período homólogo uma variação positiva de cerca de 5%, provocada em parte devido ao facto do efluente de 2019 ter decrescido substancialmente face a anos anteriores.

Os gastos com conservação e reparação têm um incremento mais expressivo de cash-cost, a par dos outros FSE's, devido aos gastos extraordinários incorridos para fazer face à pandemia.

Estrutura de custos cash

(milhões de EUR)



Cash-cost (Céntimo €/m³)



■ 2018
■ 2019
■ 2020

EBITDA	Unidade	2018	2019	2020	Varição 20/19
Resultado Operacional	MEur	14,4	12,8	11,3	-1,5 -11,6%
Depreciações	MEur	-19,9	-20,3	-19,9	0,4 -2,2%
Provisões	MEur	-0,02	-	-0,9	- -
EBITDA	MEur	34,3	33,1	32,1	-1,0 -3,1%
Desvio de recuperação de gastos	MEur	-14,1	-13,1	-10,8	2,3 -17,5%
Subsídios ao investimento	MEur	4,8	4,7	4,7	0,0 0,1%
EBITDA Ajustado	MEur	43,6	41,5	38,2	-3,3 -8,0%

O EBITDA em 2020 ascendeu a 32,1 milhões de euros, o que face a 2019 representa um decréscimo de 1%. No entanto, como para a atividade operacional da AdTA não concorrem diretamente o DRG e os subsídios ao investimento. Estes são retirados, de modo a apurar-se o indicador ajustado (EBITDA Ajustado). A variação em baixa deste indicador reflete o explicitado sobre o aumento dos gastos.

Resultado Financeiro	Unidade	2018	2019	2020	Varição 20/19
Rendimentos Financeiros	MEur	1,1	0,9	0,4	-0,5 -56,0%
Gastos Financeiros	MEur	-8,2	-7,9	-6,4	1,5 -19,0%
Resultado Financeiro	MEur	-7,1	-7,0	-6,0	1,0 -14,2%

A evolução do Resultado Financeiro tem sido favorável, registando-se um incremento de 1,0 milhão de euros para o período homólogo, essencialmente suportado pela influência da componente de gastos, composta na sua maioria pelo financiamento contratualizado junto do Banco Europeu do Investimento (BEI).

Nos rendimentos a AdTA beneficiou do apoio de tesouraria prestado à AdP SGPS, ainda que em menor escala do que em anos anteriores, o que influenciou a obtenção de menores rendimentos. Note-se que atualmente quer o IGCP, quer a banca comercial, não remuneram aplicações de curto e médio prazo, sendo a solução preconizada dentro do Grupo AdP mais favorável.

Resultado Financeiro (milhões de Eur)



Análise Patrimonial

Posição Financeira	Unidade	2018	2019	2020	Variação 20/19	
Ativo Não Corrente	MEur	545,8	516,3	498,6	-17,7	-3,4%
Ativo Corrente	MEur	104,8	112,8	111,9	0,8	0,8%
Total do Ativo	MEur	650,7	629,1	610,5	-18,6	-3,0%
Capital Próprio	MEur	117,2	115,9	115,6	-0,3	-0,3%
Passivo Não Corrente	MEur	506,9	486,5	463,6	-22,9	-4,7%
Passivo Corrente	MEur	26,5	26,7	31,3	4,6	17,4%
Total do Passivo	MEur	533,4	513,2	494,9	-18,2	-3,6%
Total do Capital Próprio e Passivo	MEur	650,7	629,1	610,5	-18,6	-3,0%

O total do ativo era no final do período de 2020 de 610,5 milhões de euros, verificando-se que o ativo não corrente representa cerca de 82% do total do ativo.

Ativo	Unidade	2018	2019	2020	Variação 20/19	
Ativos intangíveis	MEur	456,0	447,2	441,6	-5,6	-1,3%
Ativos fixos tangíveis	MEur	0,2	0,2	0,2	0,0	-14,2%
Ativos sob direito de uso	MEur	0,0	1,1	1,0	-0,1	-9,3%
Outros ativos financeiros	MEur	8,4	0,0	0,0	0,0	99,4%
Impostos diferidos ativos	MEur	52,9	53,2	52,8	-0,5	-0,8%
Desvio de recuperação de gastos	MEur	26,9	13,8	2,9	-10,8	-78,6%
Cientes e outros ativos não correntes	MEur	1,1	0,8	0,1	-0,7	-89,8%
Total do Ativo não corrente	MEur	545,8	516,3	498,6	-17,7	-3,4%
Cientes	MEur	17,5	12,4	11,8	-0,6	-5,2%
Outros ativos correntes	MEur	45,1	18,7	3,9	-14,8	-79,1%
Disponibilidades	MEur	42,3	81,6	96,2	14,6	17,9%
Total do Ativo corrente	MEur	104,8	112,7	111,9	-0,8	-0,8%
Total do Ativo	MEur	650,7	629,1	610,5	-18,6	-3,0%

Em 2020, o ativo sob direito de uso, constituído no ano anterior com a adoção da IFRS 16, passou a reconhecer os contratos de licenças de software cuja duração é de 3 anos, o que representou um incremento bruto de 0,4 milhões de euros.

Em Clientes e Outros ativos não correntes está registada a parte dos acordos de pagamento de médio e longo prazo (não correntes), cuja variação para o homólogo reflete a concretização do plano de pagamentos previsto.

As disponibilidades registaram um incremento de 18% para o período homólogo (+14,6 milhões de euros), em parte suportada pela contração do investimento e pela extinção de utilização da linha de crédito a que a holding recorre para suprir necessidades de tesouraria.

Paralelamente, em Outros Ativos Correntes a variação é inversa à das Disponibilidades porque estes comparativamente ao homólogo eram compostos pela linha de crédito à holding.

Investimento

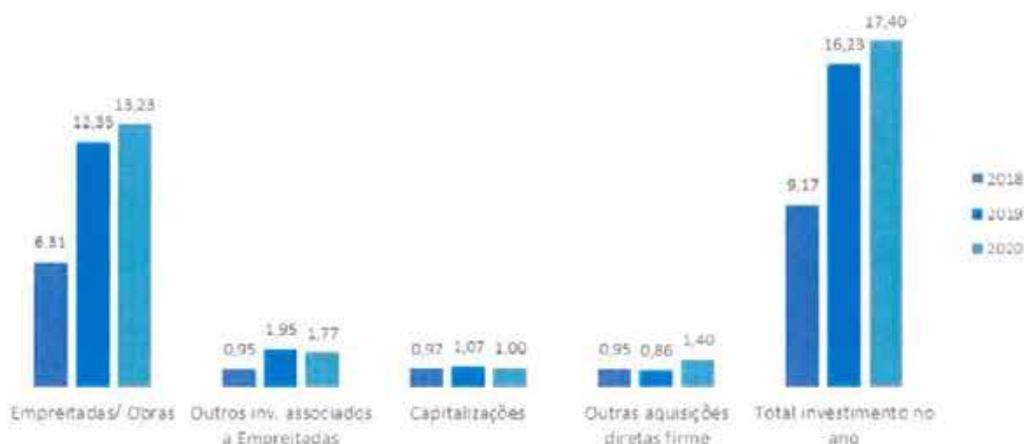
O Investimento realizado em 2020 ascendeu a 17,4 milhões de euros, situando-se acima do período homólogo. Contudo, a taxa de execução do investimento fica na casa dos 50%, uma vez que o Contrato de Concessão e o Plano de investimentos previam para o ano de 2020 um volume de investimento bastante superior aos anos anteriores (37,5 milhões de euros).

A situação tem subjacente algumas questões associadas à tramitação da contratação e, em alguns casos, à realização de concursos que ficaram desertos.

A crescer, temos a situação de pandemia que afetou as empreitadas em curso devido aos constrangimentos colocados ao pessoal, nas deslocações, no alojamento e na alimentação, e até mesmo na movimentação nos locais das obras, assim como constrangimentos à produção e ao transporte de materiais e de equipamentos. Estas circunstâncias causaram uma redução no rendimento da execução dos trabalhos, gerando atrasos nas obras e dilações na sua conclusão.

A contribuir para estas circunstâncias está o incremento generalizado dos preços de mercado no setor da construção que tem levado a que os novos procedimentos lançados para contratação de empreitadas não recebam quaisquer propostas. Existiram constrangimentos que obrigaram a AdTA a rever as estimativas orçamentais dos projetos de execução já elaborados e a redefinir os preços base dos procedimentos, de modo a garantir a participação do mercado e o cumprimento dos prazos previstos para a consignação das empreitadas, resultando em incrementos, em alguns casos significativos, dos valores de investimento previstos. Por outro lado, têm existido atrasos na conclusão das empreitadas resultantes dos condicionalismos verificados no lançamento e consignação das mesmas.

Investimento anual (milhões de EUR)



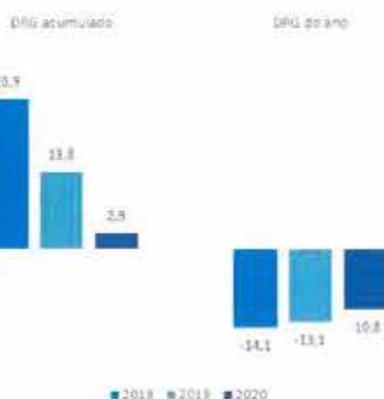
AdS.

Desvio de Recuperação de Custos

O DRG registado em balanço tem vindo a evoluir de forma bastante favorável desde o início de atividade da AdTA, em 2017. O mesmo é reduzido à medida que se vão registando desvios superavitários, aceites pelo Regulador no decurso do cumprimento das métricas definidas para os cenários de eficiência produtiva.

Em 2019 o DRG foi corrigido em 0,2 milhões de euros por não ter sido aceite o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, por incumprimento da métrica definida pela ERSAR para o custo unitário com reagentes (0,0139 euros/m³). O custo unitário com reagentes no exercício de 2019 foi de 0,0167 euros/m³, valor superior ao da métrica, justificado quer pelo aumento dos custos unitários com reagentes, quer pelo aumento do próprio consumo por maiores exigências legais impostas à qualidade do efluente tratado.

Desvio de Recuperação de Custos (milhões de Euro)



Tarifas, Dívida de Clientes e Prazo Médio de Recebimento

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, a tarifa e os rendimentos tarifários a aplicar aos utilizadores do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, pela AdTA, para o período de convergência tarifária, compreendido entre 2017 e 2026, são os estabelecidos no Contrato de Concessão, atualizados de acordo com a previsão do índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC), publicado pela entidade responsável pela sua divulgação (INE). Às tarifas ou aos rendimentos tarifários a aplicar aos utilizadores municipais acresce uma componente tarifária acrescida (CTA), a ser entregue pela Águas do Tejo Atlântico, S.A., à Águas do Vale do Tejo, S.A., com vista a contribuir para a sustentabilidade do sistema desta.

Nos termos do referido diploma legal, os municípios abrangidos pela aplicação da CTA, durante o período de convergência tarifária, são os municípios originários dos sistemas extintos da SANEST e da SIMTEJO, estando os restantes, originários da vertente de saneamento da extinta Águas do Oeste, isentos até 2026 (termo do período de convergência tarifária).

Em tais termos, os rendimentos tarifários aplicados em 2020, para os utilizadores municipais, têm uma tarifa implícita, incluindo a tarifa da atividade de transporte de águas residuais, conforme se explicita no quadro infra.

Tarifas	Unidade	Tarifa ¹ 2018	CTA 2018	Tarifa ¹ 2019	CTA 2019	Tarifa ¹ 2020	CTA 2020
Utilizadores municipais servidos pela extinta SANEST	€/m ³	0,3409	0,013	0,3573	0,0184	0,3701	0,0238
Utilizadores municipais servidos pela extinta SIMTEJO	€/m ³	0,5007	0,013	0,5015	0,0184	0,4968	0,0238
Utilizadores municipais servidos pela extinta Águas do Oeste	€/m ³	0,5324	-	0,5404	-	0,5426	-
Transporte de águas residuais	€/m ³	0,2469	-	0,2506	-	0,2516	-

¹ Tarifa implícita

A AdTA pratica aos restantes utilizadores não municipais uma tarifa de 0,5426 €/m³,

A faturação aos clientes ao longo do ano de 2020 ascendeu a 96,6 milhões de euros e os recebimentos totalizaram 97,4 milhões de euros.

A dívida dos utilizadores municipais do sistema decompõe-se da seguinte forma:

Dívida de Clientes	Unidade	2018	2019	2020	Variação 20/19	
Faturação Corrente	MEur	11,9	10,7	9,8	-0,9	-8,6%
CTA (Componente Tarifária Acrescida)	MEur	0,2	0,3	0,4	0,1	15,1%
TRH (Taxa de Recursos Hídricos)	MEur	0,4	0,4	0,5	0,1	13,9%
Acordos de Pagamento	MEur	-4,1	1,4	0,8	-0,6	-42,2%
Injunções	MEur	1,8	0,0	0,0	0,0	-
Juros Mora	MEur	0,4	0,4	0,4	0,0	0,0%
Clientes	MEur	18,9	13,2	11,9	-1,4	-10,5%
Saldos credores	MEur	-1,0	-1,0	-1,0	0,0	0,0%
Dívida de Clientes	MEur	17,9	12,2	10,9	-1,4	-11,3%

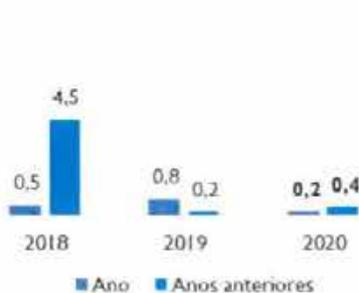
O estreito acompanhamento dos clientes, no sentido do cumprimento dos prazos e da regularização dos valores em atraso, permitiu que se mantivesse o prazo médio de recebimento (PMR) de 51 dias.

Em termos de evolução da dívida, destaca-se a diminuição no valor global em resultado do trabalho desenvolvido para colmatar alguns dos atrasos existentes. Parte substancial da dívida vencida está titulada por acordos que estão a ser cumpridos, nomeadamente os celebrados com os Municípios de Alenquer e Sobral de Monte Agraço pela então AdLVT, que, por incluírem em simultâneo dívidas resultantes da prestação de serviços de abastecimento e de saneamento permaneceram sob gestão desta, ascendendo no final de 2020 ao montante de 0,8 milhões de euros.

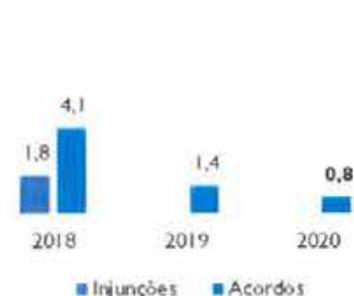
Dívida municipal
(milhões de EUR)



Dívida vencida
(milhões de EUR)



Dívida titulada
(milhões de EUR)



Capital Próprio

O capital próprio diminuiu 0,3 milhões de euros face ao período homólogo devido à redução do resultado líquido (-0,5 milhões de euros) e ao incremento da reserva legal (+0,2 milhões de euros).

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

A aplicação do resultado de 2019 foi deliberada em assembleia geral realizada em março de 2020, que aprovou o aumento da reserva legal em 0,2 milhões de euros e a distribuição de dividendos no valor de 4,1 milhões de euros.

O capital social é constituído por 113 527 680 ações (112 127 680 da categoria A e 1 400 000 da categoria B), com o valor unitário 1,00 euro, e está totalmente subscrito e realizado.

A AdTA detém 2 521 433 ações próprias, correspondentes a uma participação total no capital social de 2,22%. As manifestações de interesse de alguns dos acionistas para adquirirem as ações, suportadas em contratos-promessa firmados cuja concretização estava sujeita à obtenção de autorização dos membros do Governo responsáveis pela tutela setorial e financeira não se verificou, tendo o prazo decorrido determinado a caducidade da deliberação da assembleia geral de 16 de março de 2018 relativa à alienação do lote de ações. Na assembleia geral de 23 de junho de 2020, o Conselho de Administração da AdTA foi mandatado para dar início ao procedimento de alienação das ações próprias em conformidade com as disposições legais, mediante a contratação de entidade avaliadora independente que determine o valor das mesmas, estando a avaliação contratada e realizada e devendo a mesma ser submetida à próxima assembleia geral.

Passivo e Prazo Médio de Pagamento

O passivo total teve uma evolução positiva diminuindo 4% (-18,2 milhões de euros) maioritariamente suportado pela redução do passivo não corrente que representa 94% do total do passivo.

O montante reconhecido em acréscimos de custos tem uma variação negativa de 2,7%, originada pela redução do investimento contratual, efetuada para acerto com o período da concessão, e pela menor concretização de investimento no período.

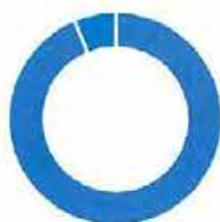
A redução dos impostos diferidos passivos decorre da evolução favorável do desvio de recuperação de gastos.

O passivo corrente teve um aumento de 17,4% (+4,6 milhões de euros) para o homólogo, por efeito da variação dos empréstimos (parte de curto prazo a amortizar dos empréstimos de médio e longo prazo), e da dívida a fornecedores e ao Estado.

Passivo	Unidade	2018	2019	2020	Varição 2019	Varição 2020
Empréstimos	MEur	222,1	212,1	200,5	-11,6	-5,5%
Acréscimos de gastos do investimento contratual	MEur	125,2	122,0	118,7	-3,3	-2,7%
Impostos diferidos passivos	MEur	24,6	20,7	16,8	-3,9	-18,8%
Subsídios ao investimento	MEur	134,9	130,4	125,7	-4,7	-3,6%
Outros passivos não correntes	MEur	0,0	1,4	1,9	0,5	39,8%
Total do Passivo não corrente	MEur	506,9	486,5	463,6	-22,9	-4,7%
Empréstimos	MEur	9,2	10,1	11,6	1,5	14,7%
Passivos da Locação	MEur	0,0	0,4	0,5	0,1	25,0%
Fornecedores	MEur	6,9	6,6	9,4	2,8	41,7%
Estado	MEur	3,5	3,1	3,8	0,7	22,0%
Outros passivos correntes	MEur	6,9	6,4	6,0	-0,4	-6,2%
Total do Passivo corrente	MEur	26,5	26,7	31,3	4,6	17,4%
Total do Passivo	MEur	533,4	513,1	494,9	-18,2	-3,6%

No prazo médio de pagamento (PMP), foi dado cumprimento à disposição legal do programa "Pagar a Tempo e Horas", que estabelece a necessidade de redução do número de dias consoante o prazo alcançado no ano transato. A sociedade atingiu em 2019 um PMP de 48 dias ficando sujeita ao cumprimento da redução de pelo menos 15% desse prazo, o que se verificou com o atingimento de um PMP de 40 dias em 2020.

Distribuição do Passivo (2020)



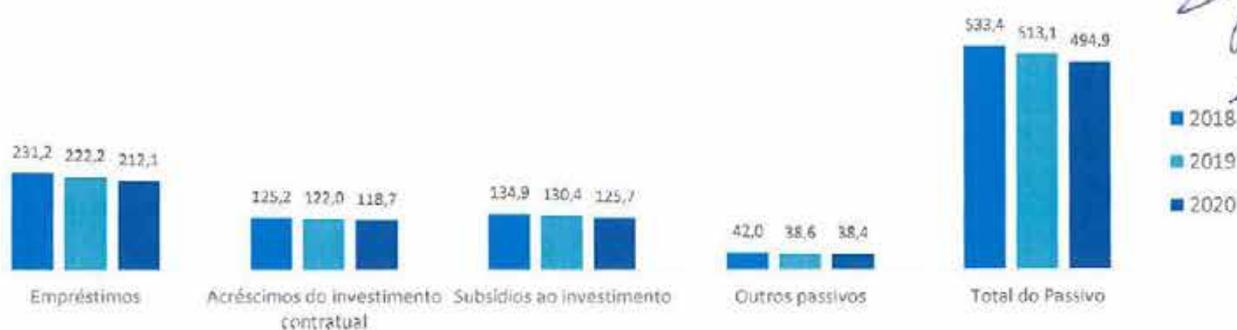
- Passivo não corrente 94%
- Passivo corrente 6%

Estrutura do Passivo (2020)



- Empréstimos 43%
- Acréscimo investimento contratual 24%
- Subsídios ao investimento 25%
- Outros passivos 8%

Composição do Passivo (milhões de Eur)



Endividamento

O valor total do endividamento bruto corresponde aos empréstimos junto do BEI, que transitaram da cisão da Águas do Vale do Tejo, S.A. (AdVT), sendo 200,5 milhões de euros de médio e longo prazo e 11,6 milhões de euros de curto prazo. Em 2020 foram amortizados 10,1 milhões de euros conforme previsto no plano de amortização da dívida.

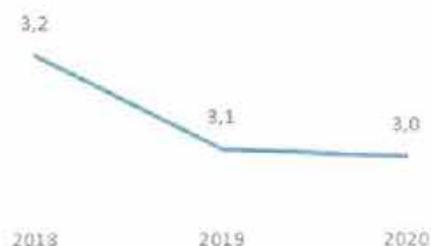
Endividamento	Unidade	2018	2019	2020	Variação 20/19	
Endividamento	MEur	231,2	222,2	212,2	-10,0	-4,5%
Disponibilidades	MEur	42,3	81,6	96,2	14,6	17,9%
Fundo Reconstituição Capital Social	MEur	8,4	0,0	0,0	0,0	0,0%
Empréstimo Concedido AdP SGPS	MEur	40,6	14,0	0,0	-14,0	-100,0%
Endividamento Líquido	MEur	139,9	126,6	116,0	-10,6	-8,4%

Endividamento Líquido (milhões de Eur)



Net Debt to EBITDA Ajustado

Mantém-se a tendência de redução do peso da dívida líquida face aos resultados da operação da AdTA, com uma descida de 0,4% para o período homólogo.



Handwritten notes and signatures in blue ink at the top right of the page.

Análise do impacto financeiro da COVID-19

Em termos económico-financeiros o volume de negócios da AdTA não sofreu qualquer alteração resultante da pandemia, assim como não se verificaram atrasos no recebimento dos clientes, tendo-se inclusivamente mantido o mesmo número de dias de PMR do ano anterior (51 dias).

Salienta-se que a empresa tem faturação da prestação de serviços por rendimentos tarifários, donde resulta a ausência de impactos por variação nas quantidades. As vendas efetuadas a clientes diretos têm pouca expressão no total do Volume de Negócios, pelo que as ligeiras variações de quantidades não são representativas nem denotam associação direta a efeitos da pandemia. A variação da prestação de serviços para o período homólogo e para o plano de atividades e orçamento para 2020 foi praticamente nula, situando-se na ordem dos 0,2% a 0,5%.

A solidez financeira da sociedade permitiu a implementação das medidas necessárias para assegurar a prestação do serviço essencial à comunidade e meio em que se insere, garantindo a proteção dos trabalhadores e das suas famílias.

As medidas adotadas no âmbito da pandemia encontram-se explicitadas no capítulo dedicado à atividade operacional, materializando-se no incremento de gastos no valor de 1,2 milhões de euros, que visou essencialmente ações compreendidas nas naturezas de FSE e de Gastos com Pessoal (GP).

Em síntese, as medidas mais relevantes e geradoras de impacto financeiro foram as seguintes:

- Reforço da contratação temporária de operacionais;
- Reforço das rotinas de limpeza e de desinfeção e contratação de equipas especializadas para realização de desinfeções extraordinárias das instalações e da frota;
- Atribuição de remuneração adicional de 2 horas ao período normal de trabalho, a título de trabalho suplementar a todos os trabalhadores que, por necessidade da sociedade tiveram de desempenhar as suas funções nas Fábricas de Água (#linhadafrente) ou em serviço externo, que auferiam uma remuneração base mensal entre os 654€ e os 1 524€, num máximo de 350€ por mês, para garantir que os trabalhadores dispunham de tempo para a colocação do equipamento de proteção e para os processos de desinfeção das instalações e de higienização pessoal. Esta remuneração foi atribuída entre 19 de março e 30 de junho de 2020;
- Apoio físico e psicológico nas plataformas internas da empresa e do Grupo AdP para que os trabalhadores possam manter o equilíbrio pessoal e familiar;
- Reforço de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

A formação dos gastos com COVID teve a seguinte composição (em milhares de euros):

Gastos COVID19	Unidade	2020	% do total de gastos COVID
Fornecimentos e serviços externos	mEur	731	59,8%
Limpeza das instalações	mEur	55	-
Desinfeção das instalações	mEur	345	-
Trabalho temporário	mEur	272	-
Diversos	mEur	59	-
Gastos com pessoal	mEur	481	39,3%
Remunerações ao Pessoal	mEur	258	-
Assistência médica	mEur	7	-
Proteção e segurança	mEur	216	-
Diversos (incluicaptalizações)	mEur	0	-
Depreciações e amortizações	mEur	10	0,8%
Outros gastos operacionais	mEur	1	0,1%
Total de gastos COVID19	mEur	1 223	100,0%

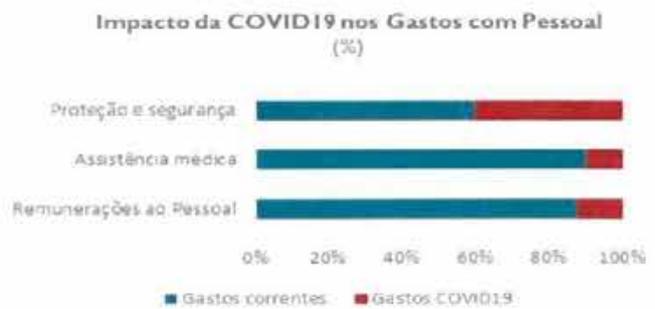
O total de gastos extraordinários incorridos com a COVID-19 representa 2% do total de gastos operacionais da empresa. Avaliando a ponderação nos gastos com FSE e GP o efeito é mais expressivo, passando para 16% e 21% respetivamente como se apresenta no gráfico:

Handwritten notes:
 A.S.
 J.P.P.
 W.B.



O impacto dos principais gastos COVID19 incorridos com FSE e com GP apresentam-se nos gráficos seguintes, podendo verificar-se que nos FSE's a desinfeção das instalações tem a maior contribuição para a formação do gasto total do ano, seguida do trabalho temporário.

Nos gastos com pessoal, a proteção e a segurança têm a maior expressão na formação do gasto total do ano na rubrica, mas em valor absoluto são as remunerações que têm a maior expressão.



Resumo dos impactos

- Ativo – Os gastos com a COVID-19 representaram uma diminuição da recuperação do défice tarifário por via da menor concretização do superavit do DRG do ano;
- Os Clientes não registaram variação associada ao incremento de gastos COVID, pois mantiveram o prazo médio de recebimentos (PMR) e reduziram o total de dívida face ao período homólogo;
- Reduziram as disponibilidades na proporção dos pagamentos dos gastos associados;
- Passivo – Incremento de fornecedores na proporção das compras de bens e serviços que a 31/12/2020 se encontram por liquidar. De referir que a sociedade tem vindo a reduzir o prazo médio de pagamentos (PMP), tendo alcançado em 2020 uma redução de 8 dias face ao período homólogo.
- Resultados Operacionais – redução de 1,2 milhões de euros devido ao incremento de gastos com a pandemia, predominantemente em fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal. Sem impacto no volume de vendas;
- DRG – O aumento dos gastos operacionais devido aos gastos com COVID-19 reduziu o valor do desvio do ano. Apesar disso o desvio mantém-se superavitário no valor de 10,8 milhões de euros.
- Resultados Financeiros – O incremento de gastos COVID não teve efeitos nos gastos financeiros. A situação financeira da empresa, com boa liquidez, permitiu suportar o incremento de despesa associada;
- Resultado Líquido – O resultado do ano corresponde à remuneração acionista apurada com base na taxa de obrigações do tesouro a 10 anos acrescida de 3 pontos percentuais, corrigida da correção ao DRG de 2019.

Investigação, Desenvolvimento e Inovação

Desenvolvimento

Ao nível do desenvolvimento empresarial continua o trabalho de afirmação dos novos conceitos e o seu enquadramento no âmbito da economia circular, como são as Fábricas de Água e os subprodutos derivados do processo de tratamento.

A plataforma operacional *iSea*, de apoio à decisão de ocorrência de descargas de águas residuais não tratadas na zona costeira entre Carcavelos e a Guia concluiu o processo de registo da marca.

Projetos de I&D e Inovação em curso

Em 2020, foram aprovados quatro novos projetos de I&D e Inovação (I&DI):

- **Interreg ECOVAL** - Gestão e recuperação de resíduos orgânicos e lamas do tratamento de águas residuais para a produção de AGV e PHA: Este projeto iniciou-se em novembro de 2020 e pretende obter produtos biológicos (AGV) a partir da recuperação de resíduos orgânicos gerados em ambientes urbanos (lamas de FA e biorresíduos), tendo por base a aplicação de tecnologias baseadas em processos biotecnológicos para aproximar a produção desses bioprodutos da sua incorporação no mercado.
- **COVIDECT** - Detecção, quantificação e modelação de SARS-CoV-2 em águas residuais como ferramenta de alerta precoce para a disseminação do vírus na comunidade (Aviso AAC 15/SI/2020): Projeto que pretende criar um sistema de alerta precoce da presença do vírus SARS-CoV-2, agente etiológico da COVID-19, através da análise de águas residuais, contribuindo para melhorar a resposta face a eventuais novos surtos da doença. Deste modo, foram realizadas amostragens de água residual nas FA de Alcântara, Guia e Beirolas.
- **Eco2Covid** - Desenvolvimento de plataformas para deteção e monitorização em águas do Coronavírus (Aviso AAC 15/SI/2020): O projeto tem como objetivo a criação de uma plataforma inovadora baseada em nanotecnologia para deteção do coronavírus SARS-CoV-2 em águas residuais, de forma expedita, *in situ* e com baixo custo. Em 2020 iniciaram-se as atividades de desenvolvimento dos sensores bio-eletróquímicos e da plataforma de integração de informação.
- **SARS Control** - Avaliação dos impactos de SARS-CoV-2 no ciclo urbano da água e dos efeitos a jusante em Saúde Pública (Aviso AAC 15/SI/2020): O projeto visa compreender o comportamento de SARS-CoV-2 ao longo da linha de tratamento de águas residuais urbanas (fase líquida e fase sólida); detetar poluentes emergentes resultantes da implementação de medidas de combate ao COVID-19; avaliar em que medida as diferentes etapas de tratamento das FA funcionam como barreiras. A amostragem de lamas e águas residuais irá iniciar-se em 2021.

Devido à pandemia COVID-19 foi necessário replanear algumas das atividades dos projetos de I&D e Inovação, visto que as atividades presenciais foram reduzidas e existiram atrasos no fornecimento de equipamentos necessários. Relativamente aos restantes projetos financiados em curso o seu ponto de situação é o seguinte:

- **InteGrid** - *Demonstration of INTElligent grid technologies for renewables INTEgration and INTEractive consumer participation enabling INTEroperable market solutions and INTErconnected stakeholders*: Durante o ano 2020 terminaram-se todas as tarefas relativas à demonstração e à replicabilidade dos demonstradores, nomeadamente: testes da matriz Flex4Water nas FA de Mafra, Alcântara e Chelas; implementação do algoritmo de otimização *p-optimizer* na FA de Alcântara; análises de custo-benefício e replicabilidade na AdTA. Estes resultados foram divulgados na reunião final do projeto e no *workshop* aberto a vários *stakeholders*. O término do projeto foi estendido de julho para outubro de 2020;
- **RESCCUE** - *Resilience to cope with climate change in urban areas*: que tem como objetivo melhorar os níveis de resiliência às alterações climáticas das cidades, tendo Lisboa, Barcelona (Espanha) e Bristol (Inglaterra) como casos de estudo. Durante o ano de 2020 terminaram-se os trabalhos relativos ao desenvolvimento do Plano de Ação para a Resiliência. A Águas do Tejo Atlântico, S.A., participou na conferência de resiliência organizada pelo consórcio do projeto RESCCUE com uma comunicação oral. O término do projeto foi estendido de julho para novembro de 2020;
- **TWIST** - *Estratégia Transnacional para a Inovação no domínio da Água*: que visa a criação de um ecossistema colaborativo de inovação para incentivar o investimento privado em I&DI no sector da água, que atraia e retenha capital humano qualificado no sentido de um desenvolvimento baseado no uso eficiente e recuperação de recursos. Deu-se seguimento às atividades prevista no projeto, nomeadamente: a definição da metodologia comum para o estabelecimento dos *Living Labs*; a elaboração do relatório intermédio sobre as atividades desenvolvidas nos *Living Labs*; e a elaboração do relatório sobre tendências e oportunidades de mercado e barreiras para as tecnologias desenvolvidas nos *Living Lab*. O término do projeto foi estendido de março para setembro de 2021;

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'A. S.', 'A. J.', and 'L. J.'.

- **CircRural4.0** - Para uma conceção circular e inteligente de gestão de águas residuais em áreas rurais: Este projeto propõe uma transformação no panorama do tratamento de águas residuais nas áreas rurais de acordo com o conceito de economia circular, fazendo a transição destas estações de tratamento em fábricas de recuperação de recursos. Durante o ano de 2020, decorreu a prestação de serviços com vista à preparação do sistema de automação da FA da Charneca para integração do controlador avançado do tratamento biológico. O término do projeto foi estendido de março para setembro de 2021;
- **B-WaterSmart - Accelerating Water Smartness in Coastal Europe**: Este projeto visa aplicar uma abordagem sistémica de inovação em larga escala para demonstrar tecnologias e soluções de gestão inteligente de dados para múltiplos utilizadores e setores e criar novos modelos de negócios assentes na economia circular e inteligência hídrica. Este projeto teve início em setembro de 2020, tendo-se iniciado as atividades do Laboratório Vivo de Lisboa, nomeadamente o planeamento dos pilotos de demonstração de produção de água para fins alimentares, avaliação do risco da reutilização e modelação do cloro na rede de distribuição de água+.

Em 2020 deu-se continuidade aos projetos e estudos em curso, bem como se iniciaram outros estudos e projetos orientados para as linhas de inovação e investigação da AdTA. As diferentes iniciativas que se encontram em curso são os seguintes:

- **Projeto Metric4**: Trata-se de um projeto onde se aplica *machine learning* para o apoio à monitorização e otimização de processos em estações elevatórias. Durante o ano de 2020, procedeu-se a realização de um acordo de colaboração e deu-se início à Fase II do projeto, onde se pretende instalar estes sensores em Alcântara por forma a fechar um subsistema e assim começar o estudo de otimização da gestão de recursos na operação com base nestes sensores. Neste âmbito foram avaliados os locais para a instalação dos sensores;
- **Projeto AlerTA**: Este projeto que visa desenvolver um sistema de alarmística para infraestruturas críticas remotas e de pequenas dimensões, que inclui uma plataforma de gestão de alarmes de dispositivos *hardware* (AlerTA). Em 2020 foram instalados 20 dispositivos nas infraestruturas identificadas como críticas e ligados à plataforma AlerTA;
- **Projeto Data+**: Trata-se de uma plataforma web para apoio à decisão através da visualização de dados, cálculo de indicadores e produção automática de relatórios. Em 2020 procedeu-se ao desenvolvimento da plataforma web e de diversas funcionalidades, assim como foram realizados testes para implementação da plataforma em produtivo;
- **App DGA** - Aplicação móvel de gestão de ativos: Este projeto pretende apoiar as inspeções a infraestruturas e criar a respetiva base de dados com informação do local, estado de funcionamento e fotografia da ocorrência. Em 2020 deu-se início ao desenvolvimento da aplicação, incluindo o mapeamento da localização das infraestruturas e da validação dos menus da aplicação;
- **Projeto SMARTShop**: Este projeto tem como objetivo agilizar o processo de contratação através da elaboração das peças de procedimento numa plataforma web. Foram definidos os requisitos funcionais e não funcionais da solução e foi desenvolvido um protótipo da solução;
- **Projeto Clear Returns**: Este sistema consiste numa câmara de visão que avalia a qualidade dos retornos de uma centrífuga e comanda o funcionamento da respetiva bomba de floculante, através de um autómato dedicado. O sistema foi testado numa centrífuga da FA de São João da Talha para posterior análise custo-benefício da solução;
- **Reutilização de água+**: Durante o ano de 2020 deu-se continuação à empreitada do piloto de reutilização da FA de Alcântara e aos processos de avaliação do risco da reutilização e de licenciamento da produção nas FA de Beirolas e Alcântara. Adicionalmente, iniciaram-se estudos de comparação da rega de espaços verdes com água potável, água subterrânea e água+ no âmbito dos projetos MAARTE e Interreg CEMOWAS2;
- **Recuperação de fósforo**: Este projeto pretende potenciar os nutrientes libertados na digestão anaeróbia e reduzir os custos de manutenção associados à precipitação de estruvite em tubagens. Em 2020, procedeu-se à contratação de um piloto para recuperação de fósforo sob a forma de estruvite.

Outras atividades

Com o objetivo de dinamizar a cultura de inovação da AdTA, interna e externamente, bem como com vista à divulgação dos diversos trabalhos em curso e ainda da promoção do *networking* foram desenvolvidas várias atividades, com destaque para:

- Organização do Caminho da Inovação 2020 transmitido *online* nos dias 22, 23 e 24 de setembro e que contou com mais de 500 inscritos;
- Participação nas XI Jornadas de Engenharia, realizadas em outubro, com quatro apresentações orais e tendo ainda submetido uma candidatura ao prémio 100% inovação da AdP com o projeto de I&D+I "Desenvolvimento e implementação de algoritmo de otimização do consumo de energia em estações elevatórias";
- Participação na conferência *Urban Resilience in a context of climate change*, realizada em outubro com apresentação oral "Wet weather treatment lines as an adaptation measure for climate change events in Lisbon, Portugal", no âmbito do projeto RESCCUE;

- Participação no evento *Planetiers World Gathering* com duas apresentações online: "Inovação na AdTA, as linhas de investigação em curso" e "*Demonstration of Intelligent grid technologies for renewables Integration and Interactive consumer participation enabling Interoperable market solutions and Interconnected stakeholders*";
- Atribuição dos prémios "Desafio à Inovação" aos seguintes projetos: Capas 5 R'S da sustentabilidade e do ambiente; *ReLife - More Life to Energy*; e Otimização de filtros inteligentes para a recolha de hidrocarbonetos em águas oleosas;
- Participação no webinar sobre "Utilização de Águas Residuais na Agricultura" organizado pela Ordem dos Engenheiros, com a apresentação intitulada "Aplicações de reutilização de água de uma entidade gestor", que decorreu a 15 de julho.
- Preparação do resumo alargado "*Semi-quantitative health and water resources risk assessment of wastewater reuse*" para ser apresentado na conferência *Wastewater, Water and Resource Recovery Conference*, a realizar-se em 2021.

No âmbito do Centro de Inovação da Águas do Tejo Atlântico, S.A., foi necessário iniciar-se a revisão do documento estratégico para a sua constituição. Desta forma, em 2020 efetuaram-se contactos com outros centros de inovação para partilha de experiências.

No âmbito de candidaturas a novos projetos de I&D e Inovação, durante o ano de 2020 foram submetidas nove candidaturas a programas de financiamento, nomeadamente, quatro ao programa H2020, três ao programa P2020, uma ao programa EEA Grants e uma ao programa LIFE.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Eventos Posteriores ao Fecho

Em fevereiro de 2021 a AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A. declarou formalmente, junto do Conselho de Administração da AdTA, o seu compromisso de aquisição de todas as 2.521.433 ações próprias constantes do capital social inicial da AdTA, sem prejuízo do direito de preferência dos demais acionistas e após a necessária autorização da tutela, sendo que, na mesma declaração, expressa, tendo por base o seu enquadramento legal, que a AdTA se encontra excepcionada de apresentar nos seus capitais próprios uma reserva indisponível do montante daquelas ações próprias, tal como menciona a alínea b) do n.º 1 do artigo 324.º do Código das Sociedades Comerciais.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, e do Contrato de Concessão, a Comissão Executiva submeteu à ERSAR no dia 31 de janeiro, para aprovação, o valor do DRG inscrito nas presentes demonstrações financeiras.

Para além do exposto, não existem eventos subsequentes que justifiquem alterações ou divulgações adicionais nas demonstrações financeiras.

Cumprimento das Orientações Legais

1) Objetivos de Gestão (artigo 38.º do RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento

Objetivos de Gestão (artigo 38.º do RJSPE)

Os objetivos do Grupo AdP são determinados pelas políticas governamentais para o setor, através de orientações vertidas nos planos estratégicos aplicáveis às suas áreas de atuação, de orientações gerais emanadas através de despacho ministerial e por orientações específicas dos acionistas. Nos termos do regime jurídico do setor empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista por via indireta, define as orientações estratégicas.

Até à presente data, não foram fixadas as orientações estratégicas, os objetivos e os indicadores de gestão e as metas quantificáveis respetivas para o mandato 2020-2022, devendo a avaliação dos indicadores de gestão de 2020 do Conselho de Administração ser efetuada de forma qualitativa, na Assembleia Geral de aprovação de contas, onde também deverão ser aprovados os objetivos e indicadores de gestão para o presente mandato.

Sem prejuízo do exposto, o Conselho de Administração da Águas do Tejo Atlântico, S.A., atuou em 2020 em conformidade com as determinações legais vigentes e com as orientações de atuação que lhe foram transmitidas pela titular da função acionista e pela Tutela Setorial e Financeira, designadamente:

- Aprofundar a colaboração com os Municípios;
- Promover o desenvolvimento regional, na linha da opção política para o setor da água, compatibilizando-o com a elevação da eficiência e a sua natureza empresarial;
- Assegurar elevada eficiência, a partir do reforço da natureza empresarial e incentivo aos seus quadros, alinhando-o com os desafios do setor;
- Assegurar uma efetiva e participada gestão de mudança, atentos os antecedentes e os desafios de mudança em presença de natureza estrutural e cultural, como a criação do "Nós AdP" e da cultura "Águas do Tejo Atlântico", reforçando a cultura do Grupo Águas de Portugal e a identidade individual da empresa, respetivamente;
- Assegurar a gestão dos ativos, tendo como referência a norma ISO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos desafios das alterações climáticas e segurança;
- Assegurar um efetivo envolvimento da sociedade na implementação de medidas de proteção ambiental multisetoriais, nomeadamente as medidas necessárias para a resolução dos problemas dos efluentes agropecuários e agroindustriais;
- Capitalizar as competências e capacidades disponíveis para a implementação de projetos nacionais.

Plano de Atividades e Orçamento (PAO)

O PAO para 2020 foi inicialmente submetido à Tutela em outubro de 2019 e posteriormente reformulado e submetido à aprovação em maio de 2020, com pareceres do Órgão de Fiscalização (ROC e Conselho Fiscal), datados de 18 de maio de 2020 e de 19 de maio de 2020, respetivamente, e com aprovação em Assembleia Geral em 23 de junho.

O PAO de 2020 não obteve até à presente data despacho da Tutela, apresentando-se no quadro resumo o cumprimento das orientações legais constante do final do presente capítulo as respetivas execuções, tendo por base o documento proposto.

Da análise aos resultados da execução do ano de 2020, verifica-se que os Princípios Financeiros de Referência considerados no PAO2020 tiveram constrangimentos de diversa ordem, que passamos a explicitar:

Investimento

Quadro resumo de comparação do valor total do investimento realizado com o previsto em orçamento em 2020:

Investimento	PAO2020 (mEur)	Real2020 (mEur)	Desvio (mEur)	Observações
Empreitadas	23 388,6	13 218,2	10 170,4	Ver texto com justificações abaixo
Estudos e Projetos	1 449,3	742,5	-706,8	A falta de meios internos comprometeu o cumprimento dos valores de investimento planeados. Destaca-se também alguns estudos e projetos, com forte componente de trabalho no terreno, cuja execução ficou aquém do previsto.
Terrenos	321,9	360,0	38,1	Nada de relevante a assinalar.
Fiscalização	550,8	420,8	-130,0	O desvio é decorrente de menor execução física e financeira das empreitadas.
Assessorias	91,7	253,2	161,5	Verificou-se ser necessário realizar investimento associado a assessorias (topografia, prospeção geológica-geotécnica, acompanhamento arqueológico) acima do planeado.
Outros investimentos (1)+(2)+(3)+(4)	11 782,2	2 406,1	-9 376,1	
1. Aquisição de equipamento básico	8 244,7	214,2	-8 030,5	Investimento relativo a equipamento básico e equipamento administrativo cuja concretização teve de ser adiada devido aos constrangimentos da pandemia COVID-19.
2. Investimento associado a projetos de investigação e desenvolvimento	1 115,1	337,8	-777,3	Nada de relevante a assinalar.
3. Capitalização de gastos	1 168,3	1 004,3	-164,0	Nada de relevante a assinalar.
4. Outros	1 254,1	849,8	-404,3	Nada de relevante a assinalar.
Total	37 584,6	17 400,9	-20 183,7	

Pese o grande esforço por parte dos técnicos e dirigentes da empresa na preparação de novos estudos e procedimentos, na resposta aos pedidos de esclarecimento e às exigências das entidades licenciadoras e responsáveis pelas respetivas aprovações, o investimento teve uma execução inferior à do plano previsto para 2020, na ordem dos 46,30%, como consequência de vários fatores, designadamente:

- Vários procedimentos de empreitada que não receberam propostas, o que obrigou a rever as estimativas orçamentais, solicitação ao concedente e entidade reguladora de novas autorizações e ao relançamento dos procedimentos, motivando como tal um desvio significativo, quase cerca de um ano, na data de consignação;
- Falta de meios e disponibilidades internas, falta de mão-de-obra especializada, falta de projetistas conhecedores e de prestadores de serviço para a realização dos estudos e projetos e de empreiteiros disponíveis para a realização de obras complexas, muitas delas de remodelação de infraestruturas;
- Morosidade na obtenção de autorizações, pareceres e aprovações por parte das entidades competentes, prévias ao lançamento dos procedimentos;
- O complexo processo de contratação pública que obriga a mais de cem atividades desde o momento da abertura do procedimento até a publicitação da eficácia do contrato, aspeto que condiciona também o prazo e a eficiência da concretização dos investimentos;
- Morosidade na obtenção de licenciamentos na fase de obra (desvios de trânsito, ligações de energia elétrica), que condicionam a data de conclusão das empreitadas;
- Constrangimentos vários associados aos processos de expropriações e servidões necessárias para executar as empreitadas;
- A pandemia que afetou as empreitadas em curso devido aos constrangimentos colocados ao pessoal, nas deslocações, no alojamento e na alimentação, e até mesmo na movimentação nos locais das obras, assim como, constrangimentos à produção e ao transporte de materiais e de equipamentos. Estas circunstâncias causaram uma redução no rendimento da execução dos trabalhos, gerando atrasos nas obras e dilações na conclusão.

Do investimento total destaca-se:

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

Investimento Constante do PAO - Fichas de Acompanhamento dos Relatórios de Execução Trimestrais

Codificação	Investimento/Projeto	PAO2020 (mEur)	Real2020 (mEur)	Desvio (mEur)	Observações
TA-106	Conceção/Construção para a Beneficiação da ETAR de Beirólas - Fase I	2 200	2 713	513	O desvio positivo deve-se essencialmente à execução de trabalhos a mais que se manifestaram necessários no âmbito da empreitada e a revisão de preços provisória. Investimento em curso desde 2018.
TA-147 A	Beneficiação e Ampliação do Subsistema de Barfil	1 100	242	-858	A consignação apenas ocorreu em Junho 2020 o que justifica a menor execução financeira em 2020.
TA-219	Conceção/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Chelas - Fase I	1 694	0	-1 694	Verificou-se a impugnação administrativa da adjudicação, tendo o processo judicial ficado concluído em novembro de 2020.
TA-217 D	Conceção/Construção da Beneficiação do Aproveitamento de Biogás das Fábricas de Água de Beirólas, Frielas e S. João da Talha - PEPE	1 227	582	-646	A pandemia COVID-19 traduziu-se em constrangimentos no decorrer da obra, no que se refere ao pessoal do empreiteiro e à entrega de materiais e equipamentos.
TA-227	Conceção-construção da remodelação do sistema de arreamento e do espessamento de lamas da Fábrica da Água de São João Talha.	2 300	1 732	-568	A pandemia COVID-19 traduziu-se em constrangimentos no decorrer da obra, no que se refere ao pessoal do empreiteiro e à entrega de materiais e equipamentos.
	Total (I)	8 521	5 269	-3 252	

Investimento constante do PAO - Em curso a 31.12.2019

Codificação	Investimento/Projeto	PAO2020 (mEur)	Real2020 (mEur)	Desvio (mEur)	Observações
TA-099	Reabilitação de Descarregadores dos Subsistemas de Alcântara e Chelas - Fase I	638	686	48	Nada de relevante a assinalar.
TA-217 C	Conceção-construção da remodelação do sistema de extração de lamas das pontes dos decantadores secundários na Fábrica da Água de Frielas - P1 a P4 - PEPE	600	537	-63	Nada de relevante a assinalar.
TA-176 C	Melhorias das Condições de Segurança e Reparações em Infraestruturas Existentes	587	628	41	Nada de relevante a assinalar.
TA-125	Beneficiação do Sistema de Desinfeção por UV da Fábrica de Água de Alcântara.	436	244	-192	A pandemia COVID-19 traduziu-se em constrangimentos no decorrer da obra designadamente no que se refere à entrega de equipamentos.
TA-031	Construção dos Sistemas Elevatórios de Molede, Feteira, Roqueço Pequeno e Pena Seca	354	201	-153	Verificou-se que a execução financeira em 2019 foi superior ao previsto e tal refletiu-se em 2020.
TA-109	Execução dos Emissários Gravíticos e Sistemas Elevatórios do Subsistema da Ericeira Fase II (Sistema Elevatório S. Lourenço)	0	672	672	Parte do desvio positivo deve-se à execução de trabalhos a mais que se manifestaram necessários no âmbito da empreitada. Verificaram-se ainda condicionamentos na disponibilização dos terrenos e algumas das frentes de trabalhos estiveram condicionadas na época balnear, o que justificou que parte da execução física e financeira tenha sido realizada já no ano de 2020. O investimento já tem recepção provisória.
TA-121	Construção de Espaços de Armazenamento, Arquivo e Parque Exterior da ETAR de Alcântara.	0	124	124	Parte da execução física e financeira foi realizada no ano de 2020.
TA-210	Pavimentações na Área de Concessão da Águas do Tejo Atlântico	0	121	121	Parte da execução física e financeira foi realizada no ano de 2020.
-	Restantes investimentos	225	376	151	Nada de relevante a assinalar.
	Total (II)	2 840	3 588	748	

Investimento Realizado Não Constante do PAO

Codificação	Investimento/Projeto	PAO2020 (mEur)	Real2020 (mEur)	Desvio (mEur)	Observações
TA-007 TA-010	Construção do Sistema de Saneamento de Muxalaldeia Grande Construção do Sistema de Saneamento de Alcoentre	0	1 232	1 232	Investimento totalmente concluído. Resolução de processo litigioso previsto no Contrato de Concessão. O valor previsto no Contrato de Concessão correspondia a cabimentação eventual.
	Total (IV)		1 232	1 232	

Níveis de Endividamento

Manutenção do nível de endividamento, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 60.º da Lei n.º 2/2020, de 31 de março.

Eficiência Operacional

Gastos Operacionais sobre o Volume de Negócios (GOMN) – a variação do peso dos gastos operacionais no volume de negócios foi de 0,00 p.p., verificando-se o cumprimento da orientação legal.

Nos termos do n.º 1 do artigo 158.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, o valor dos gastos operacionais não está ajustado pela dedução do incremento remuneratório de 2020.

Conjunto de Encargos com Deslocações, Ajudas de Custo e Alojamento, e os associados à Frota Automóvel

Verificou-se uma diminuição dos gastos totais face ao previsto em orçamento e ao real de 2019.

No entanto, grande parte da variação positiva destes gastos tem subjacente o efeito da pandemia da COVID-19, devido às medidas restritivas à circulação e ao teletrabalho adotado por uma parte substancial de colaboradores da empresa. Os efeitos afetam diretamente estas rubricas que refletem por natureza a dinâmica da atividade. Ultrapassada a situação de pandemia, considera a Empresa vir a incorrer com gastos desta natureza em linha com anos anteriores e com as suas projeções de orçamento.

Conjunto dos Encargos com Contratação de Estudos, Pareceres, Projetos e Consultoria

A Empresa dispendeu com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria mais 574 euros, o que representa uma variação de 0,17% face ao valor previsto em orçamento.

A AdTA tem tido o cuidado de monitorizar as adjudicações e gastos relacionados com esta natureza. Contudo, em 2020 a sociedade teve de contratar pequenos valores não planeados relacionados com pareceres para registo de marcas, patentes e logotipos, tais como a "VIRA" e a "Biolamas+".

Número de Viaturas

Diminuição do número de viaturas face ao previsto em orçamento.

Verificou-se a diminuição de 1 viatura face às existentes em 2019, sendo diminuição temporária, na medida em que se trata de uma viatura cujo contrato terminou em 2020, e cuja efetivação da sua substituição só ocorrerá em 2021.

Está ainda em curso o processo de aquisição de 3 viaturas operacionais aprovadas no PAO de 2019, conforme Despacho n.º 1223/19 do SET, de 10 de outubro de 2019, que por vicissitudes administrativas de contratação ao nível do Grupo Águas de Portugal, agravadas pela situação vivida em 2020 com a Pandemia COVID 19, ainda não tornou possível concretizar a aquisição, estando a Empresa a recorrer a aluguer de curta duração para suprir essa necessidade.

Integrada na política do Grupo AdP e para satisfazer as respetivas necessidades em matéria de viaturas, assiste-se à condução de procedimentos contratuais em respeito pelas regras de contratação pública, sob a égide dos princípios da transparência, da igualdade e da concorrência. Os critérios de adjudicação que lhes estão inerentes privilegiam o valor económico dos contratos, tomando em consideração antecipadamente os respetivos gastos de exploração incluindo os encargos decorrentes do consumo de energia, das emissões de CO2 e das emissões poluentes, que se caracterizam como externalidades, incentivando os operadores económicos a serem mais eficientes neste contexto.

Neste sentido e integrado na política do Grupo, tem-se vindo a proceder à prorrogação dos contratos de AOV, nas situações em que tal opção seja possível, angariando o tempo necessário para o desenvolvimento de procedimentos pré-contratuais adequados para a substituição das viaturas com respeito pelo quadro regulamentar em vigor.

Em 2020 a AdTA detinha 20 viaturas 100% elétricas, no âmbito da política de mobilidade elétrica promovida em conjunto entre o Grupo Águas de Portugal e o Ministério do Ambiente e da Ação Climática.

Gastos com Pessoal

Retirando os efeitos das valorizações remuneratórias e do impacto da pandemia por COVID-19, a variação dos gastos com pessoal para o PAO 2020 é de -5,96%, verificando-se o cumprimento da orientação legal.

O valor dos gastos com pessoal incorrido com a pandemia por COVID-19 foi de 481 mil euros do total de 1.212 mil euros de gastos adicionais, que englobam FSE e gastos com pessoal.

2) Gestão do Risco Financeiro

As atividades da AdTA estão expostas a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado financeiro, risco de crédito, risco da contraparte e o risco de liquidez.

As atividades do Grupo AdP estão expostas a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado financeiro, risco de crédito, risco da contraparte e o risco de liquidez.

A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo AdP procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes da imprevisibilidade dos mercados financeiros, sendo esta gestão efetuada centralmente pela holding (AdP SGPS).

Adotando uma posição conservadora, e tendo em atenção a natureza dos ativos, o Grupo tem optado por contratar financiamentos de muito longo prazo, tendo dado particular ênfase aos financiamentos obtidos junto ao BEI, entidade parceira especializada em financiamento de investimentos de prazos significativos. Adicionalmente a AdP SGPS tem financiamentos externos de longo prazo, através de três emissões particulares de obrigações em 2007 e uma emissão particular de obrigações em 2016, entre os 10 e os 20 anos.

A política de gestão de risco de taxa de juro do Grupo AdP está orientada para uma redução da exposição dos *cash-flows* da dívida às flutuações do mercado da taxa de juro, através da escolha da modalidade de taxa fixa nos empréstimos junto do BEI.

No financiamento do investimento, a cobertura do risco de taxa de juro é sustentada pela obtenção de empréstimos de longo prazo com uma forte opção pelo regime de taxa fixa, a qual é obtida de forma natural pela inclusão do seu valor no cálculo da tarifa final.

No financiamento de curto prazo, e tendo em atenção que este se destina essencialmente a financiar dívida de clientes, a cobertura de risco é sustentada nas taxas utilizadas no cálculo dos juros cobrados aos clientes.

A maioria das linhas de financiamento de longo prazo existentes no Grupo AdP foi negociada antes de 2008 em condições que, sendo favoráveis na altura, atualmente se apresentam como uma significativa mais-valia em matéria de serviço da dívida.

O risco de liquidez tem sido minimizado pelo ajuste do tipo de financiamento ao ativo que se pretende financiar, destinando-se o financiamento de longo prazo a suportar o investimento e a componente permanente do fundo de maneiio e o financiamento de curto prazo às necessidades voláteis do fundo de maneiio.

Em aplicações de curto prazo e/ou em linhas de financiamento não utilizadas, o Grupo mantém facilmente disponibilizáveis montantes que lhe permite fazer face a situações inesperadas sem causar impacto na sua atividade diária.

Relativamente ao risco de crédito associado ao fornecimento de serviços e produtos a crédito, este depende do tipo de clientes a que os produtos do grupo se destinam. Assim, relativamente aos clientes de retalho (baixa), sendo o produto disponibilizado um bem essencial, podemos considerar que o risco de cobrança é reduzido. No caso do produto disponibilizado por grosso (alta) o risco assumido encontra-se relacionado com o "rating" dos clientes municipais, pelo que, considerando que estes são entidades públicas administrativas, o risco existente será mais associado com a dilação do prazo do que com a cobrabilidade deste. Tendo em atenção a questão da dilação do prazo, a AdP SGPS está a procurar solucionar a questão através da venda sem recurso a, ou através de, entidades financeiras.

Os excedentes financeiros decorrentes da atividade das empresas, são primeiramente utilizados para o financiamento das empresas do grupo numa lógica de gestão centralizada do grupo e o restante, juntamente com as aplicações contratuais decorrentes dos contratos de concessão são efetuadas junto à Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), sendo que o risco associado ao IGCP enquanto detentor dos excedentes do grupo é reduzido se atendermos que é o banco responsável pela gestão da tesouraria do Estado, acionista último do Grupo AdP.

Anos	2020	2019	2018	2017	2016
Encargos Financeiros (€)	6 440 711	7 898 592	8 178 038	9 766 285	na.
Taxa média de financiamento (%)	3,0%	3,5%	3,5%	4,0%	na.

3) Limite de crescimento do endividamento, nos termos definidos no n.º1 do artigo 60.º da Lei n.º 2/2020, de 31 de março (lei do Orçamento de Estado para 2020, retificada pela Lei 27-A/202, de 24 de julho, apurado nos termos da fórmula disposta no n.º4 do artigo 159.º do Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho (DLEO2019)

Passivo remunerado	2020	2019	Variação 2020/2019	
	Valores (€)		Valor	%
Financiamentos obtidos (correntes e não correntes)	213 068 654	223 289 326	10 220 672	-5%
- dos quais concedidos pela DGFT	-	-	-	-
Aumentos de capital por dotação	-	-	-	-
Aumentos de capital por conversão de créditos	-	-	-	-
Endividamento ajustado	-	-	-	-
Novos investimentos	0			

4) Evolução do Prazo Médio de Pagamento (PMP) a fornecedores, em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, e divulgação dos atrasos nos pagamentos ("arrears"), conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição

PMP	2020	2019	Variação 2019	
			Valor	%
Prazo (dias)	40	48	-8	-16,7%

Os atrasos nos pagamentos apresentam a seguinte distribuição:

Dívidas Vencidas	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 (€)			
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	4 202 218,57	7 848,96	45 533,28	1 921,29	12 069,18
Aq. de Capital	1 858 599,28	0,00	590,40	0,00	0,00
Total	6 060 817,85	7 848,96	46 123,68	1 921,29	12 069,18

Os valores apresentados em dívida há mais de um ano correspondem na sua totalidade a situações de divergência entre os valores encomendados e os valores faturados, e para os quais se aguarda da parte dos fornecedores por esclarecimento ou emissão de notas de crédito. A empresa tem pautado por cumprir a redução legal do PMP a que está acometida sendo estas situações casos pontuais que não consubstanciam atrasos de pagamento.

5) Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas

Na aprovação das contas do exercício de 2019 não foram feitas recomendações por parte do acionista para o ano de 2020.

Foi dado integral cumprimento às instruções recebidas no contexto do acompanhamento feito à gestão e atividade da sociedade.

6) Remunerações/ Honorários

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., deu cumprimento a todas as orientações sobre a política remuneratória, constantes da legislação em vigor aplicável ao Setor Empresarial do Estado, nomeadamente:

- Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro;
- Lei n.º 12 -A/2010, de 30 de junho;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro;

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março;
- Despacho SET 764/2012, de 25 de maio;
- Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro;
- Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro;
- Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro;
- Lei n.º 159-D/2015, de 30 de dezembro;
- Decreto-Lei n.º 253-A/2015, de 30 de dezembro;
- Decreto-Lei n.º 254-A/2015, de 31 de dezembro;
- Lei n.º 2/2020, de 31 de março;
- Decreto-Lei n.º 84/2019 de 20 de junho;
- Ofício Circular n.º 3653, de 26 de setembro de 2019.

As reduções remuneratórias são as indicadas no Quadro Resumo no final do capítulo, apresentando-se a restante informação conforme disposto no apêndice I das instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2020 – Ofício Circular SAI_DGTF/2021/174 – DPSE, de 12 de janeiro de 2021.

Mesa da Assembleia Geral

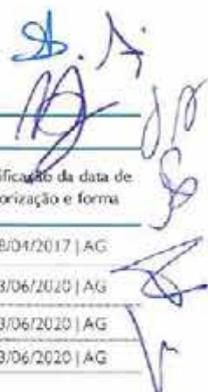
Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2020-2021	Presidente	Basilio Adolfo de Mendonça Horta da Franca	575,00	-
2020-2021	Vice-Presidente	Paulo Manuel Marques Fernandes	470,00	-
2020-2021	Secretário	Ana Cristina Rebelo Pereira	375,00	845,00 a)

a) Valor pago à Águas de Portugal-SGPS SA de acordo com a Ata da Comissão de Vencimentos de 23 de novembro de 2020

Conselho de Administração

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO ou Opção pela média dos últimos 3 anos				N.º de Mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Mensuração da data de autorização e forma	Entidade Pagadora (OD)	
2017 - 2019	Presidente executivo	Antonio Alberto Cortes-Reis Frazão	AG	28/04/2017	Não	-	-	-	1
	Vogal executivo	Gracia Maria Nobre Gualdino Dias Teófilo	AG	28/04/2017	Não	-	-	-	1
2017 - 2019	Vogal executivo	Hugo Filipe Ximbre Bento Pereira	AG	28/04/2017	Não	-	-	-	1
2017 - 2019	Vogal não executivo	Nuno Rafael da Conceição Bróca	AG	28/04/2017	na	na	na	na	1
2017 - 2019	Vogal não executivo	José Manuel da Costa Baptista Alves	AG	28/04/2017	na	na	na	na	1
2017 - 2019	Vogal não executivo	Armário Jorge Paulino Domingos	AG	04/08/2017	na	na	na	na	1
2020-2021	Presidente executivo	Ana Sofia Pereira da Silveira	AG	23/06/2020	Não	-	-	-	1
2020-2021	Vice-Presidente	Hugo Filipe Ximbre Bento Pereira	AG	23/06/2020	Não	-	-	-	2
2020-2021	Vogal executivo	Ana Margarida Soares Luís	AG	23/06/2020	Sim	EPAL	23/06/2020 / AG	D	1
2020-2021	Vogal não executivo	Simone Ferreira Pio	AG	23/06/2020	na	na	na	na	1
2020-2021	Vogal não executivo	Sónia Raquel Condiñha Pacifico	AG	23/06/2020	na	na	na	na	1
2020-2021	Vogal não executivo	José Manuel da Costa Baptista Alves	AG	23/06/2020	na	na	na	na	2
2020-2021	Vogal não executivo	Armário Jorge Paulino Domingos	AG	23/06/2020	na	na	na	na	2

(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem ou opção pela média dos últimos 3 anos - prevista no n.º 8 e 9 do artigo 28.º do EGP; indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

St. A.


Acumulação de Funções				
Membro do CA	Entidade	Função	Regime	Identificação da data de autorização e forma
Nuno Rafael da Conceição Brôco	AdP - Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A.	Diretor de Engenharia	Privado	28/04/2017 AG
Armando Jorge Paulino Domingos	Junta de Freguesia de Encosta do Sol	Presidente da Junta de Freguesia de Encosta do Sol	Público	23/06/2020 AG
Simone Ferreira Pio	AdP - Internacional, S.A.	Consultora	Privado	23/06/2020 AG
Sónia Raquel Conchinha Paçífico	AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A.	Diretora Financeira	Privado	23/06/2020 AG

EGP				
Membro do CA	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento mensal	Despesas Representação
António Alberto Corte-Real Frazão	S	B	4 864,34	1 945,74
Graça Maria Nobre Gualdino Dias Teixeira	S	B	3 891,47	1 556,59
Hugo Filipe Xambre Bento Pereira	S	B	3 891,47	1 556,59
Hugo Filipe Xambre Bento Pereira	S	B c)	4 377,90	1 751,16
Ana Sofia Pereira da Silveira	S	B	4 864,34	1 945,73
Ana Margarida Linares Luís	S	B	5 722,75	107,25
Nuno Rafael da Conceição Brôco	S	a)	-	-
José Manuel da Costa Baptista Alves	S	a)	-	-
Armando Jorge Paulino Domingos	S	a)	-	-
Simone Ferreira Pio	S	b)	972,87	-
Sónia Raquel Conchinha Paçífico	S	b)	972,87	-

- a) Os Administradores não executivos não auferem qualquer remuneração, de acordo com a Ata da Comissão de Vencimentos
b) Valor pago à Águas de Portugal-SGPS SA de acordo com a Ata da Comissão de Vencimentos de 23 de novembro de 2020.
c) Valor em vigor a partir de 23 de junho de 2020 de acordo com Ata de Comissão de Vencimentos de 23 de novembro de 2020.

Remuneração Anual (€)					
Membro do CA	Fixa ¹	Variável	Valor Bruto	Reduções	Valor Bruto
	(1)	(2)	(3)=(1)+(2)	Remuneratórias ² (4)	Final (5) = (3)-(4)
António Alberto Corte-Real Frazão	43 433,15	-	43 433,15	2 171,66	41 261,49
Graça Maria Nobre Gualdino Dias Teixeira	34 746,54	-	34 746,54	1 737,33	33 009,21
Hugo Filipe Xambre Bento Pereira	77 818,31	-	77 818,31	3 890,92	73 927,39
Ana Sofia Pereira da Silveira	47 784,62	-	47 784,62	2 389,23	45 395,39
Ana Margarida Linares Luís	42 586,41	-	42 586,41	2 129,32	40 457,09
Nuno Rafael da Conceição Brôco	-	-	-	-	-
José Manuel da Costa Baptista Alves	-	-	-	-	-
Armando Jorge Paulino Domingos	-	-	-	-	-
Simone Ferreira Pio	7 112,73	-	7 112,73	-	7 112,73
Sónia Raquel Conchinha Paçífico	7 112,73	-	7 112,73	-	7 112,73
			260 594,49	12 318,46	248 276,03

- (1) O valor da remuneração fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções).
(2) Redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)						
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros
	Valor / Dia	Montante pago / Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar Valor
António Alberto Corte-Real Frazão	7,14	812,52	SS	10 155,97	464,43	504,02	-
Graça Maria Nobre Gualdino Dias Teixeira	7,14	828,24	CGA	8 202,81	164,18	686,00	-
Hugo Filipe Xambre Bento Pereira	7,14	1 792,14	SS	18 311,00	1 287,76	1 372,05	-
Ana Sofia Pereira da Silveira	7,14	956,76	SS	11 295,02	193,54	480,41	-
Ana Margarida Linares Luís	7,14	956,76	SS	10 112,72	835,56	611,85	-
		5 376,42	-	58 107,32	3 245,78	3 654,33	-

S.S.

Handwritten initials and marks.

Membro do CA	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescentes
António Alberto Costa-Real Frazão	S	S	34 724,17	AOV	2018	2020	475,82	2 072,92	0
Grça Maria Nobre Gualdino Das Teóras	S	S	35 400,19	AOV	2018	2020	448,08	2 089,18	0
Hugo Filipe Xambre Bento Pereira	S	S	35 400,19	AOV	2018	2022	482,43	5 789,16	18
Ana Sofia Pereira da Silveira	S	S	34 724,17	AOV	2020	2022	478,82	2 872,92	18
Ana Margarida Linaret Luf	S	S	35 400,19	AOV	2020	2022	448,08	2 088,48	18

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras Identificar	Valor	Gasto total com viagens (2)
António Alberto Costa-Real Frazão	134,64	0,00	0,00			134,64
Grça Maria Nobre Gualdino Das Teóras	29,69	0,00	0,00			29,69
Hugo Filipe Xambre Bento Pereira	989,28	210,50	126,05			1 325,83
Ana Sofia Pereira da Silveira	154,62	80,50	0,00			235,12
Ana Margarida Linaret Luf	0,65	80,50	0,00			81,15
José Manuel da Costa Baptista Alves	892,79	80,50	0,00			973,29
	2761,67	452	126,05	0	0,00	2 779,72

Órgão de Fiscalização

Conselho Fiscal

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal (€)	N.º de Mandatos
			Forma (1)	Data		
2019 - 2021	Presidente	Armando José de Sousa Resende	AG	05/01/2019	1362,01	1
2019 - 2021	Vogal	Catarina Alexandra Carvalho Fins	AG	05/04/2019	1021,51	1
2019 - 2021	Vogal	Carlos Manuel Antunes Bernardes	AG	05/04/2019	1021,51	1
2019 - 2021	Suplente	Patrícia Isabel Sousa Caldeira	AG	05/04/2019	1021,51	1

Membro do Conselho Fiscal	Remuneração Anual (€)		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Armando José de Sousa Resende	19 068,15	953,41	18 114,74
Catarina Alexandra Carvalho Fins	14 300,78	715,04	13 585,74
Carlos Manuel Antunes Bernardes	-	-	-
Patrícia Isabel Sousa Caldeira	-	-	-
		1 668,45	31 700,48

Revisor Oficial de Contas - ROC

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Identificação SROC/SOC		Forma (1)	Data	Data do Contrato	Disignação	N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
			N.º de inscrição na OROC	N.º Registo na CHVM						
2019 - 2021	Eletivo SROC	ProteWaterhouseCoopers & Associados, Sociedade de Revisores de Contas, Lda.	183	20161165	AG	01/01/2019	02/08/2019		2	2
2019 - 2021	Representante SROC	João Rui Fernandes Ramos	1957	20160943	AG	01/04/2019	02/08/2019		2	2
2019 - 2021	Representante SROC	José Alves Bizarro Duarte	847	20200001	AG	27/06/2020	02/08/2019		2	2
2019 - 2021	Suplente SROC	Carlos José Figueiredo Rodrigues	1757	20161347	AG	01/04/2019	02/08/2019		2	2

Revisor Oficial de Contas	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços 2020 (€)			Identificação do Serviço	Valor Anual de Serviços Adicionais 2020 (€)		
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)		Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
ProteWaterhouseCoopers & Associados, SROC, S.A.	12 304,00	-	12 304,00		-	-	-

7) Aplicação do disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público, no que se refere:

a) À não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.

b) Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente ao reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

c) Ao valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet;

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa e ainda ao reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

Membro do CA	Gastos com Comunicações(€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
António Alberto Corte-Real Frazão	80,00	211,13	1 janeiro a 22 junho de 2020
Graça Maria Nobre Gualdino Dias Teóxima	80,00	296,82	1 janeiro a 22 junho de 2020
Hugo Filipe Xambre Bento Pereira	80,00	286,97	1 janeiro a 31 dezembro de 2020
Ana Sofia Pereira da Silveira	80,00	158,39	23 junho a 31 dezembro de 2020
Ana Margarida Linares Luís	80,00	133,31	23 junho a 31 dezembro de 2020
		1 086,62	

d) Ao valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço.

Membro do CA	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			
		Combustível	Portagens	Total	Observações
António Alberto Corte-Real Frazão	486,44	233,59	25,50	259,09	1 janeiro a 22 junho de 2020
Graça Maria Nobre Gualdino Dias Teóxima	389,15	326,17	34,75	360,92	1 janeiro a 22 junho de 2020
Hugo Filipe Xambre Bento Pereira	389,15	1 372,98	602,85	1 975,83	1 janeiro a 31 dezembro de 2020
Ana Sofia Pereira da Silveira	437,79	602,78	206,80	809,58	23 junho a 31 dezembro de 2020
Ana Margarida Linares Luís	389,15	458,13	273,40	731,53	23 junho a 31 dezembro de 2020
				4 136,95	

8) Aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e do artigo 11.º do EGP, que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais

A AdTA dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, assim como ao disposto no artigo 11.º do Estatuto do Gestor Público, não tendo realizado e/ou registado quaisquer despesas não documentadas ou confidenciais.

S.A.
A
10
80
K

9) Elaboração (de três em três anos) e divulgação de relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens conforme determina a Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março

Em cumprimento do previsto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a AdTA promoverá, divulgará internamente e disponibilizará no sítio da internet, a informação relativa às remunerações pagas a mulheres e homens, através do seu relatório anual de sustentabilidade, na Simbiose dos Colaboradores, no Princípio "Valorizamos a relação com os colaboradores", no Compromisso "Comprometemo-nos a garantir a igualdade de oportunidades e a promover o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional.

10) Elaboração e divulgação do Plano de Gestão de Risco e Infrações Conexas e do Relatório anual onde é indicado o grau de implementação das medidas elencadas no Plano tendo em consideração as Recomendações do Conselho de Previsão da Corrupção, designadamente a Recomendação do referido Conselho, datada de 1 de julho de 2009

A empresa adotou desde 2017 um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, também disponível na intranet e internet na página da AdTA: <https://www.aguasdoetejoatlantico.adp.pt/content/plano-de-gestao-de-riscos-de-corrupcao-e-infracoes-conexas>

Tem como objetivos identificar as áreas que potencialmente poderão ser mais sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como os riscos daí decorrentes e os controlos instituídos pela empresa visando a sua mitigação.

O Plano pretende também reforçar a cultura da empresa e dos respetivos colaboradores no que respeita a comportamentos éticos e boas práticas no relacionamento comercial com clientes, fornecedores e demais entidades. Compreendendo toda a empresa, este Plano dá cumprimento à recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), de 1 de julho de 2009.

No sentido de observar o previsto no n.º1 do artigo n.º46 do Decreto-Lei (DL) n.º133/2013, de 3 de outubro, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a AdTA procede à avaliação anual do PGRCIC em vigor na empresa, elaborando um relatório onde se incluem as conclusões sobre as ocorrências identificadas ou, risco de ocorrências e outros factos mencionados na alínea a) do n.º1 do artigo n.º2 da Lei n.º54/2008 de 4 de setembro, nomeadamente:

"a) ... informações relativas à prevenção da ocorrência de factos de corrupção ativa ou passiva, de criminalidade económica e financeira, de branqueamento de capitais, de tráfico de influência, de apropriação ilegítima de bens públicos, de administração danosa, de peculato, de participação económica em negócio, de abuso de poder ou violação de dever de segredo, bem como de aquisições de imóveis ou valores mobiliários em consequência da obtenção ou utilização ilícitas de informação privilegiada no exercício de funções na Administração Pública ou no sector público empresarial".

Por forma a garantir o cumprimento do definido no n.º2 do n.º46 do Decreto-Lei (DL) n.º133/2013, de 3 de outubro, o relatório anual é publicitado no sítio de Internet da AdTA e remetido à Unidade Técnica (UTAM).

Registe-se ainda que em 2019, a empresa, subscreeveu a Campanha Portuguesa Anticorrupção que vem responder ao *Call to Action* Anticorrupção, lançada pelo *United Nations, Global Compact*, que incentiva o setor empresarial a promover a tomada de medidas de transparência, integridade e boa governação por parte dos Governos, promovendo assim, a adoção do seu Princípio 10, de acordo com o qual "as organizações devem combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo, extorsão e suborno".

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., e o Grupo AdP reforçam assim, o compromisso assumido relativo ao combate à corrupção e ao empenho em desenvolver e adotar estratégias de promoção da integridade e do desenvolvimento sustentável e a criação de uma sociedade mais justa e equilibrada.

11) Contratação Pública

O Grupo AdP assegurou, através da AdP Serviços, até 31 de julho de 2020 e através da AdP SGPS a partir de 1 de agosto de 2020, a centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços, por forma a contribuir para a captação de sinergias nos processos de compras das empresas, bem como para a disseminação das melhores práticas.

O potencial de captação de valor decorrente de sinergias e economias de escala conseguidas através da centralização de compras de determinadas categorias como energia, comunicações, seguros, reagentes, viaturas, etc., leva à criação e a captação de valor, da qual resulta à obtenção de ganhos financeiros e à redução de custos.

A evolução da função compras no Grupo AdP para um modelo mais integrado, com a definição de novas categorias centralizadas têm levado a uma maior capacidade de planeamento transversal e à implementação de novos processos transversais associados ao planeamento e gestão da função compras, por categorias alicerçados pelo conhecimento mais profundo nas necessidades das empresas.

Na sequência da reorganização do centro corporativo, nos termos expressamente autorizados por despacho da Tutela Setorial a partir de 1 de agosto de 2020 a Direção de Compras, Jurídica e Sistemas de Informação da AdP Serviços passaram a integrar a estrutura organizacional da AdP SGPS.

Assim, foi estabelecido um modelo relacional entre a AdP SGPS e as empresas participadas do Grupo AdP, em moldes similares ao existente até à data com a AdP Serviços, nos termos do qual a AdP SGPS assegura a disponibilidade de contratação de um conjunto diferenciado de bens e serviços às empresas, cuja contratação se mantém através da Direção de Compras.

A existência desta estrutura interna no Grupo, a 31 de dezembro de 2020, assegurada diretamente pela AdP SGPS, permite tirar partido da escala e sinergias angariadas pelo universo do Grupo e com isso obter condições contratuais mais atrativas para este conjunto de empresas, ao mesmo tempo que as liberta da necessidade de tramitarem procedimentos de contratação autónomos, com a inerente carga administrativa e financeira associada, acrescentando valor à sua atividade.

Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, se revestem de assinalável complexidade técnica, atendendo à sua especificidade, designadamente os seguros, energia, reagentes químicos e materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

Foi desenvolvido um trabalho exaustivo no sentido de uniformizar procedimentos ao nível das empresas e garantir a observância de requisitos legais e de orientações internas relativas a procedimentos de contratação pública ao abrigo do Regime Geral, em face das alterações introduzidas ao CCP pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, no sentido de preparar um guião, designado manual de contratação, que oriente os seus utilizadores na interpretação e aplicação das mais importantes inovações trazidas por esta revisão legislativa e incorporando toda a "aprendizagem" do Grupo ao longo destes 10 anos em matéria de contratação pública.

Em articulação com o guião indicado no parágrafo anterior, foi desenvolvido também um manual de compras, que visa sistematizar o papel de cada um dos intervenientes no processo de compras, potenciando uma visão integrada e abrangente, partilhando os mesmos conceitos, uniformizando as ferramentas utilizadas, as designações, procedimentos internos e cooperação para o desenvolvimento sustentado dos processos de aquisição.

No ano de 2020 foram sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas os seguintes contratos:

Contratos de Prestação de Serviços

de recolha transporte e envio a destino final de lamas de Fábricas de Água produzidas na Águas do Tejo Atlântico

LOTES		Valor (MEur)
LOTE I – Fábrica de Água de Alcântara	Terra Fértil - Gestão e Valorização de Resíduos, S.A.	6,8
LOTE II – Fábrica de Água da Guia	Blueotter Circular, S.A.	2,8
LOTE III – Fábricas de Água de Beirolos e Chelas	Terra Fértil - Gestão e Valorização de Resíduos, S.A.	2,1
LOTE IV – Fábricas de Água de Frielas e Bucelas	Terra Fértil - Gestão e Valorização de Resíduos, S.A.	1,4
LOTE V – Fábricas de Água de Alverca, São João da Talha e Vila Franca de Xira	Terra Fértil - Gestão e Valorização de Resíduos, S.A.	1,3
LOTE VI – Fábricas de Água de Mafra	Terra Fértil - Gestão e Valorização de Resíduos, S.A.	1,0
LOTE VII – Fábricas de Água da Região Norte - Parcela I	Ferrovial Serviços, S.A.	2,0

12) Adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

As empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014 na qualidade de entidades compradoras voluntárias. Desde então foram conduzidos procedimentos de contratação pública, com recurso ao SNCP abrangendo diferentes acordos quadro, nomeadamente:

- Papel e economato;
- Vigilância e segurança;
- Combustíveis rodoviários;
- Veículos automóveis e motocicletas;
- Licenciamento de software e serviços conexos;
- Higiene e Limpeza.

É ponderado o recurso a este figurino jurídico, quando validada a correspondência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela AdP Serviços, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo assim à AdP Serviços uma gestão mais eficiente dos seus recursos.

13) Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais previstas no artigo 158.º do DLEO 2019, justificando detalhadamente o não cumprimento das orientações e objetivos definidos.

No exercício de 2020 a AdTA manteve o peso dos gastos operacionais no volume de negócios conforme se apresenta no quadro seguinte.

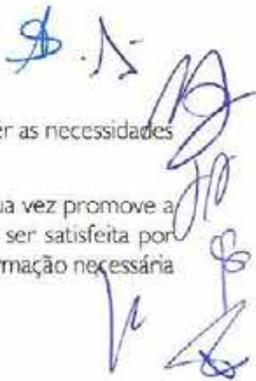
PRC	2020 Exec.	2020 Orç.	2019 Exec.	2018 Exec.	2020/2019	
					Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA ajustado	38 167 274,74	39 747 240,82	41 458 093,55	43 634 045,68	-3 290 818,81	-7,5%
(1) CHVPSC	3 296 143,96	3 145 207,68	3 132 269,83	2 822 533,85	163 874,13	5,8%
(2) FSE	30 135 850,89	28 908 304,90	27 502 499,66	25 573 175,30	2 633 351,23	10,3%
(3) Gastos com o pessoal	11 272 892,63	11 440 332,37	10 842 321,59	10 089 824,50	430 571,04	4,0%
(3a) Indemnizações pagas por rescisão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
(3b) Matrizações em unidades	86 134,78	55 687,50	53 047,47	0,00	32 287,31	60,9%
(3c) Impacto da adaptação do IRCT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
(4) Gastos com o pessoal para efeitos do ajustamento da eficiência operacional (3.3a-3c)	11 186 757,85	11 384 644,87	10 788 474,12	10 089 824,50	398 283,73	3,7%
(5) Impactos da pandemia por COVID-19 nos Gastos Operacionais (CHVPSC, FSE e G. Pessoal)	1 211 778,80	0,00	0,00	0,00	1 211 778,80	-
(6) Gastos Operacionais para efeitos do ajustamento da eficiência operacional = (3)+(4)-(5)	43 406 973,90	43 438 157,45	41 423 243,61	38 485 533,65	1 983 730,29	4,8%
(7) Volume de negócios (VNB)	83 460 019,07	83 855 327,60	83 215 482,86	82 263 817,07	244 536,21	0,3%
(7a) Perda de receita decorrente da pandemia por COVID-19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
(8) Volume de negócios para efeitos do ajustamento da eficiência operacional = (7)+(7a)	83 460 019,07	83 855 327,60	83 215 482,86	82 263 817,07	244 536,21	0,3%
(9) Peso dos Gastos/VN = (6)/(8)	52,01%	51,80%	49,78%	46,78%	2,23 p.p.	-
(a) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	62 428,50	153 224,00	123 750,68	136 850,85	-61 322,18	-49,6%
(b) Gastos com Ajuda de custo (G.c/ Pessoal)	1 225,85	12 176,00	9 105,81	9 619,55	-7 879,96	-86,5%
(c) Gastos associados à frota automóvel	728 875,27	813 877,00	756 693,69	754 710,41	-27 818,62	-3,7%
(10) Total = (a) + (b) + (c)	792 529,62	979 277,00	889 550,18	901 180,81	-97 020,56	-10,9%
(11) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	105 646,45	105 472,00	105 072,54	17 525,88	573,91	0,5%
Número Total de FTE (OB+CD+Trabalhadores)	380	400	378	372	2	0,5%
N.º Órgãos Sociais (OS)	10	10	9	9	1	11,1%
N.º Cargos de Direção (CD)	7	6	6	6	1	16,7%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	363	384	363	357	0	0,0%
N.º Trabalhadores/N.º CD	52	64	61	60	-9	-14,3%
N.º de veículos	143	147	144	144	-1	-0,7%

(1) O número de Órgãos Sociais corresponde aos Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Nos termos do artigo 158.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, o valor do GOMN é de 52,11%, uma vez que, de acordo com aquele diploma, este indicador não é ajustado pelas rubricas de gastos com indemnizações, gastos decorrentes do ACT.

14) Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria – indicação do modo como foi dado cumprimento ao disposto no n.º 7 do artigo 49.º do DLEO 2019

A Comissão Executiva da AdP SGPS aprovou o modelo de relacionamento abaixo discriminado, para dar cumprimento às formalidades que precedem a decisão de contratar serviços externos cujo objeto consista em estudos, pareceres, projetos e consultoria por parte das empresas do Grupo AdP:

- 
1. Cada empresa deverá assegurar que não tem capacidade interna, através de recursos próprios, para satisfazer as necessidades aquisitivas em apreço;
 2. Verificada a condição (1), é submetido o pedido à Direção de Compras e Logística da AdP SGPS que por sua vez promove a auscultação interna a todas as empresas do Grupo AdP, no sentido de avaliar se aquela necessidade pode ser satisfeita por outra empresa que se encontre em relação de grupo, fixando um prazo de resposta e disponibilizando a informação necessária para a tomada de decisão informada por parte de todos os intervenientes;
 3. Vencido o prazo fixado em (2) e na ausência de resposta positiva por parte das empresas do Grupo AdP:
 - a. Caso o objeto do contrato a celebrar não se enquadre nos serviços preconizados no n.º2 do artigo 49.º do DL 84/2019 de 28 de junho, a Direção de Compras e Logística da AdP SGPS submete o pedido junto da PARPÚBLICA, para que aquela entidade possa avaliar a elegibilidade da satisfação da necessidade aquisitiva por via dos seus recursos próprios, ou de outras empresas também em relação de Grupo, fixando um prazo de resposta;
 - b. Caso o objeto do contrato a celebrar se enquadre nos serviços preconizados no n.º2 do artigo 49.º do DL 84/2019 de 28 de junho, a Direção de Compras e Logística da AdP SGPS informa a empresa quanto à impossibilidade de satisfazer a necessidade aquisitiva através dos recursos das empresas do Grupo AdP, para que procedam respetivamente à colocação do pedido junto da PARPÚBLICA, na página da internet disponibilizada para o efeito.

Não havendo manifestação de disponibilidade, ficam reunidas as condições necessárias para envidar um procedimento de contratação pública, ficando demonstrada a impossibilidade de satisfação das necessidades aquisitivas assinaladas, através de recursos próprios ou de empresas que se encontrem em relação de grupo.

15) Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro, artigo 160.º da LOE2020 e artigo 115.º do DLEO2019)

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam e da prestação de serviços técnicos de administração e gestão, constitui-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das empresas do Grupo AdP abrange num conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente, como objetivo final, o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

Nesse sentido:

- Acompanhou as empresas na sua relação com o Fundo de Coesão de forma a facilitar o acesso a estes apoios comunitários;
- Encetou negociações, logo em 1997, com o BEI com o objetivo de financiar os projetos associados à primeira fase, tendo concretizado uma linha de 167 milhões de euros;
- Em 2000 iniciou um novo processo negocial com o BEI para os investimentos associados à segunda fase, que culminou na concessão de três linhas de financiamento (concretizadas entre 2005 e 2009), no montante total de 1.472 milhões de euros;
- Em 2017 assinou uma linha de financiamento com o BEI de 220 milhões de euros a 25 anos para fazer face a investimentos a efetuar nas empresas existentes, a decorrer até 2021, sem o suporte de uma garantia, seja do Estado seja do sistema bancário.
- Dado que as linhas do BEI e o apoio do Fundo de Coesão não se revelavam suficientes para o financiamento da totalidade da carteira de projetos, a AdP SGPS acedeu aos mercados externos, permanecendo ainda três emissões de obrigações com colocação privada em 2007 a 15 e 20 anos e, em 2016, a uma emissão obrigacionista a 12 anos, num total de 675 milhões de euros;

Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais e parcerias na componente relativa ao investimento e fundo de maneio dos primeiros anos de operação.

A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais está relacionada com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir de forma coesa e coerente as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas financeiros que o País atravessou. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS centralizou também a negociação com o

sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade dos bancos individualmente poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de custos quer em termos de crédito.

O facto da AdP SGPS gerir centralizadamente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo AdP aplica os seus excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, junto da IGCP, bem como tem vindo a transferir a atividade operacional do sistema bancário para o IGCP.

	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
RST	10 751,03	15 784,33	15 760,63	17 239,93
BPI	1 122 551,44	1 380 528,30	200 871,05	305 133,37
CGD	531 533,76	521 477,20	637 456,64	653 848,64
Novo Banco	227 882,29	164 579,81	86 410,76	31 412,09
Bankinter	10 644,36	10 644,36	23 880,82	23 802,82
BBV	11 099,05	10 579,00	10 016,95	9 459,71
BCP	10 492,40	10 439,60	10 439,60	10 439,60
Total	1 924 954,33	2 114 032,60	984 836,45	1 051 336,16
Juros auferidos	0,00	0,00	0,00	0,00

16) Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas e o respetivo resultado

Não foram feitas recomendações pelo Tribunal de Contas dirigidas à empresa nos últimos três anos.

17) Elaboração e divulgação do Plano para a Igualdade (anual), conforme determina o artigo 7.º da Lei n.º62/2017, de 1 de agosto, e indicação do cumprimento da obrigação de comunicação às Comissões competentes, nos termos conjugados do artigo 3.º e do n.º3 do artigo 6.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho

A empresa procedeu à elaboração do Plano para a Igualdade para 2021 e à respetiva comunicação às entidades competentes, bem como à divulgação do mesmo na página de internet da empresa, em <https://www.aguasdoatejoatlantico.adp.pt/content/igualdade-de-genero>

18) Elaboração e divulgação da demonstração não financeira, prevista nos artigos 66.º-B ou 508.º-G do CSC, contendo, no mínimo, a informação indicada nos n.º2 dos mencionados artigos

A empresa não está sujeita à elaboração da demonstração não financeira prevista nos termos legais suprarreferidos, mas apresenta nos capítulos de Sustentabilidade e de Capital Humano deste Relatório de Gestão informação sobre questões ambientais e questões relativas a trabalhadores.

19) Informação que se encontrava divulgada a 31 de dezembro de 2020 no sítio da internet do SEE (portal da DGTF)

Conforme orientações da DGTF a AdTA não divulga informação no sítio do SEE na internet em virtude de não ser participada diretamente pelo Estado.

Quadro Resumo do cumprimento das orientações legais

Para efeitos de sistematização da informação, apresenta-se de seguida o quadro resumo do cumprimento das obrigações legais

COI - Cumprimento das Orientações legais 2020	Cumprimento S/N/A	Quantificação/Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
Objetivos de Gestão			
Objetivos de gestão para o mandato 2020-2022 por definir	NA	-	Ponto 1 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Metas a atingir constantes no PAO 2020			
Princípios Financeiros de Referência			
Investimento	S	46,3%	Ponto 1 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Níveis de endividamento	S	0,00 p.p.	Ponto 1 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Eficiência operacional / Gastos operacionais / Volume de negócios (GQ/VN)	S	0,00 p.p.	Ponto 1 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Conjunto de encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel	S	-19,1%	Ponto 1 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Conjunto dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	N	0,2%	Ponto 1 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
N.º de viaturas	S	-2,7%	Ponto 1 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Gastos com pessoal total	S	-1,7%	Ponto 1 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Gastos com pessoal ceduidos dos impactos da pandemia COVID-19	S	-5,7%	Ponto 1 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Grau de execução do orçamento carregado no SGO/SOE	NA	-	-
Gestão do Risco Financeiro	S	3,5%	Ponto 2 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Limites de Crescimento do Endividamento	S	-6,6%	Ponto 3 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Evolução do PMP a fornecedores	S	-16,2%	Ponto 4 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	S	-71,0%	Dívida vencida 2020=68m€, 2019=235m€. Ponto 4 do COI
Recomendações do acionista na última aprovação de contas	NA	-	Não foram emitidas recomendações
Remunerações			
Não atribuição de prémios de gestão	S	-	-
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2020	S	12.318,46 €	Reduções remuneratórias efetuadas em 2020
Fiscalização (CF/ROC/RJ) - reduções remuneratórias vigentes em 2020 (se aplicável)	S	1.668,45 €	Reduções remuneratórias efetuadas em 2020
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2020 (se aplicável)	NA	-	A Empresa não tem Auditor Externo
EGP - artigo 32.º e 33.º do EGP			
Não utilização de cartões de crédito	S	-	Os membros do CA não dispõem de cartão de crédito
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S	-	Não ocorreram reembolsos de despesas de representação pessoal
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S	-	Ponto 7 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S	-	Ponto 7 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Despesas não documentadas ou confidenciais- n.º 2 do artigo 16.º do R/SPE e artigo 11.º do EGP			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S	-	Não ocorreram despesas não documentadas ou confidenciais
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações, pagas a mulheres e homens	N	-	Ponto 9 do capítulo "Cumprimento das orientações legais" https://aguardotejoatlantico.pt/conten/plano-de-gestao-dei-soc-de-zemigiao-e-infracoes-conexas
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção	S	-	-
Contratação Pública			
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S	-	Ponto 11 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	NA	-	-
Contratos submetidos a veto prévio do TC	S	7	Ponto 11 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	S	-	Ponto 12 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	N	-	Ponto 13 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria (artigo 49.º do DLEO 2019)	N	-	Ponto 14 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)			
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	98,91%	Porcentagem de meios junto do IGCP a 31/12/2020
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	1.051.336 €	Ponto 15 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Juros auferidos em incumprimento da LITE e entregues em Receita do Estado	NA	0,00 €	Ponto 15 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Auditorias do Tribunal de Contas			
Recomendações	NA	-	-
Elaboração do Plano para a igualdade conforme determina o art.7.º da Lei 62/2017, de 1 de agosto	S	-	Ponto 17 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Apresentação da demonstração não financeira	NA	-	Ponto 18 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"

Águas do Tejo Atlântico
Relatório dos Administradores
Não Executivos sobre o
desempenho dos
Administradores Executivos

S. A.
10
10
10
10
10

S. A.
do S
A
A

Relatório dos administradores não executivos sobre o desempenho dos administradores executivos

1. Introdução

Nos termos do n.º 8 do artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais, e no âmbito das nossas competências de vigilância geral sobre a atuação dos administradores com funções executivas, é emitido o presente relatório sobre o desempenho dos mesmos, durante o exercício de 2020.

2. Atividade

Nos termos da Lei, e das competências que o Estatuto do Gestor Público determina, e de outras atribuições decididas pelo conselho de administração, acompanhamos a gestão da empresa e o desempenho dos administradores executivos.

As nossas funções foram exercidas com independência, sendo nosso juízo, no que se refere aos administradores executivos, livre e incondicionado.

3. Parecer

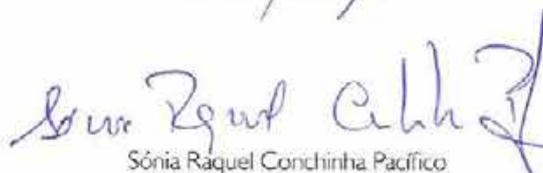
Face ao acima exposto, nada chegou ao nosso conhecimento que inviabilize uma apreciação positiva do desempenho global dos administradores executivos, salientando a sua preocupação em auscultar as nossas opiniões e juízos de valor sobre as ações de gestão, adotando em muitas ocasiões os conceitos das nossas intervenções mais relevantes, tendo em vista um melhor rigor na gestão da empresa.

Lisboa, aos 24 de fevereiro de 2021

Os Administradores Não Executivos



Simone Ferreira Pio



Sónia Raquel Conchinha Pacífico



José Manuel da Costa Baptista Alves



Armando Jorge Paulino Domingos

Perspetivas futuras

Para o futuro a AdTA recentra prioridades, definindo um conjunto de objetivos alinhados com o Quadro Estratégico de Compromisso do Grupo AdP.

Este Quadro Estratégico de Compromisso define as linhas gerais de orientação estratégica, em três eixos fundamentais: a cultura de grupo com foco nas pessoas e na organização, a excelência de serviço com foco no cliente e no utilizador e a utilidade social com foco no ambiente e na sociedade, que englobam 12 desafios estratégicos, materializados num programa de atuação para o triénio 2020-2022.

No respeito pelos valores do quadro estratégico foram definidas prioridades, atendendo às características do serviço prestado, ao grau de maturidade do sistema, ao estado de desenvolvimento da empresa e às condicionantes das circunstâncias atuais.

“JUNTOS, com o mesmo Rumo!”

Este é o lema com que a AdTA perspetiva avançar e consolidar o futuro priorizando para 2021:

- **Investir nas Pessoas**, com uma diversidade de medidas que passam pelo reforço das equipas internas e pela implementação do processo de reclassificações, ambas sujeitas a aprovação da tutela. Efetuar contratações pontuais de equipas externas para colmatar as necessidades mais prementes de recursos, apostar na formação e qualificação das pessoas com o reforço da abrangência da formação, adotando um processo de gestão de carreiras que permita a progressão e o desenvolvimento acompanhado pela implementação do processo de avaliação de desempenho com base em objetivos claros e mensuráveis;
- **Melhorar as condições de segurança e proteção dos trabalhadores**, dotando os trabalhadores e as infraestruturas de condições de segurança adequadas com reforço de sinalética, EPI's e formação, minimizando a exposição a riscos e dando continuidade ao investimento em processos de segurança;
- **Melhorar a organização interna**, concluindo o processo de reestruturação orgânica iniciado em finais de 2020 através da revisão do manual de funções, essencial à definição das atribuições e articulação das áreas funcionais, e do descritivo funcional, indispensável ao conhecimento das funções, tarefas e responsabilidades acometidas a cada trabalhador. Melhorar a articulação entre áreas, garantindo maior fluidez da informação dentro de estrutura visando um desempenho mais eficaz das equipas. Apostar na cultura de gestão de risco para enfrentar os cenários de instabilidade que as mudanças políticas e de governança, as alterações legislativas regulamentares e regulatórias e as crises económicas e de saúde pública geram e estar preparada para reagir;
- **Adotar uma política efetiva de gestão de ativos**, assegurando uma avaliação efetiva de riscos dos ativos com planeamento dos investimentos de acordo com a matriz de riscos, ponderando o equilíbrio entre risco, custo e desempenho. Proceder à revisão do contrato de concessão e do estudo de viabilidade económico-financeira, já prevista contratualmente para ocorrer em 2021, para garantir a adequação às necessidades efetivas de investimento e de custos de exploração do sistema. Adotar uma cultura preventiva e proativa em detrimento de reativa;
- **Melhorar a qualidade de serviço**, garantindo o cumprimento das licenças de descarga e criando mecanismos para reduzir o grau de aflúncias pluviais e industriais indevidas. Reforçar a manutenção preventiva e reduzir a necessidade de manutenção curativa. Programar e articular ações, garantindo a funcionalidade das infraestruturas. Aumentar a taxa de execução do investimento. Assegurar a resiliência das infraestruturas implementando projetos de melhoria de desempenho, eficiência operacional e de resiliência do sistema;
- **Aprofundar o conceito das Fábricas de Água**, apostando em projetos no âmbito da economia circular e de ação climática tais como os projetos de água reciclada, valorização de lamas e neutralidade energética com análise transversal dos respetivos desempenhos económico-financeiros;
- **Apostar na inovação**, implementando o SIMPLEX na AdTA através da simplificação da gestão operacional e da gestão administrativa dos processos e garantindo a necessária modernização com vista à eficiência e eficácia dos sistemas.

S. N.

Considerações finais

É com satisfação que o Conselho de Administração da AdTA encerra o quarto ano civil de atividade da sociedade.

Justifica-se, nesta circunstância, um agradecimento a todos quantos, direta ou indiretamente, contribuíram para que a AdTA honrasse a sua missão e cumprisse os seus objetivos de bem servir.

A todos os Colaboradores da AdTA cujo empenho, esforço, dedicação e profissionalismo constituíram a base do sucesso alcançado pela Empresa, num cenário de exigência, em que tiveram de inovar e fazer sempre melhor de forma eficiente e sustentável.

Por outro lado e não menos importante, gostaríamos de manifestar o nosso profundo reconhecimento:

- Ao Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática, à Senhora Secretária de Estado do Ambiente e à sua equipa Ministerial pelo interesse e apoio sempre manifestados;
- À Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, pela importante colaboração prestada;
- Aos Acionistas Águas de Portugal e Municípios, pelas orientações recebidas e pelo empenho, confiança e apoio patentes, aos respetivos Dirigentes e técnicos cuja colaboração foi muito importante para o crescimento da Águas do Tejo Atlântico, S.A.;
- Aos Membros da Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Revisor, pela forma como acompanharam a atividade da AdTA;
- Às Entidades Gestoras do serviço de saneamento operando na área geográfica de intervenção da AdTA, pelo bom relacionamento e boa articulação técnica evidenciados;
- Aos Prestadores de Serviços, Consultores, Fornecedores, Projetistas, Empreiteiros e demais Organizações que trabalharam com a AdTA e cuja atividade concorreu para o bom desempenho da sociedade; e,
- De uma forma geral, a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para o sucesso da AdTA, para que pudessem ser alcançados os objetivos definidos.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the letters 'S.D.' and 'A.P.'.

Proposta de aplicação de resultados

Nos termos dos Estatutos da Águas do Tejo Atlântico, S.A., o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2020, no montante de 3.735.124,82 € (três milhões, setecentos e trinta e cinco mil, cento e vinte e quatro euros e oitenta e dois cêntimos), apurado conforme explicitado na nota 43 das demonstrações financeiras (remuneração acionista), tenha a seguinte distribuição:

- **186 756,24 euros** (cento e oitenta e seis mil, setecentos e cinquenta e seis euros e vinte e quatro cêntimos), para constituição da Reserva Legal;
- **3 548 368,58 euros** (três milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, trezentos e sessenta e oito euros e cinquenta e oito cêntimos), para distribuição de Dividendos.

Anexo ao relatório

Nos termos do n.º 4 do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais apresenta-se a lista de acionistas à data de 31 de dezembro de 2020.



	Capital Subscrito			Capital Social Realizado
	Total de Ações Subscritas (n.º)	Capital Social Subscrito	% Total de Capital Social Subscrito	
AdP - Águas de Portugal SGPS, S. A.	57 538 912	57 538 912	50,68%	57 538 912 €
Comunidade Intermunicipal do Oeste	2 921	2 921	0,003%	2 921 €
Alcobaca	899 856	899 856	0,79%	899 856 €
Alenquer	384 003	384 003	0,34%	384 003 €
Amadora	6 458 431	6 458 431	5,69%	6 458 431 €
Arruda dos Vinhos	55 542	55 542	0,05%	55 542 €
Azambuja	346 735	346 735	0,31%	346 735 €
Bombarral	107 998	107 998	0,10%	107 998 €
Cadaval	123 253	123 253	0,11%	123 253 €
Caldas da Rainha	614 244	614 244	0,54%	614 244 €
Lisboa	20 866 618	20 866 618	18,38%	20 866 618 €
Loures	8 284 708	8 284 708	7,30%	8 284 708 €
Lourinhã	302 165	302 165	0,27%	302 165 €
Nazaré	273 724	273 724	0,24%	273 724 €
Óbidos	131 237	131 237	0,12%	131 237 €
Odivelas	2 521 433	2 521 433	2,22%	2 521 433 €
Oeiras	3 936 998	3 936 998	3,47%	3 936 998 €
Peniche	386 004	386 004	0,34%	386 004 €
Rio Maior	183 768	183 768	0,16%	183 768 €
Sintra	3 936 998	3 936 998	3,47%	3 936 998 €
Sobral de Monte Agraço	57 438	57 438	0,05%	57 438 €
Torres Vedras	711 623	711 623	0,63%	711 623 €
Vila Franca de Xira	2 881 638	2 881 638	2,54%	2 881 638 €
Ações próprias da sociedade	2 521 433	2 521 433	2,22%	2 521 433 €
TOTAL	113 527 680	113 527 680	100,00%	113 527 680 €



As Contas

Demonstrações financeiras do exercício de 2020

1.8.
19
10
18
13

Demonstrações financeiras do exercício de 2020

Dist.
13
12
11
10
9
8
7
6
5
4
3
2
1

Demonstração da posição financeira.....	121
Demonstração dos resultados por naturezas.....	122
Demonstração do rendimento integral.....	123
Demonstração das variações do capital próprio.....	123
Demonstração dos fluxos de caixa.....	124
Notas às demonstrações financeiras.....	125
1. Informação geral.....	125
1.1. Introdução.....	125
1.2. Atividade económica.....	125
1.3. O exercício de 2020 da Águas do Tejo Atlântico.....	126
1.4. Estratégia.....	128
1.5. Aprovação das demonstrações financeiras.....	129
2. Políticas contabilísticas.....	130
2.1 Bases de apresentação.....	130
2.2 Atividade Regulada.....	132
2.3 Ativos fixos tangíveis.....	134
2.4 Ativos intangíveis.....	135
2.5 Locações.....	135
2.6 Instrumentos financeiros.....	137
2.7 Inventários.....	140
2.8 Caixa e equivalentes de caixa.....	140
2.9 Imparidade de ativos não financeiros.....	140
2.10 Capital.....	140
2.11 Dividendos a pagar.....	140
2.12 Subsídios do Governo.....	141
2.13 Provisões, ativos e passivos contingentes.....	141
2.14 Imposto sobre o rendimento.....	141
2.15 Rédito de contratos com clientes.....	142
2.16 Trabalhos para a própria entidade.....	142
2.17 Gastos e perdas.....	142
2.18 Eventos subsequentes.....	143
3. Políticas de gestão do risco financeiro.....	143
3.1 Fatores de risco.....	143
3.2 Risco de mercado.....	143
3.3 Risco de liquidez e de capital.....	143
3.4 Risco de crédito.....	144
3.5 Risco de exploração.....	145
4. Estimativas e julgamentos.....	145
4.1 Provisões.....	146

4.2	Ativos tangíveis, intangíveis e ativos sob direito de uso.....	146
4.3	Imparidade de contas a receber.....	146
4.4	Estimativa de impostos e impostos diferidos.....	146
4.5	Desvio de Recuperação de Gastos (DRG).....	147
5.	Instrumentos financeiros por categoria do IFRS 9.....	148
5.1	Classificação dos ativos e passivos financeiros de acordo com o IFRS 9.....	148
6.	Ativos intangíveis.....	148
6.1	Movimentos do período.....	149
7.	Ativos fixos tangíveis.....	153
7.1	Movimentos do exercício.....	153
8.	Ativos sob direito de uso.....	153
8.1	Movimentos do exercício.....	153
9.	Outros ativos financeiros.....	153
10.	Impostos diferidos.....	154
11.	Desvio tarifário.....	155
12.	Clientes e outros ativos não correntes.....	156
12.1	Clientes municipais por data de vencimento.....	157
12.2	Clientes municipais por natureza dos saldos (Corrente).....	158
12.3	Perdas por imparidade de clientes.....	158
13.	Inventários.....	158
14.	Estado e outros entes públicos.....	159
15.	Imposto sobre o rendimento do exercício.....	159
16.	Outros ativos correntes.....	160
17.	Apoio de tesouraria à AdP, S.G.P.S., S.A.....	160
18.	Caixa e seus equivalentes.....	160
19.	Capital próprio.....	161
19.1	Movimentos do ano.....	161
19.2	Acionistas.....	161
19.3	Resultado líquido por ação.....	162
20.	Provisões.....	162
21.	Empréstimos.....	163
21.1	Empréstimos por maturidade.....	163
21.2	Empréstimos por tipo de taxa e maturidade.....	164
22.	Passivos da locação.....	164
23.	Fornecedores e outros passivos não correntes.....	165
24.	Acréscimo de gastos de investimento contratual.....	165
24.1	Movimentos do período.....	165
25.	Subsídios ao investimento.....	165
25.1	Movimentos do período.....	165
26.	Fornecedores.....	166
27.	Outros passivos correntes.....	166
28.	Imposto sobre o rendimento do exercício.....	167
28.1	Imposto sobre o rendimento a pagar.....	167

28.2	Imposto sobre o rendimento do exercício.....	167
28.3	Reconciliação da taxa efetiva do imposto sobre o rendimento.....	167
29.	Rédito de contratos com clientes.....	168
29.1	Vendas e prestação de serviços por cliente e natureza.....	168
30.	Construção em ativos concessionados – IFRIC 12 (rendimento e gasto).....	169
31.	Custo das vendas/variação dos inventários.....	169
32.	Fornecimentos e serviços externos.....	169
33.	Gastos com pessoal.....	170
33.1	Número de colaboradores.....	171
34.	Amortizações, depreciações e reversões do exercício.....	171
35.	Provisões e reversões do exercício.....	172
36.	Perdas por imparidade e reversões do exercício.....	172
37.	Subsídios à exploração.....	172
38.	Outros gastos e perdas operacionais.....	172
38.1	Impostos e taxas.....	173
39.	Outros rendimentos e ganhos operacionais.....	173
40.	Gastos financeiros.....	173
41.	Rendimentos financeiros.....	173
42.	Saldos e transações com entidades relacionadas.....	174
43.	Remuneração acionista.....	175
44.	Ativos e passivos contingentes.....	177
44.1	Contrato de Concessão.....	177
44.2	Processos judiciais em curso.....	177
44.3	Garantias.....	179
45.	Honorários de auditoria e de revisão legal de contas.....	179
46.	Informações exigidas por diplomas legais.....	179
47.	Informação sobre matérias ambientais.....	180
48.	Outros assuntos – COVID-19.....	180
49.	Eventos subsequentes.....	182
	Certificação Legal de Contas.....	183
	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal.....	185

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "A. D." and "FP".

Handwritten signatures in blue ink, including the letters "S.A." at the top.

Demonstração da posição financeira

	Notas	31.12.2020	31.12.2019
Ativos não correntes			
Ativos intangíveis	6	441 615 954	447 216 089
Ativos fixos tangíveis	7	175 857	204 994
Ativos sob direito de uso	8	989 496	1 091 347
Outros ativos financeiros	9	13 047	6 543
Impostos diferidos ativos	10	52 771 189	53 225 548
Desvio tarifário ativo	11	2 947 026	13 794 402
Clientes e outros ativos não correntes	12	78 732	771 226
Total dos ativos não correntes		498 593 301	516 310 149
Ativos correntes			
Inventários	13	1 852 266	1 674 849
Clientes	12	11 813 868	12 444 322
Estado e outros entes públicos	14	700 071	1 393 462
Imposto sobre o rendimento do exercício	15	227 213	-
Outros ativos correntes	16	1 108 668	1 619 400
Apoio de tesouraria à AdP SCPS	17	-	14 000 000
Caixa e seus equivalentes	18	96 163 451	81 614 386
Total dos ativos correntes		111 866 337	112 746 419
Total do ativo		610 459 639	629 056 568
Capital próprio			
Capital social	19	113 527 680	113 527 680
Ações próprias	19	(2 521 433)	(2 521 433)
Reservas e outros ajustamentos	19	833 282	619 390
Resultado líquido do exercício	19	3 735 125	4 277 855
Total do capital próprio		115 574 654	115 903 492
Passivos não correntes			
Provisões	20	860 068	-
Empréstimos	21	200 542 387	212 066 489
Passivos da locação	22	425 641	709 540
Fornecedores e outros passivos não correntes	23	616 182	658 821
Impostos diferidos passivos	10	16 767 659	20 685 014
Acréscimos de gastos de investimento contratual	24	118 679 491	122 001 505
Subsídios ao investimento	25	125 713 692	130 369 310
Total dos passivos não correntes		463 605 121	486 490 680
Passivos correntes			
Empréstimos	21	11 621 156	10 117 197
Passivos da locação	22	479 470	396 099
Fornecedores	26	9 390 928	6 635 424
Outros passivos correntes	27	6 025 642	5 804 686
Imposto sobre o rendimento do exercício	28	-	593 058
Estado e outros entes públicos	14	3 762 667	3 115 933
Total dos passivos correntes		31 279 863	26 662 396
Total do passivo		494 884 984	513 153 076
Total do passivo e do capital próprio		610 459 639	629 056 568

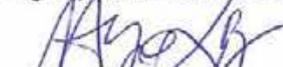
O Conselho de Administração

A Contabilista Certificada

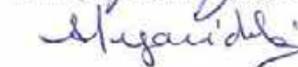
Ana Sofia Pereira da Silveira (Presidente Executivo)



Hugo Filipe Xanabre Bento Pereira (Vice-Presidente Executivo)



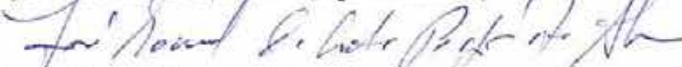
Ana Margarida Linares Lima (Vogal Executivo)



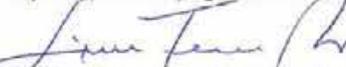
Armando Jorge Paulino Domingos (Vogal Não Executivo)



José Manuel da Costa Baptista Alves (Vogal Não Executivo)



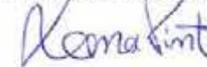
Simone Ferreira Pio (Vogal Não Executivo)



Sónia Raquel Conchinha Pacifico (Vogal Não Executivo)



Maria Leonor de Oliveira Pinto

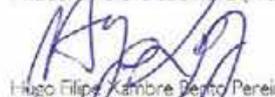


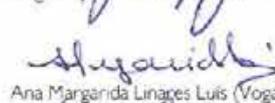
Demonstração dos resultados por naturezas

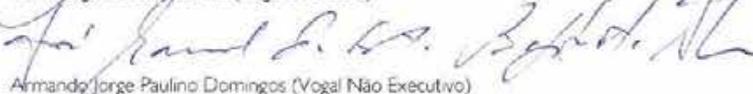
	Notas	31.12.2020	31.12.2019
Rédito de contratos com clientes	29	83 460 019	83 215 483
Rendimentos de construção em ativos concessionados (IFRIC12)	30	17 088 325	14 664 288
Défice/(Superavit) tarifário de recuperação de gastos	11	(10 628 389)	(13 083 138)
Défice/(Superavit) tarifário de recuperação de gastos- ano anterior	11	(218 986)	-
Gastos de construção em ativos concessionados (IFRIC12)	30	(17 088 325)	(14 664 288)
Gasto das vendas/variação dos inventários	31	(3 296 144)	(3 132 270)
Fornecimentos e serviços externos	32 e 37	(30 135 851)	(27 502 500)
Gastos com pessoal	33 e 37	(11 272 893)	(10 842 322)
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	34	(19 886 604)	(20 344 758)
Provisões e reversões do exercício	35	(860 068)	-
Perdas por imparidade e reversões do exercício	36	-	7 371
Subsídios ao investimento	25	4 749 198	4 744 630
Subsídios à exploração	37	-	185 095
Outros gastos e perdas operacionais	38	(684 876)	(779 509)
Outros rendimentos e ganhos operacionais	39	97 019	314 116
Resultados operacionais		11 322 425	12 782 199
Gastos financeiros	40	(6 474 935)	(7 898 592)
Rendimentos financeiros	41	434 702	906 692
Resultados financeiros		(6 040 233)	(6 991 901)
Resultados antes de impostos		5 282 192	5 790 298
Imposto do exercício	28	(5 012 063)	(5 802 514)
Imposto diferido	10 e 28	678 926	918 707
Imposto Diferido sem desvio tarifário	10 e 28	2 786 070	3 371 365
Resultado líquido do exercício		3 735 125	4 277 855
Rendimento integral do exercício		3 735 125	4 277 855
Resultado por ação (básico e diluído)	19	0,03	0,04
Resultado integral por ação (básico e diluído)	19	0,03	0,04

O Conselho de Administração

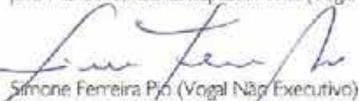

Ana Sofia Pereira da Silveira (Presidente Executivo)


Hugo Filipe Xambre Bento Pereira (Vice-Presidente Executivo)


Ana Margarida Linages Luis (Vogal Executivo)


Armando Jorge Paulino Domingos (Vogal Não Executivo)


José Manuel da Costa Baptista Alves (Vogal Não Executivo)


Simone Ferreira Pires (Vogal Não Executivo)


Sónia Raquel Conchinha Paolico (Vogal Não Executivo)



A Contabilista Certificada


Maria Leonor de Oliveira Pinto

Demonstração do rendimento integral

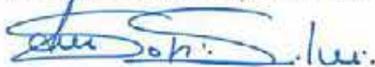
	31.12.2020	31.12.2019
Resultado líquido do exercício	3 735 125	4 277 855
Rendimento integral	3 735 125	4 277 855

Demonstração das variações do capital próprio

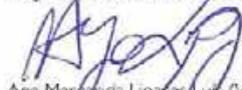
	Capital social	Ações Próprias	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	TOTAL
Saldo a 31 de dezembro de 2018	113 527 680	(2 521 433)	343 989	371 812	5 508 013	117 230 061
Aplicação do resultado líquido do exercício 2018			275 401		(275 401)	-
Dividendos atribuídos				(371 812)	(5 232 613)	(5 604 425)
Resultado líquido do exercício 2019					4 277 855	4 277 855
Saldo a 31 de dezembro de 2019 (nota 19)	113 527 680	(2 521 433)	619 390	-	4 277 855	115 903 492
Aplicação do resultado líquido do exercício 2019			213 893		(213 893)	-
Dividendos atribuídos					(1 063 963)	(1 063 963)
Resultado líquido do exercício 2020					3 735 125	3 735 125
Saldo a 31 de dezembro de 2020 (nota 19)	113 527 680	(2 521 433)	833 282	-	3 735 125	115 574 654

O Conselho de Administração

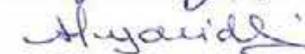
Ana Sofia Pereira da Silveira (Presidente Executivo)



Hugo Filipe Xambre Bento Pereira (Vice-Presidente Executivo)



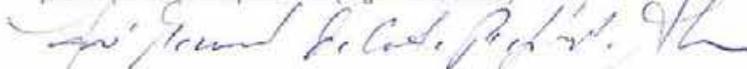
Ana Margarida Linares Luis (Vogal Executivo)



Armando Jorge Paulino Domingos (Vogal Não Executivo)



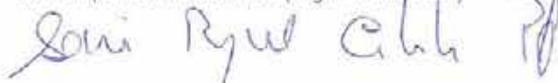
José Manuel da Costa Baptista Alves (Vogal Não Executivo)



Simone Ferreira Pinó (Vogal Não Executivo)

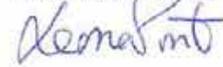


Sónia Raquel Conchinha Pacifico (Vogal Não Executivo)



A Contabilista Certificada

Maria Leonor da Oliveira Pinto

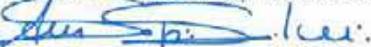


Demonstração dos fluxos de caixa

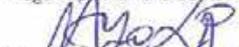
	31.12.2020	31.12.2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	97 969 490	99 711 814
Pagamentos a fornecedores	(41 072 668)	(35 924 893)
Pagamentos ao pessoal	(12 275 219)	(10 113 495)
Pagamento/Recebimento do IRC	(6 066 735)	(6 165 245)
Outros Pagamentos/Recebimentos	(4 256 128)	(7 781 545)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	34 298 740	39 726 636
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Recebimentos de investimentos financeiros	-	8 445 198
Recebimentos de subsídios de investimento	141 075	95 404
Recebimentos de juros e rendimentos similares	541 669	590 936
Apoio de Tesouraria à Holding	14 000 000	26 600 000
Pagamentos de dividendos	(3 652 898)	(5 257 923)
Pagamentos de ativos fixos tangíveis	(150 065)	-
Pagamentos de ativos intangíveis	(13 962 539)	(13 369 333)
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	(3 082 758)	17 104 282
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de capital de passivos de locação	(391 062)	(372 883)
Outros Pagamentos/Recebimentos de atividades de financiamento	337 807	497 813
Pagamentos de empréstimos obtidos	(10 117 196)	(9 648 097)
Pagamentos de juros e gastos similares	(6 496 466)	(7 953 921)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	(16 666 917)	(17 477 088)
Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)	14 549 065	39 353 830
Caixa e seus equivalentes no início do exercício (nota 18)	81 614 386	42 260 556
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício (nota 18)	96 163 451	81 614 386
	31.12.2020	31.12.2019
Caixa	10 593	28 320
Depósitos à ordem	96 147 858	73 135 868
Depósitos a prazo	5 000	8 450 198
	96 163 451	81 614 386

O Conselho de Administração

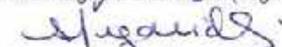
Ana Sofia Pereira da Silveira (Presidente Executivo)



Hugo Filipe Xambre Bento Pereira (Vice-Presidente Executivo)



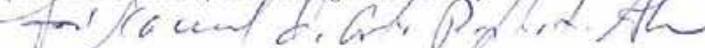
Ana Margarida Linares Luis (Vogal Executivo)



Armando Jorge Paulino Domingos (Vogal Não Executivo)



José Manuel da Costa Baptista Alves (Vogal Não Executivo)



Simone Ferreira Pio (Vogal Não Executivo)

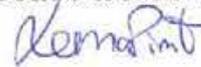


Sónia Raquel Conchinha Pacifico (Vogal Não Executivo)



A Contabilista Certificada

Maria Leonor de Oliveira Pinto



Notas às demonstrações financeiras

I. Informação geral

1.1. Introdução

A Águas do Tejo Atlântico, S.A. (adiante também designada sociedade ou AdTA), é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, criada pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 21 de março, responsável pela gestão e exploração do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, em regime de exclusivo, e por um prazo de 30 anos, tendo a sua sede social na ETAR de Alcântara, na Avenida de Ceuta, em Lisboa.

São acionistas da Águas do Tejo Atlântico, S.A.:

Acionistas	Ações A subscritas	Ações B subscritas	Ações subscritas	Capital subscrito e realizado	% capital subscrito e realizado
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	57 538 912	-	57 538 912	57 538 912	50,68%
Comunidade Intermunicipal do Oeste	2 921	-	2 921	2 921	0,00%
Alcobaça	899 856	-	899 856	899 856	0,79%
Alenquer	384 003	-	384 003	384 003	0,34%
Amadora	6 108 431	350 000	6 458 431	6 458 431	5,69%
Arruda dos Vinhos	55 542	-	55 542	55 542	0,05%
Azambuja	346 735	-	346 735	346 735	0,31%
Bombarral	107 998	-	107 998	107 998	0,10%
Cadaval	123 253	-	123 253	123 253	0,11%
Caldas da Rainha	614 244	-	614 244	614 244	0,54%
Lisboa	20 516 618	350 000	20 866 618	20 866 618	18,38%
Loures	8 284 708	-	8 284 708	8 284 708	7,30%
Lourinhã	302 165	-	302 165	302 165	0,27%
Nazaré	273 724	-	273 724	273 724	0,24%
Óbidos	131 237	-	131 237	131 237	0,12%
Odivelas	2 521 433	-	2 521 433	2 521 433	2,22%
Oeiras	3 586 998	350 000	3 936 998	3 936 998	3,47%
Peniche	386 004	-	386 004	386 004	0,34%
Rio Maior	183 768	-	183 768	183 768	0,16%
Sintra	3 586 998	350 000	3 936 998	3 936 998	3,47%
Sobral de Monte Agraço	57 438	-	57 438	57 438	0,05%
Torres Vedras	711 623	-	711 623	711 623	0,63%
Vila Franca de Xira	2 881 638	-	2 881 638	2 881 638	2,54%
Ações próprias da sociedade	2 521 433	-	2 521 433	2 521 433	2,22%
	112 127 680	1 400 000	113 527 680	113 527 680	100%

A sociedade tem como objeto a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos e urbanos, de forma regular, contínua e eficiente, provenientes de cerca de 2,4 milhões de habitantes; abrangendo os municípios de Alcobaça, Alenquer, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Cascais, Lisboa, Loures, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Odivelas, Oeiras, Peniche, Rio Maior, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira.

1.2. Atividade económica

A atividade da concessão compreende, em regime de exclusivo, a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos, de efluentes que resultem da mistura de efluentes industriais ou pluviais, designados por efluentes urbanos e a receção de efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas (que cumpram a regulamentação aplicável).

O objeto da concessão compreende ainda o seguinte:

- A conceção, a construção, a instalação, a aquisição, ou outros meios previstos para a afetação e a extensão (nos termos do projeto global constante do Anexo I ao Contrato de Concessão) das infraestruturas e instalações necessárias à recolha, ao tratamento e à rejeição dos efluentes domésticos e urbanos canalizados pelos utilizadores e à receção dos efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, e os respetivos tratamento e rejeição, incluindo coletores, estações elevatórias e estações de tratamento de águas residuais;
- A aquisição ou outro meio previsto para a afetação, a instalação e a extensão de todos os equipamentos necessários à recolha, ao tratamento e à rejeição de efluentes domésticos e urbanos canalizados pelos utilizadores e à receção dos afluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, e o respetivo tratamento e rejeição;

- A conservação, a reparação, a renovação, a manutenção, a adaptação e a melhoria das infraestruturas, instalações e equipamentos previstos nas alíneas anteriores, que se revelem necessárias ao bom desempenho do serviço público e de acordo com as exigências técnicas e com os parâmetros sanitários exigíveis;
- O controlo dos parâmetros sanitários dos efluentes tratados, bem como da qualidade da água dos meios receptores em que os mesmos sejam descarregados.

Oportunidades de expansão da atividade

A AdTA tem como objetivo de longo prazo, até ao final da concessão, a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos e urbanos, de forma regular, contínua e eficiente, estimando abranger-se cerca de 2,6 milhões de habitantes.

O sistema pode ser alargado a outros municípios, por iniciativa destes, mediante reconhecimento de interesse público devidamente fundamentado em despacho do membro do Governo responsável pela área do ambiente, sob proposta da sociedade e ouvidos os municípios utilizadores do sistema.

Encontra-se também previsto no Contrato de Concessão da AdTA, o desenvolvimento de outras atividades de negócio:

- A sociedade pode ainda, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, explorar e gerir sistemas municipais de abastecimento de água e de saneamento, mediante a celebração de contratos de parceria entre o Estado e os municípios;
- A sociedade pode ainda, nos termos previstos na lei e designadamente nos n.º 2 e 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 72/2016, de 4 de novembro, exercer outras atividades para além das previstas, que sejam consideradas acessórias ou complementares daquelas, ficando desde já autorizada a exercer as anteriormente exercidas pelas sociedades extintas.

Atividade regulada

O modelo dos contratos de concessão criado para os sistemas multimunicipais possui as seguintes características: (i) as infraestruturas e equipamentos da concessão são construídos ou adquiridos pela sociedade concessionária; (ii) o financiamento destas aquisições/construções é efetuado parcialmente com recursos a subsídios comunitários a fundo perdido e a financiamentos de longo prazo efetuados maioritariamente pelo Banco Europeu de Investimentos; (iii) os preços de venda (tarifa) praticados são genericamente fixados e sufragados pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) e incluem uma parcela de remuneração do capital investido, correspondente a um indexante (taxa das Obrigações do Tesouro), acrescida de três pontos percentuais a título de prémio de risco.

1.3. O exercício de 2020 da Águas do Tejo Atlântico

Decorrente do atual período que a sociedade e a economia atravessam, a atividade e o exercício económico de 2020 da AdTA não ficaram imunes aos impactes económicos e financeiros derivados da Pandemia da COVID 19, que, de um modo geral, estão relacionados maioritariamente com a proteção individual dos seus colaboradores (equipamentos de proteção individual e desinfeção de instalações e de viaturas operacionais), reorganização de equipas para garantir equipas desfasadas, assegurando a continuidade do serviço público (aumento do número de horas de trabalho suplementar e aquisição de serviços de trabalho temporário) e com a garantia de meios indispensáveis para o desempenho de funções de suporte em regime de teletrabalho.

Atividade

Decorridos 3 anos de atividade da sociedade, é de referir que existem ainda áreas que se revestem de necessidades várias para um melhor desenvolvimento das respetivas competências e obrigações, decorrentes do Contrato de Concessão, de normativos legais, para que sejam atingidos os objetivos definidos para a Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Contudo, e apesar de vários constrangimentos, em 2020 a sociedade empenhou-se em melhorar processos e procedimentos de gestão e exploração das infraestruturas e sistemas que opera e pelos quais é responsável.

Apostou fortemente na manutenção preventiva e preditiva, de modo a reduzir significativamente os riscos de falha dos diferentes órgãos e equipamentos, com vista a reduzir o número e a frequência das ações de manutenção corretiva, suprimindo insuficiências de manutenção de anos anteriores, situação de que espera ver resultados mais concretos em 2021.

A recuperação dos défices de manutenção tem sido muito difícil e lenta, devido à necessidade de subcontratação da prestação de serviços de manutenção e à morosidade associada a estes processos de contratação pública.

A zona geográfica onde atua exige a prestação de um serviço de excelência, não podendo a Sociedade exercer a sua atividade com um risco de falhas elevado devido à falta de meios técnicos e humanos, sob pena de eventuais consequências negativas não só para a imagem

A. S.

da AdTA, mas fundamentalmente para a segurança dos trabalhadores e das instalações, para a saúde pública, para o meio ambiente e para a economia da região.

À semelhança de anos anteriores, deu-se continuidade ao esforço na otimização dos processos com vista à redução dos consumos de energia, de reagentes, combustíveis e na melhoria do processo de produção de lamas, metas nem sempre fáceis de alcançar quando convertidas em gastos, por força das condições de mercado, do aumento da exigência ao nível dos parâmetros incluídos nas novas licenças de descarga emitidas pela APA e do aumento de preços unitários, respetivamente.

Por outro lado, as exigências da atividade e do setor, a condição das infraestruturas e equipamentos, o desígnio de tornar a sociedade mais eficiente, a intenção de modernizar processos existentes e a necessidade de obtenção e de tratamento de dados, fundamentais ao desempenho de qualquer atividade, implicam a realização de gastos não existentes no passado, sob pena de a AdTA vir a incorrer noutros gastos, diretos e indiretos, alguns dos quais não mensuráveis e com consequências significativas para o meio ambiente.

Pandemia COVID-19

Relativamente à situação da pandemia COVID-19, a Águas do Tejo Atlântico, S.A., assegurou a continuidade de serviço, cumprindo as regras sociais e de trabalho impostas, garantindo assim o tratamento de esgotos das populações da região por si abrangida, essencial para a saúde pública e para o bem-estar das comunidades.

Pelo setor de atividade em que se insere, o serviço prestado pela Sociedade é essencial e constitui uma parte ativa para enfrentar o combate global à pandemia, sendo imperiosa a continuidade da sua operação.

No dia 22 de março de 2020, o Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática determinou a forma como os serviços essenciais devem ser assegurados neste período (Despacho n.º 3547/2020).

Com um constrangimento operacional já estrutural, no que respeita ao reduzido número de trabalhadores, sobretudo nas áreas de operação e manutenção, a Sociedade implementou formas alternativas de gestão que permitissem cumprir a sua missão e o Contrato de Concessão, garantido a segurança dos trabalhadores, recorrendo à contratação temporária de operacionais de forma a permitir reorganizar equipas em horário desfasado e colmatar faltas já estruturais e pontuais por força da pandemia.

A contratação de trabalho temporário, como anteriormente referido, decorre do défice estrutural do número de trabalhadores operacionais e da necessidade de reforço dos meios humanos, de modo a possibilitar a reorganização de equipas, de acordo com as recomendações da Direção Geral de Saúde, garantindo a existência de equipas em espelho. Esta reorganização, que necessariamente implica um acréscimo de gastos, permite ter equipas de prevenção, para colmatar ausências por infeção ou suspeita de infeção por COVID 19, por inoperacionalidade no terreno de colaboradores por fazerem parte de grupo de risco, garantindo-se assim condições para manter a normal atividade da Sociedade neste contexto de pandemia.

Nos restantes serviços, a Sociedade manteve as atividades asseguradas remotamente, sempre que as funções fossem compatíveis com esta modalidade de trabalho, tendo sido necessário assegurar que os trabalhadores tinham condições para realizar o trabalho à distância, designadamente através da atribuição de meios informáticos para o efeito.

Em termos económicos e financeiros, o volume de negócios não sofreu qualquer alteração, da mesma forma que não se verificaram atrasos no recebimento dos clientes dos valores faturados, pelo facto de a Sociedade faturar Rendimentos Tarifários, nos termos da cláusula 16.5 do Contrato de Concessão.

A sólida situação económica e financeira da AdTA permitiu-lhe implementar as medidas necessárias, assegurar os stocks de reagentes e de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), e incorrer em gastos associados à situação de pandemia, cujo valor ascendeu a 1,2 milhões de euros.

Apenas na realização dos investimentos a AdTA esteve aquém do estimado, embora o desvio não tenha decorrido exclusivamente da situação de pandemia COVID19, foi fortemente influenciada por ela, com vários pedidos dos empreiteiros para prorrogação de prazos para apresentação de propostas e para execução das obras, por falta de recursos, para além dos constrangimentos colocados em termos de deslocações e de movimentação nos locais das obras. Mas houve outras razões para o atraso do investimento relacionadas com a tramitação da contratação, designadamente pelo facto de alguns concursos terem ficado desertos. Todos estes fatores determinaram uma redução no rendimento da execução dos trabalhos, que se traduziu num atraso das obras numa média de 2 a 3 meses.

S.A.
Águas do Tejo
Atlântico
S.A.
h

1.4 Estratégia

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., deverá assegurar que, sem prejuízo da sua autonomia de gestão:

- a) Cumpra a sua missão e exerça a sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade Empresarial, otimização permanente da eficiência, qualidade e segurança do serviço prestado;
- b) Seja socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- c) Desenvolva ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;
- d) Promova o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- e) Adote metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e a satisfação dos clientes;
- f) Conceba e implemente políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação das trabalhadoras e dos trabalhadores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão e especificidade das diversas atividades desenvolvidas;
- g) Implemente planos de ação, tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional (promoção da igualdade);
- h) Implemente políticas de inovação científica e tecnológica, promovendo e estimulando a investigação de novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- i) Implemente e mantenha sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito.

Orientações Estratégicas Específicas

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., deverá ainda assegurar que, após o importante esforço de investimento em infraestruturas e o conjunto de alterações mais recentes, em linha com a política para o setor, implemente uma agenda de medidas orientadas para a consolidação e o recenrar da sua atuação, designadamente em:

a) Aprofundar a colaboração com os Municípios, através nomeadamente da:

- Promoção de parcerias integrando, quando adequado, sistemas municipais, privilegiando a promoção da gestão do ciclo integral da água;
- Identificação de alternativas de colaboração que permitam colocar as competências Empresariais públicas ao serviço dos parceiros municipais;
- Adoção de medidas conducentes à participação dos parceiros municipais nas principais decisões, designadamente de investimento, alargamento ou diminuição do âmbito da atividade, revisão de tarifas e instrumentos de planeamento.

b) Promover o desenvolvimento regional, na linha da opção política para o setor da água, compatibilizando-o com a elevação da eficiência e a sua natureza Empresarial, designadamente:

- Na concretização dos destaques de sistemas multimunicipais;
- Nas políticas de contratação de bens e serviços que promovam também o desenvolvimento das atividades económicas regionais;
- Na constituição e, ou participação em centros de competência funcionando em rede e em ambiente de interação, descentralizado e colaborativo, ajustado às realidades territoriais.

c) Assegurar elevada eficiência, a partir do reforço da natureza Empresarial e incentivo aos seus quadros, alinhando-o com os desafios do setor, designadamente:

- Sistematização e otimização das rotinas operacionais, contribuindo para melhorar a afetação de recursos, através da elaboração ou revisão de planos de operação numa base comparável e consistente;
- Otimização do sistema de contabilidade de gestão e de indicadores de desempenho de atividades e entidades comparáveis, refletindo também a imputação decorrente dos planos de operação;
- Realização e participação em exercícios de avaliação e comparação de desempenho;
- Realização e implementação de plano de gestão de energia com certificação pela norma NP EN ISO 50001.

[Handwritten signatures and initials]

d) Assegurar uma efetiva e participada gestão de mudança, atentos os antecedentes e os desafios de mudança em presença, designadamente de natureza estrutural e cultural.

e) Assegurar a gestão das infraestruturas, tendo como referência a norma ISO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos desafios das alterações climáticas e segurança, através designadamente:

- Definição da política de gestão de infraestruturas;
- Integração, nas principais decisões de gestão organizacional, das funções de conceção, construção e manutenção;
- Consolidação do conhecimento das infraestruturas;
- Consolidação dos sistemas de informação e avaliação;
- Integração com práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas;
- Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro.

f) Assegurar um efetivo envolvimento da sociedade na implementação de medidas de proteção ambiental multissetoriais, nomeadamente as medidas necessárias para a resolução dos problemas dos efluentes agropecuários e agroindustriais.

g) Capitalizar as competências e capacidades disponíveis para a implementação de projetos nacionais.

1.5 Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2021. É opinião do Conselho de Administração que as mesmas refletem de forma fidedigna as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa.

2. Políticas contabilísticas

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2020.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

2.1 Bases de apresentação

Introdução

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras da AdTA foram preparadas segundo o pressuposto da continuidade das operações e do custo histórico. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e suposições que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e suposições adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

2.1.1 Novas normas e alteração de políticas

2.1.1.1 Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 apresentada nos comparativos.

2.1.1.2 Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2020

Estas normas e alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020, e foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras.

IFRS 3 (alteração) - 'Definição de negócio'

Esta alteração constitui uma revisão à definição de negócio para efeitos de contabilização de concentrações de atividades empresariais. A nova definição exige que uma aquisição inclua um *input* e um processo substancial que conjuntamente gerem *outputs*. Os *outputs* passam a ser definidos como bens e serviços que sejam prestados a clientes, que gerem rendimentos de investimentos financeiros e outros rendimentos, excluindo os retornos sob a forma de reduções de custos e outros benefícios económicos para os acionistas. Passam a ser permitidos 'testes de concentração' para determinar se uma transação se refere à aquisição de um ativo ou de um negócio.

IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 (alteração) - 'Reforma das taxas de juro de referência'

Estas alterações fazem parte da primeira fase do projeto '*IBOR reform*' do IASB e permitem isenções relacionadas com a reforma do *benchmark* para as taxas de juro de referência. As isenções referem-se à contabilidade de cobertura, em termos de: i) componentes de risco; ii) requisito 'altamente provável'; iii) avaliação prospetiva; iv) teste de eficácia retrospectivo (para adotantes da IAS 39); e v) recidagem da reserva de cobertura de fluxo de caixa, e têm como objetivo que a reforma das taxas de juro de referência não determine a cessação da contabilidade de cobertura. No entanto, qualquer ineficácia de cobertura apurada deve continuar a ser reconhecida na demonstração dos resultados.

IAS 1 e IAS 8 (alteração) - 'Definição de material'

Esta alteração introduz uma modificação ao conceito de "material" e clarifica que a menção a informações pouco claras refere-se a situações cujo efeito é similar a omitir ou distorcer tais informações, devendo a entidade avaliar a materialidade considerando as demonstrações financeiras como um todo. São ainda efetuadas clarificações quanto ao significado de "principais utilizadores das demonstrações financeiras", sendo estes definidos como 'atuais e futuros investidores, financiadores e credores' que dependem das demonstrações financeiras para obterem uma parte significativa da informação de que necessitam.

Estrutura conceitual - 'Alterações na referência a outras IFRS'

Como resultado da publicação da nova Estrutura Conceptual, o IASB introduziu alterações no texto de várias normas e interpretações, como: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, SIC 32, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de ativo / passivo e de gasto / rendimento, além de algumas das características da informação financeira. Essas alterações são de aplicação retrospectiva, exceto se impraticáveis.

Da aplicação destas novas normas não existiram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Águas do Tejo Atlântico S.A.

2.1.1.3 Novas normas e interpretações já emitidas, mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2021 e que a Águas do Tejo Atlântico, S.A., não adotou antecipadamente são as seguintes:

- Já endossadas pela UE

Descrição	Alteração	Data efetiva
IFRS 16 – Bonificações de rendas relacionadas com o COVID-19	Aplicação de isenção na contabilização das bonificações atribuídas pelos locadores relacionadas com a COVID-19, como modificações	1 de junho de 2020
IFRS 4 – diferimento da aplicação da IFRS 9	Fim do diferimento do início da aplicação da IFRS 9 para as entidades com atividade seguradora, adiado para 1 de janeiro de 2023	1 de janeiro de 2021

- Ainda não endossadas pela EU

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras - Classificação de passivos	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento. Nova definição de "liquidação" de um passivo	1 de janeiro de 2023
IFRS 3 – Referências à estrutura conceptual	Atualização às referências para a Estrutura Conceptual e clarificação sobre o registo de provisões e passivos contingentes no âmbito de uma concentração de atividades empresariais	1 de janeiro de 2022
IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento	Proibição da dedução do rendimento obtido com a venda de itens produzidos durante a fase de testes, ao custo de aquisição dos ativos tangíveis	1 de janeiro de 2022
IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato	Clarificação sobre a natureza dos gastos a considerar para determinar se um contrato se tornou oneroso	1 de janeiro de 2022
Melhorias 2018 – 2020	Alterações específicas e pontuais à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41	1 de janeiro de 2022
IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 – Reforma das taxas de juro de referência – fase 2	Isenções adicionais relacionadas com os impactos da reforma das taxas de juro referencial ("IBOR"), e especialmente a substituição de uma taxa de juro de referência por outra alternativa nos instrumentos financeiros negociados	1 de janeiro de 2021
IFRS 17 – Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária.	1 de janeiro de 2023
IFRS 17 – Contratos de seguro (alterações)	Inclusão de alterações à IFRS 17 em áreas como: i) âmbito de aplicação; ii) nível de agregação dos contratos de seguros; iii) reconhecimento; iv) mensuração; v) modificação e desreconhecimento; vi) apresentação da Demonstração da posição financeira; vii) reconhecimento e mensuração da Demonstração dos resultados; e viii) divulgações	1 de janeiro de 2023

IFRS 14 Contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas

Esta norma permite que uma entidade cujas atividades estejam sujeitas a tarifas reguladas continue a aplicar a maior parte das suas políticas contabilísticas do anterior normativo contabilístico relativas a contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas ao adotar as IFRS pela primeira vez.

Não podem aplicar a norma: (i) as entidades que já preparam as demonstrações financeiras em IFRS, (ii) as entidades cujo atual normativo contabilístico não permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e (iii) as entidades cujo atual normativo contabilístico permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, mas que não tenham adotado tal política nas suas contas antes da adoção das IFRS.

As contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas devem ser apresentadas numa linha separada da demonstração da posição financeira e os movimentos nestas contas devem ser apresentados em linhas separadas na demonstração de resultados e na demonstração do resultado integral. Deve ser divulgada a natureza e os riscos associados à tarifa regulada da entidade e os efeitos de tal regulamentação nas suas demonstrações financeiras.

As alterações são aplicáveis prospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A União Europeia (UE) decidiu não lançar o endosso desta norma intermédia e esperar pela norma final.

Da aplicação destas alterações de normas, novas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da AdTA após 1 de janeiro de 2021.

2.2 Atividade Regulada

2.2.1 Introdução

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., desenvolve a sua atividade num setor regulado, estando sujeita à intervenção da ERSAR (Lei n.º 10/2014, de 6 de março, que aprova os novos estatutos da ERSAR, no quadro das novas atribuições das entidades reguladoras fixadas pela Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto). O principal efeito da regulação sobre a atividade da Sociedade está no escrutínio que a entidade reguladora faz da tarifa a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores, bem como do respetivo orçamento anual. Com a alteração dos estatutos da ERSAR, operada pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março, as tarifas aplicadas aos serviços prestados aos utilizadores passaram a ser aprovadas pela entidade reguladora, tendo deixado de estar sujeitas a qualquer intervenção por parte do Concedente.

Ainda assim, o Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, que criou a AdTA, estabeleceu os rendimentos tarifários a aplicar aos utilizadores no primeiro tarifário – período de convergência tarifária (2017 a 2026).

Por via do Contrato de Concessão, a ERSAR passou ainda a deter o poder de aprovar o valor do DRG que a AdTA pode registar nas suas contas anuais. Este facto confere à entidade reguladora o poder efetivo de determinar os gastos que podem ser recuperados por via tarifária.

A AdTA está ainda sujeita à intervenção da entidade reguladora em matéria de qualidade de serviço, aferida por um conjunto de indicadores avaliados anualmente, e em matéria de qualidade da água para consumo humano, no âmbito dos poderes da ERSAR enquanto autoridade nacional da água para consumo humano.

2.2.2 Enquadramento – atividade concessionária

A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os ativos da concessão. Nos termos desta norma, a AdTA presta dois tipos de serviços: o de construção, modernização e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores.

Deste modo, a Sociedade deve reconhecer e mensurar o rédito (proveito) dos serviços que presta de acordo com o disposto na IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes. Se a Sociedade prestar mais que um serviço (isto é, construção ou modernização dos serviços e operação) ao abrigo de um só Contrato de Concessão, o valor (preços ou tarifas) a receber deve ser distribuído de acordo com os seus justos valores, quando estes forem individualmente (separadamente) identificáveis. A natureza do preço e da tarifa determina o seu tratamento contabilístico. A Sociedade deve reconhecer o rédito e os custos relacionados com a construção ou modernização das infraestruturas de acordo com o IFRS 15.

Adicionalmente prescreve que a infraestrutura no âmbito do IFRIC 12 não deve ser reconhecida como ativo tangível do operador (ou concessionária) porque o Contrato de Concessão não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infraestrutura para prestar um serviço público em nome do concedente, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do Contrato de Concessão, no âmbito desta norma, o operador (ou concessionária) atua como um prestador de serviços. O operador (ou concessionária) constrói ou moderniza as infraestruturas (construção ou modernização dos serviços) utilizadas para prestar serviços públicos e opera e mantém as infraestruturas (operação) durante um período específico de tempo.

Se o operador (ou concessionária) construir ou modernizar as infraestruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor, e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: (a) um ativo financeiro, ou (b) um ativo intangível.

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços prestados, que correspondem a montantes específicos ou determináveis. Neste modelo, o concedente dispõe de poucos ou nenhuns poderes discricionários para evitar o pagamento em virtude de o acordo ser em geral legalmente vinculativo (o operador (ou concessionária) tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a (a) um montante específico, ou (b) à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de a concessionária assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência).

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

Atividade	Prazo	Período	Remuneração acionista (taxa)	Incidência
Saneamento (concessão)	30 anos	2017-2046	OT 10 anos + 3%	Capital Social+ Res. Legal
			OT 10 anos	Remuneração em dívida

2.2.3 Classificação da infraestrutura

Atendendo à especificidade do contrato de concessão da AdTA, nomeadamente no que diz respeito ao seu enquadramento legal (direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público que é inerente ao facto de os utilizadores utilizarem esse serviço), foi entendimento da gestão de que o modelo que se aplica às condições contratuais da concessão atribuída à sociedade é o do intangível. Deste modo, a AdTA como concessionária classifica as infraestruturas do sistema que explora como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os custos e proveitos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em imobilizações em curso. Os custos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os gastos operacionais são afetos ao imobilizado em curso (ativos intangíveis em curso) através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema, que coincide com a sua disponibilidade para uso.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas da concessão (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da concessão, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja, têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no imobilizado e amortizadas nos mesmos termos do restante imobilizado. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

2.2.4 Amortizações

O ativo intangível, direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefícios económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações na AdTA são calculadas pelo método das unidades de produção, isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeiro utilizado, tendo como base os caudais de efluente tratados nesse exercício e os efluentes a tratar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao Contrato de Concessão.

Atividade	Prazo	Investimento total do contrato concessão	Taxa média de amortização	
			31.12.2020	31.12.2019
Saneamento	30 anos	1.103.332.840 Euros	3,39%	3,52%

2.2.5 Acréscimos de gastos de investimento contratual

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão e gestão de parcerias e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às responsabilidades em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão ou da parceria. Estes acréscimos são calculados com base no padrão de

benefícios económicos associados ao investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao Contrato de Concessão. No caso da AdTA, os benefícios económicos obtidos são determinados pela regulação económica. Saliente-se que os acréscimos de custos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo. Na prática, estes acréscimos correspondem a uma responsabilidade por reembolso a tarifas futuras, permitindo um nível de estabilização das mesmas, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente. Estes acréscimos são reconhecidos em custos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

2.2.6 Desvio de recuperação de gastos

Consideram-se DRG: (i) a diferença existente, à data da extinção das sociedades concessionárias dos sistemas extintos, entre os resultados líquidos da sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a sociedade tenha contratualmente direito a título de remuneração do capital investido; e (ii) a diferença verificada, anualmente, até ao termo do segundo período quinquenal da concessão entre os resultados líquidos da sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a sociedade tenha direito em resultado da aplicação das regras estipuladas na determinação das tarifas.

Os DRG podem assumir natureza deficitária ou superavitária, nos termos definidos no Contrato de Concessão. O valor inicial do desvio de recuperação de gastos registado nas contas da Águas do Tejo Atlântico, S.A., resulta do valor registado na sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A., da vertente de saneamento de águas residuais desenvolvida no sistema multimunicipal explorado pela extinta Águas do Oeste, S. A., correspondente à diferença entre os resultados líquidos, acrescido dos efeitos das reservas dos auditores às contas, e o valor a que esta sociedade teria tido contratualmente direito a título de remuneração do capital investido, desde a data da respetiva constituição e até 31 de dezembro de 2016, caso esta não tivesse sido extinta. A AdTA regista ainda nas suas contas os DRG que se verificarem anualmente até ao termo do segundo período quinquenal.

Os DRG de natureza deficitária e de natureza superavitária existentes à data da extinção das sociedades concessionárias dos sistemas agregados e os gerados na vigência da concessão até ao termo do segundo período quinquenal, capitalizados nos termos definidos no Contrato de Concessão, devem ser recuperados pela via tarifária ou refletidos nas tarifas, consoante o caso, até ao termo do quinto período quinquenal da concessão.

Assim, anualmente é efetuado o cálculo da diferença entre o resultado gerado pelas operações e a remuneração garantida ao capital acionista investido, sendo o valor bruto registado numa conta de rendimentos – desvios tarifários – e o imposto induzido por estes numa conta de imposto diferido, por contrapartida da demonstração da posição financeira, à luz do reconhecimento de ativos e passivos regulatórios.

O valor do desvio tarifário corresponde à correção (a crédito ou a débito) a fazer ao rédito das atividades reguladas, para que os rendimentos destas sejam os necessários ao cumprimento do disposto contratualmente, relativamente à recuperação integral dos gastos, incluindo impostos sobre o rendimento (IRC) e remuneração anual garantida.

2.2.7 Rédito – serviços de construção

De acordo com a IFRIC 12 – Contratos de concessão, a construção da infraestrutura pelo operador constitui um serviço que é prestado ao Concedente, distinto do serviço de operação e manutenção, e que, como tal, deverá por esta ser remunerado. O rédito da atividade de construção deve ser reconhecido de acordo com o IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes. No entanto, e na aplicação da IFRIC 12 é assumido que não existe margem na construção, uma vez que esta atividade é subcontratada externamente a entidades especializadas, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), pelo que o rédito e os gastos associados à construção são de igual montante. Não obstante o acima exposto, os rendimentos de construção e os gastos associados são registados na demonstração dos resultados do exercício atendendo ao disposto na IFRIC 12.

2.3 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se globalmente mensurados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciado em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu valor incluído na demonstração da posição financeira.

Os gastos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a Sociedade e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem ou até à próxima reparação, das duas a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do bem é identificada e reconhecida em resultados.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis são traduzidas nos seguintes prazos médios:

Naturezas	Intervalo de anos
Equipamento administrativo	4 - 10

A depreciação dos bens para os quais existe uma intenção de venda é suspensa, passando os mesmos a serem classificados como ativos detidos para venda.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

No final de cada exercício, o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios dos ativos durante os anos da sua utilização pela AdTA. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e alvo de aplicação prospetiva.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

2.4 Ativos intangíveis

2.4.1 Direitos de utilização de infraestruturas

Ver nota 2.2.3.

2.4.2 Outros ativos intangíveis

Os outros ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de software, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevados pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas. Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente pelo prazo de concessão, e tratando-se de ativos não reversíveis são amortizados pelo prazo de 3 a 6 anos.

2.5 Locações

2.5.1 Política contabilística

As locações nas quais a AdTA é locatária, são reconhecidas, mensuradas e apresentadas de acordo com um modelo único. Através deste modelo as locações são contabilizadas na demonstração da posição financeira. Na data de início da locação, a AdTA reconhece o passivo relativo aos pagamentos futuros da locação (isto é, o passivo da locação) e o ativo que representa o direito de uso do ativo durante o período da locação (isto é, o ativo sob direito de uso). A AdTA reconhece separadamente o custo financeiro relacionado com o passivo da locação e o custo com a depreciação ou amortização do ativo sob o direito de uso.

A AdTA apenas tem locações enquanto locatário.

Identificação de uma locação

No início de um contrato, uma entidade deve avaliar se o contrato é, ou contém, uma locação. Um contrato é ou contém uma locação se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma remuneração:

- O ativo subjacente à locação deve ser especificamente identificado ou o ativo está implicitamente especificado no momento em que fica disponível para uso pelo locatário; e

- b) A locação deverá conceder o direito de controlar o uso do ativo subjacente por um determinado período de tempo, isto é, a locação deverá conceder o direito ao locatário de obter substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do ativo identificado.

Separar componentes de um contrato

Se um contrato é, ou contém uma locação, a sociedade contabiliza cada componente da locação de forma separada da componente não-locação (ex: prestação de serviços) implícita no contrato, exceto, nos casos em que a AdTA (como locatária) opte por não separar a componente não-locação da componente locação, e, como tal, contabiliza tudo como sendo apenas uma única componente de locação.

A remuneração do contrato é separada entre a componente locação e componente não-locação, com base no preço relativo em base individual para cada componente locação e com base no somatório dos preços em base individual para as componentes não locação. O preço relativo em base individual da componente locação equivale ao preço que um locador/fornecedor praticaria para a componente locação de forma separada.

A não ser que o expediente prático permitido aos locatários seja utilizado, um locatário deve contabilizar a componente não-locação de acordo com os IFRS que lhe sejam aplicáveis.

Prazo da locação

O prazo da locação corresponde ao período não-cancelável em que o locatário tem o direito de usar um ativo subjacente, em conjunto com as seguintes condições:

- Períodos cobertos por opções em estender a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como irá exercer essa opção; e
- Períodos cobertos por uma opção de terminar a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como não irá exercer essa opção.

O prazo da locação inclui os meses de carência de rendas, caso existam. A data de início da locação ("commencement date") corresponde à data em que o locador coloca disponível para uso do locatário o ativo subjacente da locação.

A) Contabilização nos locatários

Reconhecimento e mensuração inicial da locação

Na data de início da locação, a AdTA reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo da locação.

Mensuração inicial do ativo sob direito de uso ("Right-of-use asset")

Na data de início da locação o ativo sob direito de uso é mensurado ao custo, o qual equivale ao valor do passivo da locação adicionado de custos com desmantelamento do ativo (quando os mesmos sejam uma obrigação), de custos iniciais diretos de instalação do ativo e de pagamentos deduzidos de incentivos que possam ter ocorrido antes da data do contrato.

Mensuração inicial do passivo da locação

Na data de início da locação o passivo da locação é mensurado pelo valor atual dos pagamentos fixos e variáveis futuros da locação, das penalidades por antecipação contratual, do valor residual que seja expectável ser pago pelo locatário e da opção de compra, se certa. Os pagamentos variáveis futuros da locação não incluem remunerações indexadas ao volume de negócios do locatário.

Os pagamentos futuros da locação são descontados utilizando a seguinte taxa de juro:

- Nos contratos em que se dispõe da taxa implícita do respetivo contrato, é utilizada essa taxa (taxa de juro que iguala o justo valor do ativo subjacente ao somatório do valor atual das rendas da locação e do valor residual);
- Nos restantes contratos, utiliza-se a taxa incremental de financiamento (taxa de juro que seria obtida para um financiamento para o prazo da locação destinado à aquisição do ativo subjacente da locação).

Mensuração subsequente da locação

Mensuração subsequente do ativo sob direito de uso

O ativo sob direito de uso é mensurado pelo modelo do custo, em que o ativo sob direito de uso é mensurado pelo custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas e é ajustado por quaisquer remensurações do passivo da locação.

As depreciações são calculadas de forma linear desde a data de início da locação e pela vida útil do ativo subjacente nos casos em que exista opção de compra na locação e a mesma tenha sido considerada na mensuração inicial do ativo sob direito de uso. Nos restantes casos as depreciações são calculadas de forma linear pelo prazo da locação. As depreciações são contabilizadas como um gasto na demonstração dos resultados.

As vidas úteis utilizadas para os ativos sob direito de uso são traduzidas nos seguintes prazos médios:

Naturezas	Intervalo de anos
Equipamento de transporte	1 - 4
Intangíveis - Licenças	3

Mensuração subsequente do passivo da locação

O passivo da locação é mensurado ao custo amortizado. Após a data de início da locação, a sociedade mensura o passivo da locação por:

- i) Aumentos para refletir os juros corridos (calculados com a taxa de desconto utilizada na mensuração inicial do passivo da locação e reconhecidos na demonstração dos resultados);
- ii) Reduções para refletir os pagamentos da locação efetuados;
- iii) Remensuração para refletir modificações na locação (ex: prazo, rendas):
 - a) Implica ajustar o valor contabilístico do direito de uso do ativo da locação;
 - b) Se a remensuração resultar de alteração do prazo da locação, então, é definida uma nova taxa de desconto a aplicar a partir da data de alteração do prazo da locação.

Expedientes práticos utilizados pela AdTA enquanto locatária

A sociedade utiliza os seguintes expedientes práticos previstos no IFRS 16:

- i) Contratos com as componentes de locação e de serviços, a componente de serviços é tratada como uma locação no âmbito do IFRS 16;
- ii) Contratos de locação com término contratual até 12 meses, são excluídos do âmbito do IFRS 16;
- iii) Contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha um valor estimado de aquisição em estado inferior a 5 000 euros (máquinas impressoras e fotocopiadoras, bebedouros, reservatórios) são excluídos do âmbito do IFRS 16.

Nos contratos de locação em que a sociedade é locatária e cujos ativos subjacentes tenham pouco valor como, por exemplo, um computador pessoal) e nos contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior), o reconhecimento e mensuração da locação não é efetuada através do modelo único acima descrito, sendo as rendas da locação reconhecidas como um gasto numa base linear durante o período da locação na demonstração dos resultados na rubrica "Fornecimentos e serviços externos – Rendas e alugueres".

2.6 Instrumentos financeiros

2.6.1 Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- a) Ativos financeiros pelo custo amortizado (nota 5.1);
- b) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou
- c) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados:
 - I. Ativos financeiros detidos para negociação;
 - II. Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados;
 - III. Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados.

A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do modelo de negócio.

Face à atividade da AdTA, apenas são detidos ativos financeiros pelo custo amortizado.

Ativos financeiros pelo custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado na categoria de "Ativos financeiros pelo custo amortizado", quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- a) É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- b) As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados instrumentos de dívida, essencialmente aplicações em Instituições de Crédito e Crédito a clientes (acordos de regularização de dívida celebrados pelo prazo de cinco anos e contas a receber decorrentes da atividade operacional do Grupo).

Reconhecimento inicial

No momento do reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros ativos são registados pelo seu justo valor. Os custos de transação são definidos como gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, que não teriam sido incorridos se a AdTA não tivesse efetuado a transação.

No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS 15 - Rêditos de contratos com os clientes.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, a Sociedade valoriza os ativos financeiros ao custo amortizado, ao justo valor através de outro rendimento integral, ao justo valor através de resultados ou ao custo. Face à atividade da sociedade, a AdTA apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado.

As receitas e as despesas de instrumentos financeiros ao custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Os juros são registados em resultados, utilizando a taxa de juro efetiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (exceto no caso de ativos com imparidade, em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade);
- b) São reconhecidos impactos em gastos ou rendimentos do período quando o instrumento financeiro é desreconhecido, ou quando são reconhecidos ou revertidas perdas por imparidade.

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do ativo financeiro, a AdTA recalcula o valor bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor atual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

Os saldos de clientes e outras contas a receber sem componente de financiamento correspondem a valores a receber pela venda de bens ou de serviços prestados pela sociedade no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal ou do seu justo valor.

Crédito abatido ao ativo (*write-off*)

A AdTA reconhece um crédito abatido ao ativo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as ações de recuperação desenvolvidas pela AdTA se revelarem infrutíferas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

Imparidade de ativos financeiros

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas "Clientes" e "Outros ativos", a sociedade aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas.

As contas a receber foram agrupadas por segmento de negócio para efeitos da avaliação das perdas de crédito esperadas.

O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de *default* anual e também tem em conta o perfil de risco de crédito do cliente. A probabilidade de incobrabilidade representa uma probabilidade de *default* anual que reflete a posição atual e projeções futuras, tendo em conta fatores macroeconómicos, enquanto a perda na eventualidade de *default* representa a perda expectável quando o *default* ocorra.

As contas a receber são ajustadas em cada período de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Gestão relativamente ao risco de crédito, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente incorridas.

As perdas de imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor da demonstração da posição financeira do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados do exercício. O valor da demonstração da posição financeira dos ativos financeiros é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de imparidade.

Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Genericamente, a sociedade não reconhece perdas por imparidade sobre entidades públicas, por entender que a esta data o risco de insolvência dos mesmos é remoto.

2.6.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- a) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados;
- b) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria "Passivos financeiros ao custo amortizado" inclui os passivos apresentados nas rubricas "Empréstimos", "Outros passivos não correntes", "Fornecedores" e "Outros passivos correntes". Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A AdTA apenas tem reconhecidos passivos classificados como "Passivos financeiros ao custo amortizado".

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Empréstimos obtidos

Os empréstimos (bancários e obrigacionistas) são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica "Gastos financeiros" da demonstração consolidada dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é deduzida ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo não corrente, exceto se for expectável que a sociedade liquide o passivo nos próximos 12 meses após a data da demonstração da posição financeira, sendo neste caso classificado no passivo corrente.

Fornecedores e outras contas a pagar

Estas rubricas incluem geralmente saldos de fornecedoras de bens e serviços que a AdTA adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, as contas de "Fornecedores" serão classificadas como passivos não correntes.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos apresentados na rubrica "Fornecedores" são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva. As dívidas a fornecedores e outras dívidas a terceiros classificadas no momento inicial como correntes, são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

2.6.3 Política de desreconhecimento

Um ativo financeiro é total ou parcialmente desreconhecido quando os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa desse ativo expiram ou quando são transferidos para um terceiro independente da entidade.

O tratamento contabilístico a aplicar às transferências de ativos depende do grau e da forma como se transferem para terceiros os riscos e benefícios associados à propriedade dos ativos:

- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro, são substancialmente transferidos para terceiros (no caso de, entre outros, vendas incondicionais, vendas com acordo de recompra pelo justo valor na data de recompra, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou venda adquirida emitida sem dinheiro e em securitizações de ativos nos quais o cedente não retém financiamento subordinado ou concede qualquer tipo de reforço de crédito aos novos detentores), este ativo é desreconhecido na demonstração da posição financeira, reconhecendo-se simultaneamente qualquer direito ou obrigação retidos ou resultantes da transferência.
- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro transferido são substancialmente retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com acordo de recompra por um preço fixo ou pelo preço de venda mais a rentabilidade usual de um credor, os contratos de empréstimo de títulos em que o mutuário tem a obrigação de devolver os mesmos ou similares) não são desreconhecidos na demonstração da posição financeira e continuam a ser valorizados com os mesmos critérios utilizados antes da transferência, sendo reconhecido em termos contabilísticos:
 - Um passivo financeiro associado por um valor igual à retribuição recebida, que é subsequentemente valorizada ao custo amortizado, a menos que cumpra os requisitos para ser classificado como outros passivos pelo justo valor através de resultados.
 - O rendimento do ativo financeiro transferido, mas não desreconhecido, e as despesas do novo passivo financeiro, sem compensação.
- Se os riscos e benefícios, inerentes a um ativo financeiro transferido, não forem substancialmente transferidos ou retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou de venda, securitizações em que o cedente assume financiamento subordinado ou outros tipos de melhoria de crédito para uma parte do ativo transferido), distingue-se entre:
 - Se a entidade cedente não retém o controlo do ativo financeiro transferido, ele é desreconhecido da demonstração da posição financeira qualquer direito ou obrigação retida ou resultante da transferência é reconhecida.
 - Se a entidade cedente retém o controlo do ativo financeiro transferido, continua a reconhecê-lo na demonstração da posição financeira por um valor igual à sua exposição com as alterações de valor que possa ter e reconhece um passivo associado ao ativo financeiro transferido. O valor líquido do ativo transferido e do passivo associado será ao custo amortizado dos direitos e obrigações retidos, se o ativo for mensurado pelo custo amortizado, ou pelo justo valor dos direitos e obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado pelo justo valor.

2.7 Inventários

Os inventários estão valorizados ao mais baixo do custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da sociedade, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

2.8 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados na demonstração da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

2.9 Imparidade de ativos não financeiros

2.9.1 De ativos não financeiros

Os ativos da AdTA são analisados à data de cada demonstração da posição financeira por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado. Para o goodwill e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data da demonstração da posição financeira, tendo em conta as premissas dos contratos de concessão, o valor recuperável corresponde ao valor de uso, e esta por sua vez corresponde à remuneração garantida (dividendo) em cada um dos anos ao longo do prazo da concessão. Estes montantes são parte integrante do EVEF (estudo de viabilidade económica e financeira) anexos aos contratos de concessão que são reenviados periodicamente para o regulador do sector. Sempre que existem indicações de potenciais perdas por imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos da AdTA. Quando o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável, sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

2.9.2 Determinação da quantia recuperável dos ativos

Para os ativos, a quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

2.9.3 Reversão de perdas por imparidade

Uma perda por imparidade reconhecida num valor a receber de médio e longo prazo (não corrente) só é revertida caso a justificação para o aumento da respetiva quantia recuperável assente num acontecimento com ocorrência após a data do reconhecimento da perda por imparidade. As perdas por imparidade relativas a outros ativos são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

2.10 Capital

As ações ordinárias, de categoria A e B (nota 1.1), são classificadas no capital próprio. Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

2.11 Dividendos a pagar

Os dividendos são reconhecidos como passivo quando declarados/colocados à disposição, deduzidos da respetiva retenção na fonte, quando aplicável.

2.12 Subsídios do Governo

Os subsídios relacionados com ativos (para investimentos) são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a AdTA cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos fixos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos no passivo não-corrente e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da depreciação dos ativos subjacentes.

Os restantes subsídios são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar, sendo apresentados a deduzir aos gastos relacionados.

2.13 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com fiabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a AdTA divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida. As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a sociedade é parte integrante da disposição de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos futuros derivados dos mesmos. As provisões são mensuradas ao valor presente, à data da demonstração da posição financeira, com base na melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Ativos e passivos contingentes

Ativos contingentes são potenciais ativos da sociedade que resultam de acontecimentos passados, mas cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, os quais não se encontram no seu controlo. A AdTA procede à sua divulgação nas notas às contas, quando se torna provável o recebimento de benefícios económicos futuros. Procede ao seu reconhecimento nas Demonstrações Financeiras quando se torna virtualmente certo o seu recebimento.

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo da sociedade. Podem ainda representar obrigações presentes em resultado de acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras. A AdTA procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é considerada remota. Procede ao seu reconhecimento ou constitui provisão, quando se torna provável o pagamento de benefícios económicos e o seu valor é passível de ser estimado com algum grau de fiabilidade.

2.14 Imposto sobre o rendimento

A AdTA encontra-se sujeita à tributação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), com base nas respetiva matéria coletável e taxas de imposto aplicáveis.

A sociedade é tributada à taxa de 21%, acrescida da taxa de derrama municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável. Adicionalmente, acresce a taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 1,5 milhões de EUR até ao limite de 7,5 milhões de EUR, de 5% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 7,5 milhões de EUR até ao limite de 35 milhões de EUR, sendo aos montantes superiores aos 35 milhões de EUR aplicada uma taxa de 9%.

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores na demonstração da posição financeira. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração Empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida

em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido passivo para a mesma data e com a mesma autoridade fiscal.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data das demonstrações financeiras e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em outras reservas consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem. Os reconhecimentos de impostos diferidos em "Outras Reservas" são realizados para transações registadas por contrapartida de capitais próprios.

2.15 Rédito de contratos com clientes

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos. A AdTA apenas reconhece o rédito que resulta da aplicação das tarifas aprovadas pela ERSAR.

A IFRS 15 prevê um modelo de cinco passos para a contabilização do rédito proveniente de contratos com clientes e requer que o rédito seja reconhecido por um valor que reflita a retribuição a que uma entidade espera ter direito em troca dos bens e/ou serviços que serão transferidos para o cliente. Os cinco passos previstos são: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Na maioria das vendas de bens ou prestação de serviços efetuadas pela AdTA, existe apenas uma obrigação de desempenho ("performance obligation"), pelo que o rédito é reconhecido de imediato, com a prestação do serviço ao cliente.

O rédito é reconhecido como segue:

2.15.1 Prestação de serviços

Atividade regulada - Saneamento e parcerias

O rédito é reconhecido com base em (i) rendimentos tarifários; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados;

2.15.2 Rédito regulatório e relacionado com atividade concessionada

Ver notas 2.2.6. desvios de recuperação de gastos e 2.2.7 rédito dos serviços de construção.

2.16 Trabalhos para a própria entidade

Nesta rubrica são reconhecidos os gastos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos financeiros capitalizados bem como alguns gastos com pessoal. São mensurados ao gasto, sendo, portanto reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (custos internos) ou nos respetivos custos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são registados diretamente na demonstração da posição financeira sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável, razão pela qual esta rubrica não é apresentada na demonstração dos resultados.

2.17 Gastos e perdas

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (periodização económica).

2.18 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira, se materiais são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

3. Políticas de gestão do risco financeiro

3.1 Fatores de risco

As atividades da AdTA estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, risco de liquidez e de capital, e risco de crédito. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados, outros instrumentos não estruturados e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

3.2 Risco de mercado

3.2.1 Risco de taxa de juro

O risco da taxa de juro da AdTA advém, essencialmente, da contratação de empréstimos, quer de longo prazo (não corrente) quer de curto prazo (corrente), quando aplicável. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a AdTA ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a AdTA ao risco do justo valor associado à taxa de juro. Igualmente associado à volatilidade das taxas de juro está a remuneração acionista prevista no Contrato de Concessão, e consequentemente o desvio de recuperação de gastos. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da AdTA, que evidencia o facto de a AdTA apenas ter contratualizado neste momento financiamentos (BEI) à taxa fixa.

	31.12.2020	Taxa média +1%	Taxa média -1%
Juros suportados – taxa fixa (nota 40)	5 020 815	n.a.	n.a.

3.2.2 Risco do preço da energia e combustíveis

Os gastos anuais da AdTA em energia e combustíveis representam aproximadamente 28% (30% em 2019) do total de fornecimentos e serviços externos, ou seja, cerca de 8,4 milhões de euros (8,3 milhões de euros em 2019) para um total de 30,3 milhões de euros (27,5 milhões de euros em 2019). A AdP Serviços (Empresa de serviços partilhados do Grupo AdP) negocia e contratualiza centralmente a aquisição destes produtos para todo o Grupo.

3.3 Risco de liquidez e de capital

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida fluante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da AdTA pretende assegurar a flexibilidade da dívida fluante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis contratualizadas pelo Grupo AdP ("contratos grupados"). A AdTA, através do Grupo, efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos. A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da AdTA por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, não descontados a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos) (ver notas 21, 22, 25, 26 e 27).

	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Financiamentos	11 621 156	58 949 727	141 592 660
Passivos por locação	479 470	425 641	-
Fornecedores e outros passivos	15 416 570	260 843	355 340

O objetivo da AdTA em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na demonstração da posição financeira, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O intuito da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações da AdTA, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política da AdTA é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da Empresa-mãe, a AdP, SGPS, S.A., que, por sua vez, fará empréstimos às suas subsidiárias. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência e redução do custo médio de capital.

	Nota	31.12.2020	31.12.2019
Empréstimos não correntes	21	200 542 387	212 066 489
Empréstimos correntes	21	11 621 156	10 117 197
Disponibilidades	18	(96 163 451)	(81 614 386)
Apoio de tesouraria à SGPS	17	-	(14 000 000)
Dívida		116 000 092	127 674 940
Subsídios ao investimento e outros	25	125 713 692	130 369 310
Total do capital próprio	19	115 574 654	115 903 492
Capital		241 288 346	246 272 803
Dívida/total do capital		0,48	0,52

O modelo de financiamento da AdTA assenta fundamentalmente em duas grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais: i) o financiamento bancário, com exclusiva incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI e no capital próprio; e ii) subsídios ao investimento não reembolsáveis.

3.4 Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a AdTA. A sociedade está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

3.4.1 Contraparte de exploração

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes. Este risco é em teoria reduzido, dadas as características do serviço prestado (a entidades estatais - municípios).

Apesar da situação económica e financeira particular do país nos últimos anos, com consequências diretas junto das autarquias locais, e da situação de Pandemia devido ao novo vírus, a AdTA viu o seu montante de dívidas de clientes diminuir face a anos anteriores, respeitando os valores por liquidar mais antigos a situações pontuais de divergência entre as antigas Empresas, que deram origem à AdTA, e os municípios.

As perdas por imparidade para contas a receber são calculadas considerando: i) o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional ou Empresarial; ii) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio; e iii) a condição financeira do cliente.

O Conselho de Administração da AdTA avalia permanentemente a adoção de medidas que visem assegurar a recuperabilidade dos saldos a receber dos Municípios, entre as quais, o acionamento do mecanismo associado ao privilégio creditório (o qual incide sobre as dívidas correntes), e o estabelecimento de acordos de pagamento, interposição de injunções/ ações judiciais, medidas que não foram necessárias aplicar em 2020.

Ainda que atendendo à incerteza existente acerca dos prazos em que os clientes Municípios procederão ao cumprimento das suas obrigações, o Conselho de Administração da AdTA continua a entender que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas por imparidade, para além das reconhecidas e em situações muito específicas.

3.4.2 Contraparte de depósitos

A seguinte tabela representa a exposição máxima da AdTA a risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2020, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos na demonstração da posição financeira, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face da demonstração da posição financeira.

Ativos financeiros bancários	31.12.2020	31.12.2019
Depósitos à ordem	96 147 858	73 135 868
Depósitos a prazo	5 000	8 450 198
Investimentos financeiros	13 047	6 543
	96 165 904	81 592 609

Rating	31.12.2020	31.12.2019
A2- (Moody's)	17 240	-
A3- (Moody's)	9 460	3 790
Ba1 (Moody's)	653 849	-
Baa1- (Moody's)	307 674	586 979
Baa3- (Moody's)	95 133 223	80 675 888
B2	31 412	-
Caa1 (Moody's)	-	319 409
N/A	13 047	6 543
	96 165 904	81 592 609

Nota: Cotação de rating obtida nos sites das instituições financeiras em janeiro de 2021.

3.5 Risco de exploração

3.5.1 Risco de catástrofe

A AdTA está exposta a riscos de catástrofes e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos a sociedade tem contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

3.5.2 Risco regulatório

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março, foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pela AdTA. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cashflow*, na medida em que tem a competência para definir um cenário de eficiência produtiva que estabelece que os gastos a serem recuperados pela tarifa podem diferir dos gastos efetivamente incorridos. Nestes gastos incluem-se os gastos financeiros.

4. Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da AdTA são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

4.1 Provisões

A AdTA analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A AdTA é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de fluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

A sociedade constituiu no exercício económico de 2020 provisões no valor de 860 068 euros (nota 20).

4.2 Ativos tangíveis, intangíveis e ativos sob direito de uso

Vida útil

A determinação das vidas úteis dos ativos bem como o método de depreciação/amortização é essencial para determinar o montante de depreciações e amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão. No entanto, tratando-se maioritariamente de uma atividade concessionada e regulada, a vida útil dos ativos está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pela regulação económica (caudais e prazo da concessão). De salientar que as estimativas de caudais a tratar/abastecer está sujeita a revisões periódicas, com base em nova informação disponível, a qual está a ser analisada no âmbito do processo de reestruturação do setor.

Na determinação do investimento contratual a AdTA utiliza para efeitos de base de amortizações o valor dos investimentos contratuais previstos no Contrato de Concessão e/ou EVEF (Estudos de Viabilidade Económica e Financeira) submetidos posteriormente à ERSAR, os quais poderão estar sujeitos a revisão e aprovação por parte do mesmo, com conseqüente impacto nas demonstrações financeiras.

Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da AdTA, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à sociedade.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

À data de emissão das demonstrações financeiras a sociedade não tinha situações que implicassem o reconhecimento de imparidades.

4.3 Imparidade de contas a receber

As perdas por imparidade das contas a receber são calculadas de acordo com a perda esperada, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas a avaliação de imparidade das contas a receber diferem de negócio para negócio.

À data de emissão das demonstrações financeiras da AdTA não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados, para além das perdas por imparidade reconhecidas nestas demonstrações financeiras. Se por efeito de alguma avaliação for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor da demonstração da posição financeira do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da sociedade.

A sociedade tem constituída imparidade no valor de 243 859 euros (nota 16) referente à totalidade da dívida da Trevoeste, dívida essa referente ao período da extinta empresa Águas do Oeste por prestação de serviços de assessoria técnica e faturação de juros de mora.

4.4 Estimativa de impostos e impostos diferidos

A determinação do imposto sobre o rendimento requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Assim, a AdTA

cumpra as orientações da IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre o Rendimento no que respeita à determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento, não tendo resultado da aplicação da mesma qualquer impacto material nas demonstrações financeiras.

A AdTA entende que das eventuais revisões das declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta o contexto atual e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte do Conselho de Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta: a data e a quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e as estratégias de planeamento fiscal futuro.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras, no entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Conforme disposto na IAS 8, alterações a estas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, são corrigidas em resultados de forma prospetiva.

4.5 Desvio de Recuperação de Gastos (DRG)

O DRG é calculado nos termos do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, e do Contrato de Concessão que estipula, para o período regulatório atual, que o DRG resulta da diferença verificada, anualmente, entre o resultado líquido da sociedade adveniente da exploração e gestão do sistema e o resultado líquido que resultaria da aplicação das regras de determinação das tarifas necessárias que tem como critério a recuperação dos custos de exploração o investimento e uma remuneração dos capitais próprios e reservas legais corresponde à rentabilidade média diária das OT a 10 anos + 3% e da remuneração acionista em dívida à rentabilidade média diária das OT a 10 anos; não devendo incorporar as diferenças entre os custos efetivamente incorridos e os custos admissíveis em cenário de eficiência produtiva, de acordo com critérios previamente definidos pela ERSAR ('Critérios de Eficiência Produtiva').

	31.12.2020	31.12.2019
Remuneração acionista (nota 43)	3 897 935	4 277 855
Remuneração acionista +1%	5 041 025	4 320 634
Remuneração acionista -1%	2 754 846	4 235 077

A estimativa do DRG é, em cada exercício, determinada com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessa estimativa do DRG. Conforme disposto na IAS 8, alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das presentes demonstrações financeiras, são corrigidas em resultados de forma prospetiva.

A AdTA recebeu a 16 de abril de 2020 por parte da ERSAR o Projeto de Decisão Final sobre o DRG de 2019, tendo aquela entidade considerado como gastos não aceites o valor de 218 986 euros (nota 11) referente à rubrica de CMVMC, por incumprimento da métrica definida para 2019 do custo unitário com reagentes de 0,0139 euros/m³, valor não atingido pela AdTA.

Nos termos do respetivo Contrato de Concessão, as concessionárias devem enviar à ERSAR, até 31 de janeiro do ano seguinte a que respeita, o cálculo do montante do DRG, para que no âmbito das suas competências aprove o respetivo valor até ao final de fevereiro. À data de apresentação das contas, a Sociedade tinha conhecimento do projeto de decisão sobre o desvio de recuperação de gastos para o exercício de 2020, que refere uma proposta de ajustamento, no sentido deficitário, no montante de 38 079 euros. O referido projeto de decisão da Entidade Reguladora será objeto de contraditório por parte da AdTA, pelo que à data da aprovação das demonstrações financeiras não existe uma decisão definitiva sobre o valor do Desvio de Recuperação de Gastos (nota 49).

5. Instrumentos financeiros por categoria do IFRS 9

5.1 Classificação dos ativos e passivos financeiros de acordo com o IFRS 9

	Ativos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	TOTAL	Ativos e passivos não classificados como instrumentos financeiros	Total da demonstração da posição financeira a 31.12.2020
Ativos intangíveis	-	-	-	441 615 954	441 615 954
Ativos tangíveis	-	-	-	175 857	175 857
Ativos sob direito de uso	-	-	-	989 496	989 496
Investimentos financeiros	13 047	-	13 047	-	13 047
Impostos diferidos ativos	-	-	-	52 773 189	52 773 189
Desvio tarifário ativo	-	-	-	2 947 026	2 947 026
Inventários	-	-	-	1 852 266	1 852 266
Clientes	-	-	-	11 892 600	11 892 600
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	-	227 213	227 213
Estado e outros entes públicos	-	-	-	700 871	700 871
Outros ativos correntes	-	-	-	1 108 668	1 108 668
Caixa e seus equivalentes	96 163 451	-	96 163 451	-	96 163 451
Total do ativo	96 176 498	-	96 176 498	514 283 141	610 459 639
Provisões	-	-	-	860 068	860 068
Empréstimos não correntes	-	200 542 387	200 542 387	-	200 542 387
Passivos por locação não correntes	-	-	-	425 641	425 641
Fornecedores e outros passivos não correntes	-	616 182	616 182	-	616 182
Impostos diferidos passivos	-	-	-	16 767 659	16 767 659
Acréscimos gastos inv. contratual	-	-	-	118 679 491	118 679 491
Subsídios ao investimento	-	-	-	125 713 692	125 713 692
Empréstimos correntes	-	11 621 156	11 621 156	-	11 621 156
Passivos por locação correntes	-	-	-	479 470	479 470
Fornecedores	-	9 390 928	9 390 928	-	9 390 928
Outros passivos correntes	-	-	-	6 025 642	6 025 642
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	-	-	-
Estado e outros entes públicos	-	-	-	3 762 667	3 762 667
Total do passivo	-	222 170 653	222 170 653	272 714 332	494 884 984

6. Ativos intangíveis

	31.12.2020	31.12.2019
Despesas de desenvolvimento	239 654	249 009
Propriedade industrial e outros direitos	27 254	26 365
Outros ativos intangíveis	2 757 613	2 861 784
Direitos de utilização de infraestruturas (DU)	421 723 452	431 325 803
Ativos em Curso	16 867 982	12 753 129
	441 615 954	447 216 089

A AdTA não reconhece ativos intangíveis gerados internamente.

6.1 Movimentos do período

Valor Bruto	31.12.2018	Aumentos	Abates	Transfer	31.12.2019
Despesas de desenvolvimento	2 295 923	-	-	467	2 296 391
Propr. industrial e outros direitos	39 250	1 208	-	-	40 458
AI-Outros Imob Inc	5 198 405	-	-	-	5 198 405
DUI	844 125 719	345 394	(558 041)	13 426 644	857 339 715
Ativos Intangíveis em Curso	11 842 409	14 317 687	-	(13 406 967)	12 753 129
	863 501 706	14 664 288	(558 041)	20 141	877 628 097
Amortizações acumuladas	31.12.2018	Aumentos	Abates	Transfer	31.12.2019
Despesas de desenvolvimento	(2 038 832)	(8 204)	-	(345)	(2 047 382)
Propr. industrial e outros direitos	(12 932)	(1 161)	-	-	(14 093)
AI-Outros Imob Inc	(2 232 259)	(104 363)	-	-	(2 336 621)
DUI	(403 209 097)	(15 695 299)	199 629	(7 309 145)	(426 013 912)
	(407 493 120)	(15 809 027)	199 629	(7 309 490)	(430 412 008)
Valor líquido	456 008 585	(1 144 738)	(358 412)	(7 289 346)	447 216 089

Valor Bruto	31.12.2019	Aumentos	Abates	Transfer	31.12.2020
Despesas de desenvolvimento	2 296 391	-	-	-	2 296 391
Propr. industrial e outros direitos	40 458	2 607	-	-	43 065
AI-Outros Imob Inc	5 198 405	-	-	-	5 198 405
DUI	857 339 715	303 185	-	12 664 468	870 307 368
Ativos Intangíveis em Curso	12 753 129	16 782 533	-	(12 667 680)	16 867 982
	877 628 097	17 088 324	-	(3 212)	894 713 210
Amortizações acumuladas	31.12.2019	Aumentos	Abates	Transfer	31.12.2020
Despesas de desenvolvimento	(2 047 382)	(9 355)	-	-	(2 056 737)
Propr. industrial e outros direitos	(14 093)	(1 718)	-	-	(15 811)
AI-Outros Imob Inc	(2 336 621)	(104 171)	-	-	(2 440 792)
DUI	(426 013 912)	(15 784 003)	-	(6 786 002)	(448 583 916)
	(430 412 008)	(15 899 247)	-	(6 786 002)	(453 097 256)
Valor líquido	447 216 089	1 189 078	-	(6 789 213)	441 615 954

Para os investimentos realizados em 2020, no montante global de 17 088 324 euros (nota 30), contribuíram principalmente as seguintes empreitadas (nota: foram ainda realizados investimentos relativos a estudos/projetos, assessorias, terrenos e fiscalizações associadas às empreitadas):

Principais empreitadas	2020
Beneficiação da Fábrica de Água de Beirolos - Fase I	2 713 291
Remodelação do Sistema de Arejamento e do Espessamento de Lamas da Fábrica da Água de São João Talha	1 732 131
Sistema de Saneamento de Maxial e Alcoentre (processo judicial Proc. 1211/12.1 BERLA)-(ver nota 20)	1 231 629
Execução de Reparações Gerais de Construção Civil - 2021	794 427
Reabilitação de Descarregadores dos Subsistemas de Alcântara e Chelas- Fase I	686 114
Execução dos Emissários Gravíticos e Sistemas Elevatórios do Subsistema da Ericeira Fase II (Sistema Elevatório S. Lourenço)	673 945
Reparações Gerais e Melhorias de Segurança em Infraestruturas Existentes	628 217
Beneficiação do Aproveitamento de Biogás das Fábricas de Água de Beirolos, Frielas e S. João da Talha - PEPE	581 694
Remodelação do Sistema de Extração de Lamas das Pontes dos Decantadores Secundários na Fábrica da Água de Frielas - P1 a P4 - PEPE	537 212
Reparação e Substituição de Equipamentos nas FA de Ericeira, Encarnação e Torres Vedras	420 366
Substituição de Equipamento no Subsistema da Costa do Estoril	281 818
Execução dos Sistemas Elevatórios de Torre Penalva e Casal de Além	271 971
Sistema de Tratamento Complementar para Reciclagem de Águas Residuais da Fábrica de Água de Beirolos	247 881
Beneficiação do Sistema de Desinfecção por UV da Fábrica de Água de Alcântara	243 520
Beneficiação e Ampliação do Subsistema de Barril	242 324
Linha de Investigação e Desenvolvimento de Reutilização da Fábrica de Água de Alcântara	218 907
Construção dos Sistemas Elevatórios de Moledo, Feteira, Reguengo Pequeno e Pena Seca	204 253
Fornecimento e Montagem de Grupo de Cogeração na Fábrica de Água de Frielas - PEPE	186 374
Fornecimento e Montagem de Sistema de Difusão de Ar do Tipo "Bolha Fina" para as Fábrica de Água de Chelas e Frielas -Fase II	167 806
Construção da Estação Elevatória de Ribaldeira	154 536
Reparações em Pavimentos na Área de Concessão	145 899
Instalação de Sistema de Bombagem em Linha de Moledo e Feteira	127 774
Construção de Espaços de Armazenamento, Arquivo e Parque Exterior da Fábrica de Água de Alcântara	123 775
Emissário Quinta das Pretas - Fase II e Fase III.	122 588
Pavimentações na Área de Concessão da Água do Tejo Atlântico	121 479
	12 859 931

Do valor de aumento de investimento em 2020, 1 006 934 euros respeitam a capitalização de gastos com o pessoal das direções diretamente afetadas aos projetos de investimento - engenharia, gestão de ativos e manutenção na componente de construção civil (nota 2.16 e 33).

Do valor de ativos intangíveis em curso de 16 867 982 euros, destacam-se os seguintes projetos em curso:

Projetos em curso	31.12.2020
Conceção/Construção da remodelação do sistema de arejamento e do espessamento de lamas da Fábrica da Água de São João Talha	1 843 135
Construção do Sistema de Saneamento de Maxal/Aldeia Grande e Construção do Sistema de Saneamento de Alcoentre - Processo Judicial (nota 20 e 26)	1 231 629
Construção dos Sistemas Elevatórios de Moledo, Feteira, Reguengo Pequeno e Pena Seca	1 084 684
Reabilitação de Descarregadores dos Subsistemas de Alcântara e Chelas- Fase I	853 407
Execução de Reparações Gerais de Construção Civil – 2021	821 844
Beneficiação do Sistema de Desinfeção por UV da Fábrica de Água de Alcântara	709 928
Conceção/Construção da Beneficiação do Aproveitamento de Biogás das Fábricas de Água de Beirolas, Frielas e S. João da Talha - PEPE	585 898
Ordens de Trabalho da Manutenção	534 067
Reparação e Substituição de Equipamentos nas FA de Ericeira, Encarnação e Torres Vedras	420 730
Conceção/Construção da Adaptação e Completamento da ETAR de Alcântara	412 510
Manutenção do Sistema de Medição de Caudais da zona sul da Águas do Tejo Atlântico	381 622
Execução dos Sistemas Elevatórios de Torre Penalva e Casal de Além	333 030
Construção da Estação Elevatória de Ribaldeira	317 260
Remodelação dos interceptores de Camarate, Apelação e Unhos	314 702
Beneficiação e Ampliação do Subsistema de Barril	284 967
Substituição de equipamento no Subsistema da Costa do Estoril	282 298
Santo Estevão das Galés - Subsistema de Frielas	280 865
Conceção/Construção do Sistema de Tratamento Complementar para Reciclagem de Águas Residuais da Fábrica de Água de Beirolas	250 089
Secagem térmica	225 180
Conceção/Construção da linha de investigação e desenvolvimento de reutilização da Fábrica de Água de Alcântara	223 460
Fornecimento e montagem de sobrepessores para o arejamento da ETAR de Frielas	220 519
Reparações de Construção Civil nos Multífilo da ETAR de Alcântara	209 430
Fornecimento e montagem de sistema de difusão de ar do tipo "bolha fina" para as ETAR de Chelas e Frielas -Fase II	208 251
Coletores da margem esquerda do Caneiro de Alcântara	189 221
Fornecimento e Montagem de Grupo de Cogeração na ETAR de Frielas - PEPE	186 374
Controlo de Caudais da Águas do Tejo Atlântico	182 075
Manutenção edifícios ETAR e EE	164 710
Reparações em Pavimentos na Área de Concessão	162 428
Reabilitação do emissário de Barcarena no troço entre a travessa do IC19 e o Interceptor	161 759
Interceptores norte e sul - adaptação aos sistemas unitários	157 739
Monitorização	154 166
Emissário Quinta das Pretas - Fase II e Fase III	145 979
Elaboração de Estudos e Projetos do Âmbito das Águas Residuais	145 695
Coletores da margem esquerda do Caneiro de Alcântara - Travessa da Horta Navia	132 059
Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico – Iª Fase	125 287
Reparação de Vedações de Recintos de ETAR e EE	104 064
Estudo do comportamento hidráulico do sistema interceptor Caneças/Ramada/Odivelas e projeto de execução de controlo de caudais unitários	101 719
Outros projetos	2 725 203
	16 867 982

No respeitante às amortizações, na coluna referente a transferências de amortizações acumuladas, o valor de 6 786 002 euros, respeita à transferência de acréscimo de gastos de investimento contratual, tendo por base as aquisições do exercício e a passagem de ativo intangível em curso para firme (Nota 24.1), para amortizações acumuladas.

Salienta-se durante o ano de 2020 a passagem a firme das seguintes empreitadas:

Principais empreitadas	2020
Conceção/Construção para a beneficiação da ETAR de Beirolas - Fase I	6 042 929
Execução dos emissários gravíticos e sistemas elevatórios do subsistema da Ericeira Fase II (Sistema Elevatório S. Lourenço)	1 647 379
Reparações de Construção Civil em Infraestruturas Existentes	1 252 221
Reparações Gerais e Melhorias de Segurança em Infraestruturas Existentes	941 242
Conceção-construção da remodelação do sistema de extração de lamas das pontes dos decantadores secundários na Fábrica da Água de Frielas	695 762
Melhoria de condições de segurança das infraestruturas da área de Concessão	439 444
Construção de espaços de armazenamento: arquivo e parque exterior da ETAR de Alcântara	426 405
Reabilitação emissário Castelhana A5-IT	373 012
Pavimentações na área de concessão da Águas do Tejo Atlântico	320 084
Outras	529 202
	12 667 680

Na coluna de transferências para além da passagem de investimento em curso para firme de ativos intangíveis, ocorreu a ainda a transferência para ativos tangíveis do valor de 3 212 euros (nota 7.1).

A título informativo, em 2020 ocorreu a receção provisória assinada das seguintes empreitadas:

Empreitadas	2020
Execução dos Emissários Gravíticos e Sistemas Elevatórios do Subsistema da Ericeira Fase II (Sistema Elevatório S. Lourenço)	1 431 569
Reparações de Construção Civil em Infraestruturas Existentes	1 191 066
Reabilitação do emissário da Castelhana, no troço entre a Auto-estrada A5 e o Interceptor (ex CS0160.00 a CS1020.00)	882 650
Remodelação do sistema de extração de lamas das pontes dos decantadores secundários na Fábrica da Água de Frielas - P1 a P4 - PEPE	649 793
Melhoria de Condições de Segurança nas Infraestruturas da Área de Concessão	378 846
Construção de Espaços de Armazenamento, Arquivo e Parque Exterior da Fábrica de Água de Alcântara	357 481
Pavimentações na Área de Concessão da Águas do Tejo Atlântico	286 377
Substituição de caixas de visita em troço do Interceptor de Ribamar	30 000
Reativação da Lagoa de Maturação da Fábrica de Água da Maceira	29 990
	5 237 772

7. Ativos fixos tangíveis

Handwritten notes and signatures in blue ink.

7.1 Movimentos do exercício

Valor Bruto	31.12.2018	Aumentos	Abates	Transfer	31.12.2019
Ativos fixos tangíveis	280 440	106 055	-	(20 144)	366 351
	280 440	106 055	-	(20 144)	366 351
Depreciações acumuladas	31.12.2018	Aumentos	Abates	Transfer	31.12.2019
Ativos fixos tangíveis	(75 474)	(87 611)	-	1 729	(161 356)
	(75 474)	(87 611)	-	1 729	(161 356)
Valor líquido	204 965	18 444	-	(18 416)	204 994

Valor Bruto	31.12.2019	Aumentos	Abates	Transfer.	31.12.2020
Ativos fixos tangíveis	366 351	122 004	(74)	3 212	491 492
	366 351	122 004	(74)	3 212	491 492
Depreciações acumuladas	31.12.2019	Aumentos	Abates	Transfer.	31.12.2020
Ativos fixos tangíveis	(161 356)	(154 292)	14	-	(315 635)
	(161 356)	(154 292)	14	-	(315 635)
Valor líquido	204 994	(32 288)	(60)	3 212	175 857

8. Ativos sob direito de uso

8.1 Movimentos do exercício

Valor Bruto	31.12.2019	Aumentos	Ajustam.	31.12.2020
Equipamento de transporte	1 478 522	-	(147 276)	1 331 245
Inangíveis Licenças	-	337 807	-	337 807
	1 478 522	337 807	(147 276)	1 669 053
Depreciações acumuladas	31.12.2019	Aumentos	Ajustam.	31.12.2020
Equipamento de transporte	(387 175)	(359 514)	76 695	(669 993)
Inangíveis Licenças	-	(9 564)	-	(9 564)
	(387 175)	(369 077)	76 695	(679 556)
Valor líquido	1 091 347	(31 270)	(70 581)	989 496

9. Outros ativos financeiros

	31.12.2020	31.12.2019
Fundo de compensação do trabalho	13 047	6 543
	13 047	6 543

10. Impostos diferidos

	Taxa	31.12.2019	Regularizações	Efeito taxa	Aumentos	Diminuições	31.12.2020
Investimento contratual		193 955 186	-	-	3 463 988	(2 664 194)	194 754 980
Diferença amortizações		12 425 084	-	-	-	(518 425)	11 906 659
Passivo da locação contabilizado		1 105 639	(1 105 639)	-	-	-	-
		207 485 909	(1 105 639)	-	3 463 988	(3 182 619)	206 661 639
Total imposto diferido ativo	25,65%/25,54%	53 225 548	(282 336)	(241 873)	884 565	(812 715)	52 773 189

	Taxa	31.12.2019	Regularizações	Efeito taxa	Aumentos	Diminuições	31.12.2020
Investimento contratual		61 332 747	-	-	-	(3 033 670)	58 299 077
Diferença subsídios		4 416 632	-	-	-	-	4 416 632
Ativo sob direito de uso contabilizado		1 091 347	(1 091 347)	-	-	-	-
		66 840 726	(1 091 347)	-	-	(3 033 670)	62 715 709
Imposto diferido passivo	25,65%/25,54%	17 146 390	(278 687)	(77 918)	-	(774 679)	16 015 106
Desvio de recuperação de gastos		13 794 402	(218 986)	-	-	(10 628 389)	2 947 026
Imposto diferido passivo - DRG	25,65%/25,54%	3 538 624	(56 176)	(15 825)	-	(2 714 069)	752 554
Total imposto diferido passivo	25,65%/25,54%	20 685 014	(56 176)	(93 744)	-	(3 488 748)	16 767 659

Efeito em resultados	31.12.2020
Efeito variação de taxa	(91 953)
Efeitos do período	3 556 949
	3 464 996

O Grupo AdP em resultado de parecer obtido junto dos seus consultores fiscais, partilhou com o Conselho de Administração da sociedade, um "assessment" relativo à aplicação de impostos diferidos, decorrentes da aplicação da IFRS 16 (Locações), tendo concluído que esta matéria não seria sujeita, a diferenças temporárias, dedutíveis e tributáveis, respetivamente, razão pela qual, foram retirados ("writte off") das bases dos quadros acima, os montantes de 1.105.639 euros (base de AID) e 1.091.347 euros (Base de PID). Deste novo "assessment", o Conselho de Administração da AdIA, entende que não resultarão impactos materiais para as demonstrações financeiras.

Conforme indicado na nota 2.14 e na nota 4.4 a sociedade regista impostos diferidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras, sendo esta avaliação realizada anualmente e refletida nas respetivas contas.

Sobre esta nota, deve ser tido também em atenção a nota 28.2. relativa ao imposto corrente e diferido do período.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature and some illegible scribbles.

II. Desvio tarifário

	31.12.2020	31.12.2019
Ativo regulatório - desvio de recuperação de gastos (bruto)	2 947 026	13 794 402
	2 947 026	13 794 402

O valor apurado de DRG no exercício de 2020 foi o seguinte:

	31.12.2020	31.12.2019
Resultado líquido (sem DRG)	11 796 430	13 989 628
Remuneração acionista (nota 43)	3 697 935	4 277 855
DRG - líquido	7 898 495	9 711 773
Ajustamento da taxa de imposto	15 825	15 199
	7 914 320	9 726 972
Imposto (taxa 25,54%/25,65%)	2 714 069	3 356 166
DRG - bruto	10 628 389	13 083 138

Os movimentos no desvio tarifário foram os seguintes:

DRG bruto a 31.12.2019	13 794 402
Acerto DRG de 2019 (nota 4.5)	(218 986)
DRG de 2020	(10 628 389)
DRG Bruto 31.12.2020	2 947 026

12. Clientes e outros ativos não correntes

	31.12.2020	31.12.2019
Clientes - não corrente		
Cobranças Temporárias - Clientes ex-AdO a)	78 732	771 226
Total não corrente	78 732	771 226
Clientes - corrente		
S. M. Água Saneamento Sintra	978 281	929 997
Câmara Municipal Rio Maior	62 903	61 773
Município Bombarral	38 677	75 032
SIMAS de Oeiras e Amadora	2 152 828	2 562 181
Município de Óbidos	182 724	90 270
SIMAS Vila Franca de Xira	395 506	391 362
Município de Loures	737 697	725 898
SIMAS de Torres Vedras	511 478	500 381
Município de Sobral de Monte Agraço	36 458	104 893
Município da Lourinhã	83 860	244 936
Município do Cadaval	39 415	38 070
Município de Azambuja	83 836	83 836
S.M.C. Municipal de Alcobaça	357 391	237 058
S.M. das Caldas da Rainha	68 163	61 117
Águas da Azambuja, SA	(978 994)	(980 727)
AdC - Águas de Cascais, SA	1 336 736	1 281 728
Águas de Alenquer, SA	228 870	225 005
Município de Lisboa	2 842 435	2 813 584
Município de Amada dos Vinhos	87 233	128 389
Município de Odivelas	438 800	663 694
S. M. da Nazaré	119 577	114 096
SIMAS de Peniche	51 629	50 363
SIMAS de Mafra	189 976	185 881
	10 045 479	10 788 517
Clientes municipais - total	10 124 211	11 559 743
Outros	43 684	59 032
Clientes Cobrança Duvidosa	-	18 154
Cobranças Temporárias - Clientes ex-AdO a)	741 440	612 384
Saldo de natureza contrária - Passivos (nota 27)	983 264	984 389
Imparidade	-	(18 154)
Total corrente	11 813 868	12 444 322
Total corrente e não corrente	11 892 600	13 215 548

O valor classificado em "Cobranças Temporárias" (a) resulta de acordos de pagamento efetuados e geridos pela Águas do Vale do Tejo, e que, por englobarem, em simultâneo, dívidas resultantes da prestação de serviços de abastecimento e saneamento, permanecem sob gestão da AdVT, e que, à data de 31 de dezembro de 2020, respeitavam à Águas de Alenquer e ao Município de Sobral de Monte Agraço.

Face ao ano anterior verifica-se uma diminuição do valor da dívida em 1 322 948 euros, essencialmente pela redução do valor da dívida referente aos acordos de pagamento, anteriormente mencionados, e antecipação de pagamento por parte de alguns municípios.

A sociedade manteve o seu Prazo Médio de Recebimentos nos 51 dias.

12.1 Clientes municipais por data de vencimento

Dos valores vencidos destaca-se o respeitante ao Município de Lisboa, que decorre de situação de desacordo sobre os valores faturados de juros de mora pela ex-SIMTEJO.

Os restantes valores vencidos até n devem-se essencialmente a valores vencidos com menos de 60 dias, resultando de ligeiros atrasos na liquidação da faturação.

Clientes municipais	vencido até n-2	vencido até n-1	vencido até n	Total vencido	não vencido	Total 2020
S. M. Água Saneamento Sintra	-	-	-	-	978 281	978 281
Camara Municipal Rio Maior	-	-	-	-	62 903	62 903
Município Bombarral	-	-	-	-	38 677	38 677
SIMAS de Oeiras e Amadora	-	-	-	-	2 152 020	2 152 020
Município de Óbidos	-	-	90 911	90 911	91 813	182 724
SMAS Vila Franca de Xira	-	-	-	-	395 506	395 506
Município de Loures	-	-	-	-	737 697	737 697
SMAS de Torres Vedras	-	-	-	-	511 478	511 478
Município de Sobral de Monte Agraço	-	177	-	177	36 280	36 458
Município da Lourinhã	-	-	-	-	83 860	83 860
Município do Cadaval	-	-	-	-	39 415	39 415
Município de Azambuja	83 836	-	-	83 836	-	83 836
S.M.C. Municipal de Alcobaça	-	-	118 757	118 757	238 634	357 391
S.M. das Caldas da Rainha	-	-	-	-	68 163	68 163
Águas da Azambuja, SA	-	-	-	-	(978 994)	(978 994)
AdC - Águas de Cascais, SA	-	-	-	-	1 336 736	1 336 736
Águas de Alenquer, SA	-	-	-	-	228 870	228 870
Município de Lisboa	296 763	-	-	296 763	2 545 672	2 842 435
Município de Arruda dos Vinhos	-	-	-	-	87 233	87 233
Município de Odivelas	-	-	-	-	438 800	438 800
S. M. da Nazaré	-	-	3 254	3 254	116 323	119 577
SMAS de Peniche	-	-	-	-	51 629	51 629
SMAS de Mafra	-	-	-	-	189 976	189 976
	380 599	-	212 921	593 697	9 451 782	10 045 479

À data de elaboração das Demonstrações Financeiras, e no respeitante aos valores vencidos, havia já sido recebido o valor de 118 757 euros por parte dos S.M.C. Municipal de Alcobaça.

12.2 Clientes municipais por natureza dos saldos (Corrente)

Clientes municipais	serviço	TRH	CTA	juros de mora	31.12.2020	31.12.2019
S. M. Água Saneamento Sintra	864 992	61 504	51 785	-	978 281	929 997
Camara Municipal Rio Maior	59 673	3 230	-	-	62 903	61 273
Município Bombarral	36 870	1 808	-	-	38 677	75 032
SIMAS de Oeiras e Amadora	1 961 744	89 595	101 489	-	2 152 828	2 562 181
Município de Óbidos	177 028	5 696	-	-	182 724	90 270
SMAS Vila Franca de Xira	360 797	18 471	16 237	-	395 506	391 362
Município de Loures	674 984	32 335	30 377	-	737 697	725 898
SMAS de Torres Vedras	489 101	22 378	-	-	511 478	500 381
Município de Sobral de Monte Agraço	34 361	2 097	-	-	36 458	104 893
Município da Lousinha	80 040	3 820	-	-	83 860	244 936
Município do Cadaval	37 207	2 208	-	-	39 415	38 070
Município de Azambuja	-	-	-	83 836	83 836	83 836
S.M.C. Municipal de Alcobaça	346 670	10 721	-	-	357 391	237 058
S.M. das Caldas da Rainha	63 730	4 433	-	-	68 163	61 117
Águas da Azambuja, SA	(983 234)	4 239	-	-	(978 994)	(980 727)
AdC - Águas de Cascais, SA	1 188 214	76 804	71 719	-	1 336 736	1 281 728
Águas de Alenquer, SA	219 458	9 412	-	-	228 870	225 005
Município de Lisboa	2 329 015	111 840	104 816	296 763	2 842 435	2 813 584
Município de Arruda dos Vinhos	83 570	3 258	405	-	87 233	128 389
Município de Odivelas	400 592	20 180	18 028	-	438 800	863 894
S. M. da Nazaré	111 915	7 661	-	-	119 577	114 096
SMAS de Peniche	49 003	2 626	-	-	51 629	50 363
SMAS de Mafra	170 118	12 202	7 656	-	189 976	-
	8 755 848	506 518	402 514	380 599	10 045 479	10 788 517

A 31 de dezembro de 2020, a AdTA não tinha celebrado qualquer acordo de transacional ou interposto qualquer processo de injunção.

12.3 Perdas por imparidade de clientes

	31.12.2020	31.12.2019
Saldo Inicial	(18 154)	(25 525)
Reversões (nota 36)	-	7 371
Utilização	18 154	-
Saldo final	-	(18 154)

Foi no exercício de 2020 anulada a dívida registada em cobrança duvidosa, por utilização da totalidade do saldo de imparidade de clientes.

13. Inventários

	31.12.2020	31.12.2019
Mercadorias	1 522 799	1 444 946
Matérias-primas e subsidiárias	329 466	229 903
	1 852 266	1 674 849

As peças de manutenção por consumir são classificados na rubrica "Inventários - Mercadorias".

14. Estado e outros entes públicos

	31.12.2020	31.12.2019
IVA a receber	694 980	231 519
IVA reembolsos pedidos	-	1 161 944
Outros	5 891	-
EOEP ativos	700 871	1 393 462
IVA a pagar	-	-
Retenções - IRS	109 679	113 090
Retenções - Segurança social	224 097	206 956
Retenções - Outros	515	2 749
Outras tributações - TRH	3 428 376	2 793 137
EOEP passivos	3 762 667	3 115 933
	(3 061 796)	(1 722 470)

O valor de IVA a receber respeita aos períodos de novembro e dezembro, nos valores de 201 675 euros e 493 304 euros, respetivamente. A sociedade tem apresentado com regularidade pedidos de reembolso de IVA, por normalmente apurar IVA a receber, uma vez que a taxa do IVA a que tem direito à dedução (aquisições de bens e serviços) é superior à taxa do IVA a que liquida (por via de prestação de serviços e vendas).

Os valores de retenções de IRS, Segurança Social e de outros impostos registados a dezembro de 2020, foram liquidados em janeiro de 2021.

O valor registado em "Outras tributações-TRH" será pago em março de 2021, aquando da emissão da faturação por parte da Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

15. Imposto sobre o rendimento do exercício

	31.12.2020	31.12.2019
Estimativa de imposto a receber	227 213	-
	227 213	-

Foi apurado no exercício económico de 2020 a estimativa de imposto a receber de 227 213 euros, conforme quadro infra (nota 28):

		31.12.2020
Resultados antes de impostos		5 282 192
Ajustamentos fiscais		15 010 022
Matéria Coletável		20 292 214
Taxa imposto normal	21,00%	(4 261 365)
Derrama municipal	0,50%	(100 851)
Derrama estadual -sobre lucro tributável de 1 500 000 a 7 500 000	3,00%	(180 000)
Derrama estadual -sobre lucro tributável de 7 500 000 a 35 000 000	5,00%	(639 611)
Tributação autónoma		(29 867)
Imposto sobre o rendimento do exercício		(5 211 694)
Retenções na fonte		180 557
Pagamentos por conta		4 406 094
Pag. adicional por conta		852 256
Imposto a (pagar)/receber		227 213

16. Outros ativos correntes

	31.12.2020	31.12.2019
Adiantamentos a fornecedores	11 294	19 602
Outros devedores	619 559	939 844
Acréscimos de rendimentos	388 174	314 799
Gastos a reconhecer	89 642	345 155
	1 352 527	1 863 259
Imparidade	(243 859)	(243 859)
Total	1 068 668	1 619 400

Em "Outros devedores" é de salientar o montante de 402 509 euros, já registado nas contas de 2018, referente a prestação de caução ao Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa no âmbito da Ação intentada pela Ambilogos – Equipamentos Industriais, Lda, (Proc. 700/12.2BELSB) (nota 44.2). O valor em causa respeita a faturação que a Ambilogos considera devida no âmbito de realização de empreitada adjudicada pela ex-empresa SIMTEJO. Este valor foi reconhecido em ativos intangíveis em curso por contrapartida de fornecedores de imobilizado-faturas em receção e conferência em 2018.

O valor de "Acréscimo de rendimentos" de 2020 diz respeito a valor a receber referente a subsídios à exploração (nota 37), o de 2019 respeitava a juros a receber de aplicação no Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), que se venceu em junho de 2020.

O valor da imparidade diz respeito à totalidade da dívida da Trevoeste, referente ao período da extinta empresa Águas do Oeste por prestação de serviços de assessoria técnica e faturação de juros de mora (nota 4.3).

17. Apoio de tesouraria à AdP, S.G.P.S., S.A.

A 18 de novembro de 2019, a AdTA prestou à AdP SGPS um apoio de tesouraria, tendo sido assinado o contrato com o limite de 90 milhões de euros, com vista a suprimir necessidades temporárias de tesouraria da AdP. Este apoio foi concedido com uma taxa de remuneração de 0,7%, pelo prazo de um mês, renovável por iguais períodos, não podendo ultrapassar um ano.

A 15 de dezembro de 2020, pelos mesmos motivos, foi assinado novo contrato de apoio de tesouraria nas mesmas condições do anterior, montante, prazo e taxa de remuneração.

À data de 31 de dezembro de 2020 não existia utilização do apoio de tesouraria.

18. Caixa e seus equivalentes

	31.12.2020	31.12.2019
Caixa	10 593	28 320
Depósitos à ordem	96 147 858	73 135 868
Depósitos a prazo	5 000	8 450 198
	96 163 451	81 614 386

A diminuição do montante classificado na rubrica "Depósitos a prazo" deve-se ao vencimento, em junho de 2020, da aplicação constituída no IGCP.

19. Capital próprio

19.1 Movimentos do ano

	Capital social	Ações Próprias	Reserva legal	Resultado líquido do exercício	TOTAL
Saldo a 31 de dezembro de 2019	113 527 680	(2 521 433)	619 390	4 277 855	115 903 492
Aplicação do resultado líquido do exercício 2019			213 893	(213 893)	
Dividendos atribuídos				(4 063 963)	(4 063 963)
Resultado líquido do exercício 2020				3 735 125	3 735 125
Saldo a 31 de dezembro de 2020	113 527 680	(2 521 433)	833 282	3 735 125	115 574 654

A aplicação de resultados de 2019 foi aprovada conforme ata n.º 9 da Assembleia Geral de 30 de março de 2020.

Do valor de dividendos, referente ao exercício de 2019, de 4 063 963 euros, foi pago o montante de 3 652 898 euros, respeitando o diferencial a retenções na fonte de IRC.

19.2 Acionistas

	%	Capital subscrito	Capital realizado	Capital subscrito	Capital realizado
	31.12.2020	31.12.2020	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2019
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	50,68%	57 538 912	57 538 912	57 538 912	57 538 912
Comunidade Intermunicipal do Oeste	0,00%	2 921	2 921	2 921	2 921
Alcobaça	0,79%	899 856	899 856	899 856	899 856
Alenquer	0,34%	384 003	384 003	384 003	384 003
Amadora	5,69%	6 458 431	6 458 431	6 458 431	6 458 431
Arruda dos Vinhos	0,05%	55 542	55 542	55 542	55 542
Azambuja	0,31%	346 735	346 735	346 735	346 735
Bombarral	0,10%	107 998	107 998	107 998	107 998
Cadaval	0,11%	123 253	123 253	123 253	123 253
Caldas da Rainha	0,54%	614 244	614 244	614 244	614 244
Lisboa	18,38%	20 866 618	20 866 618	20 866 618	20 866 618
Loures	7,30%	8 284 708	8 284 708	8 284 708	8 284 708
Lourinhã	0,27%	302 165	302 165	302 165	302 165
Nazaré	0,24%	273 724	273 724	273 724	273 724
Óbidos	0,12%	131 237	131 237	131 237	131 237
Odivelas	2,22%	2 521 433	2 521 433	2 521 433	2 521 433
Oeiras	3,47%	3 936 998	3 936 998	3 936 998	3 936 998
Peniche	0,34%	386 004	386 004	386 004	386 004
Rio Maior	0,16%	183 768	183 768	183 768	183 768
Sintra	3,47%	3 936 998	3 936 998	3 936 998	3 936 998
Sobral de Monte Agraço	0,05%	57 438	57 438	57 438	57 438
Torres Vedras	0,63%	711 623	711 623	711 623	711 623
Vila Franca de Xira	2,54%	2 881 638	2 881 638	2 881 638	2 881 638
Ações próprias da sociedade	2,22%	2 521 433	2 521 433	2 521 433	2 521 433
	100%	113 527 680	113 527 680	113 527 680	113 527 680

O capital no montante de 113 527 680 euros é constituído por 113 527 680 ações de 1,00 euro cada e encontra-se integralmente realizado.

Em março de 2020 a AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A. declarou formalmente, junto do Conselho de Administração da AdTA, o seu compromisso de aquisição de todas as 2.521.433 ações próprias constantes do capital social inicial da AdTA, sem prejuízo do direito de preferência dos demais acionistas e após a necessária autorização da Tutela, sendo que, na mesma declaração, expressa, tendo por base o seu enquadramento legal, que a AdTA se encontra excecionada de apresentar nos seus capitais próprios uma reserva indisponível do montante daquelas ações próprias, tal como menciona a alínea b) do n.º 1 do artigo 324.º do Código das Sociedades Comerciais.

M. S. J.
J. J.
B.
M.

Na Assembleia Geral de 23 de junho de 2020, a acionista AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., considerando a caducidade das deliberações tomadas na assembleia geral de 16 de março de 2018 relativas à alienação do lote de 2 521 433 ações próprias da sociedade, deliberou dar início ao procedimento para a alienação das mesmas nos termos e em conformidade como disposto no artigo 320.º, n.º 1 do Código das Sociedades Comerciais, no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e nos artigos 1.º, 6.º e 9.º do Decreto-Lei n.º 328/88, de 27 de setembro, mandando o Conselho de Administração da AdTA para proceder à contratação de uma entidade avaliadora independente para determinação do valor das ações.

A AdTA em finais de 2020 contratou para o efeito a Ernst & Young, S.A., tendo sido o estudo concluído e apresentado em início de fevereiro de 2021. Segue-se agora a fase de pedido de aprovação à Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM), da venda das ações de acordo com a avaliação proposta no Estudo, para posterior formalização da consulta aos acionistas sobre intenção de compra.

A 11 de fevereiro de 2021 a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., reforçou o transmitido no passado, declarando formalmente junto do Conselho de Administração da AdTA, o seu compromisso de aquisição de todas as 2.521.433 ações próprias constantes do capital social inicial da AdTA, sem prejuízo do direito de preferência dos demais acionistas.

19.3 Resultado líquido por ação

	31.12.2020	31.12.2019
Resultado líquido	3 735 125	4 277 855
Número médio de ações	113 527 680	113 527 680
Resultado por ação básica e diluído	0,03	0,04

O número médio de ações inclui o número de ações próprias da sociedade (2 521 433).

20. Provisões

	31.12.2020	31.12.2019
Provisões para processos judiciais	735 068	-
Provisões - outros	125 000	-
	860 068	-

	31.12.2019	Aumentos	Reversões	Reclassificação	31.12.2020
Provisões para processos judiciais	-	735 068	-	-	735 068
Provisões - outros	-	125 000	-	-	125 000
	-	860 068	-	-	860 068

A sociedade constituiu em 2020 provisões no valor 860 068 euros, dos quais:

- a) 735 068 euros respeitam ao montante de juros previsto pagar no âmbito da ação intentada pela Massa Insolvente do fornecedor ASIBEL – Construções, S.A., no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria (unidade Orgânica 1 – Processo 1211/12.1BELRA) para pagamento de 1 838 429 euros (nota 44.2), em fase prova pericial e cuja probabilidade de desfecho desfavorável a 31 de dezembro de 2020 era bastante elevada. Este processo foi divulgado em Relatórios e Contas de anos anteriores na nota referente a Processos judiciais em curso.
Dada a natureza dos valores reclamados assentarem em empreitadas executadas na ex-empresa Águas do Oeste, foram considerados os montantes diretamente relacionados com as empreitadas como ativos intangíveis em curso, por contrapartida de fornecedores de investimento em litígio, 1 231 629 euros (nota 26), e para a parte respeitante a juros de 735 068 euros, foi constituída provisão (nota 4.1);

- b) 125 000 euros respeitam a provisão para potencial celebração de Acordo para pagamento de indemnização aos proprietários da Quinta da Asneira, sob pena de, em falta de acordo, o processo poder seguir pela via judicial sendo o valor reclamado à sociedade de 454 838 euros.
A situação tem origem na construção de um interceptor, infraestrutura pertencente à AdTA, em parcela de terreno, com servidão constituída, na Quinta da Asneira, em que os proprietários alegam que a referida servidão inviabilizou a concretização de negócio de venda da Quinta. Alega o proprietário da Quinta da Asneira que se verificou a perda de interesse de uma imobiliária, tendo fundamentado essa perda de interesse no facto do interceptor atravessar o terreno condicionando os loteamentos e arruamentos que estariam definidos aquando da celebração do contrato de promessa de compra e venda. Para além do exposto, os proprietários alegam ainda dificuldades financeiras em devolver à imobiliária o sinal do contrato de promessa de compra e venda, assim como, custos acrescidos a incorrer com um novo projeto de loteamento.
A AdTA conseguiu em fevereiro de 2021 terminar as negociações, tendo sido celebrado o Acordo para pagamento de indemnização no montante de 125 000 euros.

21. Empréstimos

	31.12.2020	31.12.2019
Empréstimos bancários BEI	200 542 387	212 066 489
Não correntes	200 542 387	212 066 489
Empréstimos bancários BEI	11 621 156	10 117 197
Correntes	11 621 156	10 117 197
Total de empréstimos	212 163 543	222 183 687

Os contratos de financiamento celebrados com o Banco Europeu de Investimento (BEI) e as Empresas do Grupo AdP, para além das condicionantes habituais (falta de pagamento, cumprimento da lei geral e ambiental, *cross default*, *pari passu*, *negative pledge*, falsas declarações, falência, insolvência, liquidação, alterações materiais) inclui ainda as seguintes obrigações que garantem as atuais condições contratuais dos financiamentos:

- Alterações na estrutura acionista das Empresas do Grupo AdP;
- Alterações decorrentes de cisão, fusão ou venda de Empresas;
- Alterações no património das Empresas;
- Alteração/ cessação da atividade das Empresas;
- Alterações na estrutura acionista da AdP;
- Operações serem realizadas com aval/ garantia da AdP;
- Cumprimento de obrigações definidas nos Contratos de Concessão/Gestão;
- Alterações no volume de negócios das Empresas.

Adicionalmente, e no âmbito dos referidos contratos de financiamento, a República Portuguesa constitui-se fiador do Grupo AdP face ao Banco Europeu de Investimento pela execução pontual e integral de todas as obrigações financeiras e pecuniárias.

21.1 Empréstimos por maturidade

	31.12.2020	31.12.2019
Até 1 ano	11 621 156	10 117 197
De 1 a 2 anos	12 978 343	11 621 156
De 2 a 3 anos	14 490 718	12 978 343
De 3 a 4 anos	15 278 012	14 490 718
De 4 a 5 anos	16 202 655	15 278 012
Superior a 5 anos	141 592 660	157 698 261
	212 163 543	222 183 687

Data inicial empréstimo	Data final do empréstimo	Contrato / Linha	Tranche	Nº	Valor Negociado	Valor em dívida	Taxa	Tipo de Taxa	Data de revisão da taxa
19/06/2006	15/09/2030	BEI II	A	7	11 000 000	8 305 000	0,584%	fixa	15/09/2025
13/12/2006	16/12/2030	BEI III	A	50	21 333 333	15 093 931	4,002%	fixa	16/12/2025
21/11/2007	16/12/2030	BEI III	A	52	13 333 333	9 433 707	0,841%	fixa	16/12/2025
08/07/2008	16/12/2030	BEI III	A	9	15 000 000	10 612 920	1,646%	fixa	16/12/2021
08/08/2008	16/12/2030	BEI III	A	54	5 333 333	3 773 483	1,646%	fixa	16/12/2021
15/12/2008	15/09/2030	BEI II	A	16	3 500 000	2 642 500	2,529%	fixa	15/09/2025
15/12/2008	15/09/2030	BEI II	B	17	7 500 000	5 662 500	2,529%	fixa	15/09/2025
16/12/2008	16/12/2030	BEI III	A	56	5 333 333	3 773 483	2,171%	fixa	16/12/2021
16/07/2009	16/09/2032	BEI III	B	18	10 000 000	8 077 040	1,984%	fixa	16/09/2027
08/12/2009	15/09/2030	BEI II	B	24	6 400 000	4 832 000	1,822%	fixa	16/09/2025
11/12/2009	15/09/2030	BEI II	B	22	32 000 000	24 160 000	1,822%	fixa	16/09/2025
16/12/2009	16/06/2034	BEI III	C	27	35 000 000	30 542 260	0,108%	fixa	16/06/2029
10/12/2010	16/06/2034	BEI III	C	32	45 000 000	39 268 620	3,567%	fixa	16/06/2025
16/12/2010	16/06/2034	BEI III	C	58	10 666 667	9 308 117	3,745%	fixa	16/06/2025
16/12/2010	16/06/2034	BEI III	C	33	15 000 000	13 089 540	0,000%	fixa	16/06/2029
17/12/2012	16/06/2034	BEI III	C	60	5 333 333	4 654 059	2,881%	fixa	16/06/2025
17/12/2012	16/06/2034	BEI III	C	45	23 000 000	20 070 628	2,881%	fixa	16/06/2025
					264 733 333	213 299 787			

21.2 Empréstimos por tipo de taxa e maturidade

A AdTA apenas tem empréstimos à taxa fixa.

Taxa de juro fixa	31.12.2020	31.12.2019
Até 1 anos	11 621 156	10 117 197
De 1 a 2 anos	12 978 343	11 621 156
De 2 a 3 anos	14 490 718	12 978 343
Superior a 3 anos	173 073 326	187 466 990
	212 163 543	222 183 687

22. Passivos da locação

Da adoção da IFRS 16, a sociedade tem reconhecido como passivos da locação o valor de 905 111 euros, cuja maturidade se apresenta no seguinte quadro:

	31.12.2020	31.12.2019
Passivos da locação		
Equipamento de transporte	313 061	709 540
Intangíveis Licenças	112 580	-
Não correntes	425 641	709 540
Passivos da locação		
Equipamento de transporte	367 775	396 099
Intangíveis Licenças	111 695	-
Correntes	479 470	396 099
Total de passivos por locação	905 111	1 105 639

Futuros pagamentos mínimos	31.12.2020	31.12.2019
Até 1 ano	479 470	396 099
De 1 a 5 anos	425 641	709 540
Mais de 5 anos	-	-
	905 111	1 105 639

Juros	31.12.2020	31.12.2019
Até 1 ano	19 448	29 888
De 1 a 5 anos	7 695	48 473
Mais de 5 anos	-	-
	27 143	78 361

Valor presente dos pagamentos mínimos	31.12.2020	31.12.2019
Até 1 ano	460 022	366 211
De 1 a 5 anos	417 946	661 067
Mais de 5 anos	-	-
	877 968	1 027 278

Os pagamentos de locação foram os seguintes

Total de pagamentos da locação	31.12.2020	31.12.2019
Contabilizadas de acordo com o modelo único previsto no IFRS 16	391 062	372 883
Contabilizadas como despesa em resultados	85 878	-
	476 940	372 883

23. Fornecedores e outros passivos não correntes

	31.12.2020	31.12.2019
Integração de infraestruturas municipais		
Município de Torres Vedras	616 182	658 821
	616 182	658 821

24. Acréscimo de gastos de investimento contratual

Conforme expresso na nota 2.2.5, a AdTA, com base no disposto no Contrato de Concessão, bem como de acordo com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, reconhece a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às despesas contratuais em investimentos ainda não realizados ou em investimentos de expansão e modernização aprovados ou impostos pelo Concedente.

24.1 Movimentos do período

Saldo inicial	122 001 505
Dotação do exercício (nota 34)	3 463 988
Transferência para direito de utilização de infraestruturas (nota 6.1)	(6 786 002)
Saldo final	118 679 491

Tendo por base as aquisições do exercício e a passagem de ativo intangível em curso, para firme, foi transferido da rubrica "Acréscimos de gastos de investimento contratual" o montante de 6 786 002 euros, o qual representa as amortizações acumuladas do investimento efetivamente executado no ano de 2020 (Nota 6.1).

25. Subsídios ao investimento

	31.12.2020	31.12.2019
Fundo de Coesão	125 078 285	129 803 413
FEDER	20 678	21 548
POSEUR	527 311	482 063
Fundo Ambiental	46 485	48 241
Outros subsídios	40 934	14 046
	125 713 692	130 369 310

25.1 Movimentos do período

	31.12.2018	Resultados	Aumentos	31.12.2019
Fundo de coesão	134 538 335	(4 734 922)	-	129 803 413
FEDER	22 419	(871)	-	21 548
POSEUR	387 216	(6 654)	101 501	482 063
Fundo Ambiental	-	(1 759)	50 000	48 241
Outros subsídios	-	(424)	14 470	14 046
	134 947 970	(4 744 630)	165 971	130 369 310

	31.12.2019	Resultados	Aumentos	31.12.2020
Fundo de Coesão	129 803 413	(4 725 128)	-	125 078 285
FEDER	21 548	(871)	-	20 678
POSEUR	482 063	(19 919)	65 167	527 311
Fundo Ambiental	48 241	(1 756)	-	46 485
Outros subsídios	14 046	(1 524)	28 412	40 934
	130 369 310	(4 749 198)	93 580	125 713 692

No exercício de 2020 foram recebidos 28 412 euros referente ao Fundo de Eficiência Energética e 112 663 euros do POSEUR. Na coluna aumentos, no que concerne ao POSEUR, o valor refere-se a ajuste ao valor da candidatura da Fábrica de Água da Maceira.

A sociedade reconhece o direito ao subsídio, tendo por base o valor das candidaturas, de acordo com o valor de investimento realizado.

26. Fornecedores

	31.12.2020	31.12.2019
Fornecedores de investimentos	1 863 720	1 219 934
Fornecedores de investimentos-Cauções/Retenções	807 727	570 809
Fornecedores de investimentos – Litígios	2 446 889	563 102
Integração de infraestruturas municipais	8 493	55 906
Município de Torres Vedras	8 493	55 906
Fornecedores gerais	3 769 704	3 422 633
Fornecedores empresas do Grupo (nota 42)	484 458	308 570
Fornecedores faturas em receção e conferência	9 937	494 471
	9 390 928	6 635 424

A rubrica "Fornecedores de Investimento-Cauções/Retenções" respeita a cauções e retenções por garantia de obra e a rubrica "Fornecedores de investimentos – Litígios" respeita a valores por pagar de situações em litígio, ou que os fornecedores estão em processo de insolvência. No quadro seguinte apresenta-se a composição do saldo de "Fornecedores de investimentos – Litígios":

	31.12.2020	31.12.2019
ASIBEL Construções, S.A. (nota 20 e 44.2)	1 231 629	-
Somague / Edifer (nota 44.2)	471 343	341 264
Ambilogos, Lda (nota 44.2)	412 510	-
Sacyr Somague, S.A.	73 612	-
Edifer Construções Pires Coelho	73 612	73 612
Malonga Construções SA	67 721	67 721
Ecotecnica	63 096	36 879
Leinslena - Soc. Construções, S.A.	24 223	24 223
Efacec Engenharia e Sistemas, S.A.	9 742	-
Constragaço - Construções Civas Lda	6 086	6 086
Pinto & Bentes S.A.	3 091	3 091
Qvc Consulting	2 322	2 322
Oikos Construções, S.A.	2 057	2 057
Pollobra - Const Civas Lda	2 057	2 057
Tecmais-Eng e Ambiente, S.A.	788	788
	2 446 889	563 102

O Prazo Médio de Pagamentos de 2020 foi de 40 dias, menos 8 dias face ao de 2019 (ver nota 48).

27. Outros passivos correntes

	31.12.2020	31.12.2019
Acréscimos com férias e subsídio de férias	1 398 696	1 358 940
Outros acréscimos e diferimentos	1 797 314	2 174 232
Componente tarifária acrescida	1 596 367	1 172 276
Cauções a fornecedores e outras	36 038	32 036
Outros credores	1 197 228	1 067 202
	6 025 642	5 804 686

A rubrica "Acréscimos com férias e subsídio de férias" representa a obrigação da sociedade para com os trabalhadores referente a remunerações com subsídio de férias e férias (Incluindo encargos) do ano de 2020, os quais serão pagos a partir de 1 de janeiro de 2021.

A rubrica "Outros acréscimos e diferimentos" inclui a aplicação da periodização económica dos gastos suportados com: (i) juros do BEI no montante de 421 910 euros (2019: 462 679 euros), (ii) eletricidade no montante de 658 158 euros (2019: 760 000 euros), (iii) tratamento de lamas no montante de 200 635 euros (2019: 552 423 euros) e (iv) trabalhos especializados no montante de 217 623 euros (2019: 121 075 euros).

A rubrica "Componente tarifária acrescida" corresponde ao valor cobrado aos clientes da Tejo Atlântico (ex-SIMTEJO e ex-SANEST), e que é entregue à Águas do Vale do Tejo trimestralmente, apenas na parte efetivamente recebida dos clientes, não constituído por isso um rendimento da sociedade. O valor correspondente ao último trimestre de 2020, foi faturado em janeiro de 2021 e pago no decorrer de fevereiro de 2021.

Em "Outros credores" o valor respeita na sua maioria ao cliente Águas de Azambuja, 984 388 euros, que por ser credor foi reclassificado para o passivo (nota 12), este montante resulta de Notas de Crédito emitidas pela ex-empresa Águas do Oeste.

28. Imposto sobre o rendimento do exercício

28.1 Imposto sobre o rendimento a pagar

	31.12.2020	31.12.2019
Estimativa de imposto a pagar	-	593 058
	-	593 058

A sociedade fechou o exercício de 2020 com estimativa de imposto a recuperar (ver nota 15), ao contrário de 2019, não havendo dívidas em mora para com as entidades fiscais.

28.2 Imposto sobre o rendimento do exercício

	31.12.2020	31.12.2019
Imposto corrente	(5 211 694)	(5 972 099)
Excesso/(insuficiência) de estimativa de impostos	199 630	169 584
Total do imposto do exercício	(5 012 063)	(5 802 514)
Imposto diferido	678 926	918 707
Imposto diferido s/ Desvio tarifário	2 786 070	3 371 365
Total do imposto diferido (nota 10)	3 464 996	4 290 072
Total global	(1 547 068)	(1 512 443)

O excesso de estimativa para imposto registado em 2020, resultou de novo apuramento do IRC de 2019 aquando da submissão do Modelo 22, por atribuição de benefício fiscal do SIFIDE em abril de 2020 no valor de 198 342 euros, respeitante aos anos de 2017 e 2018.

28.3 Reconciliação da taxa efetiva do imposto sobre o rendimento

		31.12.2020	31.12.2019
Resultados antes de impostos		5 282 192	5 790 298
Diferenças temporárias		15 010 022	17 303 383
Matéria Coletável (Lucro Tributável)		20 292 214	23 093 681
Taxa imposto normal	21,00%	4 261 365	4 849 673
Derrama municipal	0,50%	100 851	114 775
Derrama estadual	4,04%	819 611	959 684
	25,54%	5 181 827	5 924 131
Tributação autónoma		29 867	47 967
Imposto do exercício (1)		5 211 694	5 972 099
Impostos diferidos (2)		(3 464 996)	(4 290 072)
Total de Impostos (3) = (1)+(2)		1 746 698	1 682 027
Taxa efetiva de Imposto sobre o rendimento do exercício = (3)/RAI		33%	29%

As diferenças temporárias de 2020, respeitam em 10 847 718 euros ao desvio de recuperação de gastos do exercício e o remanescente, respeita na maioria à diferença resultante do critério adotado contabilisticamente de depreciação e de reconhecimento de subsídios ao investimento face aos critérios fiscais.

29. Rédito de contratos com clientes

	31.12.2020	31.12.2019
Vendas	28 578	29 831
Prestações de Serviços	83 431 441	83 185 652
	83 460 019	83 15 483

29.1 Vendas e prestação de serviços por cliente e natureza

Prestação de serviços a partes relacionadas	31.12.2020	31.12.2019
Alcobaça	1 308 190	1 292 617
Amadora	5 932 837	5 948 677
Arruda dos Vinhos	472 901	460 201
Bombarral	417 393	412 425
Cadaval	421 214	416 200
Lisboa	26 295 012	26 462 229
Loures	7 620 694	7 669 155
Lourinhã	906 116	895 330
Nazaré	633 482	625 941
Óbidos	501 023	495 059
Odivelas	4 522 759	4 551 520
Oeiras	5 136 906	5 080 167
Peniche	554 747	548 143
Rio Maior	675 544	667 503
Sintra	9 757 185	9 563 500
Sobral de Monte Agraço	194 496	192 180
Torres Vedras	2 768 495	2 735 538
Vila Franca de Xira	4 073 465	4 099 370
Caldas da Rainha (transporte)	584 278	593 062
Total de prestação de serviços a partes relacionadas	72 776 737	72 696 817
Vendas e prestação de serviços a outros clientes		
Alenquer	1 242 214	1 227 427
Azambuja	548 863	542 329
Mafra	1 920 664	1 932 878
Cascais	6 701 382	6 562 552
Outros clientes não municipais	241 581	223 649
IKEA - água residual tratada	28 578	29 831
Total de vendas e prestação de serviços a outros clientes	10 683 282	10 518 666
Total das vendas e prestação de serviços	83 460 019	83 215 483

A faturação da AdTA decorreu nos moldes previstos da cláusula 16.ª do Contrato de Concessão, com base nos rendimentos tarifários previstos no seu Anexo III. De acordo com o disposto nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, e dos n.ºs 1 e 2 da cláusula 18.ª do Contrato de Concessão, a sociedade remeteu à ERSAR a proposta de atualização tarifária para 2020, a qual foi aprovada em 5 de setembro de 2019.

A variação dos valores de faturação aos clientes municipais, na atividade de tratamento, resulta apenas da atualização dos rendimentos tarifários.

30. Construção em ativos concessionados – IFRIC 12 (rendimento e gasto)

Tal como referido na nota 2.2.7 a AdTA não tem margem na construção, uma vez que esta atividade é subcontratada externamente a entidades especializadas, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói). Deste modo, o rédito e os gastos associados à construção são de igual montante e correspondem ao investimento realizado no ano (nota 6).

	31.12.2020	31.12.2019
Construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	17 088 325	14 664 288
	17 088 325	14 664 288

31. Custo das vendas/variação dos inventários

	31.12.2020	31.12.2019
CMVMC - Matérias subsidiárias	3 296 144	3 132 270
	3 296 144	3 132 270

	31.12.2020	31.12.2019
Existência iniciais	1 674 849	410 608
Reclassificação de existência inicial de peças de manutenção	-	1 059 423
Compras	3 473 561	3 337 087
CMVMC - Matérias subsidiárias	(3 296 144)	(3 132 270)
Existências finais	1 852 266	1 674 849

32. Fornecimentos e serviços externos

	31.12.2020	31.12.2019
Assistência técnica	683 435	828 518
Análises/ Monitorização	177 902	194 269
Tratamento de resíduos	575 731	450 889
Tratamento de lamas	6 323 813	6 238 077
Fee's gestão serviços (nota 42)	1 251 899	1 248 232
Assistência Informática	350 614	159 735
Vigilância segurança	419 519	336 246
Conservação e reparação	7 353 486	5 748 352
Ferramentas e utensílios de desg. rápido	154 935	118 205
Rendas e alugueres	277 862	292 116
Eletricidade	8 208 084	8 067 576
Combustíveis	219 320	271 314
Fornecimento de água	525 530	718 091
Comunicação	143 559	177 361
Seguros	443 260	474 799
Limpeza higiene e conforto	280 886	219 264
Desinfecção às instalações	325 192	16 006
Trabalho temporário	730 986	298 436
Jardinagem	366 498	292 379
Outros fornecimentos e serviços	1 520 302	1 423 367
	30 327 813	27 573 235
FSE's capitalizados	-	(70 735)
Total de FSE's brutos	30 327 813	27 502 500
Subsídios à exploração - respeitantes a FSE's (nota 37)	(191 962)	-
Total de FSE's líquidos de subsídios à exploração	30 135 851	27 502 500

Em outros fornecimentos e serviços estão incluídos gastos com honorários, auditorias e assessorias, publicidade e propaganda, material de laboratório, outros trabalhos especializados, etc..

Decorrente da adoção da política contabilística 2.12, os subsídios à exploração são deduzidos aos gastos (menos gastos) de acordo com a sua natureza. No exercício de 2020, dos subsídios à exploração de 514 561 euros (nota 37), 191 962 euros respeitam a gastos incorridos com fornecimentos e serviços externos.

Comparativamente com o ano anterior, os gastos com fornecimentos e serviços externos (brutos) foram superiores em 2 825 mil euros, sendo parte da variação, 731 mil euros, justificada pelos gastos necessários incorrer devido à situação da Pandemia COVID 19 (ver nota 48).

Para além dos gastos decorrentes da situação de pandemia, a AdTA teve de incorrer ao longo de 2020 com uma série de gastos, de modo a garantir a sua operacionalidade com eficiência, qualidade e segurança, assim como para modernizar processos existentes, alguns dos quais associados a tratamento informático pela necessidade de obtenção e de tratamento de dados. De seguida identificam-se alguns desses gastos:

- Conservação e Reparação, que face a 2019 foi superior em 1 605 mil euros;
- Trabalhos especializados de assistência informática, que face a 2019 foram superiores em 191 mil euros;
- Gastos com segurança no trabalho, que face a 2019 foram superiores em 79 mil euros;
- Contratação de trabalho temporário, que face a 2019 foram superiores em 160 mil euros.

No que respeita aos gastos com conservação e reparação, é de referir que a sociedade apostou fortemente na manutenção preventiva e preditiva, de modo a reduzir significativamente os riscos de falha dos diferentes órgãos e equipamentos, com vista a reduzir o número e a frequência das ações de manutenção corretiva, suprimindo insuficiências de manutenção de anos anteriores.

A AdTA iniciou a sua atividade com algumas infraestruturas em estado avançado de degradação, tendo tomado conhecimento, ao longo dos últimos 3 anos, das necessidades operacionais reais, o que implica necessariamente a realização de gastos adicionais com conservação e reparação não despendidos em anos anteriores.

As restrições orçamentais e condicionalismos impostos no passado tiveram consequências negativas para a condição das infraestruturas e equipamentos da sociedade, agravadas pelas condições agressivas da própria operacionalidade dos sistemas de saneamento e localização de parte da rede de saneamento em "alta" em zonas costeiras, fatores que contribuem também para uma significativa degradação das infraestruturas

A recuperação dos défices de manutenção, como já referido, tem sido muito difícil e lenta, devido à necessidade de subcontratação da prestação de serviços de manutenção e à morosidade associada a estes processos de contratação pública.

Importa ainda referir que, no âmbito de modernização de processos de estudos, a AdTA tem conseguido obter financiamento mediante candidaturas a subsídios à exploração (nota 37), assim como benefícios fiscais no âmbito do SIFIDE.

33. Gastos com pessoal

	31.12.2020	31.12.2019
Remunerações	9 174 196	8 824 804
Encargos sociais sobre remunerações	2 042 246	1 953 758
Outros gastos com pessoal	1 385 985	1 064 330
	12 602 427	11 842 891
Gastos com pessoal capitalizados (nota 6)	(1 006 934)	(1 000 570)
	11 595 492	10 842 322
Subsídios à exploração - respeitantes a gastos com o pessoal (nota 37)	(322 600)	-
Total de gastos com o pessoal líquidos de subsídios à exploração	11 272 893	10 842 322

Parte da variação dos gastos com o pessoal face ao ano anterior, no montante de 480 726 euros é explicada pelos gastos incorridos devido à Pandemia COVID 19, tais como:

- Trabalho suplementar e respetivos encargos sociais:
 - a) 154 mil euros referentes ao pagamento de 2 horas adicionais diárias em relação ao período normal de trabalho durante o período de Emergência Nacional, desde que foi decretado o primeiro estado de emergência até ao final do mês de junho, de acordo com uma orientação emitida pela AdP SGPS, para garantir que os trabalhadores teriam tempo suficiente antes de iniciarem as suas funções de se equiparem e depois de as terminarem de se desequiparem e de fazerem o processo de desinfeção adequado; e
 - b) 101 mil euros por necessidade de reorganização de equipas, com equipas em espelho e horários desfasados, com o objetivo de salvaguardar o distanciamento social e a proteção dos trabalhadores.
- Equipamento de Proteção Individual (EPI) no valor de 215 564 euros;
- Exames médicos no valor de 7 058 euros.

O montante de gastos com pessoal capitalizado corresponde aos gastos com as Direções diretamente afetas aos projetos de investimento, ou seja, das áreas de engenharia, gestão de ativos e manutenção na componente de construção civil (nota 6.1).

Da adoção da política contabilística 2.12, foram deduzidos aos gastos com o pessoal 322 600 euros dos 514 561 euros reconhecidos no de 2020 (nota 37).

33.1 Número de colaboradores

Número médio de colaboradores durante o período	31.12.2020	31.12.2019
Órgãos sociais	7	6
Trabalhadores efetivos e outros	367	363
	374	369

Número de colaboradores a 31 de dezembro	31.12.2020	31.12.2019
Órgãos sociais	7	6
Trabalhadores efetivos e outros	370	369
	377	375

A AdTA encerrou o ano com 370 colaboradores, tendo o número médio durante o exercício de 2020 sido de 367. No decurso de 2020 entraram 16 colaboradores e saíram 15.

As 16 entradas ocorridas em 2020 respeitam a:

- 3 admissões ao abrigo das 10 contratações aprovadas no PAO de 2018, através do Despacho n.º 61/SEAMB/2019, cuja morosidade na aprovação do PAO de 2018 condicionou as admissões previstas e necessárias, obrigando a transitar para 2019 as novas contratações. Das 10 admissões aprovadas a AdTA contratou 7 em 2019 e 3 só foram efetivadas em 2020;
- 12 admissões para suprir parte das saídas ocorridas, por iniciativa do trabalhador, por situações de reforma ou por falecimento;
- 1 cedência ocasional.

Em 2021 a AdTA irá proceder às contratações das saídas ocorridas em 2020 (cuja cessação da relação laboral não tenha sido determinada pela entidade empregadora, tais como reformas, rescisões unilaterais por iniciativa do trabalhador ou outras), cuja substituição ainda não foi efetivada, 6 trabalhadores.

De referir que a Administração considera o número de trabalhadores atualmente existente como insuficiente para satisfazer o conjunto de infraestruturas servidas pelo sistema da AdTA, pelo que, pela necessidade premente e urgente de admissão de trabalhadores, cuja privação coloca em risco o cumprimento de obrigações legais e a necessidade de adoção de novas metodologias inovadoras e de impacto na gestão, solicitou no seu Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para 2020, ainda não aprovado, a admissão adicional de 15 trabalhadores. No PAO de 2021 a Sociedade reforçou a necessidade desses 15 trabalhadores e pediu a autorização para a internalização de mais 46 trabalhadores, que se encontram a prestar serviço na sociedade mas com vínculo precário.

34. Amortizações, depreciações e reversões do exercício

	31.12.2020	31.12.2019
Depreciação de ativos fixos tangíveis (nota 7)	154 292	87 611
Amortizações de outros ativos intangíveis (nota 6)	115 244	113 728
Amortizações de ativos intangíveis – DUI (nota 6)	15 784 003	15 695 299
Acréscimos de gastos de investimento contratual (nota 24)	3 463 988	4 060 946
Depreciações de ativos sob direito de uso - equip. transporte (nota 8)	359 514	387 175
Depreciações de ativos sob direito de uso - licenças (nota 8)	9 564	387 175
	19 886 604	20 344 758

Handwritten signature and initials in blue ink.

35. Provisões e reversões do exercício

	31.12.2020	31.12.2019
Provisões para processos judiciais	735 068	-
Provisões - Outras (indenização)	125 000	-
	860 068	-

A AdTA constitui no exercício de 2020 provisões no valor de 860 068 euros, conforme referido na nota 20.

36. Perdas por imparidade e reversões do exercício

	31.12.2020	31.12.2019
Reversões de perdas por imparidade (nota 12.3)	-	7 371
	-	7 371

37. Subsídios à exploração

	31.12.2020	31.12.2019
Subsídios à Exploração	-	185 095
	-	185 095

Os subsídios à exploração resultam de candidaturas apresentadas alusivas a projetos de investigação e desenvolvimento, área que tem sido forte aposta da AdTA. Estes subsídios, reembolsam as despesas efetuadas pela sociedade, segundo as participações contratualizadas, no âmbito de gastos ilegíveis suportados com "Fornecimentos e Serviços Externos" e "Gastos com pessoal".

Da adoção da política contabilística 2.12 a sociedade nas suas demonstrações financeiras passou a apresentar os subsídios à exploração a deduzir aos gastos que lhe estão associados. Deste modo, do rendimento no valor de 514 561 euros reconhecido no exercício de 2020, 322 600 euros foram deduzidos aos gastos com o pessoal (nota 33) e 191 962 euros deduzidos aos gastos com fornecimentos e serviços externos (nota 32).

A sociedade reconhece o subsídio à medida que realiza a despesa na proporção do financiamento previsto nas candidaturas (nota 16).

Em 2020 a AdTA recebeu 212 777 euros:

Projeto Eco2Covid	27 175
LIFE IMPETUS	9
WATERSMART	65 975
COVIDETEC	20 993
LIFE SWSS	40 197
Projeto Itgrid - EDP Energia	45 115
Projeto Univerditá Roma (H2020)	13 315
	212 777

38. Outros gastos e perdas operacionais

	31.12.2020	31.12.2019
Impostos e taxas	547 811	599 397
Dívidas incobráveis	7 083	921
Donativos	21 268	40 750
Quotizações	16 196	21 039
Indeminizações	1 526	499
Garantias operacionais	70 225	73 673
Outros gastos operacionais	20 766	43 230
	684 876	779 509

M. S. B.
HR
S
h

38.1 Impostos e taxas

	31.12.2020	31.12.2019
Taxas ERSAR	518 007	589 347
Imposto de selo	3 410	3 771
Outros	26 393	6 280
	547 811	599 397

No que respeita à nota de impostos e taxas é de referir que os gastos incorridos decorrem da atividade normal da sociedade.

O valor de outros impostos respeita a 10 280 euros a Segurança Social de trabalhadores independentes e 15 984 euros a outras taxas, tais como de licenças da APA.

39. Outros rendimentos e ganhos operacionais

	31.12.2020	31.12.2019
Rendimentos suplementares	79 871	79 588
Ganhos em ativos fixos tangíveis	12 829	202 590
Outros rendimentos e ganhos operacionais	4 318	31 938
	97 019	314 116

A rubrica rendimentos suplementares inclui a venda de energia no montante de 67 573 euros.

40. Gastos financeiros

	31.12.2020	31.12.2019
Juros suportados BEI	5 020 815	6 379 566
Juros suportados Locações	29 545	37 568
Juros de mora	4 679	9 355
Comissões Grupo (nota 42)	1 419 896	1 472 103
	6 474 935	7 898 592

À semelhança do ano anterior, os juros suportados decorrem na sua maioria do empréstimo BEI e as comissões do Grupo referem-se aos gastos necessários incorrer para a obtenção deste empréstimo, concretamente o diferimento de comissões de montagem e comissões de aval, conforme descrito na nota 21.

Os juros suportados com o BEI estão de acordo com o capital em dívida e o plano de pagamentos previsto, de amortização de capital e de juros.

Em dezembro de 2019 foi revista em baixa a taxa de juro de uma das tranches do BEI de 3,764% para 0,108%, o que explica a variação positiva, para além do facto de o capital em dívida ser menor. Em dezembro de 2020 ocorreu também a revisão de taxa de juro de outra tranche do BEI, tendo passado de 3,392% para 0%.

41. Rendimentos financeiros

	31.12.2020	31.12.2019
Juros obtidos - IGCP	265 512	580 311
Juros obtidos - Empresas do grupo (nota 42)	135 110	247 186
Outros rendimentos financeiros	34 080	79 195
	434 702	906 692

Os juros obtidos em Empresas do Grupo decorrem do apoio de tesouraria prestado à AdP-SGPS, tal como referido na nota 17, a variação negativa decorre de uma menor utilização do apoio comparativamente com o ano anterior.

42. Saldos e transações com entidades relacionadas

A sociedade realiza transações com entidades relacionadas, pelo que, nas operações efetuadas entre a sociedade e qualquer outra entidade, sujeita ou não a IRC, com a qual esteja em situação de relações especiais, são contratados, aceites e praticados termos ou condições substancialmente idênticas aos que normalmente seriam contratadas, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

2020	Empresa-mãe	Municípios	Outras empresas do grupo	Comissão executiva
Ativo				
Clientes	-	9 276 181	-	-
Outros saldos a receber	3 000	-	128 064	-
Águas de Santo André	-	-	7 662	-
Águas do Vale do Tejo	-	-	120 402	-
Passivo				
Municípios	-	635 534	-	-
Outros saldos a pagar	431 255	635 534	53 203	-
AdP - Energias	-	-	188	-
EPAL	-	-	53 015	-
Rendimentos				
Vendas e prestação de serviços a municípios (nota 29.1)	-	72 776 737	-	-
Outros rendimentos	-	-	77 347	-
Simarsul	-	-	714	-
Águas de Santo André	-	-	6 230	-
EPAL	-	-	70 403	-
Rendimentos financeiros (nota 41)	135 110	-	-	-
AdP SGPS	135 110	-	-	-
Gastos				
Gastos – Remunerações	-	-	-	248 276
Fees de gestão (nota 32)	1 251 899	-	-	-
Outros gastos	271 594	222 625	1 071 461	31 815
AdP Serviços	-	-	787 752	-
AdP - Energias	-	-	3 256	-
Águas do Vale do Tejo	-	-	448	-
EPAL	-	-	280 004	-
Gastos financeiros (nota 40)	1 419 896	-	-	-

43. Remuneração acionista

No exercício de 2020 a AdTA procedeu à distribuição dos dividendos, conforme aprovado na Assembleia Geral que aprovou as contas e a aplicação de resultados de 2019.

Acionistas	Situação em 31 de dezembro de 2019	Dividendos do exercício de 2020	Distribuição Dividendos durante o Exercício de 2020	Situação em 31 de dezembro de 2020
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	2 059 727	1 798 410	(2 106 512)	1 798 410
Comunidade Intermunicipal do Oeste	105	91	(107)	91
Alcobaça	32 212	28 125	(32 944)	28 125
Alenquer	13 746	12 002	(14 058)	12 002
Amadora	231 193	201 867	(216 445)	201 867
Arruda dos Vinhos	1 988	1 736	(2 033)	1 736
Azambuja	12 412	10 837	(12 694)	10 837
Bombarral	3 866	3 376	(3 954)	3 376
Cadaval	4 412	3 852	(4 512)	3 852
Caldas da Rainha	21 988	19 199	(22 488)	19 199
Lisboa	746 965	652 197	(763 931)	652 197
Loures	296 569	258 943	(303 305)	258 943
Lourinhã	10 817	9 444	(11 062)	9 444
Nazaré	9 799	8 555	(10 021)	8 555
Óbidos	4 698	4 102	(4 805)	4 102
Odivelas	90 260	78 809	(92 310)	78 809
Oeiras	140 933	123 053	(144 134)	123 053
Peniche	13 818	12 065	(14 132)	12 065
Rio Maior	6 578	5 744	(6 728)	5 744
Sintra	140 933	123 053	(144 134)	123 053
Sobral de Monte Agraço	2 056	1 795	(2 103)	1 795
Torres Vedras	25 474	22 242	(26 053)	22 242
Vila Franca de Xira	103 154	90 067	(105 497)	90 067
Própria empresa	90 260	78 809	-	78 809
Total	4 063 963	3 548 368	(4 063 963)	3 548 368

O montante da "Situação em 31 de dezembro de 2019" e da "Distribuição de dividendos durante o exercício de 2020" corresponde ao montante bruto dos dividendos atribuídos, conforme apresentado na "Demonstração das variações do capital próprio" de 2020. O montante pago destes dividendos, depois de efetuadas as retenções na fonte em 2020, foi de 3 652 898 euros, conforme apresentado na "Demonstração dos fluxos de caixa".

O montante dos "Dividendos do exercício de 2020" e da "Situação em 31 de dezembro de 2020" corresponde ao montante dos resultados líquidos obtidos pela Empresa em 2020, deduzidos da aplicação de 5% para a reserva legal (este montante não considera as retenções na fonte a pagar em 2021).

Ocorreu uma quebra acentuada na taxa das OT a 10 anos, como se verifica no quadro seguinte:

Ano	Indexante	Prémio de Risco	Taxa Final
2019	0,75%	3,00%	3,75%
2020	0,41%	3,00%	3,41%

Esta redução afetou de forma negativa o resultado líquido da sociedade em 2020 face a 2019.

A remuneração acionista de 2020 por acionista é a seguinte:

Acionistas	Capital Social	2020
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	57 538 912	1 962 077
Comunidade Intermunicipal do Oeste	2 921	100
Alcobaça	899 856	30 685
Alenquer	384 003	13 695
Amadora	6 458 431	220 232
Arruda dos Vinhos	55 542	1 894
Azambuja	746 715	11 874
Bombarral	107 998	3 683
Cadaval	123 253	4 203
Caldas da Rainha	614 244	20 946
Lisboa	20 866 618	711 552
Loures	8 284 708	282 509
Lourinha	302 165	10 304
Nazaré	273 724	9 334
Óbidos	131 237	4 475
Odivelas	2 521 433	85 981
Oeiras	3 936 998	134 252
Peniche	386 004	13 163
Rio Maior	183 768	6 266
Sintra	3 936 998	134 252
Sobral de Monte Agraço	57 438	1 959
Tomres Vedras	711 623	24 266
Vila Franca de Xira	2 881 638	98 264
Própria empresa	2 521 433	85 981
Total	113 527 680	3 871 294
Reserva Legal	833 282	26 641
Remuneração Acionista		3 897 935

Decorrente da correção ao DRG de 2019 no valor de 218 986 euros conforme referido na nota 4.5., o Resultado Líquido de 2020 corresponde à Remuneração Acionista de 2020 ajustada do valor líquido, com efeito do imposto, dos gastos não aceites pela ERSAR (notas 10 e 11).

Resultado Líquido de 2020				
	Valor base		Dias	RA
CS realizado a 1 janeiro 20	113 527 680	OT + 3	366	3 871 294
RL a 1 janeiro 20	619 390	OT + 3	366	21 121
Dividendos em dívida 2020	-			-
Pagamento de dividendos de 2019	4 063 963			-
Reforço da reserva legal	213 893	OT + 3	277	5 520
Remuneração de 2020				3 897 935
Ajustamento da ERSAR ao Resultado Líquido de 2019				(162 810)
Resultado Líquido - Remuneração de 2020 com ajustamento ERSAR				3 735 125

44. Ativos e passivos contingentes

44.1 Contrato de Concessão

Os investimentos incluídos no Estudo de Viabilidade Económica e Financeira perfazem cerca de 1,1 mil milhões de euros, dos quais cerca de 895 milhões de euros já se encontram realizados.

Investimento reversível	Eur
Investimento do contrato de concessão	1 103 332 840
Investimento total	1 103 332 840
Investimento já realizado (nota 6)	877 845 228
Investimento em curso (nota 6)	16 867 982
Investimento contratual (regulado) a realizar	208 619 631

44.2 Processos judiciais em curso

Proc. 1440/11.5BELSB

Ação intentada por Humberto Clarence de Vasconcelos Cruz, contra a Câmara Municipal de Lisboa, que deduziu incidente de intervenção acessória da (então) SIMTEJO, que, por sua vez, deduziu incidente de intervenção acessória da Seguradora AIG – Europe, no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa (Unidade Orgânica 2), para pagamento de indemnização de 1 007 500 euros e juros de mora. Julgamento em curso.

Proc. 700/12.2BELSB

Ação intentada pela Ambilogos – Equipamentos Industriais, Lda., no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, para pagamento de 402 509,60 euros, valor igualmente reclamado em sede de inquérito administrativo da empreitada. Concluída a fase de articulados (nota 16).

Proc. 371/15.4BELSB

Ação intentada por Somague Engenharia, SA, Evolution, Engenharia, S.A., e Somague-Edifer ACE, no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa (Unidade Orgânica 1), para pagamento 665 679,21 euros, com pedido reconvenicional de 1 966 696,97 euros. Concluída a fase de articulados.

Proc. 862/13.ITBMMS

Reclamação de créditos no processo de insolvência de Asibel – Construções, S.A., no Tribunal de Alcobaça da Comarca de Leiria (Secção de Comércio – J2), para pagamento 89.873,62 euros.

Proc. 1211/12.1BELRA

Ação intentada por Asibel – Construções, S.A., no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria (Unidade Orgânica 1), para pagamento 1 838 439,20 euros e juros de mora. Em fase de prova pericial. (nota 20)

Processo 1073/13.1BELSB

Ação intentada por Carlos Neta no Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra (Unidade Orgânica 3) para restituição de terreno e indemnização de 38 102,32 euros; Proferida sentença que absolveu a AdTA. Em fase de recurso.

Processo 982/17.3BELRA

Ação intentada pela Euro Insurances Limited no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria (Unidade Orgânica 1) contra a Câmara Municipal de Rio Maior, que deduziu incidente de intervenção acessória da AdTA, que, por sua vez, deduziu incidente de intervenção acessória da Corretora MDS, para pagamento de 17 609,00 euros. Em fase de articulados.

Processo 997/19.7BELSB

Ação intentada por Massa Insolvente de Casa Violetambar, Sociedade de Construções, Lda., no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa (Unidade Orgânica 3), para pagamento de 8 859,48 euros e juros de mora, por alegada retenção de caução contratual. Concluída a fase de articulados.

Processo 1102201201097407

Execução Fiscal intentada Segurança Social contra a SANEST no IGFSS, e apensos, para alegada dívida de 9 938,18 euros. Aguarda decisão.

Proc. 264/19.6BELSB

Ação intentada por Luís dos Santos Pereira contra a EPAL, que deduziu incidente de intervenção acessória da AdTA (Unidade Orgânica 3), para pagamento de indemnização de 5.017,90 euros e juros de mora. Concluída a fase de articulados.

Proc. 2731/17.7BELSB

Ação intentada por Liberty Seguros contra a Câmara Municipal de Lisboa, que deduziu incidente de intervenção acessória da AdTA (Unidade Orgânica 2), para pagamento de indemnização de 2.690,39 euros e juros de mora. Concluída a fase de articulados.

Ação emergente de contrato de trabalho n.º 1200/20.2TBRR

Ação intentada por Pedro Miguel R. Silva- Juízo do Trabalho de Barreiro - Juiz 2- com pedido de anulação de sanção disciplinar de 538,00 euros. Concluída a fase dos articulados.

Proc. 112/20.4TBPR

Ação intentada por Cariz-Promoção Imobiliária, Lda., contra AdLVT, que deduziu incidente de intervenção principal da AdTA, no Tribunal Judicial da Comarca do Porto (Juízo Central Cível do Porto - Juízo 7), por crédito constituído por garantia bancária apresentada à ex-AdO no valor de 4 361,85 euros. Concluída fase de articulados

Proc. 14102/20.3TB5NT

Ação intentada por Atecnic - Atividades técnicas Industriais, Lda., por execução de obra sem registo de servidão, com pedido de reposição da propriedade e indemnização diária de 50,00 euros. Concluída a fase de articulados.

Proc. 14857/20.5TB5NT

Ação intentada por Maria Manuela Lourenço Teixeira, por execução de obra a exorbitar o âmbito da servidão, com pedido de reposição da legalidade e indemnização diária de 50,00 euros. Concluída a fase de articulados.

Proc. 15386/20.2TB5NT

Ação intentada por Rui Teixeira, por constituição errada de servidão sobre a propriedade, com pedido de reposição da legalidade e indemnização diária de € 50 e € 1,50/m2 mensal. Em fase de articulados.

Proc. 2088/2.9BEPRT

Ação de impugnação de contencioso pré-contratual intentada por 4 Energy - Comércio e Instalações Técnicas, Lda., no valor de 14 957,23 euros. Aguarda sentença.

Proc. 243/19.3BELSB

Impugnação do ato de aplicação de sanção contratual pela empresa Águas do Tejo Atlântico, S.A., no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, no âmbito da execução do contrato de "Fornecimento, Ligação e Colocação em Serviço de Postos de Carregamento para Veículos Elétricos" celebrado com a empresa EFACEC ELECTRIC MOBILITY, S.A., no dia 21 de dezembro de 2017 e pedido de indemnização no valor de 15 195,00 euros. O valor do processo é de 35 336,00 euros e está em fase dos articulados e decidida a apensação ao processo n.º 1099/19.1BEPRT, aguardando-se os ulteriores termos processuais.

Proc. 865/20.0BELSB

Impugnação do ato de adjudicação proferido no âmbito do procedimento de concurso público, com publicidade internacional, para a "celebração de contrato de seguros de pessoas e aquisição de serviços de corretagem para as empresas do Grupo Águas de Portugal", quanto ao Lote 1 - Seguros de Saúde, no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, pelo valor de 3 329 296,26 euros. Por sentença do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa de 10/11/2020 foi julgada totalmente improcedente a ação intentada pelas empresas AON Portugal, S.A. e OCIDENTAL - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., tendo estas interposto recurso jurisdicional para o Tribunal Central Administrativo Sul, que aguarda decisão.

Proc. 2358/20.6BEPRT

Impugnação do ato de adjudicação proferido quanto aos lotes 2, 3 e 4 do procedimento de concurso público, com publicidade internacional, para a celebração de "contrato de aquisição de hipoclorito e hidróxido de sódio para as empresas do Grupo Águas de Portugal", com pedido de condenação à admissão e adjudicação da proposta da QUIMITEJO - Produtos Químicos, S.A., no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, no valor de 3 910 250,32 euros. Foi apresentada contestação no dia 18 de janeiro de 2021, aguardando-se os ulteriores termos processuais.

Proc. 149/13.0BELRS

Impugnação judicial da decisão da revisão oficiosa, na parte que indeferiu o direito a juros indemnizatórios calculados sobre a quantia de 148 000,00 euros, decorrente da anulação da liquidação de Imposto do Selo, emitida ao abrigo da verba 26.3 da TGIS (referente à SIMTEJO - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A.), no Tribunal Tributário de Lisboa. O valor do processo é de 26.875,18 euros. Foi proferida sentença a anular a decisão que recaiu sobre o pedido de revisão oficiosa, na parte em que indeferiu o direito a juros indemnizatórios e foi determinado o pagamento de juros indemnizatórios, calculados sobre o montante de 148 000,00 euros, desde 10.07.2008 até à data de processamento da nota de crédito do referido montante. A sentença transitou em julgado no dia 3 de julho de 2020. O processo foi remetido pelo Tribunal para o Serviço de Finanças de Lisboa 2 no dia 15 de setembro de 2020, aguardando-se a execução da sentença por parte do Serviço de Finanças de Lisboa 2.

Proc. 538/13.0BELRA

Impugnação judicial dos atos de liquidação oficiosa, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, efetuados na sequência da PROAVE e que se reportam ao período compreendido entre 2005 e 2010, tendo sido invocada a caducidade do direito à liquidação relativamente às contribuições pagas anteriormente a janeiro de 2009 (referente à Águas do Oeste, S.A.), o valor do processo é de 92.049,02 euros.

Águas do Tejo Atlântico, S.A. | 2020 | Relatório e Contas | 178

Foi emitido parecer do Ministério Público (23/04/2019), a considerar que tendo em conta a data de notificação das liquidações invocada pela impugnante e não contrariada pela Segurança Social (13/1/2013) terá caducado o direito à liquidação relativa a prémios pagos anteriormente a janeiro de 2009, devendo a ação ser procedente em matéria de caducidade. A 31/12/2020, aguardava-se a sentença. A mesma foi proferida no dia 23/02/2021, e julgou parcialmente procedente a impugnação, determinando a anulação do ato tributário impugnado na parte relativa às obrigações contributivas referentes aos períodos de 2005, 2006 e 2007 e absolvendo o Instituto da Segurança Social, IP, quanto ao demais. Foi ainda decidido que são ambas as partes responsáveis pelo pagamento das custas na proporção do decaimento, atendendo aos valores das remunerações dos anos a que respeitam as contribuições, que se fixa em 70% para o Instituto da Segurança Social, IP e 30% para a Impugnante.

Dos processos acima elencados, por serem de desfecho incerto, afiguram-se como passivos contingentes, e não relevam para o reconhecimento de provisões, com exceção dos Processos Proc. 700/12.2BELSB-Ação intentada pela Ambilogos e Proc. 1211/12.1BELRA-Reclamação de créditos no processo de insolvência de ASIBEL, para os quais foi constituída provisão conforme notas 16 e 20.

No exercício de 2020, a AdTA reconheceu ainda a dívida de 52 784,24 euros para com o fornecedor M. Santos Silva, Lda, por ter sido concluído em janeiro o Processo 12161/18.8T8LRS, referente ação intentada no Tribunal Central Cível de Loures – Juiz 1, por alegados serviços prestados à Águas do Oeste e não pagos. Em janeiro de 2021, o fornecedor procedeu à emissão da fatura e foi procedido ao pagamento, não havendo deste processo qualquer valor pendente.

44.3 Garantias

As responsabilidades por garantias bancárias prestadas demonstram-se como se segue:

Beneficiários		31.12.2020
Administração do Porto de Lisboa	Utilização de parcelas da APL	24 821
EDP	Relações comerciais com a ERSE	3 959
Infraestruturas de Portugal	Boa execução de trabalhos	1 182 950
Tribunais	Diversos (expropriações, indemnizações, etc.)	4 495 364
		5 707 094

45. Honorários de auditoria e de revisão legal de contas

Os honorários de Auditoria e de Revisão Legal de contas da AdTA à data de 31 de dezembro de 2020 é a seguinte:

	R.O.C.	Auditoria	Outros Serviços	Total
PWC, SROC	11 205			11 205
	11 205	-	-	11 205

46. Informações exigidas por diplomas legais

Alínea d) do nº5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais
 Conforme referido na nota 19.2 a sociedade é detentora de ações próprias.

Artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a sociedade Águas do Tejo Atlântico, S.A., não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

Artigo 210.º da Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro

Declara-se que não existem dívidas em mora da sociedade ao Setor Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2020 correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a dezembro, e cujo pagamento se efetuará em janeiro do ano seguinte.

47. Informação sobre matérias ambientais

Em 31 de dezembro de 2020 não se encontram reconhecidas nem divulgadas quaisquer contingências ambientais, por ser convicção da Administração da sociedade que não existem, a esta data, contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a AdTA. A Administração confirma igualmente que não foram despendidos quaisquer montantes quer para prevenir, quer para reparar qualquer dano de carácter ambiental.

48. Outros assuntos – COVID-19

Tal como anteriormente referido o ano de 2020 foi fortemente marcado pela pandemia da COVID-19, que será marcante para a atividade socioeconómico do país, com impactos ainda não integralmente quantificados quanto às respetivas magnitudes.

Ao nível de impactos nas demonstrações financeiras do ano 2020 é de referir:

• Resultado Líquido

Gastos COVID19	31.12.2020
Fornecimentos e serviços externos (nota 32)	731 053
Gastos com pessoal (nota 33)	480 726
Depreciações do exercício	9 814
Outros gastos e perdas operacionais	982
Resultados operacionais	1 222 575

Por força da Pandemia da COVID 19 a AdTA incorreu com gastos de 1 222 575 euros, encargos imprevistos, não controláveis e absolutamente imprescindíveis, para manter a operacionalidade da sociedade cumprindo as regras sociais e de trabalho impostas.

Os gastos com FSE, decorrentes da Pandemia COVID 19, respeitaram essencialmente a serviços de desinfeção de infraestruturas e de viaturas, materiais de limpeza e de desinfeção, serviços de trabalho temporário e a aluguer de viaturas e de balneários, de modo a permitir o devido distanciamento dos trabalhadores e a gerir as equipas operacionais, e em garantir equipamento para os trabalhadores que desenvolvem as suas atividades em regime de teletrabalho.

Os gastos com o pessoal são traduzidos em trabalho suplementar e respetivos encargos sociais, equipamento de proteção individual (EPI) e exames médicos (testes COVID).

As depreciações respeitam a equipamentos informáticos necessários para as atividades de suporte para desempenho de funções remotamente.

• Ativos

Não ocorreu o registo de imparidades aos ativos da Sociedade, uma vez que, por efeitos do COVID-19, os ativos não deixaram, nem é expectável que venha a acontecer, de gerar benefícios económicos presentes e futuros de forma permanente.

• Rácio GO/VN

- Quanto ao Volume de Negócios:

Não ocorreu, e não se espera que venha a ocorrer, diminuição do valor da prestação de serviço, por redução das atividades económicas. Tal decorre do facto de a sociedade faturar Rendimentos Tarifários, nos termos da cláusula 16.5 do Contrato de Concessão.

O serviço prestado não tem tido interrupções, atendendo aos planos de contingências de operação, trabalhadores e com os fornecedores.

- Quantos aos Gastos Operacionais:

Verifica-se um aumento dos gastos operacionais, pelos motivos anteriormente referidos, quer decorrente da estratégia de aquisição de bens e serviços, quer pelo aumento de gastos com pessoal por forma a assegurar a capacidade de resposta das equipas.

Não diretamente por efeito da Pandemia COVID 19, verificaram-se também maiores gastos com manutenção preventiva, manutenção essa absolutamente indispensável como estratégia de redução da probabilidade de falhas, com reflexo posterior em maiores gastos com manutenção curativa.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several initials below it.]

A sociedade teve o cuidado, nos casos possíveis quer pela capacidade, quer pela natureza dos respetivos reagentes, de maximizar os respetivos stocks, política mais exigente em termos de tesouraria, mas que acautela a respetiva continuidade de serviço, minimizando a exposição a fornecedores críticos.

Em sentido contrário, verificou-se alguma redução das despesas de deslocações e estadas, pese embora a sociedade tenha recorrido a alugueres pontuais de viaturas para garantir a operacionalidade do serviço, garantido o distanciamento das equipas e adequada desinfeção de viaturas entre troca de turnos.

A substituição da frota não foi feita de acordo com o planeado, o que poderá implicar no futuro não só um risco operacional mais elevado como também a maiores gastos. Atendendo a que algumas viaturas podem, como sucedeu no passado, vir a ficar retidas em oficina com intervenções mais dispendiosas e com elevados períodos de indisponibilidade, podem obrigar a sociedade a pontualmente procurar outras alternativas, em regra mais onerosas, para satisfazer as respetivas necessidades de serviço.

• **Rácio de variação do endividamento**

Pese embora os constrangimentos na realização dos investimentos, a AdTA executou um maior valor face a 2019, o que consequentemente implicou um aumento do valor dos pagamentos associados.

A sociedade, como vem sendo habitual, fez por honrar os seus compromissos financeiros, e como forma de ajudar a economia procurou pagar sempre que possível dentro dos prazos estabelecidos, tendo inclusive melhorado o seu prazo médio de pagamentos, atingindo os 40 dias, reduzindo em 8 dias relativamente ao ano anterior.

Em termos de recebimentos dos clientes não ocorreram atrasos, mantendo-se os prazos médios de recebimentos estáveis, tendo inclusive o saldo de clientes melhorado face ao do ano anterior.

Em suma, a liquidez da sociedade melhorou face a 31 de dezembro de 2019.

É convicção do Conselho de Administração que a sociedade conseguirá fazer face aos compromissos de dívida assumidos, bem como fazer face a uma eventual redução de liquidez na sequência de potenciais atrasos nos recebimentos de clientes, sem colocar em causa a continuidade da sua atividade. Contudo, em caso de necessidade poderá a sociedade recorrer à AdP-SGPS,S.A, para obtenção de crédito junto das linhas contratadas pelo Grupo

• **Desvio de Recuperação de Gastos e Remuneração Acionista**

Por último, importa referir que no que concerne aos efeitos económicos derivados da Pandemia COVID-19, os mesmos são cobertos pelo registo do desvio de recuperação de gastos do ano, sendo de assinalar a manutenção da tendência de geração de superávits tarifários, tal como já verificados nos anos de 2018 e 2019.

Quanto à Remuneração Acionista e dado estar indexada à rentabilidade média diária das Obrigações do Tesouro a 10 anos, que tem apresentado um decréscimo acentuado, significa que a manutenção desta tendência pode contribuir para acentuar a trajetória de superávits tarifários.

49. Eventos subsequentes

Para além do referido na nota 19.2 acima e do a seguir exposto, não existem eventos subsequentes que justifiquem alterações ou divulgações adicionais nas demonstrações financeiras, para além das que já estão divulgadas.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, e do Contrato de Concessão, a Comissão Executiva submeteu à ERSAR no dia 31 de janeiro, para aprovação, o valor do DRG inscrito nas presentes demonstrações financeiras.

A 25 de fevereiro de 2021 a Entidade Reguladora emitiu o projeto de decisão sobre o desvio de recuperação de gastos para o exercício de 2020, que refere uma proposta de ajustamento, no sentido deficitário, no montante de 38 079 euros. O referido projeto de decisão da Entidade Reguladora será objeto de contraditório por parte da AdTA, pelo que à data da aprovação das demonstrações financeiras não existe uma tomada de decisão definitiva sobre o valor do Desvio de Recuperação de Gastos.

Lisboa, 25 de fevereiro de 2021

O Conselho de Administração

Ana Sofia Pereira da Silveira (Presidente Executivo)

Hugo Filipe Xambre Bento Pereira (Vice-Presidente Executivo)

Ana Margarida Linares Luís (Vogal Executivo)

Armando Jorge Paulino Domingos (Vogal Não Executivo)

José Manuel da Costa Baptista Alves (Vogal Não Executivo)

Simone Ferreira Pio (Vogal Não Executivo)

Sónia Raquel Conchinha Pacifico (Vogal Não Executivo)

A Contabilista Certificada

Maria Leonor de Oliveira Pinto

Águas do Tejo Atlântico

Certificação Legal das Contas

Dir.
A
A
A
A

S. N.
M
A
h



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Águas do Tejo Atlântico, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2020 (que evidenciam um total de 610.459.639 euros e um total de capital próprio de 115.574.654 euros, incluindo um resultado líquido de 3.735.125 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das variações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Águas do Tejo Atlântico, S.A. em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Consideramos que as matérias descritas abaixo são as matérias relevantes de auditoria a comunicar neste relatório.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal

Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

Mensuração dos direitos de utilização de infraestruturas e dos investimentos contratuais associados à concessão

Divulgações relacionadas com a mensuração dos direitos de utilização de infraestruturas e do investimento contratual associado à concessão apresentado nas notas 2.2.3, 2.2.4, 2.2.5, 2.12, 4.2, 6, 24, 25 e 34

O direito de utilização de infraestruturas, que em 31 de dezembro de 2020 ascende a 438.591 milhares de euros (31 de dezembro de 2019: 444.079 milhares de euros), assim como os subsídios correspondentes, no montante de 125.714 milhares de euros (31 de dezembro de 2019: 130.369 milhares de euros), são amortizados numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção dos benefícios económicos, os quais são aprovados pela Entidade Reguladora (ERSAR).

As amortizações são calculadas tendo como base os caudais (água e efluentes) faturados e os caudais que se estima faturar até ao final de cada concessão, os quais se encontram previstos no respetivo Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF) anexo ao Contrato de Concessão.

Adicionalmente, em cumprimento do estipulado no contrato de concessão e demais regras regulatórias, é anualmente registada a quota parte dos gastos estimados para fazer face às responsabilidades quanto a investimentos contratuais futuros. Este acréscimo, cujo valor acumulado em 31 de dezembro de 2020, conforme referido na nota 24, ascende a 118.679 milhares de euros (31 de dezembro de 2019: 122.002 milhares de euros), é calculado com base no respetivo EVEF, documento onde consta a estimativa dos investimentos a realizar.

A relevância deste assunto na nossa auditoria resulta da materialidade dos montantes associados aos direitos de utilização de infraestruturas e aos investimentos contratuais da concessão nas demonstrações financeiras, que

A nossa abordagem a esta matéria relevante consistiu em:

- análise da coerência dos caudais estimados e do montante do investimento contratual utilizado para o cálculo das amortizações com o montante de investimento que consta do respetivo EVEF pelo Concedente;
- comparação dos caudais reais utilizados no cálculo das amortizações com a informação produzida pela área comercial da Entidade;
- reexecução matemática das amortizações dos direitos de utilização e dos respetivos subsídios de acordo com os critérios estabelecidos;
- obtenção e análise da correspondência e troca de informação que existiu até à data entre a Entidade e a ERSAR, em particular no que respeita ao nível de atividade e investimento a realizar ao abrigo do Contrato de Concessão.

Procedemos, igualmente, à revisão das divulgações relacionadas com estes investimentos, tendo por base o disposto no normativo contabilístico aplicável.

Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria**

impactam a amortização dos direitos de utilização de infraestruturas – IFRIC 12, a reciclagem dos respetivos subsídios e o acréscimo de gastos de investimento contratual.

Reconhecimento e mensuração dos Desvios de Recuperação de Gastos

Divulgações relacionadas com o reconhecimento e mensuração dos Desvios de Recuperação de Gastos apresentadas nas notas 2.2.6, 4.5 e 11

O Desvio de Recuperação de Gastos (DRG) corresponde à correção (positiva no caso de défice, negativa no caso de superavit) a registar ao rédito das atividades reguladas, para que este se apresente conforme o disposto no Contrato de Concessão, nomeadamente no que diz respeito à recuperação integral dos gastos (incluindo imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas) e remuneração anual garantida aos acionistas, tendo em consideração, os gastos permitidos em cenário de eficiência com base nos indicadores aprovados previamente pela Entidade Reguladora (ERSAR). O montante reconhecido na Demonstração dos resultados na rubrica de “Deficit/(Superavit) tarifário de recuperação de gastos” apresenta a 31 de dezembro de 2020 um superavit de 10.628 milhares de euros (31 de dezembro de 2019: superavit de 13.083 milhares de euros).

A estimativa dos DRG é, em cada exercício, determinada com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras, devendo a Entidade nos termos do Contrato de Concessão, enviar à ERSAR o cálculo dos DRG para que esta o aprobe.

A relevância deste assunto na nossa auditoria resulta da complexidade e do nível de julgamento inerente à apreciação da estimativa do DRG, assim como ao nível da incerteza associado à respetiva aprovação.

Os procedimentos de auditoria realizados incluíram:

- análise da fundamentação das métricas calculadas pela Entidade e avaliação do cumprimento das mesmas;
- reexecução matemática da Remuneração Garantida e do correspondente DRG de acordo com os critérios estabelecidos no Contrato de Concessão;
- obtenção e análise da correspondência e troca de informação relevante que existiu até à data do nosso relatório entre a Entidade e a ERSAR, em particular no que respeita aos gastos permitidos em cenário de eficiência e a apreciação do DRG da atividade por parte da ERSAR.

Procedemos, igualmente, à revisão das divulgações relacionadas com estes desvios, tendo por base o disposto no normativo contabilístico aplicável.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão e relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras

auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos eleitos auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 3 de abril de 2019 para um mandato compreendido entre 2019 e 2021.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 10 de março de 2021.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.
- e) Informamos que, para além da auditoria, não prestámos à Entidade quaisquer outros serviços.

10 de março de 2021

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



João Rui Fernandes Ramos, R.O.C.

Águas do Tejo Atlântico

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

S.
A.
M.
A.
A.
A.

Handwritten signature in blue ink, consisting of several stylized characters.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2020
DA ÁGUAS DO TEJO E ATLÂNTICO, S.A.

RELATÓRIO

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas da sociedade Águas do Tejo e Atlântico, S.A. (AdTA), relativo ao ano de 2020, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2021.
2. O Conselho Fiscal acompanhou a gestão da AdTA e a evolução dos seus negócios. Efetuou reuniões, tendo contado com a presença da Comissão Executiva com os membros do Conselho de Administração, da Direção Administrativa e Financeira e do Revisor Oficial de Contas.
3. O Conselho Fiscal obteve todos os esclarecimentos solicitados e dispôs da documentação que considerou necessária ao desempenho das suas funções.
4. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Revisor Oficial de Contas e o Conselho Fiscal, emitiram em 18 e 19 de maio de 2020, respetivamente, os seus pareceres sobre a segunda versão do Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2020 (PAO 2020 revisto), aprovado pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2020, o qual à data deste parecer ainda não se encontra aprovado pela Tutela. No que se refere ao cumprimento de metas e objetivos estabelecidos no PAO 2020 revisto, os resultados executados/obtidos, tiveram alguns constrangimentos conforme referido no relatório de Gestão da AdTA.
5. No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal, deu cumprimento à alínea i) do nº1 do artigo 44º, do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, relativo à emissão dos seus Pareceres sobre os Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental (RTEO), faltando nesta data a emissão do quarto trimestre de 2020, o qual será concretizado, logo que este Conselho Fiscal tenha a informação disponível para efetuar a sua apreciação.

6. Em observância do artigo 420.º do Código das Sociedades, o Conselho Fiscal procedeu à verificação do cumprimento das normas legais, estatutárias e disposições aplicáveis ao setor empresarial do estado, designadamente quanto ao cumprimento das orientações legais vigentes em 2020, as quais se encontram convenientemente divulgadas no Relatório e Contas e no Relatório do Governo Societário. Em resultado desta observância, temos as seguintes considerações a relatar:
- a) *Não foi possível quantificar o resultado da avaliação dos objetivos/indicadores de gestão, pois não foram, até à presente data, fixadas pela AdP SGPS, na qualidade de principal acionista da AdTA, as orientações estratégicas e as metas quantificáveis para o mandato 2020-2022, por se considerar que as mesmas deverão decorrer das que vierem a ser fixadas ao conselho de administração da AdP SGPS, à luz do Programa do XXII Governo Constitucional e das medidas excecionais aprovadas pelo Governo no atual contexto de Pandemia Covid-19;*
 - b) *Encontra-se em curso o cumprimento do previsto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, pois a AdTA, no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, ainda irá promover e divulgar internamente com a respetiva disponibilização no sítio da internet, a informação relativa às remunerações pagas a mulheres e homens, através do seu relatório anual de sustentabilidade; e,*
 - c) *Nos termos do n.º 1 do artigo 158.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, constata-se que a AdTA, no ano de 2020, não cumpre com o indicador "PRC = GO/VN", pois o indicador executado do ano de 2020 é superior ao indicador executado relativo ao ano de 2019, em cerca de 2 pontos percentuais.*
7. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas, emitida pelo Revisor Oficial de Contas (ROC), em 10 de março de 2021, nos termos da legislação em vigor, sem "Reservas", sem "Ênfases" e com "Matérias relevantes de auditoria" (a sua identificação e a respetiva síntese de abordagem de auditoria), e obteve deste, as informações de que careceu para o exercício das tarefas de fiscalização.
8. O Conselho Fiscal tomou ainda conhecimento do Relatório Adicional, emitido pelo ROC em 10 de março de 2021, e dirigido ao Conselho Fiscal, conforme disposto nos números 1 a 3 do artigo 24º do Regime Jurídico de Supervisão de Auditoria. Teve igualmente em atenção as orientações emitidas pela CMVM relativamente ao processo de preparação das Demonstrações Financeiras, no contexto da Pandemia causada pelo novo Coronavírus SARS-COV-2.

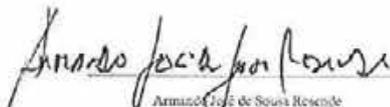
9. Em 25 de fevereiro de 2021 a Entidade Reguladora (ERSAR) emitiu o projeto de decisão sobre o "Desvio de Recuperação de Gastos" (DRG) para o exercício de 2020 (Superavit de 10.628.389 euros), que refere uma proposta de ajustamento, no sentido deficitário, no montante de 38.079 euros. O referido projeto de decisão da Entidade Reguladora será objeto de contraditório por parte da AdTA, pelo que, à data da aprovação das demonstrações financeiras de 2020, por parte do seu Conselho de Administração, ainda não existe uma tomada de decisão definitiva sobre o valor do DRG.
10. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras (que compreendem, a Demonstração da posição financeira, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das variações do capital Próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa, bem como, as respetivas notas anexas) e os restantes documentos de prestação de contas, são adequados à compreensão da situação patrimonial da AdTA no fim do exercício de 2020, bem como da forma como se formaram os resultados e se desenrolou a atividade.
11. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços da AdTA.

PARECER

Tendo em consideração o referido nos parágrafos anteriores, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da AdTA aprove:

- a) O Relatório do Conselho de Administração relativo às Contas do Exercício de 2020.
- b) A Proposta de Aplicação de Resultados, formulada pelo Conselho de Administração no seu Relatório.

Lisboa, 11 de março de 2021


Armando José de Sousa Resende
(Presidente)

Assinado por: CATARINA ALEXANDRA
CARVALHO FINS
Num. de identificação: BI11888452
Catarina Alexandra Carvalho Fins
(Vogal)

CARLOS MANUEL ANTUNES
BERNARDES
2021.03.11 16:04:58 Z

Carlos Manuel Antunes Bernardes
(Vogal)

Handwritten signature in blue ink, possibly reading "L. S." followed by a stylized signature.

ERRATA ao Relatório e Contas 2020

Por ter sido detetada uma gralha no Relatório e Contas de 2020 da Águas do Tejo Atlântico, aprovado e assinado em 25 de fevereiro de 2021, procede-se à divulgação da presente errata.

No quadro relativo aos Gastos anuais associados a deslocações em serviço dos membros do Conselho de Administração constante do ponto 6) do capítulo "Cumprimento das orientações legais" a fls. 101 do referido documento:

- Onde se lê:

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					Gasto total com viagens (€)
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras Identificar	Valor	
António Alberto Corte-Real Frazão	134,64	0,00	0,00			134,64
Graça Maria Nobre Gualdino Dias Teixeira	29,69	0,00	0,00			29,69
Hugo Filipe Xambre Bento Pereira	989,28	210,50	126,05			1.325,83
Ana Sofia Pereira da Silveira	154,62	80,50	0,00			235,12
Ana Margarida Linares Luís	0,65	80,50	0,00			81,15
José Manuel da Costa Baptista Alves	892,79	80,50	0,00			973,29
	2.201,67	452	126,05		0,00	2.779,72

- Leia-se:

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					Gasto total com viagens (€)
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras Identificar	Valor	
António Alberto Corte-Real Frazão	134,64	-	-	-	-	134,64
Graça Maria Nobre Gualdino Dias Teixeira	29,69	-	-	-	-	29,69
Hugo Filipe Xambre Bento Pereira	989,28	210,50	126,05	-	-	1.325,83
Ana Sofia Pereira da Silveira	154,62	80,50	-	-	-	235,12
Ana Margarida Linares Luís	0,65	80,50	-	-	-	81,15
José Manuel da Costa Baptista Alves	892,79	-	-	-	-	892,79
Armando Jorge Paulino Domingos	-	80,50	-	-	-	80,50
	2.201,67	452,00	126,05	-	-	2.779,72

Lisboa, 16 de março de 2021

Assinado por: **ANA SOFIA PEREIRA DA SILVEIRA**

Num. de Identificação: BI107885190

Data: 2021.03.16 08:46:14+00'00'